



# TRATADO SOBRE OS MODOS DE SIGNIFICAR OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA, de Tomás de Erfurt

Alessandro Jocelito Beccari

*Editores*  
UFPR

TRATADO SOBRE  
OS MODOS DE SIGNIFICAR  
OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA,  
de Tomás de Erfurt



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Leandro Franklin Gorsdorf

**Diretor da Editora UFPR**

Rodrigo Tadeu Gonçalves

**Vice-Diretor da Editora UFPR**

Hertz Wendel de Camargo

**Conselho Editorial que aprovou este livro**

Adriano Nervo Codato

Cleverson Ribas Carneiro

Diomar Augusto de Quadros

Edison Luiz Almeida Tizzot

Emerson Gabardo

Everton Passos

Ida Chapaval Pimentel

Jane Mendes Ferreira

Márcia Santos de Menezes

Marcus Levy Albino Bencostta

TRATADO SOBRE  
OS MODOS DE SIGNIFICAR  
OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA,  
de Tomás de Erfurt

Alessandro Jocelito Beccari



© Alessandro Jocelito Beccari

**TRATADO SOBRE  
OS MODOS DE SIGNIFICAR  
OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA,  
de Tomás de Erfurt**

**Coordenação editorial**

Rachel Cristina Pavim

**Projeto gráfico, editoração eletrônica e revisão**

Reinaldo Cezar Lima

**Revisão final**

Do autor

**Capa**

Rachel Cristina Pavim

**Ilustração da capa**

*Jean Miélot dans son scriptorium* (après 1456), dans “Miracles de Notre Dame”, f.19.

In: DELCOURT, Bernard Bousmanne et Thierry (Dir.). *Miniatures flamandes*. Bibliothèque nationale de France/Bibliothèque royale de Belgique, 2012, p. 216-217.

Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escribano.jpg>>.

Série Pesquisa, n. 321

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS  
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

---

Beccari, Alessandro Jocelito

Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa, de  
Tomás de Erfurt / Alessandro Jocelito Beccari. – Curitiba : Ed. UFPR, 2019.  
428 p. : il. – (Pesquisa; n.321)

Inclui referências

ISBN 978-85-8480-183-1

Tradução de : *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*

Texto em latim e português

1. Tomás, de Erfurt. *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*. 2. Gramática comparada e geral - Sintaxe. 3. Análise linguística (Linguística). I. Título. II. Série.

---

CDD 415

Bibliotecária: Andrea Carolina Grohs CRB 9/1.384

ISBN 978-85-8480-183-1

Ref. 969

Direitos desta edição reservados à

**Editora UFPR**

Rua João Negrão, 280, 2º andar, Centro

Tel.: (41) 3360-7489

80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil

[www.editora.ufpr.br](http://www.editora.ufpr.br)

[editora@ufpr.br](mailto:editora@ufpr.br)

2019



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

À minha esposa, Tânia  
A meus pais, Alexandre e Terezinha.



*Dicebat Bernardus Carnotensis nos esse quasi  
nanos, gigantium humeris insidentes, ut possimus  
plura eis et remotiora videre, non utique proprii  
visus acumine, aut eminentia corporis, sed quia in  
altum subvenimur et extollimur magnitudine  
gigantea.*

Bernardo de Chartres (ca. 1080-1154) dizia que  
somos como anões que se colocam  
nos ombros de gigantes  
para poder ver coisas mais remotas  
e mais numerosas que eles  
não pela acuidade da própria visão  
ou eminência do corpo,  
mas porque somos auxiliados  
e elevados para as alturas  
por sua gigantesca grandeza.

Do *Metalogicus*, de João de Salisbury  
(Johannes Parvus), ca. 1120-1180.



## *Lista de Ilustrações*

FIGURA 1 – A CORRESPONDÊNCIA “MUNDO-INTELECTO-LINGUAGEM” / 46

QUADRO 1 – AS DEZ CATEGORIAS DE ARISTÓTELES / 49

QUADRO 2 – AS PROPRIEDADES DAS COISAS E SUA CORRESPONDÊNCIA  
COM OS MODOS DE SIGNIFICAR / 55

DIAGRAMA 1 – OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME / 58

DIAGRAMA 2 – A ONTOLOGIA DE TOMÁS DE ERFURT / 59

DIAGRAMA 3 – A METALINGUAGEM DOS MODOS DE SIGNIFICAR / 63

DIAGRAMA 4 – OS MODOS ESSENCIAIS DE “SÁBIO” / 67

DIAGRAMA 5 – OS MODOS ACIDENTAIS DE “SÁBIO” / 69

QUADRO 3 – EXEMPLO DE TRADUÇÃO / 84

QUADRO 4 – O *ARTICULUS* COMO UNIDADE DIALÉTICA / 88

QUADRO 5 – UM *ARTICULUS* DA *GRAMMATICA SPECULATIVA* / 89



## Sumário

Prefácio / 13

José Borges Neto

I. Gramática especulativa: contexto histórico e intelectual / 19

II. Um período de traduções e o retorno de uma controvérsia / 29

III. A gramática associa-se à lógica e à metafísica / 35

IV. Uma gramática universal há mais de 700 anos / 39

V. Os pressupostos da teoria modista / 45

VI. A metalinguagem da *Grammatica speculativa* / 61

VII. Os modos essenciais e acidentais da palavra “sábio” / 67

VIII. Opções ontológicas, diminuição de ideias originais,  
fim de um movimento / 71

IX. Sobre esta tradução para o português da *Grammatica speculativa*,  
de Tomás de Erfurt / 83

*Tratado sobre os modos de significar ou Gramática especulativa*,  
de Tomás de Erfurt / 97

Notas da tradução / 395

Referências / 423



## Prefácio

José Borges Neto

O leitor tem, agora, em mãos um livro que traz a tradução para o português de uma das principais gramáticas medievais: o *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa* (“Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa”), de Tomás de Erfurt, resultado de mais de dez anos de pesquisas do professor Alessandro Beccari (Unesp-Assis) sobre o pensamento linguístico medieval.

A tradução – cuidadosa e competente – do texto de Erfurt vem acompanhada de longa introdução que o situa no contexto das gramáticas medievais, revelando suas filiações ideológicas e suas influências sobre os estudos gramaticais que o seguiram.

Exemplar típico dos estudos gramaticais da Baixa Idade Média, período que vai do século XI ao século XV, a *Grammatica Speculativa* de Tomás de Erfurt, publicada em torno de 1310, é fruto do pensamento escolástico – filosofia que procurou integrar a fé cristã e a razão e que teve em São Tomás de Aquino (1225-1274) seu principal formulador –, embora possa ser mais bem caracterizada como seguidora do pensamento de João Duns Escoto (1266-1308), membro da Ordem Franciscana, teólogo e filósofo também ligado à filosofia escolástica, mas opositor de Tomás de Aquino. Durante muito tempo (até os anos 1920, segundo Beccari), a *Grammatica Speculativa* de Erfurt foi atribuída a Duns Escoto e constava entre as obras do filósofo franciscano.

Ao avesso da tradição gramatical, iniciada na Grécia do século II a.C. e continuada até o início da Baixa Idade Média, que dava à gramática uma função basicamente pedagógica, as gramáticas dos especulativos procuravam estabelecer uma *teoria* capaz de suportar logicamente as afirmações sobre a linguagem. Enquanto as gramáticas anteriores se dedicavam a determinar os valores fonéticos das letras e das sílabas, estabelecer os paradigmas flexionais das palavras e as possibilidades combinatórias (sintáticas, no fundo) das palavras na composição das orações – sempre com o objetivo de chegar a um ideal de fala/escrita “correta” –, a preocupação dos especulativos era com a significação. Interessava-lhes saber como as expressões linguísticas podiam significar. As gramáticas dos especulativos, de modo geral, só olhavam para as classes de palavras para investigar a contribuição que as palavras de cada classe davam para o significado da oração.

A questão da “correção” também estava presente, mas sua caracterização era claramente diversa do que vemos nas gramáticas anteriores. Para gregos e latinos, o “correto” era estabelecido a partir dos exemplos dos autores de textos literários, como Homero ou Virgílio, por exemplo, enquanto para os especulativos o “correto” era estabelecido por um sistema de regras lógicas baseadas nas características sintáticas e semânticas das expressões. Algo como as *regras de boa-formação* da Gramática Gerativa chomskiana e dos cálculos lógicos de nossos dias. A oração era correta se significasse corretamente, e não porque seguia os escritos deste ou daquele autor do cânone.

No fundo, o interesse dos especulativos em geral (e de Tomás de Erfurt, em particular) se concentrava na sintaxe e na semântica das línguas. E uso a expressão “das línguas” porque, embora seja uma gramática do latim, a perspectiva adotada é o

universalismo e, conseqüentemente, a pretensão é que a teoria apresentada, e exemplificada no latim, porque lógica, seja válida para qualquer língua.

Os objetivos de Tomás de Erfurt com sua gramática – que pode ser entendida como um trabalho de síntese do pensamento especulativo – podem ser vistos nas palavras com que Erfurt abre sua *Grammatica*:

*Disposição do método.* Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles, é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento mais pleno.

Dessas noções, a primeira e principal é a maneira como o modo de significar divide-se e é descrito; a segunda é de onde o modo de significar origina-se primordialmente; a terceira é de onde o modo de significar é derivado imediatamente; a quarta é de que maneira o modo de significar distingue-se do modo de entender e de ser; a quinta é em que situação o modo de significar é encontrado em forma de sujeito; a sexta é a ordem que os seguintes termos têm entre si: signo, vocábulo, parte do discurso e termo.

Ao olharmos este “método” aqui descrito, percebemos que há uma ordem lógica subjacente: primeiro se estabelecem, *in abstracto*, os modos de significar; em seguida, estabelecem-se as origens (as razões) dos diferentes modos de significar (modos *primordiais* e modos *imediatos*); o terceiro passo é distinguir os modos de ser e entender dos modos de significar; o passo seguinte é a investigação da significação do sujeito; e, finalmente, a investigação dos modos de significar das partes menores: as palavras.

Trata-se, então, de um método que vai do abstrato ao concreto e das expressões maiores para as menores.

Para Erfurt, é preciso identificar os modos de ser (*modi essendi*) de um certo objeto, i.e., as propriedades físicas de determinada “coisa”; é preciso correlacionar esses modos de ser do objeto com os modos pelos quais a mente entende as propriedades associadas a ele (*modi intelligendi*); esses modos de entender as propriedades, somados, constituem o conceito. Os modos de significar de uma palavra (*modi significandi*) resultam da correlação entre as propriedades físicas do objeto e os modos de entender essas propriedades. Num claro exemplo de divisão de tarefas, o estabelecimento dos modos de ser é atribuição do filósofo, o estabelecimento dos modos de entender é atribuição do lógico e cabe ao gramático, finalmente, o estabelecimento dos modos de significar, sempre com base nas explicações de lógicos e filósofos.

Para cada modo de ser do indivíduo “Sócrates” vai corresponder um modo de entender. Por exemplo, se um de seus modos de ser é “ser calvo”, um dos modos de entender o indivíduo “Sócrates” corresponde à proposição “Sócrates é calvo”.

O indivíduo “Sócrates” é a soma de suas propriedades (seus *modi essendi*); o entendimento de todas as propriedades (os *modi intelligendi*) constituirá o conceito “Sócrates”; e a significação da palavra *Sócrates* reunirá em si todas as propriedades do indivíduo tal como entendidas pela mente.

Para os especulativos, deve haver um *suposto* (um “sujeito”), que faz referência a uma substância no mundo, que anteceda logicamente seus *apostos* (predicados), que se referem a propriedades acidentais dessa substância. É daí que surge a teoria medieval da suposição (*Suppositum* → *Appositum*) que tantas discussões causou frente ao estabelecimento das condições de verdade de

sentenças que parecem não ter o suposto, como a clássica sentença de Bertrand Russell (1872-1970) “O atual rei da França é calvo” – se não há “rei da França”, não há o suposto; se não há o suposto, a predicação se aplica ao nada e o nada, porque não tem propriedades (seu modo de ser é a ausência de propriedades), não pode ser predicado; portanto, a sentença não é nem verdadeira nem falsa, ou seja, não é verdadeiramente uma proposição. Tomás de Erfurt enfrenta esse problema ao discutir os nomes de ficções, privações e nulidades, como a quimera, a cegueira e o nada. Também enfrenta o problema de estabelecer o modo de ser dos pronomes, já que precisa enfrentar os questionamentos dos nominalistas, que não admitiam entidades abstratas ou nomes não referenciáveis. Erfurt argumenta a favor da existência (positiva) de modos de ser para todos os nomes e para os pronomes, assumindo uma posição que poderíamos chamar de realismo moderado: modos de entender e conceitos (soma dos modos de entender) possuem existência intramental.

Na medida em que o suposto é um nome, entende-se que a classe dos nomes é anterior (logicamente) às outras classes, que são “predicativas”.

Pelo que vimos acima, já dá para perceber que o trabalho de Erfurt se distingue essencialmente tanto das gramáticas anteriores (greco-latinas) quanto da maioria das gramáticas que se produziram no renascimento e nos séculos seguintes. A leitura da tradução que Beccari nos apresenta vai revelar em detalhes a grandeza e a importância deste trabalho, praticamente desconhecido dos leitores brasileiros e portugueses.

A teoria que informa a *Grammatica Speculativa* é bastante complexa e seu entendimento implica num mergulho – difícil, em princípio – no pensamento medieval. O estudo introdutório de

Beccari servirá de apoio para a compreensão do cenário em que a *Grammatica* foi produzida. As notas explicativas acrescentadas à introdução e, particularmente, à tradução constituem, também, outro bom recurso em auxílio do leitor.

Poucos historiadores da linguística, no Brasil, reuniriam as condições necessárias para executar a tarefa de traduzir a *Grammatica Speculativa*. Alessandro Beccari as reúne todas. Profundo conhecedor da língua latina e do pensamento medieval, Beccari finalmente permite o acesso, em português, a essa obra importante para o conhecimento da história dos estudos gramaticais, bem como ao riquíssimo pensamento medieval sobre a linguagem.

## I. Gramática especulativa: contexto histórico e intelectual

 *Grammatica speculativa*, originalmente intitulada *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa* (*Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa*), foi provavelmente escrita entre 1300 e 1310 e apareceu na culminância do movimento modista (1270-1330), em plena alta Escolástica (1150-1400), inserindo-se, portanto, na tradição que Auroux (2009 [1994])<sup>1</sup> denomina GLE (Gramática Latina Estendida)<sup>2</sup>. A gramática de Tomás de Erfurt<sup>3</sup> é, portanto, particularmente importante como fonte para a compreensão da história dos estudos da linguagem no contexto intelectual que antecedeu imediatamente o fim da Idade Média.

<sup>1</sup> O número entre colchetes refere-se ao ano da primeira edição. Este tipo de referência é utilizado por Altman (2004).

<sup>2</sup> Segundo Auroux (2009 [1994]), a tradição da Gramática Latina Estendida (GLE) começa a desenvolver-se a partir do momento em que o latim deixa paulatinamente de ser uma língua viva e passa a ser ensinado como idioma de cultura para falantes de outras línguas da Europa, principalmente depois do ocaso do Império Romano ocidental, ou seja, a partir do final do séc. V (ca. 476 d.C.). Assim, grosso modo, a GLE desenvolve-se a partir dos sécs. VI e VII d.C. como resposta pedagógica, principalmente da parte da Igreja Católica de rito latino, a uma série de motivações que não serão discutidas aqui, mas que, em sua origem, estão ligadas de uma forma geral à expansão missionária do cristianismo na Europa ocidental.

<sup>3</sup> Serão utilizadas ao longo do texto, algumas vezes, as iniciais TE para o nome do autor, Tomás de Erfurt, e outras vezes o nome completo. Com relação ao título da obra em latim, *Tractatus de modis significandi seu grammatica speculativa*, serão utilizados: a abreviação *GS* (*Grammatica speculativa*); *Tractatus*; *Tratado*; *Grammatica speculativa*; *Gramática especulativa*.

Entre 1270 d.C. e as primeiras décadas do século XIV, surge, nas universidades da França e do norte da Europa, uma série de tratados e comentários sobre os modos de significar das palavras que se assemelham à *Grammatica speculativa*, mas que, em sua maioria, não continham todos os assuntos que poderiam, de acordo com a tradição greco-latina e modista, ser tratados em uma gramática, a saber: uma apresentação da metalinguagem, uma discussão das partes do discurso e um estudo da sintaxe – todos esses assuntos são tratados na GS.

As ideias veiculadas nos escritos gramaticais dos modistas tornaram-se comuns entre o final da Idade Média e o início do Renascimento (i.e., entre o final do séc. XIII e o início do séc. XVI). O humanista João de Barros (ca. 1496-1570), autor da segunda gramática da língua portuguesa (publicada em 1540), no capítulo introdutório dessa obra, afirma ter a intenção de fazer uma gramática “não segundo convém à ordem da Gramática especulativa, mas como requer a preceitiva: usando os termos da Gramática latina [...] para não degenerar dela.” (1540, p. 8), o que pode demonstrar que as gramáticas modistas eram ainda, em pleno séc. XVI, um referencial do qual os novos gramáticos humanistas desejavam afastar-se. Como se verá nas seções seguintes deste trabalho, a tradição “preceitiva”, i.e., prescritiva, em que Barros quer incluir sua gramática, parece ser, de fato, muito diferente dos tratados e comentários explicativos, ou nocionais, dos gramáticos da tradição modista (BORGES NETO, 2007, p. 3).

Os autores dos tratados sobre os modos de significar ou gramáticas especulativas, que serão abordados nas seções posteriores desta introdução, recebem o nome de *modistae*, “modistas” ou “gramáticos especulativos”, simplesmente devido ao assunto anunciado nos títulos de suas obras: *de modis significandi seu*

*grammatica speculativa*. A teoria gramatical dos modistas é denominada modística ou teoria especulativa pelo mesmo motivo.

O marco inaugural de uma das noções centrais do modismo, a ideia de uma gramática universal, localiza-se na *Summa grammatica* de Roger Bacon (ca. 1214-94)<sup>4</sup>, que veio a lume na década de 1250 (ZUPKO, 2011). Por essa definição, Roger Bacon é considerado um pré-modista (COVINGTON, 1984, p. 23) ou um antecedente imediato dos modistas (BURSILL-HALL, 1972, p. 20; KELLY, 2002, p. 102).

Devido ao contexto intelectual em que são formados – a alta Escolástica (ca. 1150-1400) –, os modistas procuram dar um embasamento lógico-aristotélico à herança gramatical de base morfológica ou prescritiva que haviam herdado da Antiguidade Tardia. Este legado passa pelo filtro de uma tradição centenária de comentários às obras de Donato (fl. 350 d.C.) e Prisciano (fl. 500 d.C.), que, a partir do séc. XII, acabam por encontrar em Aristóteles uma abordagem teórica para suas pesquisas (BURSILL-HALL, 1972, p. 17).

De fato, o que distingue os modistas dos estudiosos que se debruçaram sobre os fenômenos da linguagem e que imediatamente os antecederam, como os carolíngios, por exemplo, é terem procurado aplicar os princípios explicativos da *scientia* aristotélica ao *corpus* gramatical que haviam herdado da Antiguidade

<sup>4</sup> Frequentemente considerada como a primeira formulação explícita de uma noção de gramática universal na história dos estudos da linguagem, Roger Bacon assim a expressa: [...] *grammatica una et eadem est secundum substantiam in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* [...] “[...] a gramática é substancialmente a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente [...]” (*Grammatica graeca*, II, 1, 2). A *Grammatica grega* de Roger Bacon é dividida em partes que se subdividem em *distinctiones*, “distinções”, e estas em capítulos. Este trecho encontra-se no segundo capítulo da primeira distinção da segunda parte. A edição aqui empregada é a de Nolan e Hirsch (1902).

Tardia. Nesse sentido, utilizando-se do arsenal teórico-metodológico aristotélico, os modistas trabalharam na direção de entender a língua latina como um todo orgânico. Esse entendimento do latim estava em consonância com o pensamento medieval, segundo o qual uma língua poderia ser compreendida por uma disciplina regida por princípios e inferências que refletissem, na linguagem, as propriedades do mundo entendidas pela mente. Os modistas chamaram essa disciplina de gramática especulativa e os seus princípios de modos de significar.

O *Tractatus* de TE aparece depois de 1310 e é considerado como o exemplar mais representativo das ideias amadurecidas do movimento modista (BURSILL-HALL, 1972; COVINGTON, 1984). Na verdade, de acordo com as proposições de Murray (1998), pode-se dizer que a *GS* é um produto do estágio final do movimento modista. Isso se constata na dimensão social ou externa do movimento modista: no final do séc. XIII, os modistas, centrados na Universidade de Paris, haviam atingido um sucesso perceptível em seu meio acadêmico; tal sucesso é atestado pelo grande número de tratados e comentários modistas que remetem diretamente ao ambiente escolástico da *lectio* e da *disputatio* (DE LIBERA, 1990, p. 21-30), que se constituíam nos momentos em que se punha em prática o método escolástico de argumentação.

Os modistas da geração de TE estavam cientes tanto do fato de proporem uma pesquisa desvinculada das letras clássicas quanto das críticas que recebiam da parte do nominalismo (COVINGTON, 1984). Portanto, a gramática de TE pode ser entendida como evidência de um momento de continuidade (ALTMAN, 2004) do movimento modista. Além disso, a *GS* é um manual didático que aparece na terceira e última geração do modismo e que recolhe e sistematiza boa parte do acervo de ideias originais

e amadurecidas das duas primeiras gerações desse movimento (BORGES NETO; DASCAL, 2004).<sup>5</sup>

Como a *GS* representa tanto uma sistematização quanto um desenvolvimento de uma tradição anterior, seu estudo é importante porque as teorias nela contidas representam, em seu contexto histórico, não só uma evolução na compreensão humana do objeto-linguagem, mas também fornecem pistas para o entendimento da evolução de uma teoria linguística em todos os seus aspectos e em todas as suas fases: ideias originais, formação de um núcleo de estudiosos, execução de manuais, críticas de outros grupos, fim da originalidade, abandono aparente do programa.

De um ponto de vista mais amplo, o estudo dos fatores intrínsecos e extrínsecos à *GS* pode não somente vir a auxiliar na explicação da gênese, do funcionamento interno e da queda produtiva da teoria modista em particular, mas também dar pistas sobre as causas mais gerais do fim da originalidade do quadro maior do qual o modismo é apenas uma faceta, a saber: o movimento modista pode auxiliar na explicação da decadência do escolasticismo medieval a partir da segunda metade do séc. XIV. Portanto, o fim da produtividade do modismo poderia ser um dado elucidativo ou pelo menos um indicador para uma melhor compreensão do fim da originalidade da primeira Escolástica.

<sup>5</sup> As teorias propostas por TE em sua gramática são exemplos de sistematizações de ideias tradicionais. Por exemplo, com o intuito de oferecer uma explicação adequada do sistema de casos do latim, TE procede da seguinte forma: opera um cruzamento de noções lógico-metafísicas aristotélicas; utiliza um quadro para representar as declinações, que remonta a Varrão (ca. 116-27 a.C.); faz uso da distinção origem-destino, que os modistas da segunda geração haviam derivado de uma analogia entre o discurso e a noção aristotélica do movimento físico; adota a correlação segundo a qual os nomes denotam substâncias e os verbos ações, idealizada por Prisciano (fl. 500 d.C.); faz uso da noção de alteridade da metafísica de Aristóteles (ca. 384-322 a.C.).

Apesar da importância da *GS*, sabe-se pouco a respeito do seu autor, a não ser que foi mestre da Universidade de Paris nas últimas décadas do séc. XIII e, supõe-se, escreveu a *GS* entre 1300 e 1310, em Erfurt, na atual Alemanha. Presume-se que fosse oriundo de Erfurt. Segundo Zupko (2011), seu trabalho mostra a influência de dois modistas que foram mestres da Faculdade de Artes de Paris: Radulfo Brito (ca. 1260-1309), da segunda geração de modistas, e Siger de Courtrai (ca. 1280-1341), contemporâneo de TE, o que sugere que ele estudou e talvez lecionasse na Universidade de Paris. Além da *GS*, TE teria comentado o *Isagoge* de Porfírio, as *Categorias* e o *Da interpretação* de Aristóteles e o anônimo *Livro dos seis princípios*. No âmbito pedagógico, há um pequeno livro seu de versos mnemônicos: o *Comentário em poesia “Fundamento dos meninos”*, que TE teria escrito para o ensino do latim para crianças. Esse pequeno livro foi editado por Gansiniec em 1960 (ZUPKO, 2011). Segundo esse editor, trata-se mais provavelmente de um resumo anônimo da *GS* e não de uma obra do próprio TE.

Nos séculos XIV e XV, a *GS* tornou-se o livro-texto modista padrão: existem mais de quarenta de seus manuscritos que chegaram até os dias de hoje. A autoria da *GS* foi atribuída erroneamente a João Duns Scotus (1266-1308) e chegou a fazer parte de uma das edições mais recentes de suas *Obras completas*. Devido a isso, Charles S. Peirce e Martin Heidegger julgaram que a *GS* fosse obra de Duns Scotus. A tese de 1916 de Heidegger intitulava-se *Die Kategorien und Bedeutungslehre des Duns Scotus*, mas a *Bedeutungslehre é na verdade a GS* de TE.

Pode-se dizer que os modistas representaram um grupo de linguistas autoconsciente, que se constituiu em um núcleo irradiador de ideias originais por pelo menos três gerações. TE per-

tence à terceira e última dessas gerações e sua gramática surge ao fim de um processo em que o modismo, em suas primeiras duas gerações, já conhecera o sucesso com figuras de liderança como Boécio da Dácia, Radulfo Brito (ca. 1260-1309) e Siger de Courtrai, e agora, no início do séc. XIV, começava a sofrer fortes críticas de defensores de outras correntes: nominalistas, averroístas e, nos séculos XIV e XV, humanistas.

Entre os líderes dos grupos que fizeram críticas à teoria modista, destacam-se o averroísta latino Johannes Aurifaber (fl. 1333), os nominalistas Guilherme de Ockham (ca. 1288-1348) e Pierre d'Ailly (1350-1420) e o humanista Lorenzo Valla (1407-1457).

Uma consideração cuidadosa de tais críticas explica o aparente abandono repentino do programa modista logo após o aparecimento da *GS*, entre a segunda e a terceira décadas do séc. XIV. Segundo Percival (1995), os humanistas não atacaram o modismo em particular, mas o escolasticismo medieval como um todo. Ou seja, o ataque humanista contra o modismo resulta da repercussão de um crescente descrédito pelo modo medieval, tipicamente escolástico, de pensar a língua por meio da lógica e a da metafísica aristotélica.

De fato, no final da Idade Média, especialmente no séc. XIII, o estudo das regras da cognição tornara-se mais prioritário do que a pesquisa sobre o discurso falado ou literário. Ao contrário disso, os humanistas, a partir do séc. XIV, começaram a interessar-se sobretudo pelos aspectos fônicos, lexicais, históricos e retóricos não só do latim, mas também das línguas vernáculas. Curiosamente, o desinteresse humanista pela lógica e a metafísica aristotélicas, que foi quase obliterante para o modismo, parece resultar mais de uma atitude psicológica de desprezo que de um

posicionamento teórico. Todavia, a determinação de qual dessas duas atitudes foi predominante parece depender mais do humanista em questão do que do humanismo como movimento.

De qualquer forma, a atitude intelectual do humanismo dos séculos XIV e XV é, de um modo geral, oposta à dos modistas e nominalistas. Na verdade, como grandes cultores da retórica ciceroniana e da literatura latina clássica, não surpreende que os primeiros humanistas interessem-se mais pelos estudos literários e filológicos, pela ética e pela história, e menos pela lógica e pela metafísica.

Ao fazer um trabalho de divulgação de ideias por meio de cartas literárias, trabalho este iniciado por Francesco Petrarca (1304-1374) e sem precedentes na Idade Média, os humanistas rapidamente tornaram-se uma espécie de grupo dominante nos estudos da linguagem nos dois séculos que sucederam o aparecimento do *Tractatus* de TE.

A partir da segunda metade do séc. XIV, o prestígio dos humanistas muda o interesse de boa parte da comunidade dos estudiosos da linguagem, que abandona os problemas sintáticos ou semânticos, a lógica aristotélica e o método escolástico para dedicar-se a disciplinas cujo horizonte passa a ser a literatura romana clássica: principalmente os estudos filológicos, a lexicologia, a estilística, a prosódia e a crítica literária.

Sob a influência dos humanistas, os estudos da linguagem tornam-se ancilares à retórica e aos estudos das belas-lettras. Como resultado disso, em meados do séc. XIV, a gramática começa a deixar de ser vista predominantemente como uma *scientia* autônoma. Por essa época, o diálogo entre a lógica e os estudos da linguagem entra em um longo período – aproximadamente cento e cinquenta anos – de quase silêncio. Esse silêncio só será interrompido

pela *Minerva* de Sanctius (Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600)) e, com maiores consequências para a história posterior da linguística, na *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* de Claude Lancelot (1615-1695) e Antoine Arnauld (1612-1694).

Nos parágrafos a seguir, serão apresentadas uma breve cronologia e uma introdução aos principais aspectos teóricos da gramática do escolástico Tomás de Erfurt.



## II. Um período de traduções e o retorno de uma controvérsia

No séc. XIII, houve um crescente desinteresse nas faculdades de artes das universidades pelo estudo e imitação da literatura clássica latina e da exegese bíblica patrística. Essa falta de interesse foi sintoma da leitura de novas traduções de Aristóteles e de seus comentaristas muçulmanos. Os manuscritos que continham essas traduções provinham especialmente da Península Ibérica e do sul da atual Itália e sua existência devia muito ao trabalho tradutório organizado pelos arcebispos de Toledo a partir de meados do séc. XII.

Domingo Gundisalvo (ca. 1110-1181), conhecido como o primeiro diretor da Escola de Tradutores de Toledo (ca. 1130), com João de Espanha (fl. 1150), um judeu falante do árabe e do vernáculo, é encarregado oficialmente pelo bispo de Toledo, Raimundo de Toledo (fl. 1140), da tradução de textos em árabe sobre os mais diversos assuntos, primeiramente para o vernáculo e, depois, para o latim. Os principais autores traduzidos são os intérpretes árabes, judeus e gregos de Aristóteles: a *Metafísica* e os tratados sobre lógica de Avicena (ca. 980-1037), o *Divisão das ciências* de Al-Farabi (ca. 870-950), o *Livro de introdução à arte das demonstrações da lógica* de Alexandre de Afrodísia (fl. 200 d.C.), o *Sobre o intelecto* de Al-Kindi (ca. 801-873), os tratados teológicos de Al-Ghazali (ca. 1059-1111) etc. (DE LIBERA, 1998, p. 344-348). Esses textos exercerão uma influência constante e decisiva no pensamento latino dos séculos XIII e XIV.

Também no séc. XII ressurgem textos da lógica aristotélica que há muito consideravam-se perdidos: as traduções latinas de Boécio (séc. VI) de três livros do *Organon* (*Tópicos*, *Primeiros Analíticos* e *Refutações Sofísticas*) são reencontrados (DE LIBERRA, 1998, p. 250-251). Antes do séc. XII, o mundo latino só conhecia esses textos por meio dos comentários de Boécio e eram lidos e comentados apenas os outros dois livros do *Organon*: as *Categorias* e o *Da interpretação*, traduzidos para o latim também por Boécio. Esses dois livros, para os quais Boécio também escrevera comentários, constituíram-se nos textos basilares para o entendimento da lógica aristotélica até o séc. XII e seriam chamados, a partir do séc. XIII, de *logica vetus* (a velha lógica). Finalmente, aparece a tradução latina do livro que faltava para que o *corpus* latino da lógica aristotélica fosse completo: os *Segundos Analíticos*, traduzido por Tiago de Veneza entre 1125 e 1150.

Além das novas traduções do *corpus* lógico de Aristóteles e de seus comentaristas árabes e judeus, houve outro fator pelo menos tão importante quanto essas traduções para o crescimento do interesse da intelectualidade medieval pela lógica e pela dialética. Foi uma controvérsia em que a intelectualidade do Ocidente encontrou-se entre os séculos XI e XII. Em linhas gerais, pode-se dizer que foi uma controvérsia entre os novos dialéticos das cidades e os antigos teólogos dos mosteiros rurais. Devido ao antiquíssimo ideal cristão-heremítico de *fuga mundi* (fuga do mundo) e às condições socioeconômicas do mundo pós-romano, esses mosteiros encontravam-se majoritariamente na zona rural e seu interesse educacional era voltado para a formação de monges.

Os centros urbanos da Europa ocidental – no fenômeno conhecido hoje como o renascimento das cidades no séc. XI – conhecem um novo tipo de intelectual: o dialético. Os dialéticos dos

séculos XI e XII são normalmente clérigos seculares, em outras palavras, são cônegos ou outros indivíduos ligados às dioceses, que se subordinavam a bispos ou abades de mosteiros próximos às cidades. Além desses indivíduos, os clérigos que lecionavam podiam ser, no caso de Paris, até mesmo “professores *agregés* (agregados a um corpo docente) que tinham recebido do monge encarregado (nesse caso, de um mosteiro próximo a Paris), em nome do bispo, a *licentia docendi*, o direito de ensinar” (LE GOFF, 2003, p. 44).

Segundo Le Goff (2003, p. 44), esses *agregés*, pela fama de sua independência de pensamento, acabavam por atrair um grande número de alunos “a suas casas particulares e aos claustros de Saint-Victor ou de Sainte-Geneviève que se abrem para eles.”

Entre os primeiros dialéticos, destacam-se Fulberto (ca. 952-1028), que estabeleceu a escola da catedral de Chartres, Berengário (falecido ca. 1080), que se utilizou da dialética e da metafísica aristotélicas para criticar a doutrina da transubstanciação, Roscelino (ca. 1050-1125), fundador do nominalismo medieval e acusado de heresia contra o dogma trinitário, e – sem dúvida o mais eminente deles – Pedro Abelardo (ca. 1079-1142), que ficou famoso seja pelo escândalo trágico em que se envolveu, seja por seu virtuosismo dialético.

Enquanto esses clérigos dialéticos limitavam-se a ensinar as regras do pensamento de acordo com a silogística de Aristóteles para usos práticos, por exemplo, para o direito e para a medicina, provavelmente seu trabalho era bem recebido pelas autoridades tanto seculares quanto eclesiásticas. Todavia, a partir do momento em que sua dialética era aplicada a uma crítica do dogma ou da política, surgiam inevitáveis inquietações. No que tange ao dogma, essas inquietações faziam-se ouvir por meio da pregação e dos escritos que vinham dos mosteiros.

Os teólogos que criticaram os dialéticos dos nascentes centros urbanos eram monges, também conhecidos como religiosos regulares, isto é, regidos por uma regra, como a de São Bento, por meio da qual pautavam seu dia a dia com orações, estudo e trabalho.

Idealmente, o alvo último da vida de um monge é a vida divina ou santa e, portanto, não se trata de uma existência dirigida principalmente à resolução de problemas filosóficos. Todavia, algumas proposições consideradas heréticas de pensadores de prestígio, como Berengário e Roscelino, levaram monges como Pedro Damiano (ca. 1007-1072) e Bernardo de Claraval (ca. 1090-1153) a fazer a seguinte pergunta à Cristandade de seu tempo: a fé e a revelação precisam da dialética? A resposta tradicional, que foi a que esses monges defenderam, é que a razão deve auxiliar e não atrapalhar a fé. Ou seja, na opinião desses religiosos, um raciocínio que coloque em questão os dogmas tradicionais dificulta mais do que auxilia no desenvolvimento espiritual dos fiéis.

Resumidamente, a controvérsia entre clérigos dialéticos e monges teólogos colocava frente a frente os monges, antigos detentores do patrimônio cultural do Ocidente, e os intelectuais dos novos centros urbanos, que despontavam como novos e hábeis administradores daquele patrimônio. Segundo Gilson (1998, p. 281-288), os dialéticos venceram. Seu virtuosismo e o fascínio da vida urbana atraíram um grande número de discípulos para suas escolas. Como resultado disso, os estudos passaram definitivamente dos mosteiros do campo para as catedrais das cidades e, nos séculos seguintes, para as faculdades de artes, estudos gerais e universidades.

O uso que a teologia do séc. XIII fez da lógica e da metafísica aristotélicas dá igualmente testemunho da vitória dos dialé-

ticos. Nesse contexto de grande prestígio da lógica e da dialética, não chega a ser surpreendente que os estudos gramaticais de viés filológico, como a exegese bíblica, e o cultivo das belas-letas e das outras artes liberais tenham sido relegados a um plano mais modesto nas faculdades de artes das novas universidades do séc. XIII. Na verdade, nesse novo clima de opinião, todas as *scientiae* (ciências) só atingiam seu estatuto “científico” quando consideradas como aplicadoras fidedignas do esquema dedutivo ensinado pelo *Organon* a seus campos de estudo particulares.

Parece paradoxal, mas a mesma dialética que preocupou monges como Pedro Damiano e Bernardo de Claraval guiou uma nova abordagem monástica para os problemas da linguagem. Tal abordagem é importante para o entendimento do pensamento linguístico teórico do séc. XIII. Um dos principais iniciadores dessa nova abordagem foi provavelmente Anselmo, abade de Bec e depois arcebispo da Cantuária (ca. 1033-1109), um monge beneditino. Com seu opúsculo *O gramático*, Anselmo associou, de maneira definitiva para o Medievo posterior, problemas linguísticos e filosóficos. Segundo Alain de Libera (1998, p. 297), a pergunta de Anselmo: “Como conciliar as descrições semânticas de Prisciano e de Aristóteles? [...] servirá de horizonte a toda a semântica medieval latina”. Em seu *De grammatico*, a pergunta específica de Anselmo parece ser: como palavras que significam coisas diferentes (“homem” e “gramático”) podem fazer referência à mesma coisa no mundo? No *De grammatico*, Anselmo responde a essa pergunta com um encadeamento discursivo estritamente silogístico: os problemas da língua natural passam a ser analisados com o auxílio dos raciocínios válidos.

O séc. XII preparou o caminho para que a gramática passasse, no séc. XIII, a ser entendida como uma *scientia sermonicalis*

(“uma ciência do discurso”) e não meramente como uma disciplina propedêutica para a exegese bíblica, para os estudos literários e as outras artes liberais.

### III. A gramática associa-se à lógica e à metafísica

Em seus escritos, Pedro Helias (ca. 1100-1166), discípulo do neoplatônico Thierry de Chartres (ca. 1100-1150) e mestre em Paris, associou claramente lógica e gramática e diferenciou esta última dos estudos literários. A gramática é pensada por ele como uma disciplina autônoma, filosófica e sem relação necessária com os estudos literários. Sua *Summa super Priscianum* é um tratado sobre as *Institutiones* de Prisciano. A premissa básica desse tratado é que todos os fenômenos linguísticos descritos por Prisciano deveriam ser explicados, semanticamente, de acordo com sua função na língua latina.

Em seu tratamento da sintaxe, Pedro Helias distingue entre construções parte a parte e sentenças: para ele, os elementos fundamentais do discurso são construções binárias, cada uma composta por não mais do que duas partes da frase, a saber: “advérbio + verbo”, “substantivo + particípio”, “preposição + substantivo” etc. Esse modelo de análise “parte a parte” é adotado pela gramática de dependência que será desenvolvida pelos modistas do final do séc. XIII. Os últimos capítulos do *Tractatus* de TE oferecem um dos melhores exemplos de uma gramática de dependências medieval. A análise sintática de TE, que parte do princípio de que só existem combinações parte a parte, é radicalmente diferente de análises que postulam combinações sentença a sentença. As gramáticas de tipo *Phrase-structure*, por exemplo, como as que seguem o modelo gerativo padrão, postulam o princípio de que

só há combinações entre sentenças. Segundo Covington (1984, 1990, 1992, 1998), postular, como fizeram os modistas, um princípio de que toda construção sintática ocorre sempre entre partes e não entre sentenças permite uma análise mais econômica de línguas possuidoras de ordens de palavras mais livres, como o grego, o russo, o coreano e o latim.

Nos séculos anteriores ao advento do movimento modista, houve uma tradição de glosas anônimas que começou com anotações escritas marginalmente nas cópias dos dois livros sobre sintaxe da gramática de Prisciano. Essa tradição de glosas estendeu-se do séc. IX ao XI. A partir do séc. XI, esses comentários começam a aparecer independentemente do seu contexto marginal e passam a ser usados como textos auxiliares à leitura do *Prisciano menor*. Esses comentários glosados eram bastante desorganizados e seu objetivo era meramente servir de material de apoio para a leitura de Prisciano.

Algumas das figuras centrais do renascimento do séc. XII, como Guilherme de Conches (fl. 1125) e Pedro Helias, além de escreverem um tipo mais organizado de comentários glosados, fizeram uso de glosas de autores anteriores para escrever comentários sobre sintaxe que eram independentes da leitura simultânea de Prisciano. Ao mesmo tempo, começam a surgir tratados originais sobre sintaxe, como os que são atribuídos a Roberto de Paris e ao inglês Roberto Blund (LUHTALA, 1995, p. 128).

Em seu comentário sobre a gramática de Prisciano, Guilherme de Conches critica a inadequação da abordagem de Prisciano na descrição da língua latina: a falta de consistência teórica que se materializa no uso incoerente que Prisciano faz de critérios semânticos e morfológicos em sua classificação das palavras (BURSILL-HALL, 1971, p. 21). Segundo Guilherme de Con-

ches, embora Prisciano tivesse feito do significado o seu único critério, ao afirmar que [...] *non aliter possunt discerni a se partes orationis, nisi uniuscuiusque proprietates significationum attendamus* “não há outra forma de distinguir as partes do discurso entre si a menos que atentemos para a significação das propriedades de cada uma” (*Institutiones* 2, 55, 4-5), na prática, ele manteve a classificação morfológica que tomara de empréstimo dos gregos sem desenvolver maiores explicações semânticas. Em seus *Modi significandi sive quaestiones super Priscianum maiorem* (*Modos de significar ou questões sobre o Prisciano maior*), Boécio da Dácia (ca. 1240-1280), um gramático modista da primeira geração, criticará Prisciano justamente nesse sentido:

[...] *cum Priscianus non docuit grammaticam per omnem modum sciendi possibilem in ea, sua doctrina est valde diminuta, unde constructiones multas dicit, quarum [...] causas non assignat, sed solum eas declarat per auctoritates antiquorum grammaticorum [...]*

[...] como Prisciano não explica a gramática por meio do conhecimento de seu funcionamento interno, sua teoria é muito limitada. Daí que tire muitas conclusões gratuitas [...] que justifica recorrendo à autoridade dos gramáticos antigos [...] (*Quaestiones*, A, 9)<sup>6</sup>.

É de se notar que as primeiras críticas à gramática de Prisciano por suas inconsistências teóricas surgem concomitantemente à divulgação das novas traduções do *corpus* lógico aristotélico e

<sup>6</sup> As 134 *Quaestiones* de Boécio da Dácia foram editadas, introduzidas e traduzidas por McDermott (1980). Em sua edição, McDermott dividiu essas questões em seis conjuntos de temas específicos, que indicou por meio de títulos e pelas letras de A a F. A questão “A, 9” faz parte do grupo de questões sobre a natureza da gramática em geral.

as de seus comentadores. O resultado dessas críticas aparece em textos gramaticais que procuram dar as *causae inventionis* (razões lógico-metafísicas) das classes de palavras e da sintaxe, ou seja, explicar fenômenos da linguagem de acordo com um método aristotélico de argumentação. Esses esforços culminariam nos textos modistas do final do séc. XIII.

## *IV. Uma gramática universal há mais de 700 anos*

A definição de gramática universal, que aparece pela primeira vez em 1250, originou-se na mente de um franciscano inglês que viveu há mais de 700 anos: Roger Bacon (ca. 1220-1292). É uma afirmação de Roger Bacon, na introdução de sua gramática do grego (ca. 1250), que resume, pela primeira vez no Ocidente, a noção de gramática universal: *grammatica una et eadem est secundum substantia in omnibus linguis, licet accidentaliter varietur* “a gramática é a mesma em todas as línguas, embora varie acidentalmente” (para a fonte deste excerto, cf. nota 4 acima). Essa é a primeira definição explícita de uma gramática universal na história da linguística do Ocidente. Cerca de vinte anos mais tarde, os gramáticos modistas partiriam dessa noção de gramática universal e das ideias de linguistas de séculos anteriores, como Pedro Helias, para criar a primeira gramática de dependência da história da linguística europeia: uma gramática “científica”, ou seja, um texto que procura dar uma explicação integral a respeito das línguas e da linguagem partindo de princípios que se submetem aos procedimentos da lógica e da metafísica aristotélicas.

As ideias linguísticas dos modistas, que representaram uma nova teoria sobre a linguagem, irradiaram-se para o norte da Europa, a partir da Universidade de Paris, por meio de mestres dinamarqueses, ingleses, franceses e alemães, como Boécio da Dácia (ca. 1240-1280), Radulfo Brito (ca. 1260-1309), Siger de Courtrai

(ca. 1280-1341) e Tomás de Erfurt (fl. 1310). O modismo compreendeu três gerações de gramáticos: a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> foram gerações de pensadores originais, como Boécio da Dácia, Radulfo Brito e outros; a 3.<sup>a</sup> foi representada por divulgadores e sistematizadores, como Siger de Courtrai e TE.

No geral, o modismo se caracteriza por: 1) uma recepção das categorias morfológicas das gramáticas de Prisciano e Donato, em que é feita uma tentativa de explicação lógico-metafísica (nocional) para as classes de palavras; 2) uma sistematização da sintaxe, que é a parte originalmente modista da teoria, por ser a primeira teoria ocidental em que se apresenta a noção de dependências sintáticas.

As gramáticas modistas dominaram o cenário dos estudos da linguagem no final do séc. XIII: há um grande número de manuscritos modistas que foram editados no final da década de 1970 pela equipe de Jan Pinborg na Dinamarca que atestam esse predomínio.

A partir da década de 1320, o modismo começa a sofrer fortes críticas de pensadores que adotavam uma ontologia de orientação nominalista e se opunham ao conceitualismo dos modistas, já que este propunha a existência de entidades mentais independentes.

No final do séc. XIV, o modismo também sofreu a oposição de humanistas de grande prestígio: por exemplo, é desse período um tratado antimodista escrito por um renomado humanista, Pierre d'Ailly (ca. 1351-1420) cujo título original é *Destructiones modorum significandi*. D'Ailly fora reitor da Universidade de Paris, o que demonstra que, no final do séc. XIV, o modismo já caíra em descrédito até mesmo em seu lugar de origem, ou seja, na

Universidade de Paris, onde Tomás de Erfurt lecionara há apenas algumas décadas.

Possivelmente o fator mais importante para uma total refutação retórica do modismo foi a ascensão do humanismo, um movimento que, como se sabe, viria a causar uma mudança radical no pensamento do Ocidente. A partir de cerca de 1350, sob influência de intelectuais como Francesco Petrarca, os estudiosos da linguagem voltar-se-iam novamente para as letras clássicas (latinas) e, em consequência disso, a filologia, a retórica, a poética e a história substituiriam os interesses medievais pela lógica e pela gramática, que haviam concentrado os esforços da intelectualidade até meados do séc. XIV.

Um retorno às belas-letas acontecera duas vezes na Europa ocidental durante a Idade Média: nos renascimentos dos séculos IX e XII. Todavia, esse retorno nunca alcançara a proporção do que aconteceu no séc. XIV. Com a substituição do latim pelas línguas vernáculas e com uma certa laicização do conhecimento, a linguagem passaria, então, a ser vista mais como uma construção reformável humana do que como um reflexo de uma ordem universal. Além disso, no contexto das ideias filosóficas, um novo neoplatonismo não acadêmico começara a contrapor-se fortemente ao domínio da escolástica aristotélica das universidades, instituições controladas por clérigos.

Embora o modismo tenha desaparecido como movimento produtivo no séc. XIV, noções como “modo de significar”, “dependência” e “regência” continuaram a ser usadas em gramáticas humanistas latinas e vernaculares posteriores. Mais do que refutado, o modismo parece ter sido simplesmente desconsiderado ou até mesmo esquecido pelos humanistas na maior parte dos séculos XV e XVI.

Uma rápida leitura dos fatos históricos acima discutidos permite algumas observações gerais sobre a história dos estudos da linguagem e o clima de opinião na Europa ocidental entre os séculos XI e XIV. A partir do diálogo *De grammatico* (*O gramático*) de Anselmo (ca. 1033-1109) e do início da tradução do *corpus* aristotélico, que se dá principalmente em Toledo (atual Espanha) – a partir de aproximadamente 1150 –, há uma tendência para a análise linguística fundamentar-se mais e mais em premissas lógico-filosóficas. Nesse sentido, nos séculos XI e XII o foco dos estudos da linguagem no Ocidente passa a ser gradativamente mais teórico que descritivo ou normativo, embora a ênfase descritiva seja ainda predominante no decorrer de todo o séc. XII. Nas palavras de Gilson, “A tradição romana da *eloquentia* perpetuou-se, modesta mas continuamente, desde a chegada de Alcuíno à França até o fim do séc. XII” (1998, p. 494). O fundamento para a manutenção desse padrão de *eloquentia* era, principalmente, o estudo cuidadoso das obras de Cícero, Quintiliano e Agostinho de Hipona e da poesia latina clássica.

Outra característica do séc. XII, que se opõe ao séc. XIII, é sua ênfase no estudo do pensamento platônico e patrístico em oposição ao pensamento aristotélico. Na verdade, as novas traduções latinas da metafísica e da lógica de Aristóteles e de seus comentadores árabes não tiveram o tempo e o impacto suficientes para dominar as escolas catedrais ao longo de todo o séc. XII (GILSON, 1998, p. 414).

Todavia, essa situação mudaria já no início do séc. XIII, com a tradução e a difusão das obras lógicas de Aristóteles no mundo latino. A partir desse momento, o tempo consagrado ao estudo dos clássicos romanos é sacrificado cada vez mais em prol

dos estudos da recém-redescoberta lógica aristotélica. Segundo Gilson (1998, p. 495):

Vemos aparecer, então, uma cultura de tipo novo, baseada no mínimo de gramática exigido para o uso corrente do latim de todo escolar, (uma cultura) constituída pelo estudo da lógica e da filosofia de Aristóteles e coroada pelo estudo de uma teologia cuja técnica se inspira nessa lógica e nessa filosofia.

Um dos últimos frutos dessa nova cultura será o pensamento linguístico nocional ou teórico, i.e., dedutivo, das gramáticas modistas. Tal pensamento tornar-se-á hegemônico, de fato, somente nas últimas três décadas do séc. XIII, na Faculdade de Artes da Universidade de Paris.

A opção nocional, que se tornara a favorita dos mestres de gramática dos *studia generalia* (estudos gerais/universais) ou *universitates magistrorum et scolarium* (universidades de mestres e estudantes), passa a concentrar as atenções do grupo de pesquisadores de maior prestígio na época: os ocupantes das cadeiras de gramática da Faculdade de Artes da Universidade de Paris. Esse grupo dividia-se entre clérigos seculares e membros das ordens mendicantes, os dominicanos e os franciscanos, que ensinavam de acordo com um método escolástico que se encontrava no ápice do seu desenvolvimento como técnica de ensino e aprendizagem (ULLMANN, 2000, p. 57). Ressalte-se que pré-modistas como Roger Bacon e modistas como Bóecio da Dácia (ca. 1240-1290), Radulfo Brito (fl. 1300) e Tomás de Erfurt (fl. 1310), além da autoria de textos gramaticais, foram também importantes filósofos escolásticos que produziram comentários e tratados sobre uma diversidade de assuntos.



## V. *Os pressupostos da teoria modista*

*S*e acordo com McMahon (1980, p. 145), segundo a metateoria modista, os modos de significar de uma palavra não podem ser estabelecidos sem que se distingam primeiramente as propriedades intramentais e extramentais a que esses modos correspondem. Nesse sentido, antes de mais nada, é preciso que o gramático enumere quais são os modos de ser ou propriedades físicas a que um certo conceito corresponde. Em seguida, é necessário correlacionar esses modos de ser (ou propriedades físicas do mundo) com os modos dessas propriedades serem entendidas pela mente. Esses modos de entender, somados, constiuem um conceito. Finalmente, esses modos das propriedades serem coentendidas pelo intelecto, no conceito, podem ser correlacionados aos modos de cossignificar da palavra que corresponde a esse conceito.

Os modistas faziam uso das dez categorias da lógica aristotélica para efetuar essas correlações. Assim, cada modo de uma coisa ser no mundo (cada uma de suas propriedades) corresponderia a uma proposição que se enquadraria em uma das dez categorias de Aristóteles. Para a soma das proposições lógicas (ou modos de entender) que perfazem um conceito corresponde uma soma dos traços semânticos (ou modos de significar) que constituem uma palavra. Ambas, proposições e traços, correspondem a propriedades físicas das coisas no mundo (seus modos de ser). Essas correlações podem ser representadas assim:

FIGURA 1 – A CORRESPONDÊNCIA “MUNDO-INTELECTO-LINGUAGEM”



É bom salientar que os modistas afirmam que a entidade pode ser expressa linguisticamente por meio de vários modos com base em Aristóteles. Na *Metafísica* (Livro  $\Gamma$  (gama) IV, 1003b33-4), Aristóteles afirma: *Tò dè òn légetai mèn pollakòs, allà pròs èn kai mían tinà phýsin kai oukh homonýmos [...]*, que Guilherme de Moerbeke (ca. 1215-1286) traduziu como: *Ens autem multis quidem dicitur modis; sed ad unum et ad unam naturam aliquam et non aequivoco* (IV, 2, 297).<sup>7</sup> A tradução para o português dessa versão para o latim de Guilherme de Moerbeke poderia ser: “O ente é dito de vários modos, mas (sempre) de um (ente) e de uma natureza e não com equívoco”.

<sup>7</sup> Guilherme de Moerbeke foi o tradutor de grego de obras que Tomás de Aquino utilizou, já que este não tinha um conhecimento profundo do grego. Sua atividade tradutora se estende de 1262 a 1272. Revisou traduções já existentes da *Metafísica*: livros I-XI; traduziu o livro XII. Traduções latinas completas (com os livros XIII-XIV) só apareceriam a partir de 1450, com a tradução do Cardeal Basílio Bessarion (1403-1472) e a do jesuíta português Pedro da Fonseca – conhecido como o Aristóteles português (1528-1599) – entre 1577-1589. Durante a alta Escolástica, Tomás de Aquino não esteve sozinho em seu desconhecimento do grego: de um modo geral, os escolásticos não liam nesse idioma e, por isso, dependiam de traduções como as de Moerbeke. Embora não seja este o objetivo deste estudo, a comparação com os textos originais de traduções medievais latinas do *corpus* aristotélico pode ajudar o estudioso contemporâneo a entender melhor a maneira como a Idade Média interpretou e desenvolveu as ideias de Aristóteles. Tomás de Erfurt, por exemplo, parafraseia passagens de obras e cita termos aristotélicos somente em latim escolástico e nunca no original grego. No caso específico do excerto acima, na *Grammatica speculativa*, os termos que Moerbeke utiliza, *ens* e *modus*, são constantemente empregados por TE em sua gramática, o que dá indícios de que esses termos técnicos, que representam noções fundamentais da modística, podem ter sua origem e/ou transmissão nas traduções de Moerbeke.

As categorias de Aristóteles, da perspectiva da Escolástica do fim do séc. XIII, podem ser entendidas como os dez conjuntos mais gerais das propriedades metafísicas do mundo. Lyons (1979, p. 286), a respeito da doutrina escolástica das categorias, afirma: “Na filosofia aristotélica (e escolástica), as categorias eram as diferentes maneiras, os modos, pelos quais se podia atribuir propriedades às coisas: e partia-se do princípio de que os diferentes modos de predicação representavam diferenças no mundo objetivo, diferentes modos de ‘ser’.” A teoria gramatical modista realmente parece partir desse pressuposto. Todavia, essa correspondência entre coisas, conceitos e palavras precisa ser relativizada, como observa Allan (2004, p. 329), já que o próprio Aristóteles, nas *Categorias* (VIII, 11a 23-32), enfatiza que o conhecimento gramatical, tal como o conhecimento da música, não corresponde ao conhecimento de algo externo à gramática:

ἡ μὲν γὰρ ἐπιστήμη, γένος οὔσα, αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἐτέρου λέγεται (τινὸς γὰρ ἐπιστήμη λέγεται), τῶν δὲ καθ’ ἕκαστα οὐδὲν αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἐτέρου λέγεται, οἷον ἡ γραμματικὴ οὐ λέγεται τινὸς γραμματικὴ οὐδ’ ἡ μουσικὴ τινὸς μουσικὴ [...] οἷον ἡ γραμματικὴ λέγεται τινὸς ἐπιστήμη, οὐ τινὸς γραμματικὴ, καὶ ἡ μουσικὴ τινὸς ἐπιστήμη λέγεται, οὐ τινὸς μουσικὴ.<sup>8</sup>

Com efeito, o conhecimento, sendo gênero, ele próprio é dito de uma coisa – pois é conhecimento de alguma coisa, mas nenhum dos conhecimentos particulares é, ele próprio, dito de outro. Por exemplo, a gramática não se diz gramática de alguma coisa, nem a música é dita música de alguma coisa [...] a gramática é dita conhecimento de alguma coisa, mas não gramática de alguma coisa, e a música conhecimento de alguma coisa, mas não música de alguma coisa.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Esta citação das *Categorias* em grego original é oriunda da edição de 1996 dessa obra, constante na *Loeb Classical Library*.

<sup>9</sup> Tradução de Teixeira da Mata (2005).

De qualquer forma, a interpretação de Lyons é corroborada pela opinião do filósofo Gilbert Ryle (2009, p. 178-84), segundo a qual Aristóteles estabeleceu um conjunto das categorias mais gerais da realidade<sup>10</sup>. O método de Aristóteles para estabelecer esse conjunto foi o de fazer uma lista de proposições sobre uma mesma entidade qualquer do mundo, por exemplo, sobre Sócrates. Em seguida, ele diferenciou cada uma dessas proposições de acordo com o predicado que atribuiu a ele – nesse caso, a Sócrates –, por exemplo: “um metro e oitenta de altura”, “tem oitenta quilos”, etc. são proposições classificadas como predicados que denotam as “quantidades” de Sócrates; “tem barba”, “olhos castanhos” denotam suas “qualidades”; “filósofo”, “cidadão ateniense”, etc., suas “condições” ou “estados”, etc. Segundo Aristóteles, existem dez tipos de perguntas gerais que podem ser usadas para classificar qualquer predicado como esses. Essas perguntas distribuem esses predicados-respostas em famílias ou tipos (predicados de quantidade, de qualidade, de relação, etc.), que correspondem às dez categorias tradicionais da lógica de Aristóteles: substância, quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição (estado), ação e paixão (*Categorias* IV, 1b 25-2a 10). O quadro a seguir procura demonstrar como as dez categorias são estabelecidas a partir desse processo de perguntas e respostas:

<sup>10</sup> Embora, de acordo com Pini (2002, p. 2) e Angioni (2006, p. 34), essa afirmação seja duvidosa do ponto de vista do atual estado da arte da história da filosofia, a epistemologia modista só parece fazer sentido se as categorias de Aristóteles forem pensadas como classes gerais de predicados.

QUADRO 1 – AS DEZ CATEGORIAS DE ARISTÓTELES (ca. 384-322 a.C.)

	GREGO (Transliteração) <sup>11</sup>	LATIM (séc. XIII) <sup>12</sup>	TRADUÇÃO (Arguição)	EXEMPLOS (Respostas) <sup>13</sup>	TRADUÇÃO Estabelecida
	<i>Kategoríai</i> <sup>14</sup> (= inqueritos)	<i>Praedicamenta</i> (= <i>oratio in aliquem</i> )	<u>Tipos de Perguntas</u>	Tipos de respostas possíveis	Categorias
Sujeito ( <i>sub-iectum</i> = o que subjaz)	<i>Ousía</i>  (= 1 coisa; 2 propriedade/pos-se/bem)	<i>Substantia</i> (= <i>res</i> )	<u>O quê?/ Que coisa?/ Quem?</u>	Um animal racional	Substância
Predicado  ( <i>prae-dicatum</i> = o que é dito diante de algo/alguém)	<i>Posón?</i>	<i>Quantitas</i>	<u>Quanto?/Que tamanho?</u>	Tem 80 kg.	Quantidade
	<i>Poión?</i>	<i>Qualitas</i>	<u>Como?/ Parecido com quem/o quê?</u>	Calvo	Qualidade
	<i>Prós ti?</i>	<i>Relatio</i>	<u>Qual relação?</u>	Marido de Xântipa	Relação
	<i>Pou?</i>	<i>Ubi?/Locus</i>	<u>Onde?</u>	Está em Atenas.	Lugar
	<i>Poté?</i>	<i>Quando?/Tempus</i>	<u>Quando?</u>	No séc. V a.C. (ca. 469-399 a.C.)	Tempo
	<i>Keísthai</i> (estar)	<i>Situs</i>	<u>Em que posição?</u>	Está em pé.	Postura/ Posição
	<i>Échein</i> (ter)	<i>Habitus</i>	<u>Qual seu estado?</u>	Acordado/ Vigilante	Estado/ Condição
	<i>Poieîn</i> (fazer)	<i>Actio</i>	<u>Faz o quê?</u>	Faz partos de ideias.	Ação
<i>Páschein</i> (sofrer)	<i>Passio</i>	<u>Sofre o quê?</u>	É admirado por seus discípulos.	Paixão	

<sup>11</sup> *Categorías*, IV, 1b25-2a10.

<sup>12</sup> SCHÜTZ, Ludwig. Thomas-Lexikon. In: *Corpus Thomisticum*, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/tlp.html#praedicamentum>>. Acesso em: 09 maio 2011.

<sup>13</sup> Qualquer uma das respostas, exceto a primeira, pode ser transformada em uma pergunta de tipo: Quem...? O quê...? Qualquer dessas respostas sempre resultará na mesma substância/ente: Sócrates, i.e., no possuidor dos predicados, e nunca em um outro predicado – esse é um procedimento para identificar a substância e distingui-la dos acidentes/predicados.

<sup>14</sup> Termo originalmente (antes do séc. IV a.C.) usado no contexto jurídico das demandas públicas: etimologicamente, pode ser traduzido como “inqueritos”.

O método de Aristóteles para classificar as proposições ou asserções sobre qualquer entidade (substância) no mundo é feito de acordo com as dez categorias (perguntas) supracitadas. Assim, é como se cada vez que Aristóteles necessitasse classificar alguma coisa, ele simplesmente perguntasse: “de que tamanho?” (quantidade), “com que(m) se parece?” (qualidade), “filho de quem?” (relação), etc. No caso da classificação de “Sócrates”, há proposições que servem de respostas para alguma das perguntas sobre ele, como, por exemplo: “de que tamanho?” “– um metro e oitenta de altura”, “– oitenta quilos”, etc.; “com que(-m) se parece?” “– com um filósofo grego”, “– com Pitágoras”, etc., e outras não, como “– no mercado” para “de que tamanho?” ou “– em pé” para “com que(m) se parece?”. Dessa forma, basta que duas respostas respondam à mesma pergunta para serem classificadas na mesma categoria. Além disso, ao se afirmar que “Sócrates **se parece com Pitágoras**” e que “Sócrates **está em Atenas**”, sabe-se que Sócrates está incluído na categoria da substância, porque quaisquer afirmações que respondam a qualquer uma das perguntas a respeito dele, exceto a primeira, incluem Sócrates automaticamente na primeira – a categoria da substância – já que as outras nove correspondem aos acidentes desta. Enquanto a categoria da substância exprime a característica essencial de uma entidade – no caso de Sócrates, “ser um animal racional” –, as outras nove incluem apenas proposições sobre os acidentes, ou qualidades contingentes, dessa entidade.

Outra maneira de definir a substância é transformar as proposições (respostas) de uma mesma categoria em perguntas, como em: “quem se parece com Pitágoras?”; “quem tem um metro e oitenta?”. Essas perguntas selecionam o termo possuidor desses predicados – nesse caso, Sócrates – e o classificam como um dos termos que pode ser classificado como uma substância com tais e tais acidentes.

A doutrina aristotélica das dez categorias foi um dos dois principais pressupostos da teoria modista. O outro pressuposto principal está intimamente ligado à noção de substância (a principal das dez categorias) e é este: a existência de uma entidade (ou substância) precede quaisquer modificações/acidentes que a ela sobrevenham, metafisicamente: *ENS* → *ESSE* (Leia-se: o *ens* (o ser da entidade/da substância<sup>15</sup>) precede fisicamente o *esse* (o ser isto ou aquilo/o ser neste ou naquele estado/o ser neste ou naquele momento)). Ou seja, assume-se que a existência de um ser precede sua caracterização. Analogicamente, os modistas leram essa precedência da entidade como: *SUPPOSITUM* → *APPOSITUM* (Leia-se: o suposto (um nominal) faz referência a uma substância no mundo, por isso, antecede logicamente o seu aposto, que se refere a um acidente, ou predicado, dessa substância). Entenda-se aqui *suppositum* como “posto em lugar de”, no sentido em que o suposto faz referência (lógica e linguisticamente) a alguma coisa no mundo. Segue-se que os modistas entendem que a estrutura geral da sentença corresponde à estrutura geral da realidade, e esta, por sua vez, corresponde à estrutura geral da proposição mental. Essa precedência ontológica pode ser ilustrada por esta símile: uma substância precede quaisquer de seus acidentes como alguém precede a sua própria imagem no espelho.

Segundo a terminologia modista, predicados como “se parece com Pitágoras” e “tem um metro e oitenta” correspondem a duas das propriedades ou modos de ser da substância “Sócrates”. Esses modos de ser (*modi essendi*) são entendidos pelo intelecto por meio

<sup>15</sup> *Ens* foi traduzido até aqui como “o ser da substância” ou “o ser da entidade”, mas pode também ser traduzido simplesmente como “o ser”. Assim, aristotelicamente, o *ens* deve ser entendido como a realidade mais geral de qualquer coisa singular acessível ao intelecto por meio dos sentidos: a existência pura e simples dessa coisa.

dos modos de entender (*modi intelligendi*) que lhes correspondem e recebem significados da linguagem por meio de modos de significar (*modi significandi*). Assim, os modos de entender e de significar são os correlatos, respectivamente, intelectuais e linguísticos dos modos de ser. Estes, por sua vez, equivalem a conjuntos de tipos de asserções similares que podem ser feitas a respeito de uma determinada coisa ou entidade no mundo. Essas asserções constituem as categorias ou famílias de proposições que definem essa entidade.

Na teoria modista, as classes de palavras denotam conjuntos de propriedades que são instâncias das categorias de Aristóteles. Dessa forma, o nome é a classe de palavras que significa, acima de tudo, a estabilidade (o estado) e a permanência de uma coisa no mundo, a saber: as duas propriedades mais gerais de uma substância. Ademais, embora o nome corresponda prioritariamente a uma substância, a classe dos nomes pode significar as propriedades não só das coisas individualmente, mas também de conjuntos de coisas semelhantes. Os medievais chamavam esses conjuntos de coisas semelhantes de gêneros e espécies: “árvore”, “animal”, “pedra”, “montanha”, “homem”, etc., eram entendidos como nomes que fazem referência a gêneros (“animal”, “vegetal”, “mineral”) ou espécies (“homem”, “árvore”, “pedra”). Nesse sentido, enquanto o nome “Sócrates” refere-se a uma substância, o nome “animal” refere-se a uma espécie de substância.

Como uma espécie supõe uma qualidade comum – “ser animal” –, esses nomes de espécies de substâncias, ou nomes comuns, instanciam tanto a categoria da substância, porque são nomes de substâncias, quanto a categoria da qualidade, porque indicam uma qualidade compartilhada por um conjunto de substâncias. Todavia, a atribuição de uma qualidade pode acontecer de diversas maneiras (modos): as palavras “sábio”, “verde”, “ateniense”, embora refi-

ram-se a qualidades, referem-se a diferentes tipos de qualidades. Em “sábio” tem-se a propriedade da qualidade de uma substância individual que participa de um universal: a sabedoria. Em “verde”, tem-se uma referência a uma qualidade comum que depende de uma substância: a folhagem pode ser verde, mas a cor verde não se apresenta por si só ao sentido da visão. No terceiro caso, “ateniense”, tem-se a referência a uma qualidade específica, mas que se restringe a um determinado grupo de substâncias: os nativos da cidade de Atenas. Segundo a teoria modista, “sábio”, “verde” e “ateniense” têm em comum o fato de serem nomes de qualidades, mas denotam qualidades diferentes por possuírem modos de significar distintos. Ou seja, a possibilidade de essas três palavras referirem-se a uma qualidade é seu modo mais geral (comum) de significar; já a capacidade de referirem-se a qualidades específicas são seus modos especiais de significar. No caso de “sábio”, têm-se, então, quatro modos de significar: os modos da estabilidade e da permanência de uma substância ou ente (nome); o modo da distribuição ou comunicação de uma espécie (nome comum); o modo de aderir a uma substância (adjetivo). Como possuidor desses quatro modos de significar, “sábio”, de acordo com a teoria modista, é classificado como um “nome comum adjetivo”.

Na gramática modista, as palavras são classificadas de acordo com seus modos ou maneiras de significar realidades do mundo. Assim, os verbos pertencem à classe de palavras que significam, prioritariamente, a mudança de estado nas coisas do mundo e, portanto, significam propriedades que instanciam as categorias aristotélicas do tempo, da ação, da paixão e do estado.

A conjunção é a classe de palavras que significam as relações entre as coisas do mundo. Além disso, as conjunções individuais refletem diferentes instâncias da categoria da relação.

Portanto, segundo a teoria modista, as classes de palavras de uma língua corresponderiam a propriedades do mundo que podem ser classificadas de acordo com pelo menos uma das dez categorias de Aristóteles. Por exemplo, haveria propriedades relacionais no mundo que instanciaríamos a categoria da relação e corresponderiam a diferentes tipos de conjunções (relações). Portanto, a conjunção seria a parte da frase que, de diferentes formas, significaria a ligação ou desligamento de dois elementos com relação a um terceiro. As diversas relações instanciadas pelas conjunções definiriam os diferentes tipos de conjunção. A conjunção aditiva “e” significaria a junção de duas coisas com relação a uma terceira, como em “Pedro e João correm”; a adversativa “ou”, por sua vez, significaria a disjunção de duas coisas com relação a uma terceira, como em “Pedro ou João correm”; a conjunção causal “logo” significaria que a ordem da relação iria do termo antecedente ao conseqüente: “Sócrates corre, logo move-se”; já a conjunção conclusiva “portanto” significaria a direção oposta: do conseqüente ao antecedente – “A terra interpõe-se entre a lua e o sol, portanto, a lua é eclipsada”. Note-se que, nestes dois últimos casos, a ordem da relação entre o antecedente e o conseqüente é diferente: em “Sócrates corre, logo move-se”, a relação significada por “logo” é de tipo “causa-efeito”; já em “A terra interpõe-se entre a lua e o sol, portanto, a lua é eclipsada”, a relação significada por “portanto” é, segundo Tomás de Erfurt, de tipo lógico, porque existe uma explicação racional – de fato, silogística – para o eclipse: não se trata apenas de uma causalidade simples (*Grammatica speculativa*, XXXIX, 77).

Na definição e distinção das classes do nome comum substantivo e do nome comum adjetivo, as correspondências entre as propriedades que instanciam os modos de significar dessas classes são apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO 2 – AS PROPRIEDADES DAS COISAS E SUA CORRESPONDÊNCIA COM OS MODOS DE SIGNIFICAR

MUNDO	MENTE		
	INTELECTO	LINGUAGEM	
Propriedades: modos de ser (instâncias físicas das categorias metafísicas)	Modos de entender	Modos de significar	Classe de Palavra <sup>16</sup>
Estado + Permanência → (matéria)  Apreensão determinada → (forma)	Modos de coentender: co-ocorrem (1) o <b>estado</b> e a <b>permanência</b> de um ente ( <i>modus entis</i> ) e (2) sua <b>apreensão determinada</b> .	Modos <b>essenciais</b> de cossignificar: (1) um ente ( <i>modus entis</i> ) e (2) sua <b>apreensão determinada</b> .	Nome (1, 2) <sup>17</sup> (modo mais geral)
Comunicação numérica de uma <b>forma substancial</b> →  Apreensão determinada → Estado + Permanência →	Modos de coentender: co-ocorrem (3) a <b>comunicação de uma forma substancial</b> na (2) apreensão determinada de (1) um ente.	Modo <b>subalterno</b> de cossignificar (3) a <b>forma comum substancial</b> de (1) um ente que é (2) apreendido <u>por si mesmo</u> (por ex., “árvore”, “montanha”, “pedra”, etc.)	Nome (1, 2) <b>comum substantivo</b> (3) <sup>18</sup>
Comunicação numérica de uma <b>forma accidental</b> →  Apreensão determinada → Estado + Permanência →  <u>Ser isto ou aquilo</u> → (de maneira participativa)	Modos de coentender: co-ocorrem a (4) <b>comunicação de uma forma accidental</b> , a qual, na (2) apreensão determinada de (1) um ente, (5) <b>adere</b> a este.	Modo <b>subalterno</b> de cossignificar (4) uma <b>forma comum accidental</b> que é (2) <b>apreendida</b> como (5) <b>aderindo</b> a (1) um ente (por ex., “arbóreo”, “montanhês”, “pétreo”, etc.)	Nome (1, 2) <b>comum adjetivo</b> (4, 5)

<sup>16</sup> Os modos de significar de cada parte do discurso (*pars orationis*) correspondem a um número de propriedades de coisas fora da mente (*proprietas rerum* ou *modi essendi*) por meio de um conjunto de proposições mentais (*modi intelligendi*) que correspondem a essas propriedades.

<sup>17</sup> (1, 2) aqui significam que a classe dos nomes, em sua acepção mais geral, tem dois modos essenciais de significar: (1) o modo da apreensão determinada e (2) o modo de um ente, que correspondem, respectivamente, à forma e à matéria do modo de significar mais geral do nome.

<sup>18</sup> Na *GS*, antes da divisão da classe dos nomes nas subclasses “nome comum adjetivo” e “nome comum substantivo”, existe uma distinção entre nomes próprios e comuns. Os nomes próprios são divididos em quatro subclasses: próprios, pronomes, agnomes e cognomes.

Como mostra o Quadro 2, a correspondência é intermediada pelos modos de entender (ou coentender) e de significar (ou cossignificar). Na primeira linha, mostra-se como as propriedades do estado, da permanência (*modus entis*) e da apreensão determinada fazem a correspondência entre as categorias aristotélicas do estado e da qualidade e o nome substantivo.

No caso dos nomes comuns substantivos, essencialmente, um nome “cossignifica”, ou seja, faz uma referência linguística coordenada (*modi significandi*) a três entendimentos mentais (*modi intelligendi*) de três propriedades do mundo (*modi essendi*): 1) uma forma ou qualidade comum que identifica um ente como sendo da mesma espécie: uma cadeira, um homem, uma mesa, etc.; 2) a permanência habitual dessa entidade no tempo e no espaço (*modus entis*), que lembra o princípio da identidade ( $a \rightarrow a$ );<sup>19</sup> 3) a apreensão determinada dessa substância. A apreensão determinada pode ser de substâncias particulares, como “Sócrates”, de substâncias comuns (espécies), como “filósofo”, e de acidentes (qualidades) de substâncias, como “pálido”.

Na metalinguagem modista, o modo do comum divide-se em dois modos subalternos: 1) o modo de estar por si mesmo (ou de ser independente), que é um modo de significar essencial dos nomes comuns substantivos; 2) o modo de significar a aderência a

<sup>19</sup> Esse princípio é talvez a mais conhecida das tautologias da lógica proposicional e é um dos três princípios fundamentais da lógica conhecidos desde Aristóteles – os outros dois são os princípios da não contradição,  $\sim (a \ \& \ \sim a)$ , e o do terceiro excluído,  $(a \vee \sim a)$ . Na verdade, o princípio da identidade pressupõe o da não contradição, porque, se uma coisa não pode ser entendida como sendo e não sendo igual a si mesma ao mesmo tempo e nas mesmas circunstâncias, logo, se essa coisa é igual a si mesma, **então** ela é igual a si mesma.

uma substância (ou modo de aderir), que é um modo de significar essencial dos nomes comuns adjetivos.

Além de modos essenciais, como os apresentados no quadro acima, Tomás de Erfurt descreve os modos respectivos ou funcionais que garantem as ligações sintáticas entre as partes do discurso nas sentenças. Por exemplo, o modo accidental respectivo nominativo garante que um nome próprio como “Sócrates” funcione como o sujeito de uma sentença. Assim, por meio do modo respectivo nominativo, o nome “Sócrates” pode ser o elemento independente de uma sentença de tipo “nome + verbo”.

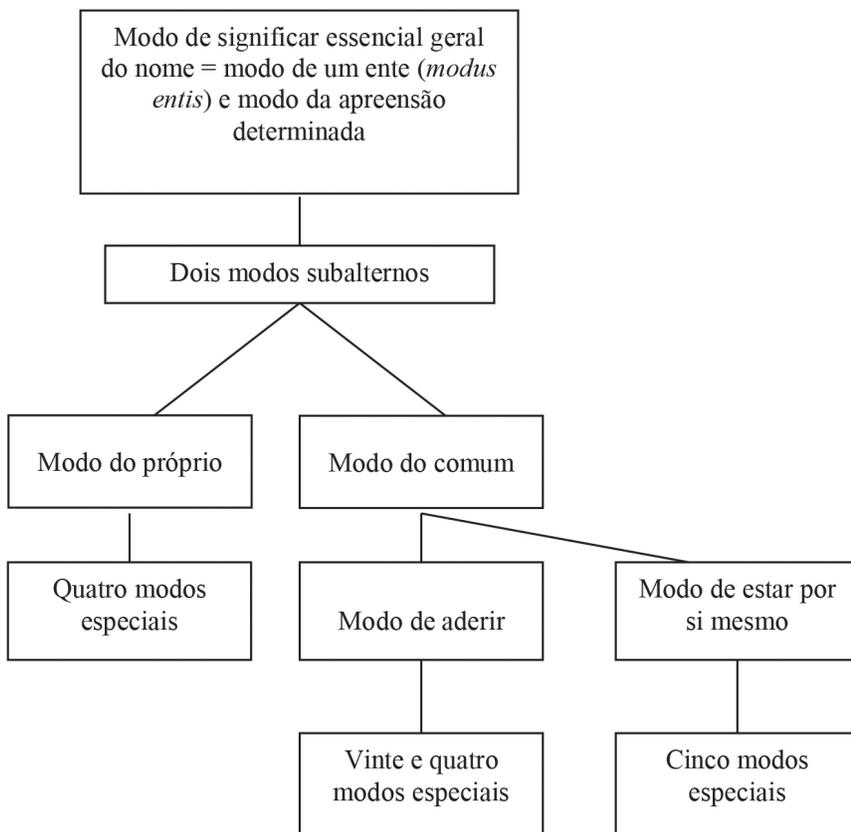
O modo accidental do número significa a unidade do indivíduo a que o nome “Sócrates” faz referência. Já o modo do gênero significa que o nome “Sócrates” faz referência ao gênero masculino. Como os modos essenciais, cada modo accidental corresponde a uma das nove categorias accidentais por meio de um modo de entender de uma propriedade física. Exemplos são o modo accidental do número, que corresponde à categoria da quantidade, e o modo do gênero masculino, que se correlaciona à categoria da ação.

Como vimos até aqui, os modistas utilizam as dez categorias como um instrumento para estabelecer os modos de significar, os quais fazem a correspondência entre as propriedades das coisas do mundo e os modos de significar das palavras, que representam essas propriedades. As dez categorias eram também utilizadas para determinar quais desses modos de significar eram mais ou menos essenciais para a definição de uma parte da frase e a classificação das palavras. Assim, por exemplo, para a definição do nome comum, o modo de significar a comunicação de uma espécie ou forma accidental é mais importante que o modo de estar por si mesmo; já o modo de aderir é mais importante na definição do nome comum adjetivo. Portanto, o uso das dez categorias

permite que os modistas derivem e hierarquizem seus modos de significar: o resultado é a metalinguagem da teoria modista.

Tomás de Erfurt faz distinção entre modos mais gerais, modos subalternos e modos especiais. Os modos mais gerais definem as características mais essenciais de uma classe de palavras, os modos subalternos as características compartilhadas com outras classes e os modos especiais representam os tipos ou classes específicas de palavras que constituem uma classe de palavras. O diagrama abaixo representa essa hierarquização para a classe dos nomes:

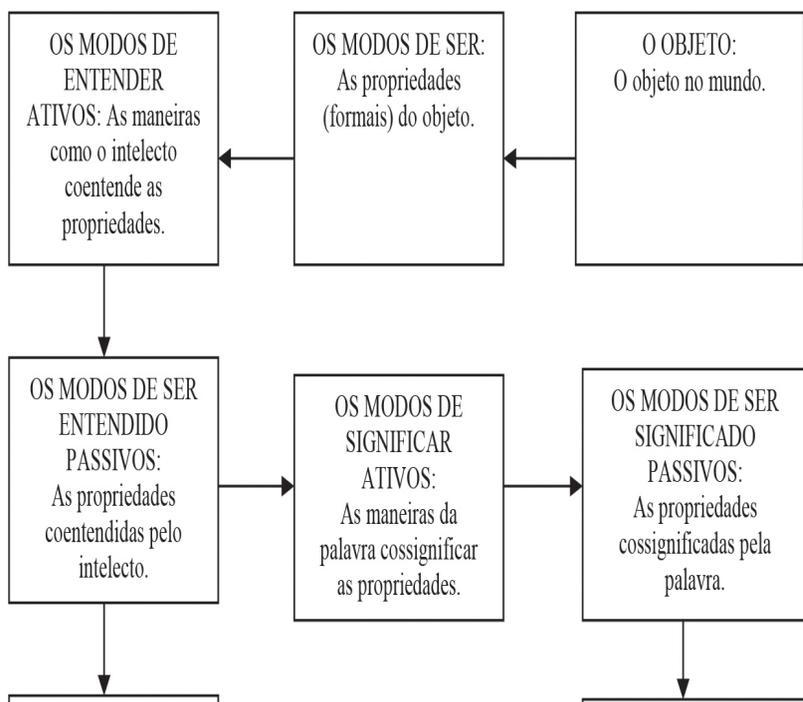
DIAGRAMA 1 – OS MODOS DE SIGNIFICAR DO NOME



FONTE: Bursill-Hall (1972, p. 358).

Os modos de entender e de significar *cossignificam* as propriedades das coisas, já que as coisas sempre apresentam mais de uma propriedade. Por exemplo, a substância “Sócrates” é entendida a partir dos seus acidentes (que remetem às nove categorias accidentais). Nesse sentido, tendo em vista que é por meio dos modos de coentender e de *cossignificar* que a mente coentende e *cossignifica* as propriedades das coisas, o processo por meio do qual os modos de significar são derivados das propriedades das coisas, de acordo com a ontologia que Tomás de Erfurt na *Grammatica speculativa*, pode ser ilustrado assim:

DIAGRAMA 2 - A ONTOLOGIA DE TOMÁS DE ERFURT



FONTE: Covington (1984, p. 32).

Em resumo, pode-se dizer que, a partir da noção da correspondência “mundo-intelecto-linguagem”, Tomás de Erfurt sistematizou uma classificação das palavras por meio de um método

combinatório das correspondências entre: 1) as categorias aristotélicas, 2) as propriedades gerais do mundo (*modi essendi*), 3) os modos de entender (*modi intelligendi*), 4) os modos de significar (*modi significandi*) e 5) as partes do discurso (*partes orationis*). Esse método classificatório será exemplificado com mais detalhes nos parágrafos a seguir.

## VI. A metalinguagem da *Grammatica speculativa*

A correspondência “mundo-intelecto-linguagem” aponta para uma dependência da linguagem na estrutura da realidade, na forma em que esta lhe é veiculada por categorias lógico-metafísicas. A linguagem explícita, portanto, a relação entre as coisas e o que se pode entender delas. Tomás de Erfurt identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo (BURSILL-HALL, 1971, p. 114-124). Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *Grammatica speculativa* demonstra que os modos de significar tanto permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam sua interação sintática.

De acordo com a ontologia modista ilustrada no Diagrama 2, acima, as palavras possuem um feixe de modos de cossignificar que denotam certas propriedades do universo, tanto gerais quanto particulares. No interior das palavras, esses modos de significar organizam-se hierarquicamente.

Como se viu anteriormente, Tomás de Erfurt divide os modos de significar em três classes: o modo mais geral, o modo subalterno e o modo mais especial. O modo mais geral denota a propriedade ou as propriedades mais essenciais da classe de palavras em questão. Por exemplo, a classe dos nomes faz referência a duas propriedades essenciais: uma material, compartilhada com o pronome, e outra formal, que a distingue das outras classes de

palavras, a saber: a propriedade da permanência de uma substância no tempo e no espaço e a propriedade da apreensão determinada dessa substância.

Os modos subalternos denotam as propriedades menos gerais de uma classe, como, por exemplo, a propriedade da quantidade, que é característica dos nomes comuns. Por fim, os modos mais especiais denotam as propriedades mais específicas das diferentes espécies de palavras de uma mesma classe. No caso da classe dos nomes, os nomes comuns adjetivos possessivos<sup>20</sup> denotam a propriedade que as substâncias têm de participarem de uma determinada qualidade universal, por exemplo, “possuir sabedoria” ou “ser um sábio”. Esse tipo de adjetivo encontra-se em:

(1.1) Sócrates é um sábio.

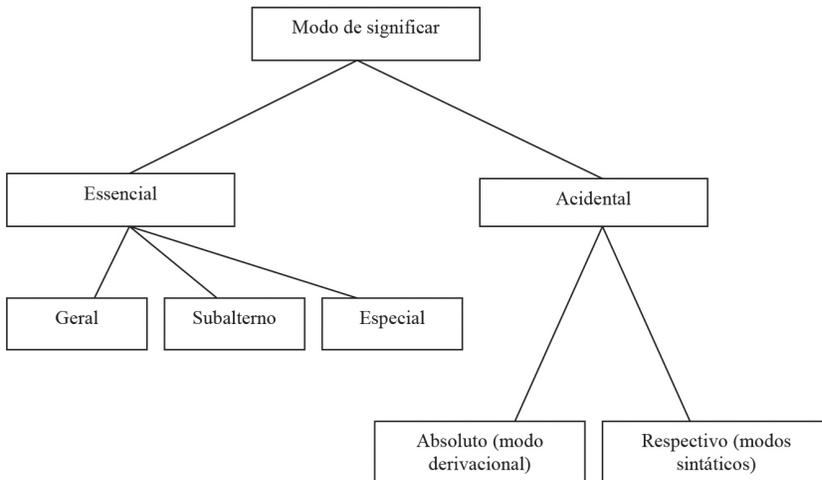
Em (1.1), a propriedade denotada pelo adjetivo possessivo “sábio” refere-se à posse da propriedade “ser um sábio” por parte de substâncias como Sócrates, Platão, Aristóteles, etc.

Na metalinguagem da *GS*, todas as palavras são classificadas por meio desses três modos hierarquizantes: o modo mais geral, o modo subalterno e o modo mais especial. Esse metacritério classificatório pode ser representado como no Diagrama 3.

Como foi visto acima, os modos de entender (*modi intelligendi*), no intelecto, correspondem às propriedades ou modos de ser no mundo. No caso de propriedades como “ser um sábio”, Tomás de Erfurt chama os modos mais gerais de entender essa propriedade de “modo de um ente (*modus entis*)” e “modo da apreensão determinada” (BURSILL-HALL, 1972, p. 152). Os nomes têm o “modo de um ente” em comum com os pronomes,

<sup>20</sup> Cf. *GS*, XII, 21: as vinte e quatro espécies de adjetivos discutidas por TE.

DIAGRAMA 3 – A METALINGUAGEM DOS MODOS DE SIGNIFICAR



FONTE: Bursill-Hall (1972, p. 42 e 324).

já “o modo da apreensão determinada” é específico dos nomes e, como se disse acima, os distingue de todas as outras classes de palavras. O modo da apreensão determinada capacita o intelecto a entender “Sócrates” como uma substância determinada por uma forma específica no mundo. Já “modo de um ente (*modus entis*)” ou “modo de estar por si mesmo” é propriedade da permanência espaçotemporal da substância e, portanto, relaciona-se ao princípio da identidade:

$$(1) \quad “a \rightarrow a”$$

No esquema das classes de palavras da gramática especulativa ou modista, os nomes, em seu sentido mais geral, constituem a classe de palavras que expressa a apreensão determinada das coisas. Nesse sentido, “sábio” equivale a “o sábio”. Entretanto, uma vez que nomes como “sábio” podem significar tanto indivíduos quanto propriedades de indivíduos – “o sábio” ou simplesmente “ser um sábio” –, Tomás de Erfurt entende que deve haver tam-

bém outro modo de significar a distribuição da qualidade “ser um sábio” para diversos indivíduos (BURSILL-HALL, 1972, p. 156). Essa distribuição, chamada de comunicação da espécie, é entendida como outra das propriedades do mundo que os nomes significam. Essa propriedade da comunicação de uma qualidade comum<sup>21</sup> é subalterna em relação à propriedade da apreensão determinada. Segue-se que o modo da comunicação da forma, espécie ou qualidade comum é um modo de significar subalterno, não essencial, dos nomes.

A propriedade da distribuição ou comunicação de uma espécie ou forma é derivada das categorias aristotélicas da qualidade e da quantidade, que se manifestam no mundo por meio da propriedade da distribuição de uma qualidade para uma pluralidade de indivíduos (BURSILL-HALL, 1972, p. 156).

Na língua latina, existem nomes como *homo* (“homem”) e *albus* (“branco”) que têm o modo de significar correspondente à propriedade da comunicação da espécie (BURSILL-HALL, 1972, p. 162). Segundo Tomás de Erfurt, os nomes comuns da gramática tradicional greco-latina referem-se à transmissão de espécies. Uma palavra como “sábio” pode ser classificada não somente como “nome”, mas também como “nome comum”.

Se o nome comum “sábio” significa a qualidade ou propriedade comum “ser um sábio”, obviamente difere de nomes como “Sócrates” ou “Platão”, que se referem somente a indivíduos e não a propriedades comuns ou espécies de indivíduos. Além disso, como não existem propriedades soltas no mundo, o nome comum “sábio” deve possuir também um modo de significar a de-

<sup>21</sup> Na metafísica medieval, uma qualidade comum pode ser chamada de forma, espécie ou natureza.

pendência da propriedade “ser um sábio” em entidades nomeadas por termos como “Sócrates” e “Platão”. Tomás de Erfurt chama de “modo de aderir a uma substância” a dependência da propriedade na coisa qualificada por ela (em latim, *modus adjacentis*). O “modo de aderir” significa simplesmente que o nome comum refere-se a propriedades que não existem isoladamente no mundo, mas sempre aderem à essência de alguma substância. Portanto, o modo de aderir corresponde à dependência ontológica das propriedades com relação às entidades independentes do mundo. O modo de aderir é o modo de significar mais característico de um tipo específico de nomes comuns: os nomes comuns “adjetivos”.

Portanto, a partir do que se viu até aqui a respeito da classe dos nomes na teoria modista – conforme a classificação de Tomás de Erfurt –, a palavra “sábio” é um “nome comum adjetivo” (BURSILL-HALL, 1972, p. 162).<sup>22</sup>

<sup>22</sup> O adjetivo é uma inovação da Idade Média: os nomes adjetivos não constam nas gramáticas da Antiguidade Tardia, especificamente nas *Artes* de Donato (séc. IV d.C.) ou nas obras de Prisciano (séc. VI d.C.). A noção de nome adjetivo é, portanto, uma invenção medieval (ROBINS, 1983, p. 67).

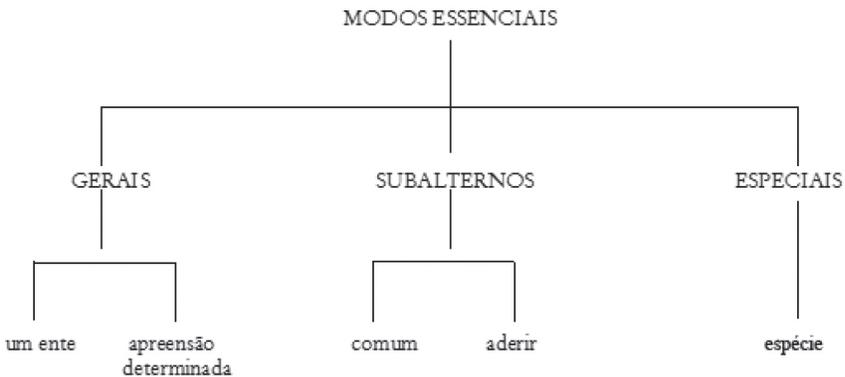


## VII. Os modos essenciais e acidentais da palavra “sábio”

Segundo a classificação da *Grammatica speculativa*, “sábio” possui cinco modos essenciais: 1) o modo de significar um ente (*modus entis*), que os nomes têm em comum com os pronomes; 2) o modo da apreensão determinada, que só é encontrado nos nomes; 3) o modo do comum, que é o modo essencial subalterno que compreende a subclasse dos nomes comuns; 4) o modo de aderir, que delimita os adjetivos; 5) o modo de denominar o outro de acordo com a espécie.

Os cinco modos essenciais do adjetivo “sábio” podem ser representados pelo seguinte diagrama:

DIAGRAMA 4 – OS MODOS ESSENCIAIS DE “SÁBIO”



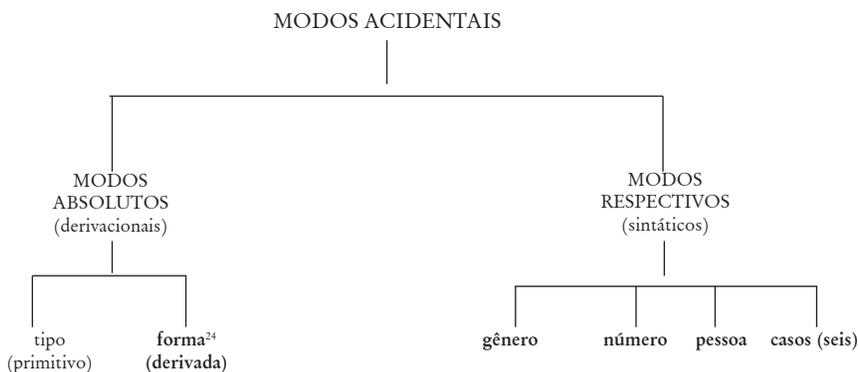
Além desses cinco modos essenciais, o nome comum “sábio” tem outros dez modos acidentais: um modo absoluto ou derivacional, que possibilita a distinção entre um tipo primitivo e

uma forma derivada que o nome pode assumir devido a seu significado: por exemplo, as distinções entre “sabedoria” (tipo) e “sábio” (forma) ou “monte” (tipo) e “montês” (forma). Note-se que o critério para distinguir tipo de forma é metafísico e não morfológico: a forma é partícipe da essência absoluta do tipo.

Além do modo acidental absoluto, “sábio” possui três modos accidentais respectivos ou sintáticos: os modos do gênero, do número e da pessoa. Por fim, a significação de “sábio” é constituída pelos seis modos accidentais respectivos dos casos, que se relacionam aos seis casos da gramática latina tradicional. Se, por um lado, os modos essenciais e o modo acidental absoluto dão à palavra (*vox*) “sábio” o estatuto de vocábulo ou item lexical (*vox significativa* ou *dictio*), seus modos accidentais respectivos, por outro, permitem-lhe funcionar como uma parte do discurso (*pars orationis*).<sup>23</sup>

Conforme o método classificatório para os modos accidentais dos nomes proposto por Tomás de Erfurt, o vocábulo “sábio” pode ser classificado como um “nome comum adjetivo de espécie”. Os modos accidentais de “sábio” podem ser representados (em **negrito>**) pelo diagrama seguinte:

DIAGRAMA 5 – OS MODOS ACIDENTAIS DE “SÁBIO”



<sup>23</sup> Segundo essa classificação, enumeram-se quinze modos de significar para o nome adjetivo “sábio”.

Além de adjetivos possessivos como “sábio”, “pétreo” e “arbóreo”, TE classificou outras vinte e quatro espécies de nomes adjetivos, entre elas: o nome comum adjetivo diminutivo, como “potrinho”; o nome comum adjetivo pátrio, como “inglês”; o nome comum adjetivo negativo, como “nenhum”, etc. (BURSILL-HALL, 1972, p. 163-170).

<sup>24</sup> Os modos acidentais de “sábio” aparecem em negrito.



## VIII. Opções ontológicas, diminuição de ideias originais, fim de um movimento

 *Gramática especulativa* é um produto de um ambiente de disputas dialéticas e sua argumentação deixa transparecer as especificidades do modismo. A mais importante dessas especificidades, do ponto de vista da história e da epistemologia da linguística, é a assunção de uma ontologia realista moderada para os seus termos teóricos, que são os modos de ser, de entender e de significar. Essa escolha parece ser a diferença fundamental entre o modismo e outro grande movimento nos estudos da linguagem do final da Idade Média: o nominalismo.

De certa forma, os resultados das escolhas de pressupostos epistemológicos feitas durante o Medievo parecem antecipar incompatibilidades teóricas que apareceriam na história da linguística em épocas posteriores, como as diferenças entre a gramática racional dos séculos XVII e XVIII e a linguística histórico-comparativa do séc. XIX, ou entre a sociolinguística laboviana e a teoria chomskiana do séc. XX.

O fim da originalidade modista está associado à preponderância de um movimento que assumia objetos teóricos diferentes: o nominalismo do séc. XIV. O debate entre nominalistas e realistas é visível nas páginas da *Gramática especulativa* a partir da leitura dos capítulos sobre os nomes de privações, negações e ficções, em que se discute o estatuto de termos como “cegueira”, “ninguém” e “quimera”. Ao ler esses capítulos, pode-se dizer com

segurança que Tomás de Erfurt, ativo na primeira década do séc. XIV, reagia tenazmente contra as críticas que a teoria modista recebia dos nominalistas.

Como o nominalismo pressupõe uma referência estrita para os termos da proposição, nomes como “cegueira” e “ninguém”, segundo a perspectiva nominalista, não parecem fazer qualquer tipo de referência a substâncias ou qualidades no mundo, muito menos possuírem modos de significar. Na verdade, um nome como “cegueira” faz referência à ausência de uma qualidade que deveria estar ali – neste caso, a visão. Os filósofos medievais chamavam palavras como “cegueira” de nomes de privações.

Em seus capítulos sobre os nomes, Tomás de Erfurt responde a essas críticas ao afirmar que, nos nomes das privações, os modos de entender são idênticos aos modos de ser: *et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi* “e uma vez que ser entendido é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser” (GS II, 6). Assim, os modos de entender as privações são objetivos e reais, porque existem na mente, embora não existam no mundo. Se o que define uma privação é a ausência (ou inexistência) do seu oposto – nesse caso, a visão – e, além disso, esse entendimento está no intelecto de quem entende essa ausência, logo, esse entendimento tem existência mental. A assunção de entidades mentais dessa teoria dos nomes de privações contida na *Gramática especulativa* evidencia claramente o realismo moderado da ontologia modista.

Em outra passagem (GS VIII, 16), ainda ao discutir os nomes de privações, e de negações (como “nada”), Tomás de Erfurt apela para a distinção aristotélica entre contrários e contraditórios ao sustentar que coisas contrárias, como “tudo” e “nada”, existem, de fato, na mente, porque correspondem a contraditórios

fora da mente. Apesar de não citar os nominalistas de maneira direta nessas passagens, TE afirma que suas explicações sobre esses tipos especiais de nomes visam proporcionar uma contra-argumentação a ser usada “caso alguém diga” (*si dicat aliquis*) que os modos das negações e privações, como “nada” e “cegueira”, simplesmente não correspondem a qualquer coisa ou qualidade que seja constatável no mundo.

A necessidade de atribuir realidade para os modos de entender de palavras como “cegueira” e “nada” é fundamental na teoria modista, porque ela é de tipo correspondentista: todas as coisas que recebem significado linguístico devem ser referenciáveis por meio dos modos de entender da mente a propriedades do mundo.

Ao argumentar pela identidade de modos de ser e modos de entender, no caso da palavra “cegueira”, Tomás de Erfurt tenta provar em sua gramática que os modos do mundo, do intelecto e da linguagem têm o mesmo estatuto existencial e que há correspondência verificável entre eles. De fato, é essa correspondência, segundo o modismo, que garante um discurso válido a respeito da realidade: um discurso científico na acepção aristotélica do termo, pois não se pode falar de propriedades que não existem, as quais os nominalistas chamavam de ficções.

As discussões acima demonstram que há uma argumentação antinominalista defensiva na GS e que os opositores em potencial de quem TE se defende provavelmente representam os mestres nominalistas que foram seus colegas na Faculdade de Artes de Paris e na escola claustral de Erfurt. Em trabalhos posteriores a respeito do modismo, as linhas mestras dessa argumentação defensiva poderiam ser identificadas e comparadas aos tipos de contra-argumentações que modistas das duas gerações anteriores, ou da contemporânea de TE, como Boécio da Dácia e Siger de

Courtrai, provavelmente também fizeram em oposição às críticas nominalistas à teoria modista.

Via de passagem, deve-se lembrar de que TE, Duns Scotus e Guilherme de Ockham viveram na mesma década de dez do séc. XIV. Embora Ockham só tenha atingido sua fase mais produtiva e prestigiosa a partir da década de vinte desse mesmo século, é bom lembrar que Duns Scotus, a maior referência em termos de realismo moderado medieval, falece por volta de 1308 e que a *Gramática especulativa*, que foi o último texto representativo do movimento modista, provavelmente foi escrita entre 1300 e 1310. Essa contemporaneidade fez com que a GS, por muito tempo (até os anos 1920), tivesse sua autoria atribuída a Duns Scotus.

Se refutar o realismo moderado dos modistas e de Duns Scotus foi uma das metas do nominalismo do séc. XIV, esse fator parece pertinente não só para um estudo mais aprofundado do fim do modismo como movimento produtivo, mas também, mais que isso, para uma compreensão do advento do nominalismo como pensamento hegemônico na fase final da primeira Escolástica.

Além dos nomes de privações e ficções, TE também defende a natureza do pronome como uma espécie de matéria semanticamente amorfa. Segundo TE, nas construções sintáticas, o pronome sempre recebe a forma significativa de um nome. Sendo assim, o pronome possuiria uma valência a ser preenchida pelo significado de um nome qualquer, e essa potencialidade explicaria a dependência semântica dos pronomes nos nomes.

Os contendores de TE afirmavam que, se o pronome não possui significado próprio, então, não faz referência a nada no mundo (pois se trata de um termo sincategoremático). TE contra-argumenta com uma aplicação analógica da distinção “matéria-forma”: o modo de significar essencial mais geral do pronome é o

modo da matéria-prima (amorfa) da metafísica aristotélica. Ora, assim como a matéria primordial pode receber qualquer forma, e qualquer coisa só é conhecida por sua forma, da mesma maneira o pronome pode receber o significado de qualquer nome e fazer uma referência real, embora indireta, a uma coisa ou propriedade do mundo ou da mente. Note-se que essa referência só é possível porque o pronome tem um modo de significar que corresponde a uma propriedade metafísica real: o modo de ser (*modus essendi*) da matéria primordial, que, potencialmente, pode assumir qualquer forma (cf. *GS* XXIV, 42-3). Nessa discussão do pronome, é muito clara a dependência da teoria modista de TE no pensamento aristotélico medieval, porque a contra-argumentação é construída a partir de uma distinção metafísica.

As críticas do nominalismo empirista de Ockham, quando aplicadas a teorias conceitualistas ou realistas moderadas como as de TE, partem do pressuposto segundo o qual essas teorias assumem a realidade de entidades que não podem ser atestadas pelos sentidos e, portanto, que tais entidades seriam interposições inúteis para uma teoria da referência dos termos das proposições da linguagem mental.

Como se viu nas discussões da *GS* sobre os nomes de privações e negações, e no caso específico do pronome, a contra-argumentação modista de Tomás de Erfurt direciona-se para a comprovação da existência dos modos de ser, entender e significar dessa entidade linguística com base na correspondência “mundo-mente-linguagem”.

Entretanto, a argumentação de TE tem seus limites. No caso específico da teoria do gênero (masculino, feminino ou neutro) das palavras, o modista não tem condições de se manter autoconsistente em seu axioma de uma correspondência estrita

entre palavras, modos de entender, de significar e de ser. Essa inconsistência é facilmente criticável do ponto de vista do nominalismo, que não vê referentes necessários para o modo do gênero dos nomes adjetivos nas coisas do mundo. Na verdade, o gênero claramente não faz referência a quaisquer propriedades reais de substâncias inanimadas (mesas, pedras, etc.).

A falta de referência do gênero é um exemplo de argumento nominalista que, por princípio, necessariamente atingiria os pressupostos ontológicos do modismo.

Uma das principais tarefas do programa nominalista era a refutação da atribuição de existência substancial a “naturezas comuns”, ou universais. Os modistas viam as disposições de ser (*rationes essendi*) como formas que permitiam a percepção das propriedades reais (*modi essendi*) das coisas. Essas formas (*rationes*) devem ser entendidas como equivalentes às espécies inteligíveis (*species intelligibiles*) de Tomás de Aquino e Duns Scotus. O que os nominalistas fazem é justamente rejeitar a necessidade de postulação de existência para essas formas. Portanto, o colapso teórico do modismo, cujo correspondentismo fundamenta-se na existência dessas entidades, é inevitável da perspectiva nominalista.

Como se viu acima, além de atribuir existência a *rationes* (disposições), espécies inteligíveis ou formas no mundo, Tomás de Erfurt também sustenta a existência de modos de ser para os nomes de privações, como “cegueira” e “surdez”, por exemplo. Ao fazer isso, TE parece atribuir uma existência psicológica substancial aos modos de coentender e aos conceitos que esses modos compõem.

Como os modos de coentender das privações não fazem referência a nenhuma propriedade positiva no mundo, a teoria dos nomes de privações e negações da *Gramática especulativa* aparentemente fere a exigência nominalista de referência empírica para

todos os termos da linguagem mental. Embora haja na *GS* uma tentativa de sanar essas dificuldades, essa tentativa apenas comprova a rejeição, por parte do nominalismo contemporâneo ao modismo, da multiplicação de entidades que parece inevitável em uma teoria linguística aristotélica estritamente correspondentista.

De acordo com a ontologia de Tomás de Erfurt, os modos de coentender e os conceitos que esses modos compõem devem ser entendidos como entidades objetivas (reais) do intelecto, porque a correspondência “mundo-mente-linguagem” só é vista como válida se todos os termos dessa correspondência forem reais (objetivos). Ockham, em uma obra a que se deu o nome de *Expositio*, explica que os conceitos não são substâncias mentais e sim acidentes da substância mental. Logo, de acordo com a opinião ockhamista, os conceitos, como qualidades subjetivas, não são entidades que possuam qualquer tipo de existência independente da substância mental, pois, na verdade, não passam de acidentes dessa substância. A aceitação desse postulado ockhamista é suficiente para a negação de qualquer atribuição de realidade objetiva ou independente a disposições ou modos de ser (*rationes essendi*), de entender ou de significar.

Se a *GS* for tomada como exemplo paradigmático, a tenacidade das respostas dos modistas às críticas que sua teoria recebia da parte do nominalismo foi considerável. Todavia, essa tenacidade não foi suficiente para evitar a rápida redução no número de pensadores modistas originais a partir da segunda década do séc. XIV. A constatação da queda abrupta na produção modista original desse período pode indicar uma grande adesão de pensadores escolásticos ao programa nominalista nas primeiras décadas do séc. XIV. Assim, a teoria modista provavelmente deixou de ser produtiva pela simples falta de interesse da comunidade linguística em um programa que assumia pressupostos realistas. Além disso, quase ao mesmo

tempo, a Escolástica como um todo começava a sofrer os primeiros golpes do pensamento humanista. De fato, em meados do séc. XIV, Petrarca acusava a Escolástica medieval de ser responsável por grandes desvios da doutrina cristã, condenando-a pelo descaso, supostamente premeditado, para com as obras, a língua e o pensamento dos autores clássicos, patrísticos e bíblicos.

A partir dos anos 1330, Petrarca dará início a uma polémica antiescolástica literária (epistolar) que perdurará por toda a sua vida. Em suas invectivas, ao mesmo tempo em que condena a falta de fé dos escolásticos, Petrarca faz um forte apelo à intelectualidade da Europa para que retorne ao neoplatonismo de Santo Agostinho, ao *Timeu* de Platão, a Cícero e à *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. É uma verdadeira conclamação ao abandono de um aristotelismo árido, corrompido, vazio e anticristão.

As maiores acusações de Petrarca contra os escolásticos apontam fundamentalmente para os problemas ressaltados pelas condenações de 1270 e 1277, feitas pelo bispo de Paris, Étienne Tempier: a proposição da eternidade do mundo (= materialismo panteísta) e a tese da extinção da alma individual na morte (= imoralismo).

Apesar do prestígio do pensamento de Ockham e de outros lógicos nominalistas no interior das faculdades de artes, os humanistas, em seu trabalho inicialmente marginal às instituições de ensino oficiais, parecem ter sido extremamente bem-sucedidos na propagação de suas ideias, já que, em um período relativamente curto de tempo (entre 1350 e 1400), houve um rápido desinteresse pelos estudos da linguagem sob a perspectiva da lógica e da metafísica aristotélicas e um crescente interesse pelo método filológico de reconstrução de obras literárias romanas. De fato, tal reconstrução tornou-se a meta principal do trabalho dos linguistas proto-humanistas do séc. XIV e dominou a linguística do séc. XV.

Deve-se ressaltar que esse redirecionamento não foi somente devido a um prestígio gratuito de que desfrutaram os fundadores do humanismo. O pensamento humanista originário, de Dante e de Petrarca, era retoricamente mais forte do que o pensamento nominalista ou modista medievais. De fato, o programa humanista postulava uma retomada dos estudos da retórica clássica. Como resultado disso, a primeira Escolástica, em bloco, foi retoricamente suplantada pelas novas concepções humanistas sobre os estudos e os usos da linguagem. A aceitação dessas novas concepções por muitos dos integrantes da comunidade intelectual europeia do séc. XV redundaria na substituição da análise lógica, que a Escolástica nominalista do séc. XIV cultivara com afinco, pelos estudos textuais: pela retórica e a estilística, pela política e a história, pela filologia reiniciada por Petrarca. Além disso, o pensamento cristão neoplatônico substituiu, em termos de prestígio, o aristotelismo que dominara os últimos séculos da Idade Média.

De um modo geral, os humanistas deixaram de lado o estudo da lógica e da metafísica para se dedicarem à busca do controle dos usos pragmáticos mais eficazes para os discursos literário e político. Como esses usos deveriam ser derivados da imitação dos autores clássicos romanos, os humanistas impunham-se a missão de reconstituir o estilo desses autores. Segundo o humanismo, esse estilo perdera-se nos séculos sombrios do abuso escolástico. Esse trabalho de reconstrução explica a preocupação humanista pela edição de textos. Pode-se dizer que Petrarca inventou o método para que esse trabalho fosse feito. Atesta-o a primeira atividade cultural de grande impacto de Petrarca, que foi a recuperação das *Décadas*, de Tito Lívio, as quais, até 1329, eram conhecidas não como um livro único, mas separadamente. Dotti (2006, p. 39) assim descreva esse trabalho de Petrarca:

Pesquisou, em primeiro lugar, uma cópia italiana da terceira década, de um século ou mais de idade; pediu que se copiasse, e copiou ele mesmo, a primeira; apostilou-as, recuperou as variantes por outros manuscritos, investigou as passagens marcantes e, por fim, juntou todo o volume, obtendo assim o atual códice Harley 2.493, que se encontra no Museu Britânico. Pouco depois, conseguiu a quarta década.

Como se vê, foi um trabalho minucioso. Na verdade, Petrarca gastou dois anos no restauro dessa única obra.

O método de reconstrução de textos inventado por Petrarca instaurou uma nova ciência<sup>25</sup>, de caráter empírico: a filologia renascentista. Essa nova ciência, ao mesmo tempo em que conquistou a intelectualidade da Europa, representou o retorno da tradição linguística ocidental a uma orientação renovada para os dados da língua natural. Ou seja, o pêndulo da história das ideias sobre as línguas e a linguagem oscilava na direção da indução.

No entanto, não se devem ressaltar as diferenças sem se ponderarem as semelhanças entre o pensamento humanista filológico e o pensamento lógico dos nominalistas, que eram os escolásticos dominantes na época de Petrarca. De fato, o humanismo tem em comum com o nominalismo a rejeição a uma ciência de categorias universais, que fora essencial para os modistas e para a Escolástica do final do séc. XIII. Assim, em sua busca de restauração minuciosa da linguagem dos clássicos, o humanismo, à sua maneira, também representa um apego ao discurso particularizado, contraposto à preocupação com universais linguísticos.

<sup>25</sup> De uma maneira historicamente mais precisa, pode-se dizer que a filologia, entendida como trabalho de crítica textual, começa em Alexandria, no período helenístico. Todavia, Petrarca deu um novo ímpeto à tradição filológica latina que permanecera como uma corrente de menor prestígio durante a maior parte do séc. XIII, período em que se privilegiou uma abordagem nocional para os estudos da linguagem.

Apesar dessa semelhança empirista ou indutivista com a Escolástica, o humanismo estabeleceu-se como movimento de forte ruptura com o pensamento medieval anterior em sua totalidade. A relevância desse rompimento é especialmente importante não só para a história da linguística, mas também para a história do pensamento e da cultura ocidental, visto que tal ruptura marca o alvorecer do Renascimento das artes dos séculos XV e XVI. Ademais, o contexto cultural instaurado pelo humanismo propiciou o surgimento da ciência e da filosofia moderna dos séculos XVI e XVII.

O contexto cultural ou clima de opinião (KOERNER, 1989) da linguística medieval caracterizara-se pela passagem de uma ênfase descritivista e prescritivista para uma ênfase teórica ou nocional. Esse processo ocorreu paulatinamente entre o final do primeiro milênio e a segunda metade do séc. XIII. O retorno a uma ênfase mais descritivista, no entanto, foi mais rápido e deu-se entre as primeiras e as últimas décadas do séc. XIV. Se essa evolução de ida e volta a uma ênfase mais descritivista for entendida como parte do período da história da gramática latina posterior ao declínio do uso do latim como língua viva (AUROUX, 2009 [1994]), enquadra-se, de fato, no modelo proposto por Koerner (1989), pois tal modelo descreve uma evolução descontínua, oscilante e progressiva no interior da tradição linguística. O desenvolvimento interno dos estudos linguísticos entre os séculos VI e XV e o processo que culminou no fim da gramática teórica medieval parecem corroborar essa hipótese.

Entretanto, embora, em linhas gerais, a ascensão e o declínio do movimento modista enquadrem-se no modelo historiográfico de Koerner (1989), é necessário ressaltar que uma associação precisa entre fatores do contexto histórico e social e mudanças de foco teóricas, em qualquer período histórico, nunca são facilmente rea-

lizáveis, porque é sempre difícil associar fatores históricos externos a alterações de ordem teórica. Por exemplo, a peste negra, que dizimou um terço da população da Europa no final dos anos 1340, teria alguma influência na rápida disseminação das ideias humanistas? Se pensarmos que a vida solitária é, da perspectiva do humanismo, idealmente superior à existência nas cidades, essa epidemia pode ter sido um fator externo que influenciou o sucesso das ideias humanistas. De fato, a sobrevivência, no caso da peste negra, estava associada ao afastamento dos centros urbanos. Todavia, nesse e em outros casos, têm-se apenas evidências genéricas sobre o que poderia ter contribuído ou não para o surgimento de uma evolução teórica particular. Como uma precisão maior não parece factível, resta ao emprego que aqui fazemos do modelo de Koerner o campo do provável. Somente pesquisas futuras que se atenham a documentos confiáveis poderão explicar com mais propriedade a origem do forte ímpeto descritivista da segunda metade do séc. XIV. Com essas pesquisas, será possível entender os fatores que levaram os estudiosos da linguagem do final da Idade Média a abandonar a lógica árida dos últimos escolásticos e ir alegremente ao encontro da suavidade juvenil das palavras da retórica humanista.

A última conclusão, e talvez a mais geral, que se pode tirar ao término deste estudo introdutório ao pensamento modista que tem a *GS* como perspectiva, é que as noções típicas do modismo, como a de dependência sintática e de subordinação lógica (e psicológica) entre as partes do discurso, reaparecem no trabalho de linguistas dos séculos XX e XXI, como Jespersen, Tesnière, Hjelmslev e Co-vington. Essa recorrência poderia indicar uma influência duradoura das categorias do pensamento aristotélico na linguística ocidental e sua consideração sem dúvida esclareceria um dos mais notáveis aspectos da permanência de Aristóteles no pensamento do Ocidente.

## IX. Sobre esta tradução para o português da *Grammatica speculativa*, de Tomás de Erfurt

A edição mais conhecida da *GS* é a do historiador franciscano Lucas Wadding, feita em Lyon em 1639. O texto original utilizado é oriundo da edição de Wadding e foi atribuído, por muitos séculos, a João Duns Scotus. Em 1922, Martin Grabmann, em seu artigo *De Thoma Erfordiensis, auctore Grammaticae quae Joanni Duns Scoto adscribitur, speculativae*, publicado no *Archivum Franciscanum Historicum* (p. 273-277), divulgou ao mundo sua descoberta da verdadeira autoria da *GS* (FARRÉ, 1947, p. 9). Essa atribuição fundamentou-se principalmente na passagem final do *Codex Latinus Mogensis*, citada por Grabmann, que contém as seguintes palavras: *Expliciunt modi significandi noviter compilati a magistro Thoma de Erfordia et sunt completi sabbato octave Pentecostes in primo pulsu Versperarum* “Terminam-se os modos de significar, recentemente compilados pelo mestre Tomás de Erfurt, e que foram concluídos no sábado, oitavo de Pentecostes, à primeira chamada das vésperas” (GRABMANN, 1922, p. 275 apud FARRÉ, 1947, p. 10).

Uma das características dos textos escolásticos que dificultam a tradução é sua riqueza de marcadores textuais. Esses marcadores ajudavam a dar coerência ao texto, uma vez que podiam marcar o final ou o início de um parágrafo ou capítulo ou mesmo de um assunto.

Em seu livro sobre a teoria sintática modista, Michael Covington (1984, p. 2), em traduções de trechos de gramáticas modistas, opta por manter os textos originais em colunas paralelas e fazer traduções interpretativas, sem preocupação excessiva com marcadores textuais. De acordo com esse autor (COVINGTON, 1984, p. 2.), não existiria uma maneira consistente de se traduzir certas expressões ou termos técnicos do jargão escolástico das gramáticas modistas, tais como *item* (“igualmente”) e *dicendum est* (“deve-se dizer/declarar/responder”). Essa impossibilidade adviria justamente do fato de esses termos e frases não terem significado isoladamente, mas funcionarem como marcadores das posições das sentenças em um discurso altamente formalizado. Assim, em suas traduções para o inglês, Covington simplesmente omite esse tipo de marcadores em sua versão dos textos originais, como no exemplo a seguir:

#### QUADRO 3 – EXEMPLO DE TRADUÇÃO

<p><i>Dicendum est ergo quod congruitas et incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici.</i></p>	<p>Grammaticality and ungrammaticality are caused by the compatibility or incompatibility of modes of signifying, which are intrinsically the concern of the grammarian.</p>
--	--

FONTE: Covington (1984, p. 34).

Covington (1984, p. 2) também decide não traduzir para a terminologia da linguística atual termos e frases que não teriam qualquer correspondente moderno aproximado. Assim, por exemplo, ele não traduz algo como *partes orationes* por “componentes da frase”. Sua estratégia é ou deixar essas expressões em latim ou traduzi-las pela expressão inglesa mais usual *parts of speech* – partes do discurso. Quanto às frases e termos para os quais não se encontram nem mesmo expressões aproximadas no vocabulá-

rio da linguística atual, Covington os transpõe para o inglês em forma de neologismos recalcados nos originais latinos, tais como em sua tradução de *constructibile* por *constructible* e *modus significandi* por *mode of signifying*.

Na presente tradução da *GS*, optou-se por uma estratégia parecida em certos aspectos e diferente em outros das opções de tradução de Covington.

Como em Covington, esta tradução para o português da *GS* de TE utiliza a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *GS*, a saber: “verbo”, “tempo”, “modo” etc. para *verbum*, *tempus*, *modus* etc. Ademais, assim como em Covington, optou-se por traduzir termos específicos da *GS* de TE por termos recalcados no original. Por exemplo, traduziu-se *constructibile* por “construtível”.

A diferença entre esta tradução da *Gramática especulativa* e as versões de Covington para textos modistas é o fato de traduzirmos termos ou frases que representam marcadores textuais, como *dicendum est* e *item*. A razão para isso é simples: na Idade Média não há forte separação entre discurso escolar oral e escrito. A produção de textos didáticos ou científicos tinha pouco em comum com o trabalho solitário da redação de artigos, dissertações e teses dos dias de hoje. A imediatez entre o que se lia e debatia-se nas escolas e o que se escrevia nas sumas e opúsculos fica evidente a partir da leitura de qualquer dos exemplares que chegaram à atualidade. Nesse sentido, em nossa tradução da *GS*, possibilitamos ao leitor interessado por textos de filosofia medieval, mas que não tenha condições de ler o texto em latim, um encontro com o mundo acadêmico dos séculos XIII e XIV.

As palavras de Alain de Libera com respeito aos gêneros escolares produzidos no contexto intelectual da Idade Média Tardia

dão respaldo a traduções que, como a nossa, procuram ser mais literais em relação aos textos escolásticos: as “formas literárias com as quais os homens da Idade Média dão corpo ao seu pensamento refletem os diversos atos sociais de interpretação, cumpridos pelo intelectual no ambiente onde exerce sua atividade” (1990, p. 25).

Os capítulos que compõem a *Gramática especulativa* de Tomás de Erfurt são resultado direto da atividade de um mestre escolástico, provavelmente escritos durante seu magistério em Erfurt. Portanto, uma tradução para o português da *Gramática especulativa* precisa ter em conta o clima de debates escolásticos que constituem a linguagem dessa obra na língua original. Em vista disso, procuramos fazer uma tradução menos interpretativa e mais preocupada em traduzir os passos da dialética do discurso interno do texto.

A linguagem da *GS* demonstra seu caráter de manual escolástico. Termos e frases como *dicendum est*, *item* e *videtur quod*, etc., que dão coerência ao discurso de Tomás Erfurt, são, de fato, uma transposição para o registro escrito das fórmulas dos debates que constituíam a alma da vida acadêmica medieval. Portanto, traduzir essas fórmulas é dar ao leitor da tradução dessa gramática uma janela para o ambiente universitário medieval.

No caso de textos medievais como a *GS*, uma tradução puramente interpretativa deixaria de lado um elemento fundamental para a compreensão da obra: a relação íntima entre sua gênese e o meio em que foi produzida.

A respeito desse meio, Gilson (1998, p. 492) explica que o ensino universitário medieval dividia-se em dois métodos principais: as lições (*lecturae*), de que se deriva o gênero dos comentários escritos, e a disputa ou questão (*disputatio* ou *quaestio*), de que se derivam os livros de questões disputadas. O gênero das

sumas, como a *Suma de teologia* de Tomás de Aquino e as sumas de gramática, como a de Tomás de Erfurt, tem elementos dos comentários escritos, mas sua estrutura deve muito mais aos livros de questões disputadas. Logo, trata-se de textos muito próximos das disputas que aconteciam no cotidiano das faculdades de artes medievais.

As lições (*lecturae*) dividiam-se em duas partes principais: divisão e explicação do texto; exposição de respostas, antigas e modernas, para as dificuldades levantadas na interpretação (DE LIBERA, 1990, p. 26). As disputas (ou questões) eram verdadeiros torneios dialéticos cuja estrutura formal era uma alternância entre objeções, exposições e refutações. Havia dois tipos de disputa: as ordinárias, cujas questões eram preestabelecidos pelo professor, e as extraordinárias ou quodlibetais, com perguntas que eram escolhidas a esmo, no início da aula, e, o mais interessante: feitas por qualquer um (*a quo libet*) da assistência (DE LIBERA, 1990, p. 28).

As sumas ou tratados gerais das diversas disciplinas (teologia, lógica, matemática, etc.) são o gênero por excelência da literatura pedagógica da Idade Média. Uma suma geralmente resulta de quatro fatores: 1) necessidade de organização de um determinado saber; 2) técnicas de ensino da instituição universitária; 3) resumo da pesquisa de uma universidade sobre determinado assunto; 4) tentativa autônoma e sistemática de organizar criticamente os dados de uma tradição.

A unidade mínima de uma suma é o artigo. O formato de um artigo resulta do desenvolvimento da questão disputada ordinária. Com relação a seus títulos e subtítulos, um artigo se divide da seguinte forma:

QUADRO 4 – O *ARTICULUS* COMO UNIDADE DIALÉTICA

<i>Utrum...</i>	“Se...” (Introduz a questão ou pergunta hipotética.)
<i>Videtur quod...</i> <i>Videtur quod non...</i>	“Parece que...” “Parece que não...” (Série de argumentos e objeções a favor ou contra a ideia veiculada pela questão ou pergunta hipotética)
<i>Sed contra...</i>	“Mas contra...” (Um ou vários contra-argumentos)
<i>Respondeo dicendum...</i>	“Deve-se declarar que...” (Solução para o problema depois de uma ponderação dos argumentos contra e a favor)
<i>Responsio principalis</i> ou <i>Corpus articulis</i> ou <i>Solutio</i>	“Resposta principal” ou “Corpo do artigo” ou “Solução” (Fundamentação da solução para o problema: citam-se autoridades com que se coaduna a solução apresentada.)

FONTE: Grabmann (1949, p. 40).

O gênero *summa* tem seu ápice, naturalmente, nas grandes sumas de teologia. No entanto, nas outras artes, como na geometria e na lógica, esse gênero tomava corpo no formato de pequenas sumas (*summulae*) ou tratados, como as *Summulae Logicales*, de Pedro Hispano (DE LIBERA, 1990, p. 30), que eram compêndios sobre questões disputadas.

Embora modistas como Boécio da Dácia (fl. 1275) e Martinho da Dácia (morto em 1304) tenham optado por um gênero de comentário com perguntas (*expositio per modum quaestionis*) para veicular suas ideias, outros, como o pré-modista Pedro Helias (fl. 1140) e o próprio Tomás de Erfurt (fl. 1310), optaram pelo formato da pequena suma ou tratado. Essa escolha fica clara a partir de uma tradução do título completo da *Gramática especulativa: Tratado dos modos de significar ou gramática especulativa*.

A natureza eminentemente pragmática do discurso da GS de TE levou o tradutor a procurar transmitir ao leitor o caráter de

questão disputada que transparece no texto original. Um exemplo disso é a sequência de termos e frases sublinhada no trecho a seguir:

QUADRO 5 – UM *ARTICULUS* DA *GRAMMATICA SPECULATIVA*

<u>Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum... <i>Ista opinio est erronea et falsa; quia [...]</i></u>	<u>Alguns afirmam que</u> o pronome, por si mesmo, não significa nada absolutamente, mas tem apenas o potencial de significar... <u>Essa opinião é errônea e falsa, porque [...]</u>
<u>Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod pronomen [...]</u>	Deve-se responder à autoridade, que eles aduzem, que o pronome [...]
<u>Alii dicunt, quod pronomen [...]</u>	Outros afirmam que o pronome [...]
<u>Ista opinio similiter non valet [...]</u>	Esta opinião também não é válida [...]
<u>Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi. <i>Dicendum quod [...]</i></u>	Para qualquer outro argumento a que se recorra para confirmar a tese segundo a qual o pronome seria ininteligível se significasse algo indeterminado, <u>deve-se responder que [...]</u>

FONTE: GS XXIV, 42-43.

As frases e termos sublinhados que aparecem na sequência argumentativa do texto acima não são apenas marcadores das divisões dos assuntos discutidos nesses capítulos, mas funcionam também como mecanismos de transição no desenvolvimento das ideias que compõem o conjunto da sua argumentação, e, assim, refletem quase simetricamente o ambiente escolar vivo de que são uma imagem.

No trecho exemplificado no quadro acima, o conjunto da argumentação organiza-se por meio de fórmulas dialéticas tradicionais e gira em torno de uma questão disputada entre os gramáticos do final do séc. XIII: “o pronome significa algo indeterminado?”. Um cotejo com os passos argumentativos de um artigo

escolástico qualquer, como os do Quadro 5 acima, demonstra que a *Gramática especulativa* está estruturada por um encadeamento de artigos, de acordo com os gêneros *summa* ou *summula* e que, portanto, sua organização textual reflete as questões disputadas sobre a linguagem no cotidiano das escolas e universidades da baixa Idade Média.

Outros exemplos da *GS*, além dessa questão sobre o pronome, poderiam ser citados, mas é provável que a estrutura dessa questão particular já seja suficiente para justificar a importância de uma tradução da *GS* em que se contemplem os mecanismos textuais que são importantes para a sua compreensão como um tratado típico do ambiente escolástico.

Portanto, em resumo, na presente tradução, tentou-se seguir os seguintes princípios: 1) manteve-se a nomenclatura que ainda é usualmente empregada na gramática tradicional e que é equivalente na *GS*; 2) optou-se por traduzir termos específicos com o uso de expressões aproximadas; 3) recorreu-se à tradução interpretativa, quando pareceu necessário; 4) traduziram-se termos e frases como *dicendum quod*, *notandum* e *item* com o intuito de transmitir ao leitor um *feeling* do ambiente universitário medieval em uma de suas manifestações mais sofisticadas: os debates do final do séc. XIII.

Houve alguns vocábulos cuja tradução foi especialmente difícil: trata-se de termos técnicos comuns ao contexto escolástico, mas que hoje tornaram-se incomuns ou têm acepções diferentes das de seus homógrafos no vocabulário especializado da filosofia posterior à Idade Média (LALANDE, 1999). Na *GS*, o exemplo mais claro dessa dificuldade é provavelmente a versão do termo *ratio* para o português. *Ratio* aparece pela primeira vez no título do Proêmio, *Methodi ratio* (*GS* I, 1), e sua presença é

frequente ao longo de todo o texto. O *Novissimo diccionario latino-portuguez* de Saraiva traz oito acepções para esse termo, entre as quais, as mais comuns em Cícero, que é o autor clássico mais citado no verbete, são: cálculo, método, medida, proporção, relação, referência a, causa, sistema, argumento, raciocínio, opinião, inteligência, juízo, etc. O vocábulo “disposição” é a primeira palavra da quarta acepção registrada. Note-se que, entre as citações de Cícero elencadas por Saraiva, *ratio* pode ser traduzido como uma fórmula de tipo “dizer respeito a x”: *Haec res est ex domestica ratione* “Esta é uma coisa que diz respeito aos interesses domésticos”, o que permite considerar a tradução de *ratio* para o português na forma de uma paráfrase.

Lalande (1999, p. 912) afirma que “o sentido mais antigo de *ratio*” está ligado “provavelmente a *ratus*, particípio de *reor* (crer, pensar), e aparece sobretudo significando cálculo e relação, antes da época clássica”. Segundo o mesmo autor, “*ratio* entra para a linguagem filosófica de expressão latina com Lucrécio e Cícero, que lhe atribuem o sentido que tinha dos termos *diánoia* e sobretudo *lógos* [...]”. Além disso, Lalande (1999, p. 912) também menciona que, embora antes de entrar para o vocabulário filosófico latino, na tradição filosófica grega, *lógos* fosse empregado “[...] nas acepções mais variadas”, este já tinha um sentido geral amplamente aceito: “faculdade de raciocinar discursivamente, de combinar conceitos, proposições”.

Nuchelmans (1973), em seu livro sobre as teorias da proposição antigas e medievais, discute os sentidos variados do termo *lógos* no grego da filosofia aristotélica e estoica e elenca um número de traduções de suas principais acepções, em língua inglesa, que são de interesse para a história da lógica e da linguística: *speech, discourse, meaningful sounds, group of words, utterance, sentence,*

*statement-making utterance, assertion, that which is stated, argument*. Nuchelmans encontra esses sentidos principalmente nas *Categorias* e no *Da Interpretação* de Aristóteles e nos estoicos. Pode-se dizer, portanto, que, de um modo geral na filosofia clássica antiga, o sentido geral de *lógos* e *ratio* está ligado ao raciocínio e ao discurso.

O dicionário medieval latino-francês de Le Ver (1994 [1440]), conhecido como *DLV (Dictionarius de Firmin Le Ver)*, dá, para *ratio*, os seguintes sinônimos e definição: *discretio, scientia, sententia sive deffinitio vel quidam modus animi vera a falsis distinguens* “discernimento, conhecimento, sentença ou definição ou um certo modo da mente que distingue entre as coisas verdadeiras das falsas” e o traduz para o francês como *raison* (LE VER, 1994 [1440], p. 421). Assim, no início do séc. XV, um dos principais sentidos de *ratio* parece estar ligado ao discernimento ou julgamento entre a verdade ou a falsidade de um enunciado, o que combina com a ênfase dialética da Escolástica que, na teoria da suposição, buscava definir a verdade ou a falsidade das proposições.

O dicionário de latim medieval de Le Talleur 2002 [1490], p. 328) define *ratio* como *aspectus animi quo per seipsum non per corpus intuetur aut est ipsum quod contemplatur [...]* “o aspecto da mente por meio de que ela considera, por si mesma e não pelo corpo, ou é a própria coisa que contempla”. Em Le Talleur, observa-se a noção antiga, e medieval, de que um entendimento natural é uma adequação a uma ordenação racional subjacente às coisas: a *ratio* não é só uma capacidade subjetiva, uma faculdade de raciocinar discursivamente, mas é também uma ordem natural, objetiva, das coisas. Na verdade, a ideia de uma adequação entre uma ordem subjetiva, ou intramental, e uma ordem objetiva das coisas fora da mente era um lugar-comum do pensamento aristo-

télico medieval, principalmente porque o mundo era entendido como uma criação pré-ordenada por Deus. Essa correspondência entre a ordem mental e a ordem do mundo é confirmada pelo *Thomas-Lexikon* de Schütz, em que se distinguem dezenove acepções de *ratio* na obra de Tomás de Aquino, mas a mais comum é a de uma faculdade natural de inquirir e discorrer sobre a verdade das coisas apreendidas pelos sentidos (*Summa theologiae* II, 2, q.49, a.5<sup>26</sup>): a verdade das coisas sendo a ordem a que o entendimento se ordena.

Como a teoria modista é fortemente correspondentista, não é surpreendente que TE utilize, por um lado, expressões como *ratio significandi*, *ratio consignificandi* e *ratio intelligendi*, que ligam *ratio* à capacidade intelectual e ao discurso e, por outro lado, encontre-se na *GS* a expressão *ratio essendi*, que implica claramente na ideia de que há uma razão, uma ordem subjacente ao mundo que corresponde à ordem da mente (*GS* I, 3; IV, 8). De fato, um dos pressupostos centrais do modismo é que à ordem dos conceitos e dos significados, na mente, corresponde uma ordem simétrica de propriedades de coisas no mundo.

Hodiernamente, o termo razão não parece familiar na acepção de uma ordem preexistente no mundo: razões não são entendidas facilmente como entidades reais, como era o caso no final do séc. XIII. Na *GS*, *ratio* claramente tem o sentido geral de “ordem das partes de um todo de que se derivam um entendimento e um significado”. Em vista disso, optou-se por não traduzir o vocábulo *ratio* da *GS* por “razão” e sim por “disposição”, cujo sentido dicionarizado é “distribuição ordenada (das partes de um

<sup>26</sup> Leia-se: o 5.º artigo da 49.ª questão da 2.ª parte, da II parte, da *Suma Teológica*.

todo)” ou um “arranjo” (HOUAISS, 2003, p. 174). Assim, em *ratio essendi*, *ratio* é uma ordenação/disposição natural que faz com que uma coisa ou propriedade objetiva possa ser entendida como isto ou aquilo: uma disposição, forma ou modo de ser dessa propriedade.

*Ratio* poderia ser traduzido por “ordem”, “ordenação” ou “forma”. Todavia, “disposição”, da perspectiva modista, parece transmitir melhor tanto o sentido extramental das propriedades das coisas, i.e., suas disposições naturais (potenciais) de serem entendidas pela mente (*rationes essendi*), quanto as disposições subjetivas (ativas) correspondentes, que se localizam nos intelectos que entendem essas propriedades objetivas. Acrescente-se a isso que o dicionário de Le Ver, 1994 [1440], p. 127) traduz *dispositio* por “ordenance” e *dispono* por “ordener”, o que também parece justificar a escolha de “disposição” como tradução para *ratio*.

Além de “disposição”, *ratio* também foi traduzido pela expressão “do ponto de vista de” e por duas expressões similares: “de acordo com” e “com/no papel de”. Traduz-se *ratio* dessa maneira sempre que Tomás de Erfurt utiliza esse termo na aplicação da distinção aristotélica “matéria-forma” (cf. *GS VIII*, 15). Por exemplo, ao comparar o nome ao pronome, TE diz que, por um lado, essas duas partes do discurso têm o significado básico de fazer referência a uma substância e que esse significado básico é a matéria comum que o nome e o pronome compartilham. Por outro lado, o nome faz essa referência de forma direta, enquanto o pronome precisa receber essa referência por intermédio de um nome. Logo, o nome e o pronome têm uma forma diferente de referência. Nesse sentido, TE afirma que, *ratione materiae*, “do ponto de vista da matéria”, nome e pronome são iguais, mas, *ratione formae*, “do ponto de vista da forma”, são diferentes. As-

sim, fica claro que, nessas expressões (*ratione materiae, ratione formae*), *ratione* deve ser traduzido como “do ponto de vista de” ou “da perspectiva de” ou “de acordo com”, e não como “disposição”. Na presente tradução, há várias instâncias do uso dessas expressões para a versão do termo *ratio*, por exemplo, na tradução do capítulo sobre o caso nominal (*GS XIX, 32*): *Dativus casus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter [...]* “O dativo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente [...]”.

Ao longo de todo o trabalho de tradução da *GS*, houve vários momentos em que os textos traduzidos para o português foram cotejados com as traduções para o inglês, de Bursill-Hall (1972), e para o espanhol, de Farré (1947). A divisão em capítulos e parágrafos aqui adotada segue a tradução de Bursill-Hall (1972), em que a *GS* está dividida em 54 capítulos e 120 parágrafos.



*Tratado sobre os  
Modos de Significar ou  
Gramática Especulativa,  
de Tomás de Erfurt*

# TRACTATUS DE MODIS SIGNIFICANDI SEU GRAMMATICA SPECULATIVA

1 *Methodi ratio*. Quoniam quidem intelligere et scire contingit in omni scientia ex cognitione principiorum, ut scribitur I *Physicorum*, *Text Comment 1*, nos ergo, volentes habere scientiae Grammaticae notitiam, circa omnia eius principia, cuius modi sunt Modi significandi, per se primo oportet insistere. Sed antequam eorum inquiratur notitia in speciali, praemittenda sunt quaedam in generali, sine quibus plenarius ipsorum intellectus haberi non potest.

Quorum unum et primum est, quomodo modus significandi partiatur, et describatur. Secundum est, a quo modus significandi radicaliter oriatur. Tertium est, a quo modus significandi immediate sumatur. Quartum est, quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur. Quintum est, in quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur. Sextum est, qualem ordinem habeant ad invicem isti termini, Signum, Dictio, Pars orationis, et Terminus.

# TRATADO SOBRE OS MODOS DE SIGNIFICAR OU GRAMÁTICA ESPECULATIVA

1 *Disposição do método.* Visto que em toda ciência saber e entender relacionam-se com o conhecimento de princípios, como está escrito no primeiro livro e no comentário da *Física* de Aristóteles,<sup>1</sup> é oportuno para nós, desejosos de conhecer a ciência da gramática, determo-nos em todos os seus princípios, cujos modos são os modos de significar. Mas, antes de inquirirmos pelo seu conhecimento específico, é necessário nos remetermos a certas de suas noções gerais, sem as quais não se pode obter seu entendimento mais pleno.<sup>2</sup>

Dessas noções, a primeira e principal é a maneira como o modo de significar divide-se e é descrito; a segunda é de onde o modo de significar origina-se primordialmente; a terceira é de onde o modo de significar é derivado imediatamente; a quarta é de que maneira o modo de significar distingue-se do modo de entender e de ser; a quinta é em que situação o modo de significar é encontrado em forma de sujeito; a sexta é a ordem que os seguintes termos têm entre si: signo, vocábulo, parte do discurso e termo.<sup>3</sup>

## CAPUT I

*Quomodo modus significandi dividatur et describatur.*

2 *Modus significandi duo importat: modus significandi activus et passivus.* Circa primum est sciendum, quod modus significandi duo importat aequivoce. Dicitur enim de modo significandi activo et passivo. Modus significandi activus est modus, sive proprietas vocis, ab intellectu sibi concessa, mediante qua, vox proprietatem rei significat. Modus significandi passivus est modus, sive proprietas rei, prout est per vocem significata. Et quia significare et consignificare est quadammodo agere, et significari et consignificari est quadammodo pati, inde est, quod modus vel proprietas vocis, mediante qua vox proprietatem rei active significat, modus significandi activus nominatur; modus vero, vel proprietas rei, prout per voces passive significatur, modus significandi passivus nuncupatur.

3 *Intellectus duplicem rationem voci tribuit.* Iuxta quod notandum quod cum intellectus vocem ad significandum, et consignificandum imponit, duplicem ei rationem tribuit, scilicet, rationem significandi quae vocatur significatio, per quam efficitur signum, vel significans; et sic formaliter est dictio; et rationem consignificandi, quae vocatur modus significandi activus, per quam vox significans fit consignum, vel consignificans; et sic formaliter est pars orationis; ita quod pars est pars secundum se per hanc rationem consignificandi, seu modum significandi activum, tanquam

## CAPÍTULO I

*Como o modo de significar divide-se e é descrito*

2 *O modo de significar introduz dois outros: o modo de significar ativo e o modo de ser significado passivo.*<sup>4</sup> Acerca desse primeiro tópico, deve-se saber que o modo de significar introduz dois modos de maneira equivalente. Por isso, o modo de significar é chamado de ativo e de passivo. O modo de significar ativo é o modo ou a propriedade da palavra, que é recebida do intelecto, por meio do qual a palavra significa a propriedade de uma coisa. O modo de ser significado passivo é o modo ou a propriedade da coisa enquanto significada pela palavra. E, como significar e cossignificar é, de certa forma, agir, e ser significado e ser cossignificado é, em certo sentido, sofrer uma ação, conclui-se que o modo ou a propriedade da palavra, mediante o qual a palavra significa uma propriedade, é chamado de modo de significar ativo, mas o modo ou a propriedade da coisa, que é significada passivamente pelas palavras, é denominado modo de ser significado passivo.

3 *O intelecto atribui duas disposições à palavra.* Deve-se observar também, junto ao que se discutiu até aqui, que no momento em que o intelecto impõe à palavra as disposições de significar e cossignificar,<sup>5</sup> ele lhe atribui uma disposição dupla: a disposição de significar, que se denomina significação, pelo qual (a palavra) é transformada em um signo ou significante e, assim, formalmente, em um vocábulo; e o potencial de cossignificar, que é denominado modo de significar ativo, pelo qual a palavra é transformada em um cossigno ou cossignificante e, dessa maneira, torna-se for-

per principium formale; sed est pars relata ad aliam per eandem rationem consignificandi activam, tanquam per principium efficiens intrinsecum.

Ex hoc patet, quod rationes consignificandi active, seu modi significandi activi, per se et primo ad grammaticam pertinent, tanquam principia considerata in grammatica. Sed rationes consignificandi passivae, seu modi significandi passivi, ad grammaticam non pertinent, nisi per accidens, quia non sunt principium partis orationis, nec formale, nec efficiens, cum sint rerum proprietates, nisi quantum ad illud, quod est formale in eis, cum in hoc etiam forte a modis significandi activis non discrepent, ut infra patebit.

malmente uma parte do discurso. Assim, uma parte do discurso quando está isolada (de outras partes) tem uma disposição de cossignificar ou modo de cossignificar como que por meio de um princípio formal (potencial). Entretanto, em virtude dessa mesma disposição, uma parte relaciona-se com outra parte como que por um princípio eficiente intrínseco.<sup>6</sup>

Disso resulta claramente que as disposições de cossignificar ativamente ou os modos de cossignificar ativos, em si mesmos e primeiramente, pertencem ao estudo da gramática enquanto princípios considerados na gramática. Mas as disposições de ser cossignificado passivas ou os modos de ser cossignificado passivos não pertencem ao estudo da gramática, a não ser acidentalmente, porque não se constituem em princípio de parte de discurso, seja de maneira formal (potencial) seja eficiente, mas representam as propriedades das coisas. Todavia, podem ser considerados princípios de partes do discurso de um ponto de vista formal<sup>7</sup> enquanto nisso não divirjam dos modos de significar ativos, como abaixo ficará evidente.

## CAPUT II

*A quo modus significandi radicaliter oriatur.*

4 *Omnis modus significandi activus est ab aliqua rei proprietate.* Circa secundum notandum, quod cum huiusmodi rationes, sive modi significandi activi non sint figmenta, oportet omnem modum significandi activum ab aliqua rei proprietate radicaliter oriri. Quod sic patet: quia cum intellectus vocem ad significandum sub aliquo modo significandi activo imponit, ad ipsam rei proprietatem aspicit, a qua modum significandi activum originaliter trahit; quia intellectus cum sit virtus passiva, de se indeterminata, ad actum determinatum non vadit, nisi aliunde determinetur. Unde cum imponit vocem ad significandum sub determinato modo significandi activo, a determinata rei proprietate necessario movetur; ergo cuilibet modo significandi activo correspondet aliqua proprietas rei, seu modus essendi rei.

5 Sed contra hoc obiicitur: quia haec vox significativa, scilicet *deitas*, habet foemininum genus, quod est modus significandi passivus; tamen in re significata sibi proprietas non correspondet, quia est proprietas patientis, a quo sumitur foemininum genus. Item, privationes et figmenta sub nullis proprietatibus cadunt, cum non sint entia; et tamen voces significativae privationum et figmentorum modos significandi activos habent, ut *caecitas*, *chimaera*, et similia.

## CAPÍTULO II

*De onde o modo de significar origina-se fundamentalmente*

4 *Todo modo de significar ativo é derivado de alguma propriedade da coisa.* Com respeito a esse tópico, deve-se observar que essas disposições ou modos de significar ativos não são ficções e que, necessariamente, todo modo de significar ativo deve originar-se fundamentalmente de alguma propriedade da coisa. Isso evidencia-se da seguinte forma: quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com algum modo de significar ativo, ele considera na coisa a propriedade em si mesma da qual o modo de significar é originalmente derivado. Isso ocorre porque o intelecto, que é uma qualidade passiva e indeterminada por si mesma, não vai ao ato determinado a não ser que seja determinado por algo externo.<sup>8</sup> Disso decorre que quando o intelecto designa uma palavra para significar de acordo com determinado modo de significar ativo, é necessário que ele seja movido por uma determinada propriedade da coisa. Portanto, para qualquer modo de significar ativo corresponde alguma propriedade da coisa ou um modo de ser da coisa.

5 Todavia, contra isso objeta-se que a palavra *deitas* (“deidade”) é de gênero feminino e que esse é um modo de ser significado passivo, embora a propriedade não se reflita na coisa significada, porque é a propriedade do paciente, da qual se deriva o gênero feminino.<sup>9</sup> Igualmente, as privações e as ficções<sup>10</sup> não corresponderiam a nenhuma propriedade, já que não são entes. No entanto, as palavras que significam as privações e as ficções possuem modos de significar ativos, como *caecitas* (“cegueira”) e *chimaera* (“quimera”) e coisas similares.

Dicendum, quod non oportet, quod semper modus significandi activus dictionis trahatur a proprietate rei illius dictionis, cuius est modus significandi; sed potest accipi a proprietate rei alterius dictionis, et rei illius dictionis tribui, et sufficit quod ipsi non repugnet; et quia substantias separatas non intelligimus, nisi ex istis sensibilibus, ideo sub proprietatibus sensibilibus eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos attribuimus. Unde licet in *Deo*, secundum veritatem, non sit proprietas passiva, tamen imaginamur ipsum tanquam patientem a nostris precibus.

Similiter privationes intelligimus ex suis habitibus, ideo sub proprietatibus habituum eis nomina imponimus, et nominibus eorum modos significandi activos attribuimus. Similiter in nominibus figmentorum sumuntur modi significandi activi ex proprietatibus partium, ex quibus imaginamur *chimaeram* componi, quam imaginamur ex *capite Leonis*, *cauda Draconis*; et sic de aliis.

6 Et si instetur: si modi significandi activi, in nominibus privationum, sumuntur a modis essendi habituum, tunc nomina essendi habitus, et non privationis designabunt; et hoc posito, nomina privationum per suos modos significandi activos erunt consignificative falsa.

Dicendum, quod non est verum; immo nomina privationum per suos modos significandi activos designant circa privationes modos intelligendi privationum, qui sunt eorum modi essendi. Iuxta

A essa objeção é necessário responder que não é obrigatório que o modo de significar ativo de um vocábulo sempre seja derivado da propriedade da coisa a que esse vocábulo refere-se, mas pode ser derivado da propriedade da coisa a que se refere outro vocábulo e ser atribuído ao referente do primeiro. Para que isso aconteça, basta que esses vocábulos não sejam incompatíveis. E, pelo fato de não entendermos as substâncias separadas<sup>11</sup> a não ser pelas coisas sensíveis, atribuímos a elas os nomes e os modos de significar ativos de acordo com as propriedades das coisas sensíveis. Disso advém que em Deus verdadeiramente não há propriedade passiva, embora o imaginemos como paciente de nossas preces.

De maneira similar, entendemos as privações a partir das suas características circunstanciais e, portanto, atribuímos modos de significar ativos a seus nomes de acordo com as propriedades de suas características circunstanciais. De forma análoga, nos nomes das ficções, os modos de significar ativos são derivados das propriedades das partes, com as quais, por exemplo, imaginamos ser composta a quimera, que imaginamos com cabeça de leão, cauda de dragão, etc., e assim com as outras ficções.

6 Mas é possível que alguém ainda insista que os modos de significar ativos, nos nomes das privações, são derivados dos modos de ser de características circunstanciais e, portanto, seus nomes designarão os modos de ser dessas características circunstanciais e não os das privações. Sob esse ponto de vista, os nomes das privações serão cossignificativamente falsos devido a seus modos de significar ativos.

Deve-se responder que isso não é verdade. Pelo contrário: os nomes das privações, por meio de seus modos de significar ativos, designam os modos de entender das privações, que são seus mo-

quod sciendum, quod licet privationes non sint entia positiva extra animam, sunt tamen entia positiva in anima, ut patet IV *Met. Text 9*, et sunt entia secundum animam; et quia eorum intelligi est eorum esse, ideo eorum modi intelligendi erunt eorum modi essendi. Unde nomina privationum, per suos modos significandi activos, non erunt consignificativa falsa, quia cum modi intelligendi privationum reducuntur ad modos intelligendi habitus (nam privatio non cognoscitur nisi per habitum), ideo modi essendi privationum tandem ad modos essendi habitus reducuntur.

dos de ser.<sup>12</sup> Além disso, é necessário saber que, embora as privações não sejam entes positivos fora da mente, são, todavia, entes positivos na mente. Isso fica claro no texto 9 do quarto livro da *Metafísica*.<sup>13</sup> São, portanto, entes mentais, e uma vez que ser entendido é o seu ser, o seu modo de entender será o seu modo de ser. Como resultado disso, os nomes das privações não serão cossignificativamente falsos por meio de seus modos de significar ativos, porque, como os modos de entender das privações reduzem-se aos modos de entender de características circunstanciais, os modos de ser das privações, igualmente (pois as privações não se conhecem a não ser por meio de características circunstanciais), são reduzidos aos modos de ser dessas características circunstanciais.

### CAPUT III

*A quo modus significandi immediate sumatur.*

7 *Modus significandi et intelligendi duplex.* Circa tertium notandum, quod modi significandi activi immediate a modis intelligendi passivi sumuntur. Iuxta quod sciendum est, quod, sicut duplex est modus significandi, scilicet activus et passivus, ita duplex est modus intelligendi, scilicet activus et passivus. Modus intelligendi activus est ratio concipiendi, qua mediante, intellectus rei proprietates significat, concipit vel apprehendit. Modus autem intelligendi passivus est proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa.

*A quibus proprietatibus sumantur modi significandi activi.* Dicatur ergo, quod modi significandi activi sumuntur immediate a modis intelligendi passivis; quia modi significandi activi non sumuntur a modis essendi, nisi ut hi modi essendi ab intellectu apprehenduntur: modi autem essendi, prout ab intellectu apprehensi, dicuntur modi intelligendi passivi; ergo modi significandi activi sumuntur a modis essendi, mediantibus modis intelligendi passivis; et ideo immediate modi significandi activi a modis intelligendi passivis sumuntur.

### CAPÍTULO III

*De onde o modo de significar é imediatamente derivado*

7 Os modos de significar e de entender são duplos. Acerca do terceiro tópico, deve-se observar que os modos de significar ativos são imediatamente derivados dos modos de ser entendido passivos. Junto a isso, deve-se saber que, assim como o modo de significar é duplo, a saber, ativo e passivo, da mesma forma o modo de entender é duplo, a saber, ativo e passivo. O modo de entender ativo é a disposição de entender pela qual o intelecto significa, entende ou apreende as propriedades da coisa. O modo de ser entendido passivo é a propriedade da coisa conforme apreendida pelo intelecto.<sup>14</sup>

*De que propriedades os modos de significar são derivados.* Declara-se, portanto, que os modos de significar ativos são derivados imediatamente dos modos de ser entendido passivos, porque os modos de significar ativos não são derivados dos modos de ser antes destes modos de ser terem sido apreendidos pelo intelecto. De fato, os modos de ser, enquanto apreensões do intelecto, são chamados de modos de ser entendido passivos. Portanto, os modos de significar ativos são derivados dos modos de ser com a intermediação dos modos de ser entendido passivos. Logo, os modos de significar são derivados imediatamente dos modos de ser entendido passivos.

## CAPUT IV

*Quomodo modus significandi a modo intelligendi et a modo essendi distinguatur.*

8 *In quo conveniant et in quo differant modus essendi, intelligendi passivus et significandi passivus.* Circa quartum, notandum, quod modi essendi, et modi intelligendi passivi, et modi significandi passivi, sunt idem materialiter et realiter, sed differunt formaliter; quia modus essendi est rei proprietas absolute; modus intelligendi passivus est ipsa proprietas rei, prout ab intellectu apprehensa; modus significandi passivus est eiusdem rei proprietas, prout per vocem consignificatur. Et sunt eadem materialiter et realiter, quia quod dicit modus essendi absolute, dicit modus intelligendi passivus, prout refertur ad intellectum; et quod dicit modus intelligendi passivus, dicit modus significandi passivus, prout refertur ad vocem; ergo sunt eadem materialiter. Sed differunt formaliter; quod sic patet: quia qui dicit modum essendi, dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione essentiae; sed qui dicit modum intelligendi passivum, dicit eandem rei proprietatem, ut materiale, et rationem intelligendi, sive concipiendi, ut formale; sed qui dicit modum significandi passivum, dicit eandem rei proprietatem ut materiale, et dicit rationem consignificandi, ut formale. Et cum alia sit ratio essendi, alia intelligendi, alia significandi, differunt secundum formales rationes.

## CAPÍTULO IV

*Como o modo de significar distingue-se do modo de entender e do modo de ser*

8 *Em que coincidem e em que diferem o modo de ser, o de ser entendido passivo e o de ser significado passivo.* Acerca desse quarto tópico, deve-se observar que os modos de ser, os modos de ser entendido passivos e os modos de ser significado passivos são idênticos material e realmente, mas diferem formalmente, porque o modo de ser é a propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido passivo é essa propriedade enquanto apreendida pelo intelecto, e o modo de ser significado passivo é a propriedade dessa mesma coisa enquanto cossignificada pela palavra. E eles são iguais material e realmente porque por “modo de ser em sentido absoluto” entende-se o “modo de ser entendido passivo” enquanto refere-se ao intelecto. Igualmente, ao se dizer “modo de ser entendido passivo” entende-se o “modo de ser significado passivo” no que se refere à palavra e, portanto, é materialmente a mesma coisa. Mas diferem formalmente, como ficará evidente a seguir.<sup>15</sup> Porque, se, por um lado, alguém fala em “modo de ser”, refere-se à propriedade da coisa em sentido absoluto, ou na sua disposição de existir. Por outro lado, quando alguém fala em “modo de ser entendido passivo”, refere-se a essa mesma propriedade materialmente e em sua disposição de ser entendida ou concebida formalmente. Além disso, quem fala em “modo de ser significado passivo”, refere-se tanto à propriedade da coisa, materialmente, quanto a sua disposição de cossignificar, formalmente. E como uma é a disposição de ser, outra a de entender e outra a de significar, esses modos diferem de acordo com suas disposições formais.

Conveniunt autem realiter; nam modus essendi dicit absolute proprietatem rei; et modus intelligendi passivus dicit proprietatem rei sub modo intelligendi; et modus significandi passivus dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi. Sed eadem est proprietas rei, ut absolute accipitur, et sub modo intelligendi, et sub modo consignificandi.

*In quo differant modi essendi, intelligendi activus et significandi activus.* Item sciendum, quod modus essendi, et modus intelligendi activus, et modus significandi activus differunt formaliter et materialiter; quia modus essendi dicit proprietatem rei absolute, sive sub ratione existentiae [essentiae], ut dictum est supra; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi, sive concipiendi; modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi: sed alia est proprietas rei ad extra animam, et alia intellectus, et alia vocis; ita alia est ratio essendi, alia intelligendi, alia consignificandi; ergo modus essendi et modus intelligendi activus et modus significandi activus differunt in utroque.

*In quo differant et in quo conveniant modi intelligendi activus et passivus.* Item sciendum, quod modus intelligendi activus, et modus intelligendi passivus differunt materialiter, et conveniunt formaliter. Nam modus intelligendi passivus dicit rei proprietatem sub ratione intelligendi passiva; sed modus intelligendi activus dicit proprietatem intellectus, quae est ratio intelligendi activa: sed eadem est ratio intelligendi, per quam intellectus proprietatem

Todavia, eles coincidem realmente, pois o modo de ser é dito da propriedade da coisa em sentido absoluto, o modo de ser entendido passivo é a propriedade da coisa do ponto de vista do modo de entender e o modo de ser significado passivo é a propriedade da coisa do ponto de vista da disposição de cossignificar. A propriedade da coisa entendida em sentido básico, todavia, é a mesma, seja por meio do modo de entender ou de significar.

*Em que diferem o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo.* É necessário saber também que o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo diferem material e formalmente. Porque o modo de ser é considerado como a propriedade da coisa em sentido absoluto, a saber: do ponto de vista de sua disposição de existir, como foi dito acima. Mas considera-se o modo de entender ativo como uma propriedade do intelecto, que é uma disposição de entender ou conceber; e considera-se o modo de significar ativo como uma propriedade da palavra, que é uma disposição de cossignificar. Portanto, uma é a propriedade da coisa fora da mente, outra a do intelecto e outra a da palavra. Dessa forma, o modo de ser, o modo de entender ativo e o modo de significar ativo diferem em ambas as coisas (i.e., material e formalmente).

*Em que diferem e em que coincidem os modos de entender ativo e de ser entendido passivo.* Deve-se observar, igualmente, que o modo de entender ativo e o modo de ser entendido passivo diferem materialmente e coincidem formalmente. Porque se diz “modo de ser entendido passivo” da propriedade da coisa em sua disposição passiva de ser entendida, mas se diz “modo de entender ativo” da propriedade do intelecto que é a disposição de entender ativa. To-

rei intelligit active, et per quam rei proprietas intelligitur passive; ergo proprietates sunt diversae, et ratio est eadem; ergo materialiter differunt, et sunt formaliter idem.

*In quo differant et in quo convenient modi significandi activus et passivus.* Item sciendum, quod modus significandi activus et passivus differunt materialiter, et sunt idem formaliter; quia modus significandi passivus dicit proprietatem rei sub ratione consignificandi passiva; sed modus significandi activus dicit proprietatem vocis, quae est ratio consignificandi activa: sed eadem est ratio, per quam vox est significans active, et per quam proprietas rei significatur passive; ergo materialiter sunt differentes, sed sunt idem formaliter.

davia, a disposição de entender por meio de que o intelecto entende ativamente a propriedade da coisa e a disposição da coisa por meio de que ela é entendida passivamente são a mesma. Portanto, as propriedades são diferentes, mas a disposição é a mesma. Logo, esses modos diferem materialmente e são idênticos formalmente.

*Em que diferem e em que coincidem os modos de significar ativo e de ser significado passivo.* Deve-se saber que, da mesma maneira, o modo de significar ativo e o modo de ser significado passivo diferem materialmente e são iguais formalmente. Porque se diz “modo de ser significado passivo” da propriedade da coisa na sua disposição passiva de ser cossignificada, mas se diz “modo de significar ativo” da propriedade da palavra que é sua disposição ativa de cossignificar. A disposição, todavia, é a mesma, seja por meio da qual a palavra significa ativamente, seja por meio da qual a propriedade da coisa é significada passivamente. Portanto, esses modos são materialmente diferentes, mas são iguais formalmente.

## CAPUT V

*In quo modus significandi tanquam in subiecto inveniatur.*

9 *In quo inveniatur modus significandi passivus.* Circa quintum est notandum, quod modus significandi passivus materialiter est in re, ut in subiecto; quia materialiter est proprietas rei; rei autem proprietas est in eo, cuius est, ut in subiecto. Formaliter autem est in eo subiecto, in quo est modus significandi activus, quia formaliter a modo significandi activo non discrepat.

10 *In quo inveniatur modus significandi activus.* Modus autem significandi activus, cum sit proprietas vocis significativae, materialiter est in voce significativa, ut in subiecto; in proprietate autem rei sicut causatum in causa efficienti radicali et remota; et in intellectu sicut causatum in causa efficienti proxima; et in constructione ut causa efficiens in suo effectu proprio.

## CAPÍTULO V

*Onde o modo de significar é encontrado enquanto em um sujeito*

9 *Onde é encontrado o modo de ser significado passivo.* Acerca do quinto tópico, deve-se observar que o modo de ser significado passivo está materialmente na coisa, como em seu sujeito, porque, materialmente, é a propriedade da coisa. De fato, a propriedade da coisa está naquilo a que pertence como a um sujeito.<sup>16</sup> Mas o modo de ser significado passivo está formalmente no mesmo sujeito em que se encontra o modo de significar ativo, uma vez que não difere formalmente do modo de significar ativo.

10 *Onde é encontrado o modo de significar ativo.* O modo de significar ativo, sendo uma propriedade da palavra, encontra-se materialmente na palavra, como em um sujeito; (encontra-se) na propriedade da coisa, como um efeito encontra-se em sua causa eficiente original e remota; no intelecto, como um efeito em uma causa eficiente próxima; na construção, como uma causa eficiente no ato de seu próprio efeito.

## CAPUT VI

*Qualem ordinem habeant ad invicem isti termini: signum, dictio, pars orationis et terminus.*

11 *Signum, dictio, pars orationis, terminus.* Circa dicta est notandum, quod signum, dictio, pars orationis et terminus conveniunt, et differunt. Conveniunt enim in subiecto, et in obiecto; quia in eodem subiecto reperiri possunt, sicut signum et signatum. Differunt tamen penes rationes; quia dicitur signum per rationem signandi, vel repraesentandi aliquid absolute; sed dicitur dictio formaliter per rationem signandi voci superadditam, quia dictio est vox significativa; sed pars orationis formaliter est per modum significandi activum, dictioni superadditum, quia pars orationis est dictio, ut habet modum significandi activum. Terminus vero dicit rationem terminandi resolutiones syllogismi, quia Dialecticus resolvit syllogismum in propositiones, et propositiones in subiectum et praedicatum, quae dicuntur termini secundum logicum.

12 *Vox.* Item sciendum est, quod vox, in quantum vox, non consideratur a grammatico, sed in quantum signum, quia grammatica est de signis rerum; et quia vox est habilissimum signum inter alia signa, ideo vox in quantum signum prius consideratur a grammatico, quam alia signa rerum. Sed quia esse signum accidit voci, ideo grammaticus considerans vocem, considerat eam per accidens.

## CAPÍTULO VI

*Que ordem têm estes termos entre si: o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo*

11 *O signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo.* Acerca do que já foi dito, é necessário observar que o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo coincidem e diferem entre si. Coincidem no sujeito e no objeto, porque podem ser encontrados no mesmo sujeito, como na relação entre signo e designado. Diferem, entretanto, em suas disposições, porque o signo é assim denominado por sua disposição de assinalar ou de representar de forma direta, mas o vocábulo é assim denominado formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à palavra, porque o vocábulo é a palavra que tem significado. A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar ativo, que é adicionado ao vocábulo, porque a parte do discurso é o vocábulo enquanto possui um modo de significar ativo. O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o dialético divide o silogismo em proposições e estas em sujeito e predicado, que são chamados de termos, segundo os lógicos.

12 *A palavra.* Igualmente, é necessário saber que a palavra, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. E, uma vez que a palavra é o signo mais funcional dentre todos os outros signos<sup>17</sup>, o gramático dá prioridade ao tratamento da palavra significativa antes de todos os outros signos das coisas. Todavia, uma vez que ser um signo é acidental à palavra, o gramático a considera acidentalmente.

## CAPUT VII

### *De modis significandi activis in speciali.*

13 *Modus essentialis et accidentalis.* His visis, dicendum est de modis significandi activis in speciali. Iuxta quod notandum est, quod modus significandi activus, qui est principium in grammatica, dividitur in modum significandi essentialem et accidentalem. Modus significandi essentialis est, per quem pars orationis habet simpliciter esse, vel secundum genus, vel secundum speciem. Modus significandi accidentalis est, qui advenit parti post eius esse completum, non dans esse simpliciter parti, nec secundum genus, nec secundum speciem.

*Modi essentialis subdivisio.* Modus significandi essentialis subdividitur in modum significandi essentialem generalissimum, subalternum, et specialissimum. Modus significandi essentialis generalissimus est, qui est de essentia partis orationis et cuiuslibet suppositi sub se contenti. Modus significandi essentialis specialissimus est, qui est de essentia quorundam suppositorum illius partis. Modus significandi essentialis subalternus est, qui est de essentia suppositorum illius partis, nec generalissime, nec specialissime, sed medio modo se habens.

Et possumus imaginari in istis modis significandi essentialibus coordinationem similem coordinationi praedicamentali. Nam sicut in linea praedicamentali est dare genus generalissimum, cuius praedicatio generalissime se extendit ad omnia, quae sunt illius coordinationis; et specialissimum, cuius praedicatio specialissi-

## CAPÍTULO VII

### *Sobre os modos de significar ativos em particular*

13 *Modos essenciais e acidentais.* Após o que se viu acima, é necessário agora discutir os modos de significar ativos de forma particular. Assim, junto ao que já foi apresentado, deve-se observar também que o modo de significar ativo, que é o princípio da gramática,<sup>18</sup> divide-se em essencial e acidental. O modo de significar essencial é aquele pelo qual a parte do discurso tem existência básica, seja segundo seu gênero, seja segundo sua espécie. O modo de significar acidental é o que advém à parte do discurso além do limite de sua existência básica<sup>19</sup> e que não se limita à existência simples da parte, nem segundo o seu gênero, nem segundo a sua espécie.<sup>20</sup>

*Subdivisão do modo essencial.* O modo de significar essencial divide-se em modo de significar essencial mais geral, subalterno e mais especial.<sup>21</sup> O modo de significar essencial mais geral participa da essência da parte do discurso e de qualquer suposto<sup>22</sup> nela contido. O modo de significar essencial mais especial participa da essência de certos supostos dessa parte do discurso. O modo de significar essencial subalterno não participa da essência dos supostos da parte do discurso nem de maneira mais geral nem de maneira mais especial, mas se comporta de modo intermediário. E podemos imaginar nesses modos de significar essenciais uma coordenação semelhante à coordenação predicamental.<sup>23</sup> Assim como, em termos predicamentais, ocorre um gênero geral, cujo predicado geral estende-se a todas as coisas que pertencem a sua coordenação, e um especial, cujo predicado especial estende-se a

me se extendit ad res illius coordinationis; et subalternum, cuius praedicatio medio modo se habet; sic est in istis modis significandi essentialibus. Est enim dare quemdam modum generalissimum, cuius natura generalissime participatur ab omnibus suppositis illius partis; et modum specialissimum, cuius natura specialissime et parcissime participatur a suppositis illius partis; et quemdam subalternum, cuius natura medio modo participatur.

14 *Modi significandi accidentales, absolutus, et respectivus.* Item modus significandi accidentalis dividitur in modum significandi accidentalem absolutum et respectivum. Modus significandi accidentalis absolutus dicitur ille, per quem unum constructibile non habet respectum ad alterum, sed solum ad rei proprietatem. Modus significandi accidentalis respectivus est, per quem unum constructibile habet respectum non solum ad rei proprietatem, sed etiam per quem unum constructibile habet respectum ad alterum; et hoc dupliciter: vel tanquam ad ipsum dependens, vel tanquam ad eius dependentiam terminans.

De his ergo modis omnibus videamus; et primo prout sunt principium formale partis orationis absolute, secundum quem modum pertinent ad Etymologiam; deinde prout sunt principium intrinsecum constructionis unius partis cum alia, secundum quem pertinent ad Diasyntheticam.

Determinantes autem de his prout sunt forma partis, primo videamus de modo significandi Nominis, secundo de modo significandi Pronomis; et sic de caeteris secundum ordinem Donati.

alguns elementos de sua extensão, e um subalterno, cujo predicado comporta-se de modo intermediário, acontece o mesmo com os modos de significar essenciais. Por isso, atribui-se um modo mais geral, cuja natureza é partilhada igualmente por todos os supostos da parte do discurso; um modo mais especial, em que essa natureza é partilhada, de maneira específica e econômica, pelos supostos da parte do discurso; e um modo subalterno, em que essa natureza é partilhada de modo intermediário.

14 *Modos de significar accidentais: absoluto e respectivo*. Igualmente, o modo de significar accidental divide-se em modo de significar accidental absoluto e respectivo.<sup>24</sup> O modo de significar accidental absoluto é dito daquilo por meio de que uma parte de uma construção não se relaciona com outra, mas apenas com a propriedade da coisa. O modo de significar accidental respectivo é aquele por meio de que uma parte de uma construção não somente se relaciona com a propriedade da coisa, mas também com outra parte da construção, e o faz de duas maneiras: como dependente da outra parte da construção ou como determinante da dependência desta.<sup>25</sup>

Consideraremos, portanto, todos esses modos de significar: em primeiro lugar, como princípios formais da parte do discurso em sentido absoluto; em segundo lugar, de que maneira pertencem ao estudo das classes de palavras.<sup>26</sup>

Em seguida, apresentaremos os modos enquanto princípio intrínseco da construção de uma parte com outra, de acordo com o estudo da sintaxe. Ademais, visando determinar esses modos enquanto formas da parte do discurso, primeiramente consideraremos o nome, em seguida o pronome e assim sucessivamente com as outras partes, de acordo com Donato.<sup>27</sup>

## CAPUT VIII

*De modo significandi essentiali generalissimo nominis.*

15 *Modus significandi essentialis generalissimus nominis.* Modus significandi essentialis generalissimus nominis est modus significandi per modum entis, et determinatae apprehensionis. Iuxta quod notandum est, quod licet uterque istorum modorum significandi sit forma nominis absolute sumpti, tamen comparando nomen ad alias partes orationis, modus entis habet rationem materiae, quae est facere convenire, facit enim nomen convenire cum pronomine; sed modus determinatae apprehensionis habet rationem formae, quia facit nomen ab aliis partibus orationis differre; et ideo copulando hos modos significandi ad invicem, ex utroque unus resultat modus per viam compositionis.

*Modus entis et modus esse.* Et ut sciamus, a qua rei proprietate iste modus significandi sumatur, notandum est, quod in rebus invenimus quasdam proprietates communissimas, sive modos essendi communissimos, scilicet modum entis, et modum esse. Modus entis est modus habitus et permanentis, rei inhaerens, ex hoc quod habet esse. Modus esse est modus fluxus et successionis, rei inhaerens, ex hoc quod habet fieri.

Tunc dico, quod modus significandi activus per modum entis, qui est modus generalissimus nominis, trahitur a modo essendi entis, qui est modus habitus et permanentis. Sed modus significandi activus per modum esse, qui est modus essentialis generalissimus verbi, trahitur a modo essendi ipsius esse, qui est modus fluxus et successionis, ut postea patebit.

## CAPÍTULO VIII

### *Sobre o modo de significar essencial mais geral do nome*

15 *O modo de significar essencial mais geral do nome.* O modo de significar essencial mais geral do nome é o modo de significar pelo modo de um ente e pelo modo da apreensão determinada.<sup>28</sup> Junto a isso, deve-se observar que, embora a forma do nome seja derivada de maneira absoluta desses dois modos de significar, quando, porém, o nome é comparado com as outras partes do discurso, do ponto de vista material, seu modo de um ente o aproxima do pronome, e, do ponto de vista formal, seu modo da apreensão determinada o faz diferir das outras partes do discurso. Assim, ao unirem-se reciprocamente esses modos de significar, de ambos resulta um modo por via de composição.

*O modo de um ente e o modo de ser.* E para que saibamos de que propriedade da coisa esse modo de significar é derivado, deve-se observar que encontramos nas coisas algumas propriedades ou modos de existir muito comuns, a saber, o modo de um ente e o modo de ser. O modo de um ente é o modo do estado e da permanência, que é inerente na coisa, com base no qual ela existe. O modo do ser é o modo da mudança e da sucessão<sup>29</sup> inerente na coisa, a partir de que ela tem o vir a ser isto ou aquilo.

Portanto, afirmo que o modo ativo de significar por meio do modo de um ente, que é o modo mais geral do nome, é derivado do modo de existir de um ente, que é o modo do estado e da permanência. Mas o modo ativo de significar por meio do modo do ser, que é o modo essencial mais geral do verbo, é derivado do modo de existir do próprio vir a ser, que é o modo da mudança e da sucessão, como ficará claro a seguir.

Ad hanc intentionem *Commentator IV Phys. Cap. 14*, dicit quod duo sunt modi principales entium, scilicet modus entis, et modus esse, a quibus sumpserunt grammatici duas partes orationis principales, scilicet nomen et verbum, sub nomine comprehenditur pronomen, sub verbo participium.

Item modus determinatae apprehensionis accipitur a proprietate formae, et qualitatis, quae est proprietas determinantis, quoniam forma determinat et distinguit.

16 *Nomen*. Hos modos significandi expresserunt grammatici antiqui in definitione nominis, cum dixerunt, nomen significare substantiam cum qualitate, dantes intelligere per significare substantiam, modum substantiae, qui est modus entis sumptus a proprietate rei, quae est proprietas habitus et permanentis, quae primo et principaliter in substantia reperitur; per qualitatem vero, modum qualitatis, qui est modus determinatae apprehensionis, sumptus a proprietate formae et qualitatis, qui est modus determinationis. Nomen ergo est pars orationis significans per modum entis, vel determinatae apprehensionis.

Et si dicat aliquis: multa sunt nomina, quae privationes significant, ut *nihil*, *caecitas*, et huiusmodi; cum ergo omnes privationes et negationes non sint entia, videtur quod sub proprietate stare non possint, et ideo modus significandi activus per modum entis in talibus a proprietate rei significatae oriri non potest. Dicendum, et dictum est prius, quod licet privationes et negationes non sint entia positiva extra animam posita; sunt tamen entia positiva secundum animam, ut patet ex intentione Philosophi *IV Met. Text 9*,

Era essa a intenção do Comentador do quarto livro da *Física*, capítulo 14, ao dizer que há dois modos principais nos entes, a saber, o modo de um ente e o modo do ser, e que era deles que os gramáticos derivaram as duas principais partes do discurso, a saber, o nome e o verbo, sendo que o pronome está compreendido no nome, e o particípio no verbo.

O modo da apreensão determinada é percebido a partir da propriedade da forma, que é uma propriedade de um determinante, já que a forma determina e distingue.

16 O *nome*. Os gramáticos antigos,<sup>30</sup> em sua definição do nome, expressaram esses modos de significar quando declararam que o nome significa a substância com qualidade. Por “significar a substância”, dão a entender que o nome significa por meio do “modo de significar a substância”, que é o modo de um ente; tal modo é derivado da propriedade da coisa, que é a propriedade do estado e da permanência. De fato, a propriedade do estado e da permanência é encontrada primordialmente na substância. Por “com qualidade”, os gramáticos antigos dão a entender o modo da qualidade, que é o modo da apreensão determinada, derivado da propriedade da forma e da qualidade: um modo da determinação. O nome é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de um ente ou da apreensão determinada.

E se alguém disser que existem muitos nomes que significam privações, como *nihil* (“nada”) e *caecitas* (“cegueira”) e outros desse tipo, apesar de que todas as privações e negações não sejam entes e pareça que não possam estar sob o domínio de nenhuma propriedade e, conseqüentemente, o modo de significar por meio do modo de um ente, em tais casos, não possa se originar da propriedade de uma coisa significada (denotada), deve-se responder, como foi feito previamente, que mesmo que as privações e nega-

ubi dicit quod opiniones contradictoriorum sunt contrariae, hoc est, duo contradictoria extra animam sunt duo contraria secundum animam; et quia privationes et negationes et figmenta sunt entia secundum animam, ideo cadunt sub proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis; a qua proprietate trahitur modus significandi generalissimus nominis.

ções não sejam entes positivos localizados fora da mente, são, todavia, entes positivos segundo a mente. Isso fica claro no capítulo nono do quinto livro da *Metafísica* de Aristóteles,<sup>31</sup> em que se diz que as opiniões contraditórias são pares de opostos, isto é, duas coisas contraditórias fora da mente são duas coisas contrárias na mente. E porque as privações, as negações e as ficções são entes de acordo com a mente, elas se incluem no domínio da propriedade de um ente, que é a propriedade do estado e da permanência, de que é derivado o modo de significar mais geral do nome.

## CAPUT IX

*De modis significandi essentialibus subalternis generalibus nominis.*

17 Sub hoc autem modo essentiali generalissimo nominis ad modos significandi subalternos descendamus. Sunt autem duo modi significandi, qui immediate sub hoc modo continentur, scilicet modus communis, et modus appropriati; quia sunt modi speciales respectu generalissimi, et sunt generales respectu aliorum modorum, de quibus postea determinabitur.

*Modus significandi per modum communis.* Modus significandi per modum communis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas divisibilis in plura supposita, vel communicabilis pluribus suppositis, a qua proprietate, secundum logicum, sumitur intentio universalis; et hic modus constituit nomen commune et appellativum; et hunc modum vocat Donatus appellativam qualitatem. Nomen ergo commune vel appellativum significat per modum communicabilis pluribus suppositis, ut *urbs, flumen*, etc.

*Modus significandi per modum appropriati.* Modus significandi per modum appropriati sumitur a proprietate rei, quae est proprietas indivisibilis per plura supposita, a qua etiam sumitur apud logicum intentio individuationis; et hic modus facit nomen proprium; et hunc modum Donatus vocat propriam qualitatem. Nomen ergo proprium significat rem per modum indivisibilis per plura supposita, ut sub proprietatibus individuationis, quae sunt esse in loco determinato, vel in tempore determinato, ut *hic, nunc, Romae, Bononiae*.

## CAPÍTULO IX

### *Sobre os modos de significar essenciais subalternos gerais do nome*

17 Do modo essencial mais geral do nome passemos aos modos de significar subalternos. Ora, existem dois modos de significar que estão imediatamente contidos sob o modo essencial mais geral, a saber, o modo do comum e o modo do próprio, que são modos especiais com respeito ao modo mais geral e são gerais com respeito aos outros modos, os quais posteriormente serão definidos.

*O modo de significar por meio do modo do comum.* O modo de significar o comum é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é divisível em uma pluralidade de supostos ou do comunicável a muitos supostos, da qual, segundo os lógicos, é derivada a intenção universal.<sup>32</sup> E é esse modo que constitui o nome comum ou apelativo e que Donato chama de qualidade apelativa. Portanto, o nome comum ou apelativo significa, por meio do modo do comunicável a muitos supostos, como *urbs* (“cidade”), *flumen* (“rio”), etc.

*O modo de significar por meio do modo do próprio.* O modo de significar por meio do modo do próprio é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade do que é indivisível em muitos supostos, da qual também é derivada pelos lógicos a intenção de individuação,<sup>33</sup> e esse modo dá origem ao nome próprio. Donato chama esse modo de qualidade própria. Portanto, o nome próprio significa a coisa por meio do modo do indivisível em uma pluralidade de supostos, da mesma forma que as propriedades da individuação correspondem a estar em um tempo ou em lugar determinado, como em *hic* (“aqui”), *nunc* (“agora”), *Romae* (“em Roma”), *Bononiae* (“em Bolonha”).

## CAPUT X

*De modis significandi subalternis minus generalibus nominis communis.*

18 Deinde, sub his modis descendamus ad alios modos significandi subalternos minus generales istis; et primo sub modo significandi per modum communis; secundo sub modo significandi per modum appropriati.

*Modus per se stantis.* Circa primum notandum, quod modus significandi per modum communis habet duos modos sub se, qui sunt minus generales eo, scilicet modum per se stantis, et modum adiacentis. Modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas essentiae determinatae. Sicut enim modus significandi generalissimus nominis sumitur a proprietate essentiae absolutae, sic modus significandi per modum per se stantis sumitur a proprietate ipsius essentiae determinatae; et hic modus constituit nomen substantivum. Nomen ergo substantivum significat per modum determinati secundum essentiam, ut: *albedo, lapis, etc.*

*Modus adiacentis.* Modus significandi per modum adiacentis sumitur a proprietate rei, quae est proprietas alteri adhaerentis secundum esse. Sicut enim modus generalissimus verbi sumitur a proprietate ipsius esse absolute, ut postea patebit, sic modus adiacentis in nomine sumitur a proprietate ipsius esse inhaerentis alteri secundum esse; et hic modus constituit nomen adiectivum. Nomen ergo adiectivum significat per modum inhaerentis alteri secundum esse, ut: *albus, lapideus, etc.*

## CAPÍTULO X

### *Sobre os modos de significar subalternos menos gerais do nome comum*

18 Em seguida, passemos aos modos de significar subalternos menos gerais: em primeiro lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo do comum; em segundo lugar, aos modos subalternos do modo de significar por meio do modo do próprio.

*O modo de estar por si mesmo.* Sobre o primeiro, deve-se notar que ao modo de significar por meio do modo do comum submetem-se dois outros modos, que são menos gerais que ele, a saber, o modo de estar por si mesmo e o modo de aderir. O modo de estar por si mesmo é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade da essência determinada. Pois, assim como o modo mais geral do nome é derivado da propriedade da essência absoluta, da mesma forma o modo de significar por meio do modo de estar por si mesmo é derivado dessa mesma essência de maneira determinada, e esse modo constitui o nome substantivo. Portanto, o nome substantivo significa por meio do modo do determinado de acordo com uma essência, como *albedo* (“brancura”), *lapis* (“pedra”), etc. *O modo de aderir.* O modo de significar por meio do modo de aderir é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade da aderência a outro segundo o ser.<sup>34</sup> Assim como o modo mais geral do verbo é derivado da propriedade do próprio ser de forma absoluta, como ficará claro posteriormente, o modo de aderir no nome é derivado da propriedade do próprio ser de forma inerente em outro conforme o ser, e esse modo constitui o nome adjetivo. Portanto, o nome adjetivo significa por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, como *albus* (“branco”), *lapideus* (“pétreo”), etc.<sup>35</sup>

19 Et si instetur: nomina differentiarum in genere substantiae, sicut *corporeum* et *animatum*, *sensibile*, *rationale*, adiectiva quidem sunt, congrue enim substantivis adiunguntur, dicendo *corpus animatum*, *animal rationale*; et tamen non significant per modum inhaerentis alteri secundum esse, quia significant substantiam, quae secundum esse alteri non inhaeret. Dicendum, quod huiusmodi nomina sunt substantiva, quia significant substantiam. Et probatur: nam idem significat *rationale* quod *homo*, et *animatum* quod *animal*. Et cum dicitur, quod congrue cum substantivis coniunguntur, dicendo *animal rationale*, *corpus animatum*; dicendum, quod ibi est constructio appositoria, et est incongrua de se; tamen per appositionem admissiva, hoc est, propter specificationem specificandam.

19 Pode-se argumentar que os nomes das diferenças no gênero da substância, como *corporeum* (“corpóreo”), *animatum* (“animado”), *sensibile* (“sensível”), *rationale* (“racional”), são na verdade adjetivos, pois podem ser juntados gramaticalmente aos substantivos, como quando se diz *corpus animatum* (“corpo animado”), *animal rationale* (“animal racional”), e, contudo, não significam por meio do modo de aderir a outro segundo o ser, uma vez que significam a substância, a qual não adere a outro segundo o ser. A esse argumento deve-se responder que nomes desse tipo são substantivos porque significam uma substância. E isso se prova assim: *rationale* (“racional”) significa o mesmo que *homo* (“homem”) e *animatum* (“animado”) significa o mesmo que *animal* (“animal”). E quando se disser que eles juntam-se gramaticalmente aos substantivos ao se dizer *animal rationale* (“animal racional”), *corpus animatum* (“corpo animado”), deve-se responder que se trata de construção apositiva e que, embora seja agramatical por si, é admissível por aposição, por uma especificação que se especifica.<sup>36</sup>

## CAPUT XI

*De modis especialissimis, qui continentur sub modo 'per se stantis'.*

20 *Quinque modi significandi per se stantis.* Ulterius, sub modo per se stantis, et alteri adiacentis, ad modos specialissimos descendamus; et primo sub modo per se stantis, et deinde sub modo adiacentis. Modus significandi per modum per se stantis continet sub se quinque modos nominis specialissimos.

*Primus.* Quorum primus est modus significandi per modum generalis, sumptus a proprietate rei qui est communicabilis pluribus suppositis especie differentibus; sicut enim a proprietate rei, quae est communicabilis pluribus absolute, sumitur modus significandi per modum communis absolute, sic ab eadem proprietate strictius sumpta, scilicet a proprietate communicabili pluribus specie differentibus, sumitur modus generalis. Ab hac autem proprietate apud logicum sumitur secunda intentio generis; et sic iste modus constituit nomen substantivum generale, ut *animal*, *color*, et sic de aliis generibus. Nomen ergo substantivum generale est, quod significat per modum communicabilis pluribus, non solum numero, sed specie differentibus.

*Secundus.* Secundus modus per se stantis est modus significandi per modum specificabilis, sumptus a proprietate rei, quae est proprietas communicabilis pluribus, non absolute, sed solum numero differentibus.

## CAPÍTULO XI

*Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de estar por si mesmo*

20 *Cinco modos de significar de estar por si mesmo.* Dos modos de estar por si mesmo e de aderir a outro, dirijamo-nos aos seus modos especiais: primeiramente, a partir do modo de estar por si mesmo e, em seguida, a partir do modo de aderir. O modo de significar pelo modo de estar por si mesmo contém cinco modos mais especiais do nome.

*O primeiro.* O primeiro deles é o modo de significar por meio do modo geral, que é tomado da propriedade da coisa comunicável a muitos supostos diferentes em espécie. Da mesma forma que da propriedade da coisa comunicada a muitos de maneira absoluta deriva-se o modo de significar de maneira absoluta por meio do modo do comum, o modo geral é derivado dessa mesma propriedade tomada de maneira estrita, a saber, da propriedade comunicável a muitos de espécies diferentes. Além disso, segundo os lógicos, dessa propriedade é derivada a segunda intenção do gênero.<sup>37</sup> Consequentemente, esse modo constitui o nome substantivo geral, como *animal* (“animal”), *color* (“cor”), e de igual maneira com relação aos outros gêneros. Portanto, o nome substantivo geral é aquele que significa por meio do modo de comunicar a muitos que diferem entre si não somente em número, mas também em espécie.

*O segundo.* O segundo modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio de um modo especificável, que é derivado da propriedade da coisa que é a propriedade comunicável a muitos que não diferem uns dos outros de maneira absoluta, mas somente em número.

*Tertius.* Tertius modus per se stantis est modus significandi per modum descendens ab altero, ut ab avo, vel a patre; et hic modus constituit nomen substantivum patronymicum, ut *Priamides*. Et quia nomen patronymicum a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, ideo merito patronymicum nomen nuncupatur. Nomen ergo patronymicum est, quod a propriis nominibus patrum vel avorum derivatur, significans per modum descendens ab altero, ut a patre vel avo.

*Quartus.* Quartus modus per se stantis est modus significandi per modum diminuti ab alio, sumptus a proprietate diminutionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum diminutivum, ut *flosculus*, *lapillus*. Nomen ergo substantivum diminutivum est, quod a voce primitiva derivatur, significans per modum diminuti ab altero.

*Quintus.* Quintus modus per se stantis est modus significandi per modum collectionis plurium in uno loco, sumptus a proprietate collectionis in re; et hic modus constituit nomen substantivum collectivum, ut *populus*, *gens*, *turba*. Nomen ergo substantivum collectivum est, quod significat per modum collectionis plurium, secundum unum locum.

O *terceiro*. O terceiro modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo de descender de outro, como do avô ou do pai, e esse modo constitui o nome substantivo patronímico, como *Priamides* (“Priâmida”). E, uma vez que o nome patronímico se deriva do nome próprio dos pais ou dos avós, é chamado corretamente de nome patronímico. Portanto, o nome patronímico é aquele que se deriva dos nomes próprios dos pais ou dos avós e que significa por meio do modo do descender de outro, como do pai ou do avô.

O *quarto*. O quarto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo do diminuído de outro que é derivado da propriedade da diminuição na coisa. E esse modo constitui o nome substantivo diminutivo, como *flosculus* (“florzinha”), *lappillus* (“pedrinha”). Portanto, o nome substantivo diminutivo é aquele que é derivado de uma expressão primitiva<sup>38</sup> e significa por meio do modo do diminuído de outro.

O *quinto*. O quinto modo de estar por si mesmo é o modo de significar por meio do modo da coleção de muitos em um mesmo lugar, que é derivado da propriedade da coleção na coisa, e esse modo constitui o nome substantivo coletivo, como *populus* (“povo”), *gens* (“nação”), *turba* (“turba”). Portanto, o nome substantivo coletivo é aquele que significa por meio do modo da coleção dos muitos no mesmo lugar.

## CAPUT XII

*De modis specialissimis qui continentur sub modo adiacentis.*

21 *Viginti quattuor modi specialissimi adiacentis.* Deinde sub modo adiacentis alteri ad modos specialissimos descendamus, qui continent sub se viginti quattuor modos.

*Adiectivum denominativum.* Quorum primus est modus significandi per modum adiacentis alteri, seu denominantis ipsum simpliciter et absolute, speciali ratione non superaddita; et hic modus constituit nomen adiectivum denominativum, ut *albus, niger, croceus*. Nomen ergo adiectivum denominativum significat per modum adiacentis alteri, sive denominantis alterum simpliciter et absolute. Et iste modus est generalior omnibus modis sequentibus, qui dicuntur modi adiacentis alteri, sive denominantis alterum, superaddita ratione speciali, ut postea patebit.

*Adiectivum generale.* Secundus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus; et iste modus constituit nomen adiectivum generale, significans sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus, ut *coloratus*. Nomen ergo adiectivum generale est, quod significat per modum denominantis sub ratione communicabilis pluribus specie differentibus.

## CAPÍTULO XII

*Sobre os modos mais especiais que estão contidos sob o modo de aderir*

21 *Os vinte e quatro modos mais especiais de aderir.* Em seguida, dirigamo-nos aos modos mais especiais do modo de aderir a outro, que contêm em si vinte e quatro modos.

*O adjetivo denominativo.* O primeiro (desses modos mais especiais de aderir) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro ou de denominar outro de maneira simples e absoluta,<sup>39</sup> sem adição de nenhuma disposição especial.<sup>40</sup> E esse modo constitui o nome adjetivo denominativo, como *albus* (“branco”), *niger* (“negro”), *croceus* (“amarelo”). Portanto, o nome adjetivo denominativo significa por meio do modo de aderir a outro ou de denominar outro de maneira simples e absoluta. E esse modo é mais geral que todos os modos seguintes, os quais são chamados de modos de aderir a outro, ou de denominar outro, com a adição de uma disposição especial, como ficará claro a seguir.

*O adjetivo geral.* O segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécies diferentes. E esse modo constitui o nome adjetivo geral que significa de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie, como em *coloratus* (“colorido”). Portanto, o nome adjetivo geral é aquele que significa por meio do modo de denominar de acordo com o comum a muitos (indivíduos) diferentes em espécie.

*Adiectivum speciale.* Tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus; et hic modus constituit nomen adiectivum speciale, ut *humanus, albus, niger*. Nomen ergo adiectivum speciale significat per modum denominantis alterum sub ratione communicabilis pluribus solo numero differentibus.

Nec prohibet aliquid, eadem nomina sub diversis speciebus nominis collocari, propter modos significandi differentes. Nam si considerentur in his nominibus scilicet, *albus, humanus, coloratus*, et huiusmodi, modi significandi denominantis alterum simpliciter, ratione speciali non superaddita, sic sunt sub nomine adiectivo denominativo. Si autem considerentur secundum quod eis competit modus denominantis alterum, sub ratione communicabilis pluribus, specie vel numero differentibus, sic sunt sub nomine adiectivo generali, vel speciali.

*Adiectivum possessivum.* Quartus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione possidentis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum possessivum, ut *aureus, lapideus*. Nomen ergo adiectivum possessivum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione possidentis ipsum.

*Adiectivum diminutivum.* Quintus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione dimi-

*O adjetivo especial.* O terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com o comum a muitos (indivíduos) que só são diferentes em número. E esse modo constitui o nome adjetivo especial, como *humanus* (“humano”), *albus* (“branco”), *niger* (“negro”). Portanto, o nome adjetivo especial significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos que só diferem em número.

E nada impede que os mesmos nomes sejam classificados sob diversas espécies de nome, por causa de seus diferentes modos de significar. Pois, se *albus* (“branco”), *humanus* (“humano”), *coloratus* (“colorido”), e outros nomes desse tipo, são considerados do ponto de vista dos seus modos de denominar o outro de maneira simples, sem a adição de nenhuma disposição especial, eles estão, como resultado disso, sob o domínio do adjetivo denominativo. Se, no entanto, esses nomes forem considerados segundo o que lhes permite o modo de denominar o outro de acordo com o que é comum a muitos (indivíduos) de espécie ou de número diferentes, eles ficam sob o domínio do nome adjetivo geral ou especial.

*O adjetivo possessivo.* O quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua posse (de uma qualidade). E esse modo constitui o nome adjetivo possessivo como *aureus* (“áureo”), *lapideus* (“pétreo”). Portanto, o nome adjetivo possessivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua posse (de uma qualidade).

*O adjetivo diminutivo.* O quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com

nuti ab alio; et hic modus constituit nomen adiectivum diminutivum, ut *novellus, parvulus*. Nomen ergo adiectivum diminutivum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione diminuti ab alio.

*Adiectivum collectivum*. Sextus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum; et hic modus constituit nomen adiectivum collectivum, ut *gentilis, urbanus, popularis*. Nomen ergo adiectivum collectivum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione collectionis plurium suppositorum secundum locum.

*Adiectivum divisivum*. Septimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes; et hic modus constituit nomen adiectivum divisivum, ut *omnis, totus*. Nomen ergo adiectivum divisivum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione dividendi ipsum in partes.

*Adiectivum gentile*. Octavus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit nomen adiectivum gentile, ut *Graecus, Italus, Barbarus*. Nomen ergo adiectivum gentile est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione gentis, vel patriae.

*Adiectivum patrium*. Nonus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione civitatis, vel

a diminuição; e esse modo constitui o nome adjetivo diminutivo como *novellus* (“potrinho”), *parvullus* (“criancinha”). Portanto, o adjetivo diminutivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a diminuição.

*O adjetivo coletivo.* O sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com o ajuntamento de muitos supostos em um mesmo local. E esse modo constitui o adjetivo coletivo, como *gentilis* (“nacional”), *urbanus* (“urbano”), *popularis* (“popular”). Portanto, o nome adjetivo coletivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com o ajuntamento de muitos supostos em um mesmo local.

*O adjetivo divisivo.* O sétimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes. E esse modo constitui o nome adjetivo divisivo, como *omnis* (“todo”), *totus* (“inteiro”). Portanto, o adjetivo divisivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua disposição de ser dividido em partes.

*O adjetivo gentílico.* O oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria. E esse modo constitui o nome adjetivo gentílico, como *Graecus* (“grego”), *Italus* (“itálico”), *Barbarus* (“bárbaro”). Portanto, o adjetivo gentílico é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua nação ou a sua pátria.

*O adjetivo pátrio.* O nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua ci-

oppidi; et hic modus constituit nomen adiectivum patrium, ut *Paduanus*, *Bononiensis*, *Parisiensis*. Nomen ergo adiectivum patrium est, quod derivatur a propriis nominibus civitatum, vel oppidorum, significans per modum denominantis alterum sub ratione civitatis, vel oppidi.

*Adiectivum interrogativum*. Decimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione interrogationis de ipso; et hic modus constituit nomen adiectivum interrogativum, ut *quid*, *qualis*, *quantus*. Nomen ergo adiectivum interrogativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione interrogationis de ipso.

*Adiectivum responsivum*. Undecimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione respondentis ad interrogativum; et hic modus constituit nomen adiectivum responsivum, ut *tot*, *talis*, *tantus*. Nomen ergo adiectivum responsivum est quod significat per modum denominantis alterum sub ratione responsionis de ipso.

*Adiectivum infinitum*. Duodecimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum indeterminate et indefinite; et hic modus constituit nomen adiectivum infinitum, ut *quicumque*, *qualiscumque*. Nomen ergo adiectivum infinitum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione infinitatis, et indeterminationis.

dade ou vila. E esse modo constitui o nome adjetivo pátrio, como *Paduanus* (“paduano”), *Bononiensis* (“bolonhês”), *Parisiensis* (“parisiense”). Portanto, o adjetivo pátrio é aquele que é derivado dos nomes próprios das cidades ou vilas e que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua cidade ou vila.

*O adjetivo interrogativo.* O décimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele. E esse modo constitui o nome adjetivo interrogativo, como *quid* (“o que”), *qualis* (“qual”), *quantus* (“quão grande”). Portanto, o adjetivo interrogativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a interrogação sobre ele.

*O adjetivo responsivo.* O décimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta ao adjetivo interrogativo. E esse modo constitui o nome adjetivo responsivo, como *tot* (“tantos”), *talis* (“tal”), *tantus* (“tão grande”).<sup>41</sup> Portanto, o nome adjetivo responsivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a resposta sobre ele.

*O adjetivo infinitivo.* O décimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro indeterminada e indefinidamente. E esse modo constitui o nome adjetivo infinitivo, como *quicumque* (“quem quer que”), *qualiscumque* (“qualquer que”). Portanto, o nome adjetivo infinitivo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a indefinição e a indeterminação.

*Adiectivum negativum.* Decimus tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum, sub ratione negantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum negativum, ut *nullus, nemo*. Nomen ergo adiectivum negativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione negantis ipsum.

*Adiectivum demonstrativum.* Decimus quartus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum; et hic modus constituit nomen adiectivum demonstrativum. Nomen ergo adiectivum demonstrativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione demonstrantis ipsum.

*Adiectivum relativum.* Decimus quintus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia; et hic modus constituit nomen relativum, ut *qui, qualis, quantus*. Nomen ergo adiectivum relativum est, quod significat per modum denominantis alterum stans sub prima notitia, referendo et reiterando ipsum sub secunda notitia.

*Adiectivum positivum.* Decimus sextus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum positivum, ut *albus, niger*. Nomen ergo adiectivum positivum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel denominantis alterum simpliciter, sine excessu in termino.

O *adjetivo negativo*. O décimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com a sua negação. Esse modo constitui-se no nome adjetivo negativo, como *nullus* (“nenhum”), *nemo* (“ninguém”). Portanto, o adjetivo negativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro de acordo com a negação.

O *adjetivo demonstrativo*. O décimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua demonstração. E esse modo constitui o nome adjetivo demonstrativo. Portanto, o adjetivo demonstrativo é aquele que significa por meio do modo de demonstrar o outro de acordo com sua demonstração.

O *adjetivo relativo*. O décimo quinto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro que aparece uma primeira vez, repetindo e referindo-se a ele uma segunda vez. E esse modo constitui o nome relativo, como *qui* (“que”), *qualis* (“da natureza que”), *quantus* (“tal como”). Portanto, o adjetivo relativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro que aparece uma primeira vez ao repetir e referir-se a ele uma segunda vez.

O *adjetivo positivo*. O décimo sexto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de maneira simples, sem exceder o termo.<sup>42</sup> E esse modo constitui o nome adjetivo positivo, como *albus* (“branco”) e *niger* (“negro”). Portanto, o nome adjetivo positivo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar o outro de maneira simples, sem exceder o termo.

*Adiectivum comparativum.* Decimus septimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum citra terminum; et iste modus constituit nomen adiectivum comparativum, ut *albior*, *nigrior*. Nomen ergo adiectivum comparativum est, quod significat per modum adiacentis alteri, vel denominantis alterum, sub ratione comparantis cum excessu citra terminum.

*Adiectivum superlativum.* Decimus octavus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione comparantis ipsum secundum excessum in termino; et hic modus constituit nomen adiectivum superlativum, ut *albissimus*. Nomen ergo adiectivum superlativum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione comparantis ipsum, secundum excessum in termino.

*Adiectivum ad aliquid.* Decimus nonus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum; et hic modus constituit nomen adiectivum ad aliquid, secundum logicum nuncupatum, ut *pater*, *filius*, *aequalis*, *similis*, et similia, quae relationem important in concreto. Nomen ergo adiectivum ad aliquid dictum est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione referentis ipsum ad terminum.

*Adiectivum verbale.* Vigésimus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione actus in habitum transmutati; et hic modus constituit nomen adiectivum verbale, ut *amabilis*, *amandus*. Nomen ergo adiectivum verbale

O *adjetivo comparativo*. O décimo sétimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro de acordo com sua comparação segundo o excesso intrínseco<sup>43</sup> de um termo. E esse modo constitui o nome adjetivo comparativo, como *albior* (“mais branco”), *nigrior* (“mais negro”). Portanto, o adjetivo comparativo é aquele que significa por meio do modo de aderir a outro, ou de denominar o outro, de acordo com sua comparação, com um excesso intrínseco.

O *adjetivo superlativo*. O décimo oitavo modo de aderir é o modo de significar por meio de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação segundo um excesso no termo.<sup>44</sup> Esse modo constitui o nome adjetivo superlativo, como *albissimus* (“branquíssimo”). Portanto, o nome adjetivo superlativo é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua comparação, segundo um excesso em seu limite.

O *adjetivo relacional*. O décimo nono modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo.<sup>45</sup> Esse modo constitui o nome adjetivo relacional, segundo é chamado pelos lógicos, como *pater* (“pai”), *filius* (“filho”), *aequalis* (“igual”), *similis* (“parecido”) e outros semelhantes que concretizam relações.<sup>46</sup> Portanto, o nome adjetivo relacional é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de sua referência a um (outro) termo.

O *adjetivo verbal*. O vigésimo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em um estado.<sup>47</sup> Esse modo constitui o nome adjetivo verbal, como *amabilis* (“amável”), *amandus* (“para

est, quod descendit a voce verbi, significans per modum denominantis alterum sub ratione actus transmutati in habitum. Et notandum, quod nomen adiectivum participiale, ut *amans*, et huiusmodi sub voce participii, eundem modum significandi activum habet; et ideo specificè a nomine verbali discrepare non potest, et ideo sub divisione generali collocatur.

*Adiectivum temporale.* Vigésimus primus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione temporis; et hic modus constituit nomen adiectivum temporale, ut *diurnus, nocturnus, annuus*. Nomen ergo adiectivum temporale est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione temporis. Et quia quaedam huiusmodi nomina ab adverbis secundum vocem derivantur, ut *hodiernus, crastinus*, ideo adverbialia nuncupatur.

*Adiectivum locale.* Vigésimus secundus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione loci; et hic modus constituit nomen adiectivum locale, ut *vicinus, propinquus, proximus*. Nomen ergo adiectivum locale est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione loci.

*Adiectivum numerale.* Vigésimus tertius modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione numeri; et hic modus constituit nomen adiectivum numerale, ut *unus, duo, binarius, ternarius*. Nomen ergo adiectivum numerale

ser amado”). Portanto, o nome adjetivo verbal é aquele que se origina da expressão verbal e que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto de um ato transformado em estado. Entretanto, deve-se notar que os nomes adjetivos participípios, como *amans* (“amante”), e outros desse tipo, estão sob o domínio do participípio e têm o mesmo modo de significar deste. Portanto, o nome adjetivo participípio não difere em espécie do nome verbal<sup>48</sup> e, dessa forma, é colocado sob a mesma divisão geral do verbo.

*O adjetivo temporal.* O vigésimo primeiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Esse modo constitui o nome adjetivo temporal, como *diurnus* (“diurno”), *nocturnus* (“noturno”), *annuus* (“anual”). Portanto, o nome adjetivo temporal é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do tempo. Como alguns nomes desse tipo se derivam de advérbios, com relação à sua expressão, como em *hodiernus* (“hodierno”) e *crastinus* (“futuro”), são chamados de adverbiais.<sup>49</sup>

*O adjetivo local.* O vigésimo segundo modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do local. Esse modo constitui o nome adjetivo local, como *vicinus* (“vizinho”), *propinquus* (“achegado”), *proximus* (“próximo”). Portanto, o nome adjetivo local é aquele que significa por meio de denominar o outro sob o aspecto da localização.

*O adjetivo numeral.* O vigésimo terceiro modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro sob o aspecto do número. Esse modo constitui o nome adjetivo numeral, como *unus* (“um”), *duo* (“dois”), *binarius* (“binário”), *ternarius* (“ternário”).

est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione numeri.

*Adiectivum ordinale.* Vigésimus quartus modus adiacentis est modus significandi per modum denominantis alterum sub ratione ordinis; et hic modus constituit nomen adiectivum ordinale, ut *primus, secundus, tertius*. Nomen ergo adiectivum ordinale est, quod significat per modum denominantis alterum sub ratione ordinis.

Et sic patent modi significandi communis per se stantis, et adiacentis, qui sunt, et quot sunt. Si autem sunt alii modi significandi per modum communis per se stantis et adiacentis ab his diversi, qui tamen sint magis usitati, sunt hi primitus recitati.

rio”). Portanto, o adjetivo numeral é aquele que significa por meio do modo de denominar um outro sob o aspecto do número.

O *adjetivo ordinal*. O vigésimo quarto modo de aderir é o modo de significar por meio do modo de denominar o outro por meio da ordem e esse modo constitui o adjetivo ordinal, como *primus* (“primeiro”), *secundus* (“segundo”), *tertius* (“terceiro”). Portanto, o adjetivo ordinal é aquele que significa por meio do modo de denominar o outro por meio da ordem.

E assim ficam expostos os modos de significar comuns, de estar por si mesmo e de aderir, quais são e quantos são. Se, todavia, existirem outros modos de significar por meio do modo comum de estar por si mesmo ou de aderir que sejam diferentes desses que são os mais usados, esses (listados aqui) são os que devem ser mencionados primeiramente.

## CAPUT XIII

*De modis specialissimis, qui continentur sub modo appropriati.*

22 *Divisio appropriati in quatuor modos.* Consequenter sub modo appropriati, qui ex opposito dividebatur contra modum significandi communem, ad modos specialissimos descendamus.

*Nomen proprium.* Quorum primus est modus propriae denominationis, sumptus a proprietate individuationis absolute; et hic modus constituit nomen proprium individui, et absolute impositum, ut *Socrates, Plato*. Nomen ergo proprie proprium est, quod significat rem sub proprietatibus individuationis absolute.

*Praenomen.* Secundus modus appropriati est modus significandi per modum praenominationis, sumptus a proprietate differentiae, quae est facere differre; et hic modus constituit nomen proprium praenomen, ut *Marcus, Tullius*. Nomen ergo proprium praenomen est, quod impositum est rei individuae sub ratione differentiae.

*Cognomen.* Tertius modus appropriati est modus significandi per modum cognominis, vel cognationis, sumptus a proprietate parentali, quae est unum nomen pluribus commune; et hic modus constituit nomen proprium cognomen, ut omnes de parentela Romuli dicuntur *Romuli*; et dicitur cognomen, quia pluribus est nomen commune. Nomen ergo proprium cognomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate parentali.

## CAPÍTULO XIII

*Sobre os modos mais especiais contidos no modo do próprio*

22 *Divisão do modo do próprio em quatro modos.* A seguir, do modo do próprio, que era dividido em oposição ao modo de significar comum, nos dirigiremos aos modos mais especiais.

*O nome próprio.* O primeiro desses (quatro modos) é o modo da denominação própria derivado da propriedade da individuação de maneira absoluta.<sup>50</sup> Esse modo constitui o nome próprio do indivíduo, que se aplica a ele de maneira absoluta, como *Socrates* (“Sócrates”), *Plato* (“Platão”). Portanto, o nome próprio é propriamente aquele que significa a coisa de maneira absoluta por meio das propriedades que a individualizam.

*O prenome.* O segundo modo do próprio é o modo de significar por meio do modo de nomear com um primeiro nome, tirado da propriedade da diferença, que é fazer diferir. E esse modo constitui o nome próprio prenome, como *Marcus* (“Marco”), *Tullius* (“Túlio”). Portanto, o nome próprio prenome é imposto à coisa individual em virtude da diferença.<sup>51</sup>

*O cognome.* O terceiro modo do próprio é o modo de significar por meio do modo do cognome, ou do parentesco, ou da consanguinidade,<sup>52</sup> que é derivado da propriedade do parentesco, em que existe um nome comum a muitos. Esse modo constitui o nome próprio cognome, como todos os da família de Rômulo são chamados de Rômulos (*Romuli*). É chamado de cognome, uma vez que é um nome comum a muitos. Portanto, o nome próprio cognome é aquele que é imposto à propriedade da coisa de acordo com a propriedade do parentesco.

*Agnomen.* Quartus modus appropriati est modus significandi per modum agnominis, sumptus a proprietate eventus; et hic modus constituit nomen proprium agnomen, ut *Scipio Africanus* nominatus est, quia ex eventu devicit Africam. Nomen ergo proprium agnomen est, quod impositum est rei individuae sub proprietate eventus.

Patent ergo, qui, et quot sunt modi significandi nominis essentialis, generalissimi, specialissimi, et subalterni; et quae, et quot sunt species nominis per eosdem modos constitutae.

23 Et notandum, quod sicut modus generalissimus nominis, qui est modus entis, dividitur in modos speciales, descendendo ad modos specialissimos, sic nomen simpliciter sumptum in sua prima divisione dividitur in nomen commune et nomen proprium. Nomen vero commune vel appellativum dividitur in adiectivum et substantivum. Nomen substantivum dividitur in nomen substantivum generale, et in nomen speciale, patronymicum, collectivum, et diminutivum. Nomen adiectivum dividitur in adiectivum denominativum, generale, speciale, collectivum, possessivum, diminutivum, divisivum, gentile, patrium, interrogativum, responsivum, infinitum, negativum, demonstrativum, relativum, positivum, comparativum, superlativum, ad aliquid dictum, temporale, verbale, locale, numerale, ordinale. Item proprium dividitur in nomen proprie proprium, praenomen, cognomen et agnomen.

Et est sciendum, quod praeter nomina, de quorum modis significandi determinatum est, sunt et alia plura nomina usitata, quae differentiam specialem non habent secundum modos significandi, discrepantes magis secundum diversitatem vocis, quam significa-

O *agnome*. O quarto modo próprio é o modo de significar por meio do modo do *agnome*, que é derivado da propriedade de um fato. Esse modo constitui um nome próprio *agnome*, como *Scipio Africanus* (“Cipião Africano”), que foi assim chamado pelo fato de ter conquistado a África. Portanto, o *agnome* é aplicado à coisa individual de acordo com a propriedade do fato.

Ficam, assim, expostos quais e quantos são os modos de significar essenciais, mais gerais, mais especiais e subalternos, e, também, quais e quantas são as espécies de nomes que são constituídas por esses mesmos modos.

23 E deve-se notar que, assim como o modo mais geral do nome, que é o modo de um ente, divide-se em modos especiais e, destes, em modos mais especiais, da mesma forma, o nome, entendido simplesmente em sua primeira divisão, divide-se em nome comum e em nome próprio. Quanto ao nome comum ou apelativo, divide-se em adjetivo e substantivo. O nome substantivo divide-se em nome substantivo geral, especial, patronímico, coletivo e diminutivo. O nome adjetivo divide-se em adjetivo demonstrativo, geral, especial, coletivo, possessivo, diminutivo, divisivo, gentílico, pátrio, interrogativo, responsivo, infinitivo, negativo, demonstrativo, relativo, positivo, comparativo, superlativo, relacional, temporal, verbal, local, numeral, ordinal. Da mesma forma, o nome próprio divide-se em nome próprio de maneira própria, prenome, *cognome* e *agnome*.

Finalmente, é necessário saber que, além desses nomes, dos quais foram determinados os modos de significar, existem também muitos outros nomes usados que não têm diferença segundo seus modos de significar, mas que se diferenciam mais pela diversida-

ti. Ideo sub specialibus modis significandi non cadunt; sed comprehenduntur sub modis significandi supradictis, sicut univocum, analogum, aequivocum, synonymum, absolutum, fictum, et his similia, quorum quaedam sunt sub nominibus substantivis, quaedam vero sub nominibus adiectivis comprehenduntur.

de da palavra do que pelo significado. Portanto, esses nomes não são classificados de acordo com os modos especiais, mas estão compreendidos nos modos de significar supracitados, sejam eles unívocos, análogos, equívocos, sinônimos, absolutos, fictícios, e similares a esses, dos quais alguns se incluem no número dos nomes substantivos e outros, por sua vez, estão compreendidos na lista dos nomes adjetivos.<sup>53</sup>

## CAPUT XIV

*De modis accidentalibus nominis in communi.*

24 *Modi nominis accidentales sex.* Determinato de modis significandi essentialibus nominis, consequenter de modis significandi accidentalibus eius videamus. Iuxta quod est notandum, quod qualitas, quam assignat Donatus pro accidente nominis, dividens eam in qualitatem propriam et appellativam, nominat duos modos essentialis nominis subalternos, scilicet modum communis, et appropriati, ut patet ex praedictis; quae dicuntur accidere nomini, qui sunt praeter intellectum essentialem nominis simpliciter et absolute sumpti.

25 *Comparatio.* Item comparatio, quam Donatus dividit in tres gradus, nominat tres modos significandi constituentes positivum, comparativum, et superlativum, de quibus dictum est. Et quia sub his tribus modis significandi fit comparatio rerum, ideo gradus comparativus nominatur. Et dicitur comparisonem accidere nomini, quia hi tres modi sunt extra intellectum nominis absolute sumpti. Et sic universaliter omnis modus significandi partis, qui non est modus essentialis generalissimus, potest dici accidens nominis absolute. Et licet sit modus accidentalis partis simpliciter sumptae, poterit tamen esse essentialis secundum aliquam eius speciem.

Dicamus ergo de modis pure accidentalibus nominis, et sunt sex secundum grammaticos, scilicet: species, genus, numerus, figura, persona, et casus. De his ergo dicamus, et primo de specie.

## CAPÍTULO XIV

### *Sobre os modos acidentais do nome em geral*

24 *Os seis modos acidentais do nome.* Como já foram determinados os modos de significar essenciais do nome, agora veremos seus modos acidentais. Com esse intuito, deve-se notar que a qualidade, que Donato atribui ao nome como acidente e que divide em qualidade própria e apelativa, denomina dois modos essenciais subalternos do nome, a saber: o modo do próprio e o modo do comum, e isso fica evidente com base no que foi discutido acima. Esses dois modos são considerados acidentais ao nome porque (seus significados) estão além do entendimento essencial com que o nome é entendido de maneira simples e básica.<sup>54</sup>

25 *A comparação.* Igualmente, a comparação, que Donato divide em três graus,<sup>55</sup> compreende os três modos de significar que se constituem no positivo, no comparativo e no superlativo, sobre os quais já se discutiu. E porque é por meio desses três modos de significar que se faz a comparação entre as coisas que o grau comparativo é assim denominado. E a comparação é dita accidental ao nome porque esses três modos são derivados além do entendimento básico de um nome<sup>56</sup>. Geralmente, todo modo de significar dessa parte do discurso (o nome), que não seja o seu modo essencial mais geral, pode ser considerado como accidental ao nome em seu sentido essencial. Todavia, embora um modo seja accidental com relação ao significado básico de uma parte do discurso, ele poderá, apesar disso, ser considerado essencial com respeito a alguma de suas espécies.

Descrevamos, pois, os modos puramente acidentais do nome, os quais, segundo os gramáticos, são seis: a espécie, o gênero, o número, a forma, a pessoa e o caso. Desses, primeiramente, descreveremos a espécie.

## CAPUT XV

*De specie accidentali nominis.*

26 *Species non a voce sumitur.* Iuxta dicta, notandum est, quod species, secundum quod est modus significandi accidentalis nominis, non attenditur ex parte vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit primitivae speciei, cuius vox est primo ad significandum imposita; et illud derivativae speciei, cuius vox est secundo imposita, a voce primitiva descendens, ut *albus* descendit ab *albedine*; quia iam modus significandi activus a voce traheretur, et non a proprietate rei; quod est contra posita. Dicendum est ergo, quod species sumitur a proprietate rei, quae est modus existendi primarie, vel secundarie. Et voco modum significandi primarie, modum existendi absolute; et modum significandi secundarie, modum existendi comparate.

*Species nominis.* Species ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo modum significandi primum vel secundarium significat. Et dividitur in speciem primitivam et derivativam. Species primitiva est modus significandi rem sub esse primario, vel ut est essentia prima. Species derivativa est modus significandi rem sub esse secundo, vel ut essentia secunda. Unde *mons* primitivae speciei est, quia significat rem sub essentia primaria, quae est essentia absoluta; sed *montanus* derivativae speciei est, quia significat rem sub esse secundo sive sub essentia secunda, quae est essentia comparata. Nam *montanus* non

## CAPÍTULO XV

### *Sobre a espécie accidental do nome*

26 *A espécie não é derivada da palavra.* Junto ao que foi discutido até aqui, é necessário observar que a espécie, enquanto modo de significar accidental do nome, não se encontra na palavra, como alguns afirmam.<sup>57</sup> Por isso, o nome de espécie primitiva é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira principal e o nome de espécie derivativa é aquele cuja palavra é designada para significar de maneira secundária, proveniente da palavra primitiva, como *albus* (“branco”) provém de *albedine* (“brancura”). Do contrário, o modo de significar ativo seria derivado da palavra e não da propriedade da coisa, o que seria um contrassenso. Portanto, deve-se afirmar que a espécie é derivada da propriedade da coisa que é seu modo de existir primário ou secundário. Chamo de modo de significar primariamente o modo de existir de maneira absoluta e modo de significar secundariamente o modo de existir de maneira comparativa.

*A espécie do nome.* Portanto, a espécie é um modo de significar accidental do nome, mediante o qual ele significa o modo primário ou o modo secundário. Divide-se em espécie primitiva e derivativa. A espécie primitiva é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser primário, ou conforme é a essência primeira. A espécie derivativa é o modo de significar a coisa sob o aspecto do ser secundário ou como essência secundária. Daí que *mons* (“monte”) é de espécie primitiva, porque significa a coisa sob o aspecto de sua essência primária, que é sua essência absoluta, mas *montanus* (“montês”) é de espécie derivativa, porque significa a coisa sob o aspecto do seu

significat *montem* absolute, sed in comparatione ad habitatorem *montis*. Et sic in aliis, quae sunt primitivae, aut derivativae speciei.

ser secundário ou do ponto de vista de sua essência secundária, que é uma essência comparada. Porque *montanus* (“montês”) não significa *montem* (“monte”) de maneira absoluta, mas apenas com relação a um habitante de um monte. E é assim com os outros nomes que são ou de espécie primitiva ou derivativa.

## CAPUT XVI

*De genere accidentali nominis.*

27 *Genus nominis.* Dicto de specie, dicendum est de genere. Iuxta quod notandum est, quod in rebus inveniuntur duae proprietates generales, scilicet proprietas agentis, et proprietas patientis, quae licet in omnibus rebus ex materia et forma compositis inveniuntur, tamen in rebus separatis magis prompte et distincte videntur inesse; quorum unum est determinate generans, et alterum determinate patiens; aliis autem rebus insunt sub quadam indifferetia, et indistincte, sive indeterminate. Et hoc antiqui attendentes, definierunt genus, dicentes: genus est discretio sexus, hoc est, genus est modus significandi nominis, sumptus a proprietate activa, vel passiva, quae in rebus separatis magis prompte et determinate invenitur. Ab huiusmodi enim proprietatibus trahitur genus in nominibus, ut dictum est. Unde genus simpliciter est modus significandi activus, quo mediante, nomen proprietatem agentis, vel patientis, vel utrumque significat. Et secundum diversitatem harum proprietatum diversificatur genus in nomine, per masculinum, foemininum, neutrum, commune, etc.

*Masculinum, foemininum, commune, neutrum.* Genus masculinum est modus significandi rem sub proprietate agentis, ut *vir*, *lapis*. Genus foemininum est modus significandi rem sub proprietate patientis, ut *petra*, *mulier*. Genus commune est modus significandi rem sub utraque proprietate determinate, ut *homo*, *vir-*

## CAPÍTULO XVI

### *Sobre o gênero accidental do nome*

27 *O gênero do nome.* Depois de descrever a espécie, devemos agora discutir o gênero. Em que é necessário observar que se encontram duas propriedades gerais nas coisas, a saber, a propriedade do agente e a propriedade do paciente. Essas propriedades são encontradas em todas as coisas compostas de matéria e forma, embora pareçam ser encontradas mais pronta e distintivamente nas coisas separadas, em que umas agem de maneira determinada e outras sofrem ações de maneira determinada.<sup>58</sup> Todavia, essas propriedades também encontram-se em certas coisas de maneira indiferente, quer indistinta quer indeterminadamente. E os antigos,<sup>59</sup> ao atentarem para isso, definiram o gênero como a diferenciação entre os sexos, ou seja, o gênero é o modo de significar do nome que é derivado ou da propriedade ativa ou da propriedade passiva, que, de maneira mais pronta e determinada, encontram-se nas coisas separadas. Dessas propriedades deriva-se o gênero dos nomes, como acabou de ser descrito. Daí que o gênero, em sentido simples, é o modo de significar mediante o qual o nome significa a propriedade do agente, do paciente ou dos dois. E, segundo a diversidade dessas propriedades, o gênero do nome diferencia-se em masculino, feminino, neutro, comum, etc.

*O masculino, o feminino, o comum e o neutro.* O gênero masculino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do agente, como *vir* (“homem”), *lapis* (“rochedo”). O gênero feminino é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do paciente, como *petra* (“rocha”), *mulier* (“mulher”). O gênero

go. Aliter dicitur, et melius, quod genus commune est, quod nec differt a masculino, nec a foeminino. Genus neutrum est modus significandi rem sub proprietate neutra, quae est indeterminata, et indifferenter ad utrumque, ut *animal*, *lignum*.

Quidam tamen dicunt, quod neutrum genus sit modus significandi rem sub privatione utriusque proprietatis. Quo posito, vel genus neutrum non erit modus significandi, sed figmentum; vel a privatione accipietur, quae nullius est causa; quae ambo sunt inconvenientia; nisi tunc intelligatur, quaedam nomina esse sub privatione utriusque proprietatis imposita, ut sic ipsa esset neutrius generis; et hoc est bene possibile, sicut aliqua sunt verba, quae possunt imponi ad significandum privationem generis, personae, vel alterius accidentis, quam generis, quod tamen imponitur aliquod nomen ad significandum sub proprietate omnis generis. Et sic posset esse omnis generis. Hoc tantum convenit adiectivis, quae genus non habent ex proprietate suae rei subiectae, sed ex proprietate rei substantivi nominis.

*Adiectivum omnis generis.* Unde dicitur adiectivum esse omnis generis, quia potest attribui substantivo masculini generis, foeminini, vel neutrius, ut *felix*.

*Genus epicoenum.* Item illud nomen dicitur epicoeni generis, quod habet masculinum et foemininum genus sub uno articulo designatum, ut *hic passer*, et *haec aquila*.

comum é o modo de significar a coisa de acordo com qualquer uma das (duas) propriedades determinadas, como *homo* (“humano”), *virgo* (“virgem”). Dito de outro e melhor modo, o gênero comum é aquele que não sinaliza a distinção entre o masculino e o feminino. O gênero neutro é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade neutra, que é indeterminada e cuja aplicação é indiferente em ambos os casos, como “animal” e “madeiro”. Alguns dizem, no entanto, que o gênero neutro é o modo de significar a coisa de acordo com a privação de ambas as propriedades. Todavia, se isso for afirmado, ou o gênero neutro não seria um modo de significar e sim uma ficção ou seria derivado de uma privação, que não é a causa de nada. As duas opções são inapropriadas, a não ser que se entenda que certos nomes são colocados sob a privação de ambas propriedades e são, assim, de gênero neutro. E isso é bem possível, como no caso de algumas palavras que podem ser designadas para significar a privação de gênero, de pessoa ou de outros acidentes além do gênero. Isso é possível porque um nome pode ser designado para significar de acordo com as propriedades de todos os gêneros e, dessa forma, pode ser de todos os gêneros. Nisso enquadram-se apenas os adjetivos, que não possuem o gênero de maneira autônoma, mas (participam) da propriedade (do gênero) da coisa do nome substantivo.<sup>60</sup>

*O adjetivo é de todos os gêneros.* Portanto, pode-se afirmar que o adjetivo é de todos os gêneros, uma vez que ele pode ser atribuído a um substantivo de gênero masculino, feminino ou neutro, como *felix* (“feliz”).

*O gênero epiceno.* O nome que é considerado de gênero epiceno é aquele que tem os gêneros masculino e feminino sob a mesma designação, como *hic passer* (“este pássaro”) e *haec aquila* (“esta águia”).

*Dubium genus.* Item illud nomen dicitur dubii generis, quod nulla causa cogente poëtae sub utroque genere protulerunt, quandoque sub masculino, quandoque sub foeminino, ut *hic vel haec dies, hic vel haec cortex.*

O gênero *dúbio*. Um nome que é considerado de gênero dúbio é aquele que, por nenhuma causa convincente, os poetas enunciaram sob a forma de ambos os gêneros: às vezes sob o masculino, outras sob o feminino, como *hic vel haec dies* (“este dia”), *hic vel haec cortex* (“esta casca”).

## CAPUT XVII

*De numero accidentalī nominis.*

28 *Numerus essentialium.* Habito de genere, consequenter dicendum est de numero. Iuxta quod notandum, quod numerus in rebus extra animam, secundum Boethium, est multitudo ex unitatibus aggregata, et profusa. Sed duplex est unitas: quaedam est indivisa rei entitas, a qua ens dicitur unum, id est, indivisum. Ab ista unitate multoties iterata profunditur multitudo, quae est unum de transcendentibus, ut *ens*, et *unum*. Et quia cum ente convertitur huiusmodi multitudo, vocatur numerus essentialium, et secundum istum numerum essentialium, species rerum numerantur.

*Numerus materialis.* Alia est unitas, quae est rei indivisa continuitas, a qua continuum dicitur unum, id est, indivisum; et ab ista unitate multoties reiterata profunditur multitudo, quae numerus materialis vocatur, id est individuorum secundum differentiam materialem differentium. Iste etiam numerus dicitur accidentalis, quia per hunc numerum numerantur individua, quae per accidens tantum differunt.

*Numeri proprietates.* Est sciendum, quod in utroque numero duae proprietates inveniuntur, scilicet proprietas indivisibilitatis, quae est in re ratione unitatis; et proprietas divisibilitatis, quae est in re ratione multitudinis, quae ab unitatis replicatione profunditur; et ex his proprietatibus iam dictis sumitur numerus in nomine, qui est modus accidentalis significandi nominis.

## CAPÍTULO XVII

### *Sobre o número accidental do nome*

28 *O número das essências.* Depois de ter descrito o gênero, deve-se discutir o número. É necessário observar que o número, nas coisas fora da mente, segundo Boécio, é a multidão agregada ou profusa das unidades.<sup>61</sup> Mas a unidade é dupla:<sup>62</sup> uma é a entidade indivisa da coisa, da qual o ser é dito uno, isto é, indiviso. Dessa unidade muitas vezes repetida produz-se a multiplicidade, porque é um dos transcendentais, como o ente e o uno. E como o ente converte-se em uma multidão, esse tipo de número é chamado de número de essências (número essencial) e as espécies das coisas são enumeradas de acordo com esse número.

*O número material.* Existe outra unidade: a continuidade indivisa da coisa, da qual o contínuo é considerado uno, isto é, indiviso. E desta unidade muitas vezes reiterada produz-se uma multidão, que é chamada de número material, que é formada de indivíduos diferentes de acordo com as diferenças materiais entre eles. Esse número é considerado accidental, porque, por meio dele, são enumerados indivíduos que diferem entre si apenas acidentalmente.<sup>63</sup>

*As propriedades do número.* Deve-se saber que nos dois tipos de número encontram-se duas propriedades, a saber, a propriedade da indivisibilidade, que está na coisa em razão de sua unidade, e a propriedade da divisibilidade, que está na coisa em razão da sua multiplicidade e que se produz com a replicação da unidade. Dessas propriedades deriva-se o número do nome, que é um modo accidental de significar do nome.

29 *Definitio numeri.* Numerus ergo est modus significandi accidentaliter nominis, mediante quo nomen proprietatem indivisibilitatis, quae est proprietatis unius, vel proprietatem divisibilitatis, quae est proprietas multitudinis, significat. Et dividitur in singularem et pluralem. Numerus singularis est modus significandi rem sub proprietate indivisi, quae est proprietas unius, ut *animal*, *homo*. Numerus pluralis est modus significandi rem sub proprietate divisi, quae est proprietas multitudinis, ut *homines*, *animalia*, etc.

29 *A definição de número.* O número é, portanto, um modo de significar accidental do nome, mediante o qual o nome significa a propriedade da indivisibilidade, que é a propriedade do uno, ou a propriedade da divisibilidade, que é a propriedade da multidão. E ele se divide em singular e plural. O número singular é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do indivisível, que é a propriedade do uno, como *animal* (“animal”), *homo* (“homem”). O número plural é o modo de significar a coisa de acordo com a propriedade do divisível, que é a propriedade da multidão, como *homines* (“homens”), *animalia* (“animais”), etc.

## CAPUT XVIII

*De figura accidentali seu grammaticali nominis.*

30 *Figura sumitur a proprietate rei non vocis.* Dicto de numero, dicendum est de figura. Iuxta quod notandum est, quod figura, prout est modus significandi nominis, non accipitur a proprietate vocis, ut quidam dicunt, ita quod illud nomen sit simplicis figurae, cuius vox est simplex, ut *doctus*; et illud compositae figurae, cuius vox est composita, ut *indoctus*; illud vero decompositae, cuius vox est decomposita, ut *inexpugnabilis*; quia hoc posito, modi significandi traherentur a voce, et non a rei proprietate, quod est contra dicta.

Sed dicendum est, quod figura sumitur a proprietate rei. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur tres proprietates communes, scilicet proprietas simplicis, proprietas compositi, et proprietas decompositi. Et voco proprietatem decompositi proprietatem collectionis ex pluribus, quam duobus. Ab his tribus proprietatibus rerum sumitur figura, quae est modus significandi nominis.

Ab his etiam proprietatibus imponit logicus tres voces ad significandum, scilicet terminum, propositionem, et syllogismum; licet aliter sumatur simplicitas, compositio, et decompositio in nomine figurae simplicis, compositae et decompositae, quam in termino, propositione, et syllogismo. In propositione enim et syllogismo sumitur compositio secundum distantiam circa diversa significata

## CAPÍTULO XVIII

### *Sobre a forma accidental ou gramatical do nome*

30 *A forma é derivada da propriedade da coisa e não da palavra.* Depois de descrever o número, deve-se discutir a forma. Em que se observa que a forma, enquanto é um modo de significar do nome, não é derivada da propriedade da palavra, como dizem alguns. Se fosse assim, os nomes de forma simples seriam aqueles cujas palavras fossem simples, como *doctus* (“douto”), os nomes de forma composta seriam aqueles cujas palavras fossem compostas, como *indoctus* (“indouto”), e, igualmente, os nomes de forma complexa seriam aqueles cujas palavras fossem complexas, como *inexpugnabilis* (“inexpugnável”). No entanto, se assim fosse, os modos de significar seriam derivados da palavra e não da propriedade da coisa, o que é uma contradição.

Portanto, deve-se afirmar que a forma é derivada da propriedade da coisa. Além disso, deve-se observar que são encontradas três propriedades comuns nas coisas, a saber, a propriedade do simples, a propriedade do composto e a propriedade do complexo. Chamo de propriedade do complexo a propriedade que permite o agrupamento de mais de dois (indivíduos). A forma, que é um modo de significar do nome, é derivada dessas três propriedades das coisas.

A partir dessas propriedades, o lógico designa três expressões para significar, a saber: o termo, a proposição e o silogismo. Todavia, a simplicidade, a composição e a complexidade dos nomes de forma simples, composta e complexa são derivadas de maneira diferente da derivação do termo, da proposição e do silogismo. De fato, na proposição e no silogismo, a composição é estabelecida de acordo

diversarum vocum cadens. Sed in nomine compositae et decompositae figurae sumitur compositio secundum distantiam vocum circa idem significatum eiusdem dictionis cadens. Similiter in termino sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, secundum distantiam circa diversa significata diversarum dictionum cadens; sed in definitione simplicis figurae sumitur simplicitas prout opponitur compositioni, quae est secundum distantiam circa idem significatum eiusdem dictionis cadens.

31 *Definitio figurae.* Figura ergo est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem simplicis, compositi, vel decompositi significat. Et secundum hanc triplicem proprietatem rei, variatur figura per triplicem differentiam, quae est figura simplex, composita, et decomposita.

*Figura simplex, composita, et decomposita.* Figura simplex est modus significandi rem sub proprietate simplicis, ut *dives, pauper*. Figura composita est modus significandi sub proprietate compositi, ut *praedives, praeclarus*. Decomposita est modus significandi sub proprietate decompositi, id est, sub proprietate collectionis, ut *inexpugnabilis*.

Et hoc est, quod solet dici, quod illa dictio est simplicis figura, quae est imposita a simplici conceptu ad significandum; et illa est compositae figurae, quae est imposita ad significandum a conceptu composito; illa autem est figurae decompositae, quae est imposita a pluribus conceptibus ad significandum, quam ex duobus

com a distinção entre os significados diferentes das diferentes palavras. Diferentemente, nos nomes de forma composta e complexa, a composição é estabelecida de acordo com a diferença entre as palavras com relação a um mesmo significado de um mesmo vocábulo.<sup>64</sup> De maneira similar, a simplicidade, enquanto opõe-se à composição, estabelece-se no termo de acordo com a distinção entre os diferentes significados dos diferentes vocábulos. Mas, na definição da forma simples, a simplicidade, enquanto opõe-se à composição, é estabelecida segundo uma diferenciação do significado idêntico do mesmo vocábulo.

31 *A definição da forma.* A forma, portanto, é um modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome significa a propriedade ou do simples ou do composto ou do complexo. E, de acordo com essa tríplice propriedade da coisa, varia-se a forma por meio de uma tríplice diferença: a forma simples, a composta e a complexa.

*A forma simples, a composta e a complexa.* A forma simples é o modo de significar a coisa que existe sob a propriedade do simples (essencial), como *dives* (“rico”), *pauper* (“pobre”). A forma composta é o modo de significar por meio da propriedade do composto como *praedives* (“multimilionário”), *praecclarus* (“preclaro”). A forma complexa é o modo de significar por meio da propriedade do complexo, isto é, por meio da propriedade do agrupamento, como *inexpugnabilis* (“invencível”).

A forma que se costuma descrever como forma simples é aquela que é designada para significar a partir de um conceito simples. A forma composta é aquela que é designada para significar a partir de um conceito composto. A forma complexa é aquela que é designada para significar a partir de muitos – acima de dois – conceitos.

aggregatis. Licet hoc verum sit, tamen quia huiusmodi conceptus non sunt ficti, oportet correspondere ipsis proprietates in re; et hae proprietates sunt hae, quae dictae sunt, quas nomen, conceptibus memoratis mediantibus, significat.

Embora isso seja verdadeiro, já que conceitos desse tipo não são ficções, é necessário que as propriedades realmente correspondam a eles. E essas propriedades são aquelas anteriormente mencionadas, que o nome significa mediante conceitos recordados.

## CAPUT XIX

*De casu grammaticali nominis.*

32 *Casus*. Consequenter de casu dicamus. Iuxta quod notandum, quod in rebus inveniuntur quaedam proprietates communes, scilicet proprietas principii, et proprietas termini. Item, inveniuntur quaedam proprietates generales in rebus, scilicet proprietas, ut quod est aliquid in se, vel quod est alterum; et proprietas cuius est aliud; et proprietas, ut cui est, et cui aliquid datur; et sic de consimilibus, quae repraesentantur per inflexionem huius nominis *quod*, *cuius*, et *cui*, etc., et a primis proprietatibus oritur casus, qui est modus significandi nominis. Sed a secundis proprietatibus superadditis primis oriuntur differentiae casus, vel casuum. Casus igitur est modus significandi accidentalis nominis, mediante quo, nomen proprietatem principii, vel termini consignificat. Et secundum harum proprietatum diversitatem, cum aliis proprietatibus superadditis, casus in sex species partitur, scilicet in nominativum, genitivum, dativum, accusativum, vocativum, et ablativum.

*Nominativus*. Nominativus casus est modus significandi in ratione principii, illa proprietate rei, ut quod est alterum, superaddita, ut dicendo *Socrates currit*, vel *amat*. Iste nominativus *Socrates* significat in ratione principii, respectu huius actus *amare* sub proprietate, ut quod est alterum, id est, sub proprietate ut quod est aliquid in se, alterum actum verbi sibi adhaerentis principians active. Similiter dicendo, *Socrates amatur*, *Socrates* significat sub proprietate ut quod est aliquid in se alterum principians passive:

## CAPÍTULO XIX

### *Sobre o caso gramatical do nome*

32 O *caso*. Em seguida damos uma descrição do caso. Em que se deve observar que, nas coisas separadas,<sup>65</sup> encontram-se certas propriedades comuns, a saber: a propriedade do princípio e a propriedade do término. Igualmente, são encontradas certas propriedades gerais nas coisas, a saber: a propriedade “enquanto o ‘que’ é algo em si ou o ‘que’ é o outro”,<sup>66</sup> a propriedade “enquanto ‘de quem’ é o outro”, a propriedade “enquanto ‘para quem’ e ‘à qual’ outra coisa é dada”, e assim das outras propriedades semelhantes a essas, que são representadas pelas flexões do pronome *quod* (“que”), *cuius* (“de quem”), *cui* (“à qual”), etc. Embora o caso origine-se das primeiras propriedades, é da adição das segundas propriedades às primeiras que se originam as diferenças entre os casos. Portanto, o caso é o modo de significar accidental do nome mediante o qual o nome cossignifica a propriedade do princípio ou a propriedade do término e, de acordo com a diferença entre essas propriedades e as outras propriedades adicionais, o caso é dividido em seis espécies, a saber, em nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo.

O *nominativo*. O caso nominativo é o modo de significar de acordo com o princípio, com a adição daquela propriedade da coisa: “enquanto o ‘que’ é o outro”, como quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”) ou *amat* (“ama”). Esse nominativo *Socrates* (“Sócrates”) significa de acordo com a propriedade de principiar a ação com respeito ao ato *amare* (“amar”) por meio da propriedade “enquanto o ‘que’ é o outro”, isto é, por meio da propriedade “enquanto o ‘que’ é algo em si e principia ativamente o ato do verbo que adere

utrobique enim stat sub proprietate principii, respectu verbi dependentis, proprietate ut quod est alterum supperaddita.

Ex hoc patet error dicentium, nominativum esse modum de quo est alterum enuntiabile, vel modum in quo est alterum, ut in subiecto; licet enim res nominativi, respectu verbi, possit substare proprietati, ut de quo, vel proprietati, ut in quo, et sic de aliis; tamen vox nominativi non significat res sub proprietate, ut de quo, vel in quo; quia tunc nominativus non esset casus ab aliquo distinctus. Item, si constructio nominativi cum verbo fieret mediante praepositione, de quo, vel in quo, tunc praepositio deserviret nominativo, quod est falsum.

Nominativus ergo est modus significandi, ut quod est alterum; et hoc probatur ratione, et auctoritate. Ratione sic: ille modus est modus significandi nominativi, per quem nominativus ab omnibus aliis distinguitur: sed per modum, ut quod est alterum, est distinctus ab aliis; ergo nominativus est modus significandi, ut quod est alterum. Probatur etiam auctoritate Petri Heliae, qui vult quod species, sive modi casuum, sumantur penes inflexionem huius nominis *quod, cuius, cui*, etc. Si ergo genitivus est modus significandi, ut cuius est alterum, dativus est modus significandi, ut cui est alterum, vel cui acquiritur, vel datur alterum, nominativus erit modus significandi, ut quod est alterum. Et dicitur iste modus significandi nominativus, quia sub isto modo nomina rebus imponimus. Et huic modo proportionatur in verbo modus, ut

a si”.<sup>67</sup> De modo similar, quando se diz *Socrates amatur* (“Sócrates é amado”), *Socrates* (“Sócrates”) significa por meio da propriedade “enquanto o ‘que’ é algo em si e principia a ação do verbo de maneira passiva”. Nos dois casos, (o nominativo) mantém-se na propriedade de principiar uma ação, no que se refere ao verbo dependente, com a adição da propriedade “enquanto o ‘que’ é o outro”.

Em consequência disso, fica claro o erro dos que afirmam que o nominativo é o modo “sobre que” alguma coisa é enunciável, ou o modo “em que” o outro subsiste enquanto sujeito. Porque, embora a relação do nominativo com o verbo possa incluir as propriedades “sobre que” ou “em que” e outras assim, a palavra do nominativo, no entanto, não significa a coisa na propriedade “sobre que” ou “em que”, porque, nesse caso, o nominativo não seria diferente de outro caso distinto dele (i.e., do ablativo).<sup>68</sup> Igualmente, se a construção do nominativo com o verbo se desse por meio de preposições, como “sobre” ou “em”, a preposição seria regida pelo nominativo, o que é falso.

O nominativo, portanto, é o modo de significar a propriedade “enquanto o ‘que’ é o outro”. E isso prova-se racionalmente e por autoridade. Racionalmente, assim: é por meio de um modo de significar que o nominativo distingue-se de todos os outros casos; ora, por meio do modo “enquanto o ‘que’ é o outro” (o nominativo) distingue-se de todos os outros (casos), logo, o nominativo é o modo de significar “enquanto o ‘que’ é o outro”. E isso também se prova pela autoridade de Pedro Helias, que quis dizer que a espécie ou os modos dos casos são derivados de acordo com a inflexão do nome *quod* (“que”), *cuius* (“de quem”), *cui* (“para quem”), etc. Se, portanto, o genitivo é o modo de significar “enquanto ‘de quem’ é o outro”, o dativo é o modo de significar “enquanto ‘para quem’ é o outro ou ‘a quem’ é adquirido ou dado o outro”,

ipsum est alterum, scilicet principiatum, et causatum a re nominativi active, vel passive.

*Genitivus.* Genitivus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita; ut dicendo, *Socratis interest*; iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione principii, respectu huius verbi *interest*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Similiter dicendo, *misereor Socratis*, vel, *filius Socratis est*, iste genitivus *Socratis* significat rem in ratione termini, respectu huius verbi *misereor*, vel huius nominis *filius*, proprietate, ut cuius est alterum, superaddita. Dicitur genitivus, quasi primo a voce nominativi genitus. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum est alterius.

*Dativus.* Dativus casus est modus significandi rem in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate ut cui alterum acquiritur superaddita; ut dicendo, *Socrati accidit*; in hac constructione, iste dativus, *Socrati*, significat per modum principii, superaddito sibi modo, ut cui alterum acquiritur. Similiter dicendo, *faveo Socrati*, vel *similis Socrati*; in hac constructione iste dativus, *Socrati*, significat rem in ratione termini, proprietate, ut cui alterum ac-

da mesma forma, o nominativo é o modo de significar “enquanto o ‘que’ é o outro”. E chama-se esse modo de nominativo, porque é por meio desse modo que damos nomes às coisas. Há também no verbo um modo proporcional ao modo (nominativo): o modo “enquanto o próprio é o outro”, a saber, principiado e causado ativa ou passivamente pela coisa do nominativo.

*O genitivo.* O genitivo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ é o outro”. Por exemplo, quando se diz *Socratis interest* (“De Sócrates é o interesse”), esse genitivo *Socratis* (“de Sócrates”) significa a coisa de acordo com a propriedade do princípio com respeito a esse verbo *interest* (“é do interesse de”), com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ é o outro”. De forma similar, ao se dizer *misereor Socratis* (“Tenho pena de Sócrates”) ou *filius Socratis est* (“É o filho de Sócrates”), o genitivo, tanto com respeito a esse verbo *misereor* (“tenho pena de”) quanto com respeito a esse nome *filius* (“filho”), significa a coisa de acordo com a propriedade do término com a adição da propriedade “enquanto ‘de quem’ é o outro”. O genitivo (*genitivus*) recebe esse nome porque se origina do nominativo. Há também no verbo um modo proporcional a esse modo: o modo “enquanto ‘o próprio’ é de outro”.<sup>69</sup>

*O dativo.* O dativo é o modo de significar a coisa de acordo com o princípio ou o término indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é dado ou adquirido”.<sup>70</sup> Por exemplo, quando se diz: *Socrati accidit* (“Aconteceu a Sócrates”), o dativo cossignifica nessa construção por meio do modo do princípio com a adição da propriedade “enquanto ‘para quem’ algo é dado ou adquirido”. Semelhantemente, quando se diz: *faveo Socrati* (“Sou

quiritur, vel datur, superaddita. Et dicitur iste modus significandi datus, quia est modus significandi, ut cui alterum acquiritur, vel datur. Et huic modo proportionatur in verbo modus ut ipsum est, quod alteri datur.

*Accusativus.* Accusativus casus, secundum dictam inflexionem, est modus significandi rem in ratione termini, proprietate ut quem, superaddita, ut dicendo, *amo Deum*, iste accusativus, *Deum*, significat sub proprietate terminandi actum, et dependentiam huius verbi, *amo*, proprietate, ut quem, superaddita. Et dicitur accusativus quasi terminus actus. Et huic modo proportionatur in verbo modus dependentis, sub modo ad alterum. Aliquando tamen accusativus casus est modus significandi rem, sub ratione principii simpliciter, id est, proprietate speciali non superaddita, scilicet quando actus construitur intrinsece cum infinitivo, vel cum verbo impersonali, ut dicendo, *me legere*, *me oportet*; hic significat accusativus rem, sub ratione principii a nulla proprietate speciali contracta, nec contrahibili, cui proportionatur modus verbi simpliciter. Et hic modus non videtur sibi accidere, nisi tunc ponatur quod actus sit modus significandi aequivocus, ad significandum sub ratione termini, ut quem; et ad modum sub ratione principii simpliciter.

favorável a Sócrates”) ou *similis Socrati* (“igual a Sócrates”), esse dativo *Socrati* (“a Sócrates”) significa a propriedade do término com a propriedade adicional “enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”.<sup>71</sup> Esse modo é chamado de dativo porque é o modo de significar a propriedade “enquanto ‘para quem’ o outro é adquirido ou dado”. E existe no verbo um modo proporcional a esse que significa a propriedade “enquanto ‘o próprio’ é o que é dado a outro”.

*O acusativo.* O acusativo, segundo a definição que já foi discutida<sup>72</sup>, é o modo de significar a coisa conforme o término com a adição da propriedade “enquanto na ‘direção de que/m’ (a ação do verbo é dirigida)”. Assim, quando se diz *amo Deum* (“Amo Deus”), esse acusativo *Deum* (“Deus”) significa por meio da propriedade de terminar a ação e, simultaneamente, o acusativo determina a dependência desse verbo *amo* (amo) com a adição da propriedade de direcionar essa ação. E é chamado de acusativo porque é como que o término da ação. E para esse modo existe um modo proporcional de dependência no verbo: o modo de ser direcionado para o outro. Algumas vezes, porém, o caso acusativo é um modo de significar a coisa na forma de princípio simplesmente, isto é, sem o acréscimo da propriedade especial de direcionar. Isso acontece quando a ação é construída intrinsecamente com um infinitivo ou com um verbo impessoal, como quando se diz *me legere* ((ouve-)“me ler”) ou *me oportet* (“me convém”). Aqui o acusativo significa a coisa, de acordo com o princípio, sem nenhuma propriedade especial restritiva, ou restringível, para a qual exista um modo proporcional no verbo de maneira simples.<sup>73</sup> Esse tipo de acusativo não parece ocorrer a não ser que se suponha que a ação seja um modo de significar equívoco que signifique conforme a propriedade do término, “enquanto na direção ‘de que/m’ (a ação do verbo é dirigida)”, e conforme a propriedade do princípio de maneira simples.

Et est sciendum, quod ratio termini, ut quem, aliquando sumitur simpliciter, id est non contracte, ut dicendo, *lego librum*; aliquando contracte, ut quando contrahitur per praepositionem accusativo deservientem, ut dicendo, *vado ad plateam, curro ad campum*; et sic modus sibi correspondens simpliciter est contrahendus.

*Vocativus.* Vocativus casus est modus significandi rem sub ratione termini dependentis, actus exerciti, vel exercitati, nulla differentia dictarum proprietatum superaddita, ut dicendo, *o Henrice*: iste vocativus habet in se rem in ratione termini, tantum in ratione dependentis illius actus exerciti, vel exercitati. Unde notandum est, quod duplex est actus, scilicet: signatus, et exercitus. Actus signatus est, qui per verbum, vel participium importatur, ut *lego, legens*. Actus exercitus est, qui prolationem huius adverbii, *o*, exercitatur, quasi in eius modum significandi cadens, et huius proprius terminus est vocativus; ideo iste modus significandi vocativus nominatur, quia est proprius terminus vocationis, seu actus vocandi. Et huic modo significandi vocativi, vel exercitati proportionatur in adverbio, *o*, modus significandi per modum vocantis, vel exercitantis.

*Ablativus.* Ablativus casus est modus significandi rem, in ratione principii, vel termini indifferenter, proprietate, ut quo, superaddita, ut dicendo, *utor pane*; iste ablativus significat in ratione termini proprietate, ut quo, superaddita; et huic modo proportionatur

Além disso, deve-se saber que, às vezes, o acusativo é derivado de maneira simples, isto é, de maneira não restritiva, como em *lego librum* (“Leio o livro”)<sup>74</sup>, outras vezes, de maneira restritiva, como quando é restringido por meio de uma preposição que é regida por acusativo, como em *vado ad plateam* (“Vou à praça”) e *curro ad campum* (“Corro ao campo”). Dessa forma, o modo correspondente é restringido de maneira simples.<sup>75</sup>

*O vocativo.* O caso vocativo é o modo de significar de acordo com a propriedade do término da ação que depende de uma ação estimulante ou impelidora, sem o acréscimo de nenhuma das propriedades adicionais mencionadas acima. Isso significa que, por exemplo, ao se dizer *o Henrice* (“Ó Henrique!”), esse vocativo só tem a propriedade de terminar esse ato enquanto é dependente dessa ação estimulante ou impelidora. Com base nisso, é necessário observar que há dois tipos de ato: o ato significativo e o ato exercido<sup>76</sup>. O ato significativo é suscitado por meio de um particípio ou de um verbo, como *lego* (“leio”), *legens* (“lendo”). O ato exercido é aquele que se exerce pela pronúncia do advérbio *o* (“ó”), como por meio de um modo de significar. O vocativo é o término apropriado dessa ação. E é por isso que se dá o nome de modo de significar vocativo para esse modo: porque ele é o término apropriado de um chamamento ou de um ato de chamar. E, para esse modo de significar do vocativo ou exercido, há um modo proporcional de significar por meio do modo de chamar ou estimular no advérbio *o* (“ó”).

*O ablativo.* O ablativo é um modo de significar de acordo com o princípio ou o término, indiferentemente, com a adição da propriedade “enquanto ‘por/em/com/de que/m’”. Por exemplo, quando se diz *utor pane* (“Faço uso do pão”), esse ablativo significa de

modus dependentis sub modo ut altero. Similiter dicendo, *a Socrate legitur*, iste ablativus significat in ratione principii, proprietate, ut quo, superaddita. Et dicitur iste modus ablativus, quia est modus significandi, ut a quo aliquid auferimus.

Et est sciendum, quod ratio termini, vel principii ut quo, aliquando sumitur non contracte, ut dicendo, *utor pane*; aliquando contracte praepositionibus adiectis, ut dicendo, *a Socrate legitur in Ecclesia*, vel *in domo*, et sic de aliis, et sic modus significandi sibi correspondens et proportionabilis est contrahendus.

33 Ex istis patet sufficientia istorum sex casuum, per hunc modum: omnis casus aut est modus significandi principii tantum, vel termini tantum, vel utriusque indifferenter. Si casus sit modus significandi in ratione principii tantum, modo ut quod est alterum superaddito, sic est nominativus casus. Si tantum in ratione termini, nulla speciali proprietate superaddita, sic est vocativus casus. Si autem sit modus significandi rem sub ratione utriusque indifferenter, vel hoc est modo superaddito *ut cuius*, et sic genitivus casus; vel modo *ut cui*, et sic est dativus casus; vel modo *ut quem*, et sic est accusativus casus; vel modo *a quo*, et sic est ablativus casus. Et est sciendum, quod sicut species et differentiae casuum attenduntur penes inflexionem huius nominis *quod*, *cuius*, *cui*, etc.,

acordo com a propriedade do término com o acréscimo de “enquanto ‘de que’”. Para esse modo existe no verbo um modo proporcional: o modo do dependente por meio do modo “enquanto ‘por/em/com/de outro’”. De maneira similar, ao se dizer *a Socrate legitur* (“Lido por Sócrates”), esse ablativo significa a propriedade de acordo com o princípio com a propriedade adicional “enquanto ‘por quem’”. Esse modo é chamado de ablativo porque tem um modo de significar “enquanto ‘de que’ retiramos alguma coisa”. Deve-se observar que, tanto de acordo com o princípio quanto de acordo com o término, algumas vezes (o modo) “enquanto ‘por/em/com/de que/m’” é derivado de maneira não restritiva, como em *utor pane* (“Faço uso do pão”), e, outras vezes, (de maneira) restritiva, por meio de preposições adjetivas, como quando se diz *a Socrate legitur in ecclesia* (“Lido por Sócrates na igreja”) ou *in domo* (“em casa”), e igualmente em outros casos. E é assim que o modo de significar que lhe é correspondente e proporcional deve ser restringido.

33 Em vista do que se discutiu até aqui, esses seis casos estão suficientemente explicados e podem ser resumidos assim: todo caso é um modo de significar apenas o princípio ou apenas o término, ou ambos indiferentemente. Se um caso significar apenas o princípio, com a adição da propriedade “enquanto o ‘que’ é o outro”, esse caso será o nominativo. Se significar apenas na forma de término, sem a adição de nenhuma propriedade especial, será o caso vocativo. Porém, se for um modo de significar ambas as coisas indiferentemente, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘de quem’ o é outro”, e será o caso genitivo, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘para quem’ é o outro”, e será o caso dativo, ou receberá o modo de direcionar a ação do verbo, e será o caso acu-

sic modi in verbo, proportionabiliter casibus, attenduntur penes inflexionem huius nominis *alter, alterius, alteri*, etc.

sativo, ou receberá a adição do modo “enquanto ‘por/em/com/de que/m’”, e será o caso ablativo. Deve-se observar também que os tipos de casos e as suas diferenças podem ser percebidos no paradigma desse nome *quod* (“que”), *cuius* (“de quem”), *cui* (“para quem”), etc., e que existem, nos modos de significar do verbo, tipos e distinções proporcionais às dos casos, que podem ser percebidos no paradigma do nome *alter* (“o outro”), *alterius* (“do outro”), *alteri* (“para outro”), etc.

## CAPUT XX

### *De persona et declinatione grammaticali*

34 *Persona*. Habito de casu, dicendum est de persona. Iuxta quod notandum est, quod in rebus rationabilibus reperitur quaedam proprietas casus, scilicet proprietas loquendi a quo trahitur persona, quae est accidens nominis. Est ergo persona modus significandi nominis, mediante quo nomen proprietatem loquendi con-significat. Et secundum diversitatem loquendi, de se, ad alium, vel de alio, variatur persona per triplicem differentiam, scilicet, primam, secundam et tertiam.

*Prima persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi de se, ut de se. *Secunda persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi ad alium, ut ad alium. *Tertia persona* est modus significandi rem sub proprietate loquendi de alio, ut de alio. Et quia modus loquendi de se non est sine modo significandi de se, ideo ipse modus dicitur persona, a per se sonando nominata.

35 *Declinatio*. Notandum, quod declinatio, quam Donatus sub casu comprehendit, a proprietate casuum oritur. Declinatio ergo est modus significandi rem nominis, per quem inflectitur. Et variatur per diversas casuum proprietates, de quibus dictum est. Et quia ad istam inflexionem proprietatum sequitur in pluribus inflexio vocum, ideo quidam dixerunt declinationem esse vocis in vocem inflexionem. Quod autem aliquod nomen sit primae, secundae, tertiae, quartae, vel consequentis, vel inconsequentis,

## CAPÍTULO XX

### *Sobre a pessoa e a declinação gramatical*

34 *A Pessoa.* Depois de tratar o caso, deve-se agora discutir a pessoa. E, quanto a isso, deve-se observar que nos racionais verifica-se uma determinada propriedade casual, a saber, a propriedade de falar, da qual se deriva a pessoa, que é um acidente do nome.<sup>77</sup> Portanto, a pessoa é o modo de significar do nome mediante o qual ele cossignifica a propriedade do falar. E, segundo a diversidade do falar – de si, a outro, ou de outro –, a pessoa se constitui por meio de uma tríplice diferenciação, a saber: em primeira, segunda e terceira.

*A primeira pessoa* é o modo de significar a propriedade do falar de si. A segunda pessoa é o modo de significar a propriedade do falar a outro. A terceira pessoa é o modo de significar a propriedade do falar de outro. E, como o modo de significar a propriedade do falar de si não existe sem o modo de significar a propriedade do ser em si, é por isso que o modo do falar de si é chamado do modo da pessoa, porque a pessoa de “per si soa”.

35 *A declinação.* Deve-se notar que a declinação, que Donato colocou sob a abrangência do caso,<sup>78</sup> origina-se da propriedade dos casos. A declinação é, portanto, o modo de significar a propriedade do nome por intermédio de que ele sofre inflexão. E ela varia de acordo com as diferentes propriedades de cada caso, que foram discutidas acima. E como essas variações de propriedades são seguidas de inflexões em muitas palavras, alguns afirmaram que a declinação é equivalente à derivação de uma palavra a partir

haec ratio a parte vocis attenditur. Et sic patet qui, et quot sunt modi significandi nominis, tam essentiales quam accidentales.

de outra. No entanto, é porque um nome é capaz de estar ou na primeira ou na segunda ou na terceira ou na quarta declinação ou nas seguintes, que o sistema declinacional é, de maneira própria ou imprópria, derivado da palavra.

Ficam assim esclarecidos quantos e quais são os modos de significar do nome, tanto os essenciais quanto os acidentais.

## CAPUT XXI

### *De modo significandi essentiali generalissimo pronominis*

36 *Pronomen*. Modus significandi essentialis generalissimus pronominis est modus significandi per modum entis et indeterminatae apprehensionis. A qua vero proprietate modus significandi per modum entis sumitur, prius dictum est, nam in hoc modo pronomen a nomine non distinguitur, ut dictum est.

Modus vero indeterminatae apprehensionis oritur a proprietate, seu modo essendi materiae primae. Materia enim prima in se, extra indeterminata est, respectu cuiuslibet formae naturalis, quae inest de se, ita quod nec includit nec excludit formam nec determinationem formae. Ab ista ergo proprietate materiae primae, quae est proprietas de se indeterminata, determinabilis tamen per formam, sumitur modus significandi per modum indeterminatae, qui est modus significandi essentialis generalissimus pronominis; non quod pronomen materiam primam significet tantum, sed ex modo essendi reperto in materia prima, intellectus movetur ad considerandum aliquam essentiam sic indeterminatam, et ad imponendum sibi vocem sub modo significandi per modum indeterminati. Et hunc modum generalissimum essentialem pronominis grammatici expresserunt dicentes, pronomen significare substantiam meram, vel substantiam sine qualitate; dantes intelligi per substantiam modum entis, qui in substantia principaliter reperitur, ut dictum est; per meram, vel sine qualitate, modum indeterminatae apprehensionis.

## CAPÍTULO XXI

### *Sobre o modo de significar essencial mais geral do pronome*

36 *O pronome.* O modo de significar essencial mais geral do pronome é o modo de significar por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada.<sup>79</sup> Na verdade, já se discutiu (nos capítulos sobre o nome) de que propriedade deriva-se o modo de um ente e, como mencionado anteriormente, o pronome não se distingue do nome no que diz respeito a esse modo. O modo da apreensão indeterminada se origina da propriedade ou do modo de ser da matéria-prima. Com efeito, a matéria-prima em si mesma é indeterminada com relação a qualquer forma natural em que se encontre. Por isso, a matéria-prima não inclui nem exclui a forma ou a sua determinação. Dessa propriedade da matéria-prima – que é a propriedade de ser indeterminável em si, porém determinável por uma forma – deriva-se o modo de significar por meio do modo da indeterminação, que é o modo de significar essencial mais geral do pronome. Não que o pronome signifique (denote) apenas a matéria-prima, mas é com base no modo de existir da matéria-prima que o intelecto pode perceber a existência de uma essência indeterminada e, em seguida, atribuir a essa essência uma palavra (o pronome) que a significa por meio do modo da indeterminação. Os gramáticos (antigos) expressaram esse modo essencial geral do pronome ao dizer que o pronome significa uma “mera substância”, ou uma substância sem qualidade. Ao fazer isso, eles deram a entender que “substância” equivale ao modo de um ente – que é encontrado principalmente na substância, como foi dito acima –, e dão a entender que “mera”, ou seja, sem qualidade, equivale ao modo da apreensão indeterminada.<sup>80</sup>

37 Sed si obiiciatur sic: modus significandi partis debet esse positivus, et non privativus, sicut pars est quid positivum: sed modus indeterminatae apprehensionis est modus privativus; ergo non potest esse modus significandi pronominis.

Dicendum, quod illud, quod est ita indeterminatum, quod excludat formam, et formae determinationem, est privativum; tamen illud, quod sic est indeterminatum, quod non excludit, nec includit formam, nec formae determinationem, non est privativum; et sic se habet modus significandi pronominis, qui est modus indeterminati de se, determinabilis tamen. Vel dicendum, quod per modum istum privativum grammatici circumloquuntur modum significandi positivum, qui est modus significandi communis simpliciter.

Et si dicatur, quod iste modus significandi communis simpliciter invenitur in hoc nomine *ens*; vel ergo *ens* est pronomen, vel pronomen non erit distinctum a nomine. Dicendum, quod licet hoc nomen *ens* habeat modum significandi communem, respectu significatorum specialium, scilicet, *substantiae* vel *accidentis*, *hominis* vel *leonis*; tamen eius significatum non est commune respectu aliorum transcendentium, quae sunt *unum*, *res*, et *aliquid*, et respectu privationum, et negationum, ut *nihil* est non ens; ergo non habet modum significandi communis simpliciter; sed pronomen habet modum significandi communis simpliciter, respectu omnium significatorum specialium, et transcendentium, privationum, et negationum, teste Prisciano, qui dicit, quod pronomen ad omne suppositum pertinet, id est, ad omne significatum se extendit; ergo instantia nulla.

37 No entanto, é possível que haja a seguinte objeção: um modo de significar de uma parte do discurso deve necessariamente ser positivo, e não privativo, assim como a parte é algo positivo. Mas o modo da apreensão indeterminada é um modo privativo, logo, não pode ser um modo de significar do pronome.<sup>81</sup>

A resposta a essa objeção é a seguinte: algo indeterminado que exclua tanto a forma quanto a determinação da forma é privativo, mas algo indeterminado que não exclua nem inclua a forma, ou a determinação da forma, não é privativo. E é assim que se comporta o modo de significar do pronome, que, embora seja indeterminado por si, é determinável (por outro). Além disso, pode-se responder que os gramáticos, por meio desse modo privativo, referem-se indiretamente a um modo de significar positivo: o modo de significar o comum de maneira simples.<sup>82</sup>

Contra isso, é possível argumentar que no nome *ens* (“ente”) encontra-se esse modo de significar o comum de maneira simples e que, portanto, ou o pronome equivale a *ens* (“ente”) ou o pronome não se distingue do nome. Ao que se deve responder: embora o nome *ens* (“ente”) signifique por meio do modo do comum de maneira restrita – ou seja, com respeito a certas espécies de coisas, a saber: *substantiae* (“da substância”) ou *accidentis* (“do acidente”), *hominis* (“do homem”) ou *leonis* (“do leão”) –, seu significado não é comum com respeito a outros transcendentais, como *unum* (“o uno”), *res* (“a coisa”), *aliquid* (“o algo”), nem com respeito às privações e negações, como *nihil* (“o nada”), que não fazem referência a nenhum ente. Logo, (em sentido estrito) o nome *ens* (“ente”) não é significado por meio do modo de significar o comum da maneira o mais simples (abrangente) possível. O pronome, no entanto, tem um modo de significar o comum de

Iuxta quod est notandum, quod omnis pars orationis est ens secundum animam. Item sciendum est, quod omnes privationes et negationes in se sunt entia positiva in anima, ut dictum est prius. Dicendum est ergo, quod licet modus indeterminati non sit positivus realiter, est tamen positivus in anima; et hoc sufficit ad distinctionem partium orationis, quae sunt entia secundum animam. Pronomen ergo est pars orationis significans per modum entis, et indeterminatae apprehensionis.

maneira simples com respeito a todos os significados de todas as espécies, tanto das transcendentais quanto das privativas e negativas. E isso atesta Prisciano<sup>83</sup> ao afirmar que o pronome pertence a todo suposto, isto é, que se estende a qualquer significado. Portanto, essa objeção não se sustenta.

Junto a isso, deve-se observar também que toda parte do discurso é um ente mental. E, da mesma forma, deve-se observar que todas as privações e negações têm existência real na mente, como se discutiu acima. Logo, deve-se afirmar que o modo do indeterminado, embora não seja uma realidade física, é uma realidade mental, e que isso já é o suficiente na distinção entre as classes de palavras, que são entes mentais. Portanto, o pronome é uma parte do discurso que significa por meio do modo de um ente e por meio do modo da apreensão indeterminada.

## CAPUT XXII

*De modis significandi essentialibus pronominis, tam subalternis, quam specialissimis.*

38 *Modi essentialis subalterni et speciales sex.* Sub hoc autem generalissimo modo significandi pronomis ad modos essentialis, et subalternos, et specialissimos descendamus, qui sunt modi relationis, et demonstrationis; modus primitivi, et modus derivativi; modus substantialis vel substantivi, et modus adiectivi.

### 39 *Demonstratio et relatio*

*Demonstratio.* Modus ergo significandi, qui vocatur demonstratio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietas certitudinis, et praesentiae, seu notitiae primae intellectus; et hunc modum Donatus vocat qualitatem finitam; et hic modus constituit pronomen demonstrativum.

*Pronomen demonstrativum.* Pronomen ergo demonstrativum significat rem sub ratione vel proprietate praesentiae seu notitiae primae. Semper enim pronomini sex demonstrationes correspondent praesentiae, sive sit ad sensum, sive ad intellectum; differenter tamen. Quia pronomen demonstrativum ad sensum hoc, quod demonstrat, significat, ut: *ille currit*. Sed pronomen demonstrativum ad intellectum hoc, quod demonstrat, non significat, sed aliud, ut si dicam de herba demonstrata in manu mea: *haec herba crescit in horto meo*, hic unum demonstratur, et aliud significatur. Et hunc modum demonstrandi habent propria nomina, ut

## CAPÍTULO XXII

*Sobre os modos de significar essenciais do pronome, tanto os subalternos quanto os mais especiais*

38 *Os modos essenciais subalternos e especiais são seis.* Depois de discutir o modo de significar geral do pronome, dirijamo-nos agora aos seus modos essenciais, tanto subalternos quanto especiais, que são os seguintes: os modos da relação e da demonstração, os modos do primitivo e do derivativo, o modo substancial, ou do substantivo, e o modo do adjetivo.

39 *A demonstração e a relação*<sup>84</sup>

*A demonstração.* O modo de significar que é chamado de demonstração é derivado da propriedade da certeza e da presença ou do conhecimento primeiro do intelecto. Donato chama esse modo de qualidade definida. Esse modo constitui o pronome demonstrativo.

*O pronome demonstrativo.* O pronome demonstrativo significa a coisa de acordo com a propriedade da presença ou do conhecimento primeiro. Com efeito, ao pronome demonstrativo sempre correspondem seis demonstrações de presença, ou relacionadas aos sentidos ou relacionadas ao intelecto, embora de maneira diferente<sup>85</sup>. Porque o pronome demonstrativo relacionado aos sentidos demonstra aquilo que significa, como em *ille currit* (“Ele corre”), mas, em relação ao intelecto, não significa o que demonstra – como quando digo da hortaliça que mostro em minha mão: *haec herba crescit in horto meo* (“Esta planta cresce em minha hor-

si dicam demonstrato Ioanne; *iste fuit Ioannes*, hic unum demonstratur, et aliud in numero significatur. Et sic contingit dare diversos modos certitudinis, et praesentiae; et secundum hoc erunt diversi modi demonstrationum; et ex consequenti diversa pronomina demonstrativa. Contingit enim rem esse praesentem et certam, et maxime certam vel praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *ego*; vel non maxime esse certam et praesentem, et sic demonstratur per hoc pronomen *tu*, et alia similia.

*Relatio*. Modus significandi qui vocatur relatio, sumitur a proprietate rei, quae est proprietate absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae, unde Donatus appellat istum modum qualitatem pronominis infinitam; et hic modus constituit pronomen relativum.

*Pronomen relativum*. Pronomen ergo relativum significat rem sub proprietate absentiae, et incertitudinis, seu notitiae secundae. Semper enim pronomen relativum, vi relationis, repraesentat rem, ut est absens, et incerta, sive sit res praesens, sive absens, quae refertur, ut dicendo, *Socrates currit*, et *ille disputat*, hoc relativum *ille* refert hoc antecedens *Socrates* stans sub actu primo, seu sub notitia prima reiterando ipsum sub actu secundo, sive sub notitia secunda; et sic notificat ipsum tamquam incertum, et absens, faciens recordationem de ipsum sub actu secundo. Recordatio enim semper est praeteritorum et absentium. Recordatio enim nihil aliud est, quam cognitio secunda, ut si aliquid sit primo cognitum, postea oblitum, et iterum ad memoriam reductum; unde dicitur relatio, quasi antelatae rei recordatio. Et sicut contigit dare diver-

ta”): uma coisa é demonstrada e outra é significada. Os nomes próprios têm esse modo de demonstração. Por exemplo, se digo, depois de ter mostrado João: *iste fuit Ioannes* (“Esse foi João”), uma coisa é demonstrada e outra é significada numericamente.<sup>86</sup> Assim, existem modalidades diferentes de certeza e presença. Como resultado disso, há diversos modos de demonstração e, conseqüentemente, diversos pronomes demonstrativos. Por exemplo, quando a presença do indivíduo é maximamente certa, o pronome *ego* (“eu”) é utilizado na demonstração; quando o indivíduo não está máxime e certamente presente, o pronome *tu* (“tu”) é utilizado na demonstração; e assim por diante.

*Relação.* O modo de significar que é chamado de relação é tomado da propriedade da coisa que é a propriedade da ausência e da incerteza ou do reconhecimento. Por isso, Donato chama esse modo de qualidade indefinida.<sup>87</sup> Esse modo constitui o pronome relativo.

*O pronome relativo.* Portanto, o pronome relativo significa a coisa sob a propriedade da ausência e da incerteza ou do conhecimento segundo. Com efeito, o pronome relativo, por sua capacidade de relação, sempre representa a coisa como estando ausente e incerta, estando a coisa a que se refere ausente ou presente. Por exemplo, quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”) e *ille disputat* (“Ele debate”), o relativo *ille* (“Ele”) refere-se ao antecedente *Socrates* (“Sócrates”) como estando sob um ato primeiro ou sob a forma de conhecimento primeiro, reiterando-o por meio de um ato segundo ou sob a forma de conhecimento segundo.<sup>88</sup> Assim, em sua reiteração, o pronome dá o conhecimento do nome de uma maneira incerta e ausente, sob a forma de um ato segundo. Com efeito, a recordação é sempre de coisas passadas ou ausentes, porque a reiteração não é

sos gradus absentiae, secundum hoc sunt diversi modi relationis; et ex consequenti diversa pronomina relativa, quia ad diversitatem in causa sequitur diversitas in effectu.

40 *Primitivum et derivativum*. Modus significandi, qui est primitivus, et derivativus, sumitur ab eadem proprietate in pronomine, a quo sumitur species primitiva, et derivativa in nomine; sunt enim iidem modi significandi hic, et ibi; nam primitio in pronomine idem est quod species primitiva in nomine; et derivatio in pronomine idem est quod species derivativa in nomine. Sed habent se differenter, quia primitivo et derivativo constituunt diversas species in pronomine, scilicet pronomen primitivum, et derivativum; sed in nomine, species primitiva et derivativa modi significandi accidentales nominis nominantur.

*Substantivum*. Item modus adiacentis et per se stantis ab eisdem proprietatibus sumitur, a quibus sumebatur in nomine, scilicet, modus per se stantis a proprietate essentiae distinctae; et modus adiacentis a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Et est sciendum, quod a grammaticis ponuntur tria pronomina substantiva, scilicet, *ego, tu, sui*, quia huiusmodi usi sunt Poëtae virtute demonstrationis et relationis in sermone perfecto, sine adiunctione alterius substantivi; aliis autem usi sunt adiective; ideo grammatici omnia alia pronomina adiectiva posuerunt.

mais que um conhecimento segundo, como quando algo é primeiro conhecido, depois esquecido e, mais tarde, seu conhecimento é de novo reconduzido à memória. É por isso que se afirma que a relação é como que a recordação de uma coisa que se foi. E como existem diversos graus de ausência, há também diversos modos de relação e, conseqüentemente, diversos pronomes relativos, porque para a diversidade na causa corresponde a diversidade no efeito.

40 *O primitivo e o derivativo.* Os modos de significar primitivo e derivativo originam-se das mesmas propriedades de que se tomam a espécie primitiva e derivativa do nome.<sup>89</sup> Esses modos de significar são, portanto, iguais nos dois casos, uma vez que o estado primitivo do pronome é igual à espécie primitiva do nome e a derivação no pronome é igual à espécie derivativa no nome. Porém, esses modos comportam-se de maneiras diferentes (no nome e no pronome), porque, enquanto o estado primitivo e a derivação dão origem a espécies diferentes de pronome, a saber: o pronome primitivo e o derivativo, as espécies primitiva e derivativa do nome são denominadas modos acidentais.

*O substantivo.* Como no caso acima, os modos de aderir e de ser independente (no pronome) são derivados das mesmas propriedades de que são tomados no nome, a saber: o modo de ser independente, que é tomado da propriedade da essência independente, e o modo de aderir, que é tomado da propriedade da inerência no ser de outro. Deve-se saber que os gramáticos estabeleceram três pronomes substantivos – *ego* (“eu”), *tu* (“tu”), *sui* (“a si”)<sup>90</sup> – porque eles têm sido usados pelos poetas com o valor de demonstração e de relação no discurso perfeito,<sup>91</sup> sem estarem ligados a um substantivo, enquanto os outros pronomes são usados adjetivamente. Por isso, os gramáticos consideraram todos os outros pronomes como sendo adjetivos.

*Possessivum et gentile.* Sub modo significandi, qui est modus derivativi, ad modos specialissimos descendamus. Continet autem sub se duos modos. Primus est modus significandi per modum adiacentis alteri, sub ratione possidentis ipsum; et hic modus constituit pronomen derivativum possessivum. Pronomen ergo derivativum possessivum est, quod significat per modum adiacentis alteri per modum possidentis ipsum, ut *meus, tuus, suus*, etc. Secundus modus derivativus est modus significandi per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae; et hic modus constituit pronomen derivativum gentile. Pronomen ergo derivativum gentile est, quod significat per modum adiacentis alteri, sub ratione gentis, vel patriae, ut *nostras, vestras*.

Sic ergo patet, quod modus significandi generalissimus pronominis dividitur in modos specialissimos, et subalternos, sic: pronomen simpliciter sumptum prima sui divisione dividitur in pronomen demonstrativum, et relativum, primitivum, derivativum, substantivum, et adiectivum. Item pronomen adiectivum derivativum dividitur in pronomen derivativum possessivum, et in derivativum gentile. Et haec de modis essentialibus pronominis dicta sufficiant.

*O possessivo e o gentílico.* Voltemo-nos agora aos modos mais específicos do modo derivativo. O modo derivativo abrange dois modos especiais: o primeiro é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro, enquanto possuidor do outro. Esse modo constitui o pronome derivativo possessivo. Portanto, o pronome possessivo significa por meio do modo de aderir a outro, como possuidor desse outro, como em *meus* (“meu”), *tuus* (“teu”), *suus* (“seu”), etc. O segundo modo derivativo (especial) é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro em razão da família ou da pátria. Esse modo constitui o pronome derivativo gentílico. Portanto, o pronome derivativo gentílico significa por meio do modo de aderir a outro em razão da família ou da pátria, como *nostras* (“do nosso país”/“da nossa família”), *vestras* (“do vosso país”/“da vossa família”).

Assim, fica claro que o modo de significar mais geral do pronome divide-se em modos subalternos e especiais, da seguinte forma: o pronome, entendido de maneira simples em sua primeira divisão, divide-se em demonstrativo, relativo, primitivo, derivativo, substantivo e adjetivo. Em seguida, o pronome derivativo adjetivo divide-se em derivativo possessivo e derivativo gentílico. O que foi discutido até aqui é suficiente na apresentação dos modos essenciais do pronome.

## CAPUT XXIII

### *De modis significandi accidentalibus pronominis*

41 *Accidentia pronominis*. Dicto de modis essentialibus significandi, dicendum est de modis significandis accidentalibus. Iuxta quod notandum est, quod Donatus assignat pronomini sex accidentia, scilicet, qualitatem, genus, numerum, figuram, personam, et casum.

Notandum, quod qualitatem, quam Donatus assignat pro accidente pronominis, dividit in qualitatem finitam et infinitam; et vocat illos duos modos significandi essentialis speciales pronominis, scilicet, demonstrationem, et relationem, de quibus dictum est; ita quod per qualitatem finitam dat intelligere demonstrationem, quae rem finitam et certam significat et repraesentat, scilicet, sub accidentibus realibus, quae oculis conspici possunt. Per qualitatem vero infinitam dat intelligere relationem, quae rem incertam et infinitam repraesentat, scilicet, sub notitia secunda per recordationem, quae est incerta respectu notitiae primae, ut dictum est.

De genere autem, et numero, persona, figura, et casu in pronomine idem intelligatur, quod de ipsis dictum est de nomine; nam ista accidentia eadem sunt hic, et ibi, et ab iisdem proprietatibus sumuntur.

## CAPÍTULO XXIII

### *Sobre os modos acidentais do pronome*

41 *Os acidentes do pronome.* Concluída a descrição dos modos de significar essenciais do pronome, é necessário agora descrever seus modos de significar acidentais. Além disso, deve-se observar que Donato atribui seis acidentes ao pronome, a saber, a qualidade, o gênero, o número, a forma, a pessoa e o caso.<sup>92</sup>

Deve-se observar que a qualidade, que Donato atribui ao pronome como acidente, é dividida por ele em qualidade definida e indefinida e que ele chama esses dois modos de significar essenciais especiais do pronome de demonstração e de relação, como já foi discutido acima. Dessa forma, ele dá a entender por qualidade definida a demonstração, que representa as coisas definidas e certas, como o que ocorre nos acidentes (nas propriedades) das coisas reais, que podem ser vistos pelos olhos. Por qualidade indefinida, ele dá a entender a relação, que representa a coisa incerta e indefinida, a saber: por meio do conhecimento de acordo com a recordação, que é incerto em relação ao conhecimento primeiro, como foi dito acima.

Sobre os demais acidentes do pronome – o gênero, o número, a pessoa, a forma e o caso –, entende-se o mesmo que foi discutido sobre eles na apresentação do nome, pois esses acidentes são os mesmos lá e aqui e são derivados das mesmas propriedades.

## CAPUT XXIV

### *De consignificatione propria pronominis*

42 *Opinio aliorum.* Habito de modis significandi pronominis, consequenter de eius significacione videamus. Quidam dicunt, quod pronomen de se et absolute nihil significat, sed tantum habet habilitatem ad significandum, et talis habilitas reducitur ad actum per demonstrationem, et relationem, quod persuadent per Priscianum, qui dicit, pronomen sine demonstratione et relatione cassum esse et vanum. Ista opinio est erronea et falsa; quia modus significandi supponit significatum, sicut proprietas rei praesupponit ipsam rem; sed pronomen habet modum significandi; ergo necessario habet significatum.

Ad auctoritatem, quam adducunt, dicendum, quod pronomen sine demonstratione et relatione non est cassum et vanum, quia, ut dicitur II *Phys. Text 62*, illud est cassum et vanum, quod est ordinatum in aliquem finem, et illum non attingit: sed pronomen simpliciter ordinatum est ad significandum essentiam indeterminatam sub modo indeterminati, et ulterius ad constructionem, et hunc finem sine demonstratione aut relatione potest attingere; ergo non est frustra. Notandum ergo est, quod aliquid dupliciter dicitur cassum et vanum; uno modo quod nihil significat; alio modo, quia nihil determinate significat. Pronomen significat aliquid, licet non aliquid determinate; et sic attingit finem, et sic non est frustra.

Alii dicunt, quod pronomen significat conceptum entis determinatum, applicabilem unicuique enti, tam in anima, quam extra animam, sicut intentiones secundae, ut genus, species, subiectum,

## CAPÍTULO XXIV

### *Sobre a cossignificação própria do pronome*

42 *A opinião de outros.* Tendo discutido os modos de significar do pronome, a seguir, vejamos sua significação. Alguns dizem que o pronome não significa nada de maneira absoluta, mas apenas tem uma habilidade de significar, e que tal habilidade atualiza-se na demonstração e na relação. Argumentam por meio de Prisciano, que diz que o pronome sem demonstração e relação é sem significado e vazio. Essa opinião é errônea e falsa, porque um modo de significar pressupõe uma significação, assim como a propriedade da coisa pressupõe a própria coisa; o pronome tem um modo de significar, logo, tem necessariamente uma significação.

Contra a autoridade que aduzem deve-se dizer que o pronome sem demonstração e relação não é sem significado ou vazio, porque, como é dito no segundo livro da *Física*, texto 62 (de Aristóteles), sem sentido e vazio é aquilo que é ordenado a um fim e não o atinge. Mas o pronome é ordenado para significar, de maneira simples, a essência indeterminada sob o modo do indeterminado e, em última instância, para fazer parte de uma construção. E ele pode atingir esse fim sem demonstração ou relação, logo, não é sem efeito. Deve-se saber, portanto, que algo pode ser considerado sem sentido ou vazio de duas maneiras: ou porque não significa nada, ou porque não significa nada de maneira determinada. O pronome significa algo, embora não de maneira determinada, e, assim, atinge um fim, e não é vazio.

Outros dizem que o pronome significa um conceito determinado de ente, aplicável a qualquer ente, tanto na mente quanto fora da mente, como as intenções segundas: o gênero, a espécie, o sujeito,

praedicatum, et quae significant conceptum determinatum applicabilem cuicumque enti; quorum motivum est, quia si pronomen significaret aliquid indeterminatum, tunc eius significatum non esset intelligibile.

Ista opinio similiter non valet, est enim erronea; quia si pronomen significaret conceptum entis, nunquam praedicatum reale posset verificari de pronomine, et sic haec esset falsa: *ego sum homo*, quia praedicatum de eo verificatur, quod per subiectum intelligitur et significatur; unde sicut haec est falsa: *conceptus hominis est animal*, sic haec erit falsa: *ego sum animal*, quod est inconueniens.

43 *Modus intelligendi materiam.* Ad aliud, quod adductum fuit ad confirmationem dicti sui, quod si pronomen significaret aliquid indeterminatum, eius significatum non posset intelligi. Dicendum quod, sicut videmus in re, quod totum compositum intelligitur per formam, et postea per analogiam ad formam cognoscitur materia, quae est in potentia ad formam, ut dicitur I *Phys. Text 69*, et deinceps; sic intellectus potest prius aliquam essentiam intelligere indeterminatam, et postea considerare et respicere essentiam aliam in respectu ad illam, vel aliam indeterminatam, tamen per aliquod determinabile; et illud est significatum pronominis, scilicet essentiam de se indeterminatum, determinabilem tamen.

Et sic patet, quod pronomen significat essentiam, licet indeterminatam; significatum enim pronominis non solum se extendit ad significata specialia, sed etiam ad significata transcendentia privationum et negationum, ut patet ex dictis. Quod enim pronomen significat in generali, illud refert et demonstrat in speciali: sed

o predicado, que significam um conceito determinado aplicável a qualquer ente. O motivo seria este: se o pronome significasse algo indeterminado, então sua significação não seria inteligível.

Essa opinião também não é válida; é, de fato, errônea, porque se o pronome significasse um conceito de ente, nunca um predicado real poderia ser verificado de um pronome e, assim, esta seria falsa: *ego sum homo* (“Eu sou um homem”), em que se verifica um predicado, que pode ser entendido e significado por meio de um sujeito. Nesse caso, assim como a proposição *conceptus hominis est animal* (“O conceito ‘homem’ é um animal”) é falsa, também *ego sum homo* (“Eu sou um animal”) seria falsa, o que é impróprio.

43 *O modo de entender a matéria.* Em face de outras coisas que foram ditas para confirmar que, se o pronome significasse algo indeterminado, sua significação não poderia ser entendida, deve-se dizer que, tal como na coisa o todo composto é entendido pela forma, e, por analogia, pela forma se conhece a matéria, que está, com relação à forma, em potência, como é dito no primeiro livro da *Física*, no texto 69 (de Aristóteles) e a seguir, assim, o intelecto primeiramente pode entender alguma essência indeterminada e, em seguida, considerar e perceber uma outra essência com respeito àquela (primeira), ou outra indeterminada, embora determinável por algo. Essa é a significação do pronome, a saber, uma essência por si indeterminada, embora determinável.

E assim fica claro que o pronome significa a essência, embora indeterminada. Portanto, a significação do pronome estende-se não só aos significados das espécies, mas também aos significados dos transcendentais das privações e das negações, como ficou claro do que foi dito anteriormente. O que o pronome significa de modo

pronomen in speciali demonstrare et referre potest quod est ens, sive sit in anima, sive extra animam; sive fictum; sive verum; sive ens in actu, sive ens in potentia; et sic in uno sunt duo contraria, scilicet ens, et non ens; tamen non ens refert et demonstrat prout est aliquod ens secundum animam; quia contradictoria extra animam sunt contraria secundum animam, ut patet IV *Metaph. Text* 9.

geral é o que é referido e demonstrado em particular. Mas o pronome pode demonstrar e referir um ente, seja mental ou extramental, seja fictício, seja verdadeiro, seja ente em ato, seja ente em potência. De fato, no mesmo podem existir dois contrários: o ente e o não ente, embora o não ente faça referência e demonstre enquanto entidade mental, porque coisas contraditórias fora da mente são contrárias segundo a mente, como fica claro no quarto livro da *Metafísica*, no texto 9 (de Aristóteles).

## CAPUT XXV

### *De modo significandi essentiali generalissimo verbi*

44 *Modus significandi generalissimus verbi.* Modus significandi generalissimus essentialis verbi est modus significandi rem per modum esse, et distantis a substantia. Ad cuius intellectum est notandum, quod licet uterque modus, scilicet esse et distantis, sit forma verbi absolute sumpti, tamen comparando verbum ad participium, modus esse habet rationem materiae, respectu verbi, quia facit verbum cum participio convenire; sed facere convenire est proprietas materiae; modus autem distantis habet rationem formae, quia facit verbum ab omnibus aliis distare et differre. Et quia alia est ratio materiae, et alia ratio formae, ideo componendo unum cum altero, ex utroque resultat unus modus, per naturam compositionis.

45 *Significatio per modum actionis et per modum habitus.* Notandum est, quod modus significandi activus per modum esse oritur a proprietate rei, quae est proprietas ipsius esse, scilicet proprietas fluxus et successionis, quae opponitur proprietate entis, quae est proprietas habitus et permanentis, ut prius dictum est.

Et si dicas: esse cuiuslibet rei verbaliter significatur: non tamen omne ens habet esse successivum; nam esse Dei et intelligentiarum non est in fluxu et successione, et tamen dicimus: *Deus est*, et *intelligentia est*. Item generatio et corruptio, et illuminatio aëris, non habent esse in successione; et tamen esse illorum verbaliter significatur, ut dicendo: *generatio, et corruptio, et illuminatio aëris sunt, sive fuerunt*.

## CAPÍTULO XXV

### *Sobre o modo de significar essencial mais geral do verbo*

44 O modo de significar essencial mais geral do verbo. O modo de significar essencial mais geral do verbo é o modo de significar a coisa por meio do modo do ser e do distar da substância.<sup>93</sup> Para entender essa definição é necessário observar que, quando o verbo é comparado ao particípio, embora tanto o modo do ser quanto o do distar sejam a forma do verbo tomada em sentido absoluto, nota-se que o modo do ser cumpre o papel de matéria com respeito ao verbo e faz com que o verbo e o particípio tenham características comuns.<sup>94</sup> De fato, ter características comuns é uma propriedade da matéria. O modo do distar cumpre o papel de forma, porque faz o verbo distanciar-se e diferir de todas as outras classes de palavras. E como um é o papel da matéria e outro o da forma, de sua complementaridade resulta um único modo, por meio de uma composição.<sup>95</sup>

45 A significação por meio do modo da ação e do modo de estar. É necessário observar que o modo de significar por meio do modo de ser origina-se da propriedade do ser em si, a saber: a propriedade da mudança e da sucessão, que se opõe à propriedade de um ente, que é a propriedade de estar e de permanecer, como foi discutido anteriormente. É possível que alguém argumente que o ser de qualquer coisa pode receber significado verbal, embora nem todo ente tenha um ser sucessivo.<sup>96</sup> Porque o ser de Deus e o das inteligências não é sujeito a mudança ou a sucessão, e, apesar disso, dizemos: Deus est (“Deus existe”), *intelligentia est* (“A inteligência existe”). Da mesma forma, a geração e a corrupção<sup>97</sup> e o relâmpago não têm ser sucessivo e, apesar disso, dá-se a eles significado verbal, como quando se diz: *generatio, et corruptio, et illuminatio aëris sunt, sive fuerunt* (“Há ou houve geração, corrupção ou relâmpago”).

Dicendum, quod licet esse Dei et intelligentiarum non sit successivum successive temporis, est tamen successivum successione aeternitatis; et licet aeternitas sit tota simul et perfecta possessio, secundum Boëtium; tamen, quia intelligimus ex istis inferioribus, ideo imaginamur ibi successionem et durationem aeternitatis per diversa spatia temporis.

Similiter in generatione et corruptione, licet non sit successio, quae est inter tempora: est tamen ibi successio, quae est inter tempus et terminum temporis; quia impossibile est, quod in eodem instanti aliquod habeat esse et non esse; sed in toto tempore praeterito fuit non ens, nec est dare ultimum instans, in quo fuit non ens, sed bene est dare primus instans, in quo est ens, ut patet ex intentione Philosophi IV *Phys. Text 10 et 11* et deinceps.

Item illuminatio aëris, licet non sit successiva, prout successio causatur ex resistantia medii, tamen ibi est successio causata ex resistantia terminorum contrariorum, scilicet a quo, et ad quem. Huic autem modo verbi, qui est modus esse et successionis, proportionatur in supposito et in obliquo modus entis, id est, modus habitus permanentis. Item notandum, quod modus distantis in verbo sumitur ab eadem proprietate rei, a qua modus per se stantis sumitur in nomine, scilicet, a proprietate essentiae determinatae.

46 Et si instes: si a proprietate essentiae determinatae trahitur in verbo modus distantis; cum ergo participium eandem rem verbi significet, quae secundum essentiam est distincta; ergo participium modum distantis habet, quod est falsum.

Ad huius solutionem est notandum, quod in una et eadem re possunt reperiri diversae proprietates rei, non repugnantes, a quibus sumi possunt diversi modi significandi activi, licet una vox non

Ao argumento acima, deve-se responder que embora o ser de Deus e das inteligências não seja sucessivo na sucessão do tempo, é, todavia, sucessivo na sucessão da eternidade. E, embora a eternidade seja a posse simultânea, total e perfeita, segundo Boécio,<sup>98</sup> como entendemos a partir de coisas inferiores, imaginamos a sucessão e a duração da eternidade por meio de muitos espaços de tempo.<sup>99</sup> Igualmente, na geração e na corrupção, embora não haja a sucessão que existe entre intervalos de tempo, há, todavia, a sucessão que existe entre o tempo e o limite do tempo, porque é impossível que algo exista e não exista simultaneamente. De fato, o não ente existiu durante todo o tempo passado e não é possível especificar o último instante em que o não ente existiu, mas é apropriado estabelecer o primeiro instante em que o ente existiu, o que fica patente ser a intenção do Filósofo no livro IV da *Física*, 10 e 11 e a seguir.<sup>100</sup> Da mesma forma, o relâmpago, embora seja sucessivo em virtude da resistência do meio, essa resistência é causada por polos contrários, a saber: sua origem (*a quo*) e seu término (*ad quem*).<sup>101</sup> Para esse modo do verbo, que é o modo do ser e da sucessão, há, no suposto e no oblíquo, o modo proporcional de um ente, isto é, o modo do estado permanente.<sup>102</sup> Igualmente, deve-se observar que o modo de distar da substância, do verbo, é derivado da mesma propriedade real de que se deriva o modo de estar por si mesmo do nome: a propriedade da essência determinada.<sup>103</sup>

46 Mas alguém pode argumentar que, se o modo de distar é derivado da essência determinada, uma vez que o particípio significa a mesma coisa que distingue o verbo (das outras classes de palavras), logo, o particípio possui o modo de distar. Isso, porém, é falso. Para responder a esse argumento, é necessário observar que uma coisa pode ter diversas propriedades, contanto que não sejam incompatíveis. Dessas propriedades podem ser derivados diver-

imponatur ei, ut stat sub omnibus illis proprietatibus, sed quandoque imponatur una vox ut stat sub una proprietate, quandoque alia vox, ut stat sub alia proprietate. Verbi gratia, haec res, *albedo*, habet diversas proprietates, sub quibus possunt ei imponi diversae voces. Nam si consideretur in ea modus entis, qui est modus habitus et permanentis, sic significatur per vocem nominis absolute. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus essentiae determinatae, sic significatur voce nominis substantivi, ut *albedo*. Si autem consideretur in ea modus entis, et cum hoc modus inhaerentiae alteri secundum essentiam, sic significatur in voce nominis adjectivi, ut *albus*. Item si consideretur in ea modus esse, qui est modus fluxus et successionis, et cum hoc modus essentiae distinctae, sic significatur verbaliter, ut *dealbo*. Item si consideretur in ea modus inhaerentis secundum esse, sic significatur participialiter, ut *dealbans*.

47 *Differentia verbi et participii in significando*. Et sic patet, quod quamvis participium significet eandem rem, quam verbum significat, quae secundum essentiam est distincta, tamen participium non significat eam, ut distinctam, sed ut alteri unitam, et ideo modum distantis non habet.

Et si instes: a proprietate essentiae distinctae oritur modus distantis in verbo, videtur quod modus distantis in verbo non possit convenire omni verbo; quia dicendo: *ens est*, esse non significat

dos modos de significar, embora não sejam designados por uma única palavra, por meio da qual seriam classificados todos esses modos.<sup>104</sup> Na verdade, uma propriedade pode ser designada por uma palavra e outra propriedade por outra. Por exemplo, *albedo* (“brancura”) tem diversas propriedades, para as quais podem ser designadas diversas palavras. Porque, se se considera nela o modo de um ente, que é o modo de estar e de permanecer, é significada por meio de um nome, de maneira absoluta. Se, todavia, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo da essência determinada, ela é significada por um nome substantivo, como *albedo* (“brancura”). Se, entretanto, considera-se nela o modo de um ente sob o aspecto do modo de aderir a outro, de acordo com a essência do outro, ela é significada por um nome adjetivo, como *albus* (“branco”). Igualmente, se é considerada sob o aspecto do modo do ser, que é o modo da mudança e da sucessão, e, junto a esse modo, o modo da essência determinada, a brancura é considerada de maneira verbal, como *dealbo* (“embranquecer”). Da mesma forma, se nela é considerado o modo do inerente segundo o ser de outro, a brancura é significada como particípio, como *dealbans* (“que embranquece”).<sup>105</sup>

47 *A diferença de significado entre o verbo e o particípio.* Portanto, fica claro que o particípio, embora signifique a mesma coisa que o verbo, que o distingue (do nome) de acordo com sua essência, não significa, todavia, essa coisa como distinta, mas como unida a um outro. Portanto, o particípio não possui o modo de distar.<sup>106</sup>

É possível que se insista que, embora o modo de distar (da substância), no verbo, origine-se da essência distinta, parece que o modo de distar não ocorre em todos os verbos. Isso

aliquid essentialiter distinctum ab omni ente, quia quod est essentialiter distinctum ab ente est non ens. Dicendum est, quod licet hoc verbum *est* non significet aliquid essentialiter ab ente distinctum, attamen in ista propositione subjectum accipitur ut materia, et praedicatum ut forma, quae essentialiter differunt.

Vel dicendum est, quod licet non sit dare ens praeter hoc, vel illud; et cum omne quod est, sit hoc, vel illud, quia ens est concretum, et significat duo, scilicet rem et esse, et illud esse non est ens; ideo hoc verbum *est* significat aliquid essentialiter distans ab ente.

Vel aliter, licet in ista propositione significatum verbi non differat essentialiter et secundum rem a significato suppositi, differt tamen ab eo secundum rationem, et hoc sufficit ad distantiam et diversitatem verbi a supposito, quae sunt entia secundum rationem.

48 *Verbi definitio.* Verbum ergo est pars orationis significans per modum esse distantis a substantia.

porque na sentença *ens est* (“O ente é/existe”) o verbo *esse* (“ser”) não significa algo essencialmente diferente de qualquer ente, porque aquilo que é distinto de um ente de maneira essencial é um não ente. A isso se responde que, embora esse verbo *est* (“é”) não signifique algo essencialmente distinto do ente, no entanto, nessa sentença (“O ente é/existe”), o sujeito é entendido como matéria e o predicado como forma, os quais se distinguem essencialmente.<sup>107</sup> Ou pode-se responder que, embora o ente, por ser concreto, não ocorra a não ser nesta ou naquela coisa, tem duas denotações: significa a coisa e o existir da coisa. O existir da coisa não é o ente e, portanto, o verbo *est* (“é”) significa algo essencialmente distinto do ente.

Ou pode-se responder que, embora nessa sentença o significado do verbo não se distinga do significado do suposto de maneira essencialmente material, distingue-se dele formalmente, e que isso é o suficiente para a distância e a diferenciação entre o verbo e o suposto, os quais são entidades formais.

48 *A definição do verbo.* Portanto, o verbo é uma parte do discurso que tem significado por meio do modo de distar da substância.

## CAPUT XXVI

*De modis significandi essentialibus, subalternis et specialissimis verbi*

49 *Modi significandi subalterni.* Sub hoc modo essentiali generalissimo verbi, ad modos significandi essentialia subalternos, per quamdam divisionem descendamus. Iste ergo modus esse cum distantia, vel sumitur generaliter, tanquam aliquid specificabile per esse speciale, et sic modus esse cum distantia constituit verbum substantivum.

*Verbum substantivum, vocativum, et adiectivum.* Verbum ergo substantivum est, quod significat per modum esse generaliter, specificabile per quodlibet esse speciale. Unde etiam dicitur substantivum, non ex modo per se stantis, sed quia significat esse generale specificabile; ideo potest stare specificativum cuiuscumque specificantis ipsum. Vel iste modus esse cum distantia sumitur generaliter respectu rei propriae nominationis tantum; et sic constituit verbum vocativum. *Verbum ergo vocativum* significat nominationem in generali, specificabilem per quamcumque nominationem propriam in speciali. Vel iste modus esse cum distantia sumitur specialiter, prout stat in speciali pro esse actionis vel passionis; et sic iste modus constituit verbum adiectivum. *Verbum ergo adiectivum* est, quod actionem vel passionem significat.

50 *Modi significandi specialissimi.* Iste modus esse specialis subdividitur in quatuor modos essentialia specialissimos, scilicet, in modum actionis, in modum passionis, in modum neutri, et in modum utriusque.

*Verbum activum.* Modus significandi per modum esse distantis,

## CAPÍTULO XXVI

*Sobre os modos de significar essenciais do verbo: os subalternos e os mais especiais*

49 *Os modos de significar subalternos.* Do modo essencial mais geral do verbo dirigamo-nos à divisão de seus modos de significar essenciais subalternos. O modo de ser e de distar é entendido, de maneira geral, como algo especificável por um ser específico e, assim, constitui o verbo substantivo.<sup>108</sup>

*Os verbos substantivo, vocativo e adjetivo.* Portanto, o verbo substantivo significa por meio do modo do ser de maneira geral, que é especificável por qualquer ser especial. Assim, ele não é chamado de substantivo por causa do modo de estar por si mesmo, mas porque significa o ser geral, o qual pode ser especificado. Como resultado disso, o verbo substantivo é especificável por qualquer especificador que o especifique.<sup>109</sup> Além disso, o modo do ser com distância é derivado, de maneira geral, da propriedade da denominação e, dessa forma, constitui o verbo vocativo. *O verbo vocativo* significa a denominação de maneira geral, que é especificável por qualquer denominação própria de maneira especial. Ademais, o modo do ser com distância é derivado de maneira especial para especificar a ação ou a paixão e, dessa forma, esse modo constitui *o verbo adjetivo*. Portanto, *o verbo adjetivo* significa a ação ou o sofrer uma ação.

50 *Os modos de significar mais especiais.*<sup>110</sup> O modo do ser especial subdivide-se em quatro modos essenciais mais especiais, a saber: o modo da ação, o modo de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum.

sub modo actionis tantum, constituit verbum adiectivum activum. Verbum ergo adiectivum activum est, quod significat tantum actionem ut *amo, doceo*.

*Verbum passivum*. Modus significandi per modum esse distantis, per modum passionis tantum, constituit verbum adiectivum passivum. Verbum ergo adiectivum passivum est, quod significat passionem tantum, ut *amor, doceor*.

*Verbum neutrum*. Modus significandi per modum esse sub modo neutri, sive sub privatione utriusque, constituit verbum neutrum. Verbum ergo neutrum est, quod nec actionem, nec passionem significat, ut *vivo, sto*, etc. Sicut enim aliqua neutra dicuntur absoluta, non per aliquem modum significandi, sed per privationem transitionis, sic aliquod verbum dicitur neutrum, non per aliquem modum significandi, sed per privationem actionis, vel passionis, vel alterius.

Iuxta quod notandum est, quod verbum neutrum est ab aliis specificè distinctum, non per privationem actionis, et passionis, sed per modum significandi specialem, qui est modus significandi per modum esse, ut est contractum esse speciali, non esse actionis, vel passionis, sed esse speciali alicuius alterius dictionis.

Et si dicas: non est contractum esse speciali actionis vel passionis; ergo habebit modum esse generalis; et sic verbum neutrum erit verbum substantivum, quod est falsum. Dicendum, quod licet verbum neutrum non habeat modum significandi modo actionis vel passionis contractum, non tamen significat esse generale, ut substantivum; nam verbum substantivum significat esse generale

*O verbo ativo.* O modo de significar por meio do modo do ser e distar unicamente sob o ponto de vista da ação constitui o verbo adjetivo ativo. Portanto, o verbo adjetivo ativo significa apenas a ação, como em *amo* (“amo”) e *doceo* (“ensino”).

*O verbo passivo.* O modo de significar por meio do modo do ser e distar, somente sob o ponto de vista de sofrer uma ação, constitui o verbo adjetivo passivo. Portanto, o verbo adjetivo passivo significa apenas o sofrer uma ação, como em *amor* (“sou amado”) e *doceor* (“sou ensinado”).

*O verbo neutro.* O modo de significar por meio do modo do ser neutro, ou do estar privado tanto da ação quanto de sofrer uma ação, constitui o verbo neutro. O verbo neutro não significa nem a ação nem o sofrimento de uma ação, como *vivo* (“vivo”), *sto* (“estou em pé”), etc. Mas, assim como coisas neutras não são consideradas intransitivas em virtude de algum modo de significar, mas por causa de sua ausência de transitividade, assim também um verbo é considerado neutro não por causa de algum modo de significar, mas pela privação da ação ou sofrimento da ação, ou das duas coisas.<sup>111</sup> Além disso, deve-se observar que o verbo neutro não se distingue especificamente dos outros pela privação da ação ou do sofrimento da ação, mas por um modo de significar especial: o modo de restringir o (significado do) ser especial, não como ação ou sofrimento de ação, ou ambos, mas como o ser especial de alguma outra palavra.<sup>112</sup>

Mas, alguém pode argumentar assim: se o verbo neutro não é restrito ao ser especial de uma ação ou do sofrimento de uma ação, então o verbo neutro terá o modo de ser de maneira geral e, assim, o verbo neutro equivalerá ao verbo substantivo, o que é falso. Deve-se responder a esse argumento da seguinte forma: apesar de que o verbo

non contractum de se, sed contrahibile. Verbum neutrale significat esse contractum de se, non contrahibile, ut *vivo* significat esse absolute secundum esse vitae; et sic de aliis.

*Verbum commune et deponens.* Modus significandi per modum esse distantis sub modo utriusque, scilicet, actionis et passionis, constituit verbum commune. Verbum ergo commune est, quod significat per modum utriusque, scilicet, actionis et passionis, ut *crimino te*, et *a te*. Verbum ergo deponens non potest esse distincta species ab activo et passivo, nisi per terminationem vocum, quod non est specie differre, cum plures partes orationis possint in una voce et terminatione convenire.

51 Et notandum, quod quidam secundum hos modos, scilicet, actionis, et passionis, neutri, et communis, distinguunt genera in verbo, quod falsum est; sed penes hos modos speciales, species in verbo distinguuntur, cum non sit idem dicere, verbum activum, et activi generis; passivum et passivi generis, etc., ut postea patebit. Patet ergo, quod sicut modus essentialis generalissimus verbi dividitur in modos essentielles speciales; sic verbum absolute sumptum dividitur in verba specialia. Verbum ergo absolute sumptum prima sui divisione dividitur in verbum substantivum, vocativum, et adiectivum. Verbum adiectivum subdividitur in verbum activum, passivum, neutrum, et commune.

## CAPUT XXVII

neutro não signifique restritamente a ação ou o sofrimento da ação, não significa, todavia, o ser de maneira irrestrita, como no caso do verbo substantivo. Isso porque o verbo substantivo significa o ser geral irrestrito, porém restringível.<sup>113</sup> O verbo neutro significa o ser restrito em si, mas não o ser restringível, como *vivo* (“vivo”) significa o ser absoluto restrito ao ser da vida, e o mesmo ocorre em outros casos.

*O verbo comum e depoente.* O modo de significar por meio do modo do ser e distar comum, i.e., sob os aspectos da ação e do sofrimento da ação, constitui o verbo comum. O verbo comum, portanto, significa por meio do modo de significar tanto a ação quanto o sofrimento da ação, como em *crimino te* (“acusado-te”), *crimino a te* (“sou acusado por ti”). Portanto, o verbo depoente não pode ser uma espécie diferente do ativo ou do passivo, a não ser que se considere a terminação da palavra, o que não permite a diferenciação entre as espécies, uma vez que muitas partes do discurso podem ser representadas pelas mesmas palavras e terem as mesmas terminações.

51 É necessário também observar que alguns classificam esses modos, a saber: o modo da ação e de sofrer uma ação, o modo neutro e o modo comum, como diferentes gêneros de verbo, o que é falso. As espécies diferentes de verbos são classificadas por meio desses modos especiais, mas isso não é o mesmo que afirmar que o verbo ativo equivale ao gênero ativo ou que o verbo passivo equivale ao gênero passivo, etc., como ficará claro a seguir. Portanto, fica esclarecido que, assim como o modo mais geral do verbo divide-se em modos essenciais especiais, assim também o verbo, entendido em seu sentido absoluto, divide-se em verbos especiais. Portanto, o verbo entendido em sentido absoluto, em sua primeira divisão, é classificado como verbo substantivo, vocativo e adjetivo. E o verbo adjetivo se subdivide em verbo ativo, passivo, neutro e comum.

*De modo significandi accidentali communissimo verbi*

52 *Compositio verbi*. Consequenter de modis significandi accidentalibus verbi videamus. Iuxta quod notandum est, quod verbum habet quemdam modum significandi, qui vocatur compositio, de quo antiqui grammatici mentionem expresse non fecerunt, quem tamen modum moderni verbo attribuunt, moti ex dicto Philosophi I *Perihermenias*, *Cap. 3*, ubi dicit quod hoc verbum, *est*, significat quamdam compositionem, quam sine extremis non est intelligere; et tamen hoc verbum *est* in omni verbo includitur, tanquam radix omnium; ideo compositio omni verbo inhaeret, per quam verbum distans a supposito ad suppositum principaliter inclinatur; et hunc modum quidam vocant essentialem verbo; quod non est verum, quia non est modus essentialis generalissimus, cum verbo non det esse simpliciter, sed sit praeter eius intellectum essentialem. Nec etiam est essentialis specialis, cum non constituat aliquam speciem verbi, ut de se patet.

Item, verbum de se significat per modum distantis; sed compositio non, quia modus esse inhaerentis alteri modo distantis quasi opponitur; ergo verbum habet compositionem per accidens. Hic autem modus sumitur a proprietate accidentali verbi, quae est proprietas inhaerentis alteri secundum esse.

Compositio ergo est modus significandi accidentalis verbi, me-

## CAPÍTULO XXVII

### *Sobre o modo de significar accidental mais comum do verbo*

52 *A composição do verbo.* Em seguida, vejamos os modos accidentais do verbo. Em que se observa que o verbo tem um certo modo de significar que recebe o nome de composição, sobre o qual os gramáticos antigos não fizeram menção expressa, o qual, contudo, os modernos atribuem ao verbo movidos pelas afirmações de Aristóteles contidas no capítulo 3, do livro I do *Da interpretação*.<sup>114</sup> Nessa obra afirma-se que o verbo *est* (“é”) significa uma certa composição, a qual não pode ser entendida sem os extremos. Esse verbo *est* (“é”) está implícito em todos os outros verbos, enquanto raiz de todos eles. Por isso, é por meio da composição, que é inerente a todo verbo, que o verbo, em primeiro lugar, distancia-se do e tende para o suposto. E alguns denominam esse modo de modo essencial do verbo, o que não é verdade, porque ele não é um modo essencial mais geral, uma vez que não dá ao verbo o ser de maneira simples, mas está além do entendimento essencial do verbo. Além disso, a composição também não é um modo essencial especial, porque não se constitui em uma espécie de verbo, como já ficou claro.

De fato, o verbo significa essencialmente pelo modo de distar (da substância). Mas a composição não significa esse modo, porque o modo de ser inerente a outro e o modo de distar (de outro) de certa maneira opõem-se. Portanto, o verbo possui a composição de maneira accidental.<sup>115</sup> Logo, esse modo é derivado de uma propriedade accidental do verbo: a propriedade de ser inerente a outro segundo o ser (do outro).<sup>116</sup>

dante quo verbum consignificat proprietatem inhaerentis secundum esse, et quo mediante verbum distans a supposito, primo et principaliter ad suppositum inclinatur. Licet enim verbum per alios modos accidentales ad suppositum inclinetur, hoc tamen est ex consequenti, et specialiter, inquantum supra compositionem fundantur modi illi ipsam contrahentes, sicut modus numeri, et personae, et sic de aliis. Et huic modo verbi, qui est compositio, proportionatur ex parte suppositi modus per se stantis. Et iste modus consequitur verbum ratione modi dicti stantis, quia cum verbum sit alterum extremum in oratione, distans a supposito, et inclinetur ad suppositum, huius inclinationis principale et communissimum principium, inter caeteros modos accidentales verbi, est compositio. Et dico accidentales, quia verbum prius per modum esse inclinatur ad idem, quod habet modum entis; sed ille modus est essentialis, ut dictum est.

Nec obstat si compositio quae est modus inhaerentis simul stet cum modo distantis in verbo; quia licet eidem insint, et respectu eiusdem, non tamen eodem modo, et secundum idem; nam modus distantis inest verbo a proprietate essentiae distinctae; sed compositio a proprietate inhaerentis alteri secundum esse. Nec eodem modo, quia modus distantis inest verbo per se, compositio vero per accidens.

Portanto, a composição é o modo de significar acidental do verbo, mediante o qual o verbo cossignifica a propriedade do inerente segundo o ser (de outro) e mediante o qual o verbo, que se distancia do suposto, volta-se primeira e principalmente a ele. E, embora o verbo volte-se ao suposto por meio de outros modos acidentais, isso se dá como consequência, especificamente, na medida em que esses outros modos ajustam-se com base na composição, como é o caso do modo do número e da pessoa e da mesma forma nos demais modos. Ademais, existe um modo proporcional no suposto que é complementar ao modo da composição no verbo: o modo de estar por si mesmo. Esse modo acompanha o verbo em virtude de seu modo dito de estar. Como o verbo é o elemento da sentença que tanto se distancia quanto tende ao suposto, a composição é, dentre os modos acidentais, o modo principal e mais geral do verbo voltar-se ao suposto.<sup>117</sup> E afirmo que esses modos são acidentais porque o verbo, em virtude de seu modo do ser, tende prioritariamente ao elemento que possui o modo de um ente, mas o modo do ser é um modo essencial do verbo, como foi discutido anteriormente.

Nada impede que o modo da composição, que é um modo da inerência no ser de outro, e o modo de distar da substância encontrem-se simultaneamente no verbo, porque, embora incidam na mesma coisa e a respeito do mesmo, não o fazem da mesma maneira. Pois, enquanto o modo de distar ocorre no verbo devido à propriedade da essência distinta, a composição está no verbo por causa da propriedade de ser inerente em outro de acordo com o ser desse outro. Não é da mesma maneira que isso ocorre, porque o modo de distar está no verbo em si mesmo e o modo da composição, na verdade, está no verbo por acidente.

## CAPUT XXVIII

*De modis accidentalibus specialibus verbi, et in particulari de qualitate*

53 *Accidentia verbi septem.* De aliis modis significandi accidentalibus verbi, qui sunt, et quot, videamus. Et secundum Donatum sunt septem, scilicet, qualitas, coniugatio, genus, numerus, figura, tempus, persona, de quibus secundum ordinem videamus, et primo de qualitate.

54 *Qualitas verbi.* Iuxta quod notandum est, quod per qualitatem Donatus intelligit et dat intelligere duos modos accidentales verbi, scilicet, modum et formam; sicut in nomine per qualitatem dat intelligere duos modos significandi, scilicet appellativum et proprium, et in pronomine per qualitatem, demonstrationem et relationem.

55 *Modus verbi.* Modus autem, ut est accidens verbi, sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas qualificationis, dispositionis, et inclinationis rei verbi ad suppositionem, significans qualitatem indicii, imperii, voti, dubii, vel infiniti. Modus ergo verbi nihil aliud est quam modus significandi accidentalibus verbi, mediante quo proprietatem verbi per modum indicii, imperii, voti, dubii, vel infiniti circa verbi dependentiam ad suppositum significat. Et ex his qualificationibus et dispositionibus anima prius afficitur, quando ad enuntiandum actum de substantia inclinatur.

Inde est quod Petrus Helias deffiniens modum dixit: modus est varia animi inclinatio, varios eius affectus demonstrans; sed non

## CAPÍTULO XXVIII

*Sobre os modos acidentais do verbo e, em particular, sobre a qualidade*

53 *Os sete acidentes do verbo.* Vejamos agora quais e quantos são os outros modos acidentais do verbo. Segundo Donato, eles são sete, a saber: a qualidade, a conjugação, o gênero, o número, a forma, o tempo, a pessoa, que serão apresentados nessa ordem, a qualidade vindo em primeiro lugar.

54 *A qualidade do verbo.* Em que se deve observar que Donato dá a entender por qualidade dois modos acidentais do verbo, a saber, o modo e a forma, da mesma maneira que, por qualidade, dá a entender dois modos de significar no nome, a saber, o apelativo e o próprio, e a demonstração e a relação no pronome.

55 *O modo do verbo.* O modo, enquanto acidente do verbo, é derivado de uma propriedade do verbo – a propriedade da qualificação, da disposição e do voltar-se do verbo à suposição – e significa a qualidade da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida ou da neutralidade. Portanto, o modo do verbo não é outra coisa que o modo de significar acidental do verbo, mediante o qual a propriedade do verbo cossignifica acerca da dependência do verbo em relação ao suposto, por meio do modo da indicação, da ordem, do desejo, da dúvida, ou da neutralidade. E a mente é afetada por essas qualificações e disposições antes de ser levada a um ato de enunciação a respeito de uma substância.

É por isso que Pedro Helias, ao definir o modo, declarou: o modo é o conjunto das diferentes emoções que exteriorizam os estados

quod modus sit ipsa inclinatio, sed qualitas inclinationis, non ea, qua anima inclinatur ad enuntiandum actus de substantia; sed modus, ut est accidens verbi, est qualitas compositionis, qua verbum inclinatur ad suppositum.

Quaedam qualitas est animae, hoc est, causata ab anima, sicut et caetera verbi accidentia, repraesentans diversos affectus, hoc est, dispositiones animae, id est, prius existentes in anima. Et iste modus significandi, qui vocatur modus, est continens verbum ratione compositionis; compositio sequitur verbum ratione distantis; et secundum diversitatem harum qualitatum diversificatur modus per quinque differentias, scilicet: per indicativum, imperativum, optativum, coniunctivum et infinitivum. Dicitur autem infinitivus, quia omnibus communis est, cum omnes modi in ipsum resolvantur: ut dicendo, *lego*, id est, *indico me legere*; *lege*, id est, *impero te legere*, et sic de aliis.

*Correspondentia verbi et suppositi.* Notandum, secundum quosdam, quod modo finito in verbo correspondet casus simpliciter in supposito, quae est ratio principii, vel termini generaliter sumpti. Quod non est verum, quia cum ratio principii sit tantum a parte ante, tanquam in supposito; et ratio termini sit tantum a parte post, tanquam in obliquo; si modo finito in verbo corresponderet casus simpliciter in supposito, tunc vel ratio termini esset in supposito, vel modus determinaret dependentiam verbi post se in obliquo; quo posito, modus non solum esset qualitas compositionis, qua verbum dependeret ante se ad suppositum, sed etiam esset qualitas dependentiae verbi post se ad obliquum: sed

da mente. Não que o modo seja esse estado da mente, mas sim a qualidade desse estado, não ele mesmo, por meio do qual a mente se movimenta na direção de enunciar a respeito da substância. De fato, enquanto acidente do verbo, o modo é a qualidade<sup>118</sup> da composição com que o verbo se move na direção do suposto.

Existe uma certa qualidade da mente, isto é, causada pela mente, que, como os demais acidentes do verbo, representa as diferentes emoções, ou seja, as diversas disposições que anteriormente tinham apenas existência mental. Este modo de significar, que é denominado modo, está contido no verbo por causa do modo da composição; a composição é uma consequência do verbo devida ao seu distar. E, de acordo com a diversidade das qualidades, o modo diversifica-se em cinco diferenças, a saber: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo. O infinitivo é assim denominado porque é comum a todos, uma vez que todos os modos podem ser transformados no infinitivo, como ao dizer *lego* (“leio”) se diz o mesmo que *indico me legere* (“indico que estou a ler”), e ao dizer *lege* (“lê!”), o mesmo que *impero te legere* (“ordeno-te a ler!”), e assim nos outros casos.

*A correspondência do verbo e do sujeito.* Segundo alguns, o modo finito do verbo corresponde univocamente à inflexão de caso do sujeito, que é, de maneira geral, o modo de principiar ou terminar (uma ação). Isso não é verdade: embora o potencial de principiar esteja apenas no elemento anterior da sentença, como suposto, e o potencial de terminar esteja apenas no elemento posterior da sentença, como oblíquo, se o modo finito do verbo correspondesse ao caso do suposto de maneira unívoca, ou o potencial de determinar estaria no suposto, ou o modo determinaria a dependência do verbo no oblíquo que vem depois de si. Com isso, o modo não somente seria a qualidade da composição, por meio de que o

utrumque est falsum. Unde dicendum, quod modo finito in verbo correspondet in supposito ratio principii. Sicut enim verbum per modum esse exigit in suppositum modum entis per se stantis; sic per modum, qui est qualitas compositionis, exigit in supposito modum per se stantis, in ratione principii se habentis.

56 *Forma verbi*. Forma, quae est accidens verbi, idem est, quod species in nominis, et ab eadem proprietate sumpta, scilicet a modo essendi primarie vel secundarie. Forma ergo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo verbum modum existendi primarium vel secundarium significat. Et dividitur in formam perfectam, meditativam, frequentativam, inchoativam, diminutivam, et desiderativam. Per formam perfectam debet intelligi species primitiva; quia quae sunt perfectae formae sunt primitivae speciei, quia significant rem verbi absolute, ut *lego*, *sorbeo*, *volo*, et *sum*. Sed quae sunt inchoativae formae, et sic de caeteris, sunt derivativae speciei; quae non significant rem verbi absolute sed cum quadam additione, scilicet, sub inchoatione, frequentatione, et sic de caeteris, ut *fervesco*, *lecturio*, *patrisso*, *sorbillo*, etc.

verbo dependeria do suposto que vem antes de si, mas também seria a qualidade da dependência do verbo no oblíquo que vem depois de si. Mas ambas as coisas são falsas. Sendo assim, deve-se afirmar que o potencial de principiar do suposto corresponde ao modo finito do verbo. Pois, assim como o verbo, por meio do modo do ser, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, da mesma forma, por meio do modo, que é a qualidade da composição, o verbo exige, no sujeito, um modo de estar por si que tem o potencial de principiar (a ação do verbo).

56 *A forma do verbo.* A forma – um modo accidental do verbo – é semelhante à espécie no nome e é derivada da mesma propriedade, a saber: o modo de existir primário ou secundário.<sup>119</sup> Portanto, a forma é o modo de significar accidental do verbo mediante o qual o verbo significa o modo de existir primário ou secundário. A forma divide-se em forma perfeita, meditativa, frequentativa, incoativa, diminutiva e desiderativa. Por forma perfeita deve ser entendida a espécie primitiva. As formas perfeitas são de espécie primitiva porque significam a propriedade do verbo de maneira básica, como em *lego* (“leio”), *sorbeo* (“bebo”), *volo* (“quero”) e *sum* (“sou”). Mas, as formas incoativas, bem como as demais, são de espécie derivativa e não significam a essência do verbo de maneira básica, mas por meio de certa adição, como em *fervesco* (“borbulhar”), *lecturio* (“selecionar”), *partrisso* (“apadrinhar”), *sorbillo* (“bebericar”), etc.

## CAPUT XXIX

### *De coniugatione et significatione accidentali verbi*

57 *Coniugatio verbi.* Ulterius videndum est de coniugatione. Est autem coniugatio modus significandi rem verbi prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Unde habet se sicut declinatio in nomine; quia sicut declinatio in nomine est modus significandi rem nominis, prout inflectitur per diversas proprietates casuum, sic coniugatio in verbo est modus significandi rem verbi, prout inflectitur per diversas proprietates temporum, numerorum, modorum, et personarum. Sed differunt, quod declinatio attenditur penes inflexionem unius accidentis, qui est casus. Ideo Donatus declinationem sub casu comprehendebat. Coniugatio autem attenditur penes inflexionem plurium accidentium; ideo sub nullo proprie et determinate potest comprehendi; et ideo inter alia accidentia verbi numeratur. Quod autem coniugatio sit prima, secunda, tertia, vel quarta, consequens, vel inconsequens, hoc totum a parte vocis attenditur. Et ex hoc patet, quod *sum* et *volo* habent coniugationem, licet non primam, secundam, tertiam, vel quartam.

58 *Significatio accidentalis verbi.* De significatione accidentali, quam Priscianus et Donatus comprehendunt sub genere verbi, videamus. Iuxta quod sciendum, quod significatio sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae ad quemlibet obliquum post se, habentem se in ratione per se standi. Significatio ergo accidentalis est modus significandi accidentalis verbi,

## CAPÍTULO XXIX

### *Sobre a conjugação e a significação accidental do verbo*

57 *A conjugação do verbo.* Em seguida, é necessário discutir a conjugação. A conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Por isso, comporta-se como a declinação no nome. Porque, assim como a declinação é o modo de significar a essência do nome enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos casos, da mesma forma, a conjugação é o modo de significar a essência do verbo enquanto flexionada por meio das diversas propriedades dos tempos, dos números, dos modos e das pessoas. Mas elas diferem entre si, porque a declinação é pensada por meio da inflexão de um único acidente: o caso. Daí que Donato inclua a declinação sob o caso. A conjugação, porém, é pensada por meio da inflexão de muitos acidentes e, portanto, não pode ser classificada de maneira própria e determinada sob nenhum deles. Logo, a conjugação é enumerada entre os outros acidentes do verbo. Que a conjugação possa ser de primeira, segunda, terceira, ou quarta – regular ou irregular –, isso tudo se depreende da palavra. Disso fica claro que *sum* (“sou”) e *volo* (“quero”) tenham conjugação, embora ela não seja classificada como primeira, segunda, terceira ou quarta.

58 *A significação accidental do verbo.* Atentemos agora para a significação accidental, que Prisciano e Donato classificam sob a voz do verbo.<sup>120</sup> Deve-se saber que a significação é derivada de uma propriedade da essência do verbo, que é a propriedade do verbo depender de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si que contenha o (modo de) estar por si mesmo. Portanto, a significação accidental é o

mediante quo verbum significat proprietatem dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Sicut enim compositio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quodlibet suppositum ante se; ita significatio est modus significandi, mediante quo verbum primo et principaliter dependet ad quemlibet obliquum post se.

Et hoc patet per Petrum Heliam, qui per significationem accidentalem vult intelligere modum transeuntis, id est, modum dependentis ad quemlibet obliquum post se. Et huic modo significandi proportionatur modus entis per se stantis a parte post in obliquo. Nam sicut verbum per compositionem exigit modum entis per se stantis in quolibet supposito a parte ante; sic verbum per significationem accidentalem exigit modum entis per se stantis in quolibet obliquo. Vocatur autem iste modus significatio, quia ipsa mediante verbum repraesentat proprietatem immediate supra significatum verbi fundatam. Et dicitur accidentalis, quia non est essentialis, generalis, nec specialis, ut dictum est de compositione.

modo acidental de significar do verbo mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência em qualquer oblíquo depois de si. Pois, assim como a composição é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer suposto (posicionado) antes de si, assim também a significação é o modo de significar mediante o qual o verbo, primeira e principalmente, depende de qualquer oblíquo (posicionado) depois de si.

Essa definição fica clara em Pedro Helias, que dá a entender por significação acidental o modo da transitividade, isto é, o modo (do verbo) de depender de qualquer oblíquo posposto. E existe no oblíquo posposto um modo de significar proporcional a esse modo do verbo: o modo de um ente estar por si mesmo. Porque, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de um ente estar por si mesmo em qualquer suposto que lhe seja anteposto, assim também o verbo, pela significação acidental, exige o modo de um ente estar por si mesmo em qualquer oblíquo (posposto a si). Esse modo é chamado de significação porque é mediante ela que o verbo representa uma propriedade imediatamente fundamentada no significado do verbo. E é chamado de acidental, como foi afirmado da composição, porque não é essencial, nem geral, nem especial.

## CAPUT XXX

### *De genere accidentali verbi*

59 *Genus verbi*. Consequenter de genere videamus. Genus in verbo sumitur a proprietate rei verbi, quae est proprietas dependentiae rei verbi, post se ad obliquum, sub ratione termini non contracti, sed contrahibilis. Genus ergo in verbo est modus significandi accidentalis verbi, mediante quo proprietatem dependentiae rei verbi post se ad obliquum, sub ratione termini, significat. Et hoc patet per Petrum Heliam, qui diffinit genus per significationem accidentalem, sic dicens: genus est significatio accidentalis cum determinatione in /-o/ vel in /-or/; dans intelligere per significationem accidentalem, modum significativum transeuntis, ut dictum est, id est, dependentiae ad quemlibet obliquum post se. Per determinationem in /-o/ vel in /-or/, dat intelligere species generis, quarum diversitas maxime attenditur penes vocis terminationem, secundum grammaticos, ut patebit.

Notandum, quod haec definitio generis non est formalis, sed materialis. Genus enim non est formaliter significatio, quia unus modus non est alius, sed genus est quasi qualitas significationis determinans sive specificans significationem. Sicut enim se habet modus verbi ad compositionem, sic se habet genus ad significationem. Sed modus verbi non est formaliter compositio, vel inclinatio, sed qualitas compositionis, vel inclinationis, ut dictum est. Sic genus non est formaliter significatio, sed qualitas significationis ipsam contrahens et disponens.

## CAPÍTULO XXX

### *Sobre a voz accidental do verbo*

59 *A voz do verbo.* Em seguida, vejamos a voz. No verbo, a voz é derivada da propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo posposto, de acordo com um término não restringido, mas restringível.<sup>121</sup> Portanto, a voz é um modo de significar accidental do verbo, mediante o qual o verbo significa a propriedade da dependência da essência verbal no oblíquo que lhe é posposto, de acordo com o término. E isso fica claro em Pedro Helias, que define a voz por meio da significação accidental, ao dizer: a voz é a significação accidental com uma terminação como em (*am-*)-*o* (“am-o”) ou em (*am-*)-*or* (“sou amado”). Como foi discutido anteriormente, Pedro Helias dá a entender por significação accidental o modo significativo da transitividade, isto é, o modo da dependência do verbo no objeto posposto. Por terminação em *-o* ou *-or*, Pedro Helias dá a entender as espécies de voz, as quais são mais observáveis entre as diversas terminações das palavras, segundo os gramáticos, como ficará claro a seguir.

Observe-se que essa definição de voz não é formal, mas material.<sup>122</sup> De fato, a voz não equivale formalmente à significação, porque um modo não é o outro. Mas a voz é, de certa forma, a qualidade da significação que determina ou especifica a significação. Da mesma forma que o modo do verbo se comporta na composição, a voz se comporta na significação. Assim como o modo do verbo não é formalmente a sua composição ou inclinação, mas sim a qualidade dessa composição ou inclinação, a voz, de igual maneira, não é formalmente a significação, mas a qualidade que restringe ou dispõe a significação.

Item, sicut modus consequitur verbum ratione compositionis, sic genus consequitur verbum ratione significationis. Et vocatur iste modus significandi genus, a generando dictum, quia vox unius generis generatur a voce alterius generis, ut vox passiva generata a voce activa.

*Unde habet verbum quod sit activum vel passivum vel neutrum.* Quod autem aliquod verbum sit generis activi, vel passivi, vel neutri, et sic de caeteris, hoc maxime a parte vocis attenditur. Et hoc etiam patet per Donatum, qui tali modo diffinit genus activum, dicens quod genus activum est quod desinit in /-o/, et postest accipere /-r/ super /-o/, et facere ex se passivum. Et quia verbum per vocis terminationem non magis determinat sibi actionem quam passionem, ideo dubium est, quare verbum sub terminatione vocis in /-o/ magis debet esse activi generis, quam passivi, et sic de caeteris. Unde dicendum est, quod, cum genus verbi sit ratio significandi dependentiam rei verbi post se ad obliquum sub ratione termini, ut dictum est; et cum huiusmodi dependentia sit aliquando actione coniuncta, ut *amo te*; et aliquando passione coniuncta, ut *amor a te*; aliquando tam actione, quam passione coniuncta, ut *criminator, amplector*; aliquando neutro, ut *spiro, vivo*; aliquando actione coniuncta, deposita passione, aut e converso, ut *loquor, irascor*; inde est quod quoddam genus est activum, quoddam passivum, et sic de caeteris. Sed oportet praeter hoc ad vocis terminationem attendere, si velimus genera verborum servare.

Em outras palavras, assim como o modo acompanha o verbo por causa da composição, a voz acompanha o verbo por causa da significação. E esse modo de significar é chamado de voz (*genus*), porque é tido como derivado de “gerar”, já que uma palavra de um gênero é gerada de outra de outro gênero, como a palavra passiva é gerada da palavra ativa.

*Porque o verbo pode ser ativo, passivo ou neutro.* Que um verbo seja de voz ativa, passiva ou neutra,<sup>123</sup> e assim por diante, é mais observável na parte material da palavra. E, na verdade, isso fica claro em Donato,<sup>124</sup> que define de tal modo a voz ativa, ao declarar que tem desinência em *-o* e que essa desinência pode receber um *-r* e se tornar passiva. Mas, uma vez que o verbo não determina sua ação ou paixão por meio de uma terminação de palavra, é discutível afirmar por que o verbo com a terminação *-o* deva ser de voz ativa ou passiva, ou de outras quaisquer.<sup>125</sup> Em decorrência disso, é necessário afirmar que a voz do verbo é uma disposição de significar a dependência da essência do verbo em um oblíquo que lhe é posposto, que é um término em potencial, como discutiu-se anteriormente. A dependência desse tipo pode ser: uma ação ligada ao verbo, como em *amo te* (“amo-te”); uma paixão ligada ao verbo, como em *amor a te* (“sou amado por ti”); uma ação e uma paixão, como em *crimino* (“incrimino”) e *amplector* (“abraço/sou abraçado”); um neutro, como em *spiro* (“respiro”) e *vivo* (“vivo”); uma ação ligada ao verbo, mas que se constitui em uma expressão com o passivo desativado, ou (significando) ao contrário; como em *loquor* (“falo”) e *irascor* (“iro-me”). Dessa forma, às vezes a voz é ativa, outras vezes passiva, e assim por diante. Todavia, em adição ao que acaba de ser discutido, é conveniente atentar para a terminação da palavra, se quisermos observar as vozes do verbo.

*Verbum activum.* Dicendum ergo quod illud verbum est activum, seu activi generis, quod sub terminatione vocis in /-o/, potest mutari in /-r/, et frequentius actionem significat, ut *amo, lego*. Et dicitur frequentius, propter ista verba, *timeo, liceo, metuo*, et huiusmodi, quae sub voce activa modum passionis significant.

*Verbum passivum.* Verbum passivi generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/, potest mutari in /-o/, et frequentius passionem significat, ut *amor, legor*. Et dico frequentius, propter *liceor*, et huiusmodi, quae sub voce passiva actionem significant.

*Verbum neutrum.* Verbum neutri generis est, quod sub terminatione vocis in /-o/, non potest mutari in /-r/, et sub indifferentia, vel indeterminatione, actionem vel passionem significat, ut *curro, ferveo, vivo*: ita quod respiciendo ad omnia verba neutri generis, quaedam significant actionem tantum, ut *curro*; quaedam passionem tantum, tu *ferveo*; quaedam neutrum, ut *sto, vivo*.

*Verbum deponens.* Verbum deponentis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non potest mutari in /-o/, et consignificat actionem, deposita passione; ut *luctor, loquor, sequor, vereor, lucror, laetor, fruor*, et alia multa eius generis; vel passionem, deposita actione, quorum solum duo inveniuntur, *patior* scilicet, et *nascor*, et non differunt a praedictis generibus, nisi penes vocis terminatinem.

O *verbo ativo*. Portanto, deve-se afirmar que o verbo ativo ou de voz ativa é aquele que pode mudar a sua terminação de *-o* para *-r*. É mais frequente que o verbo ativo signifique uma ação, como em *amo* (“amo”) e *lego* (“leio”). Diz-se “mais frequente”, porque verbos como *timeo* (“temo”), *liceo* (“sou avaliado”), *metuo* (“receio”), e outros desse tipo, significam o modo da passiva sob a forma de uma palavra ativa.

O *verbo passivo*. O verbo de voz passiva é aquele que pode mudar a sua terminação de *-r* para *-o*. Frequentemente, o verbo passivo significa a paixão, como em *amor* (“sou amado”), *legor* (“sou lido”). Uso a expressão “frequentemente” por causa de verbos como *liceor* (“avalio”), que significam o modo ativo sob a forma de uma palavra passiva.

O *verbo neutro*. O verbo neutro é aquele que não pode mudar sua terminação de *-o* para *-r*, e, indiferente ou indeterminadamente, significa a ação ou a paixão, como *curro* (“corro”), *ferveo* (“fervo”), *vivo* (“vivo”). Por isso, considerando-se todos os verbos de voz neutra, alguns significam apenas a ação, como *curro* (“corro”); outros, apenas a paixão, como *ferveo* (“fervo”); outros, o neutro, como *sto* (“estou de pé”) e *vivo* (“vivo”).

O *verbo depoente*. O verbo depoente é aquele que não pode mudar sua terminação de *-r* para *-o*. O verbo depoente, com o passivo desativado, pode cossignificar o ativo, como em *luctor* (“esforço-me”), *loquor* (“falo”), *sequor* (“sigo”), *lucror* (“tenho escrúpulos”), *laetor* (“alegro-me”), *fruor* “desfruto” e em muitos outros verbos desse tipo. O verbo depoente, com o ativo desativado, pode cossignificar o passivo, como nos únicos dois casos encontrados: *patior* (“sofro”) e *nascor* (“nasço”). Não diferem dos gêneros supracitados a não ser por terminação de palavra.

*Verbum commune.* Verbum communis generis est, quod sub terminatione vocis in /-r/ non potest mutari in /-o/, et consignificat actionem et passionem simul; quorum novem inveniuntur, scilicet, *criminator, amplector, osculor, interpretor, moror, veneror, largior, experior, hortor*, et alia nonnulla deponentia, quae apud auctores etiam in passiva significatione, ut *comitor*, etc. Et notandum, quod sicut modo finito verbi correspondet ratio principii in supposito, sic generi in verbo correpondet ratio termini in obliquo.

60 Ex dictis concludo, quod verbum, praeter numerum et personam, habet tot modos significandi respectivos, quibus dependet post se ad obliquum, quot habet, quibus dependet ante se ad suppositum, secundum similitudinem se habentes. Quod patet, quia sicut verbum per modum esse requirit modum entis in supposito, sic per eundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per compositionem exigit modum per se stantis in supposito, sic per significationem accidentalem exigit modum per se stantis in obliquo.

I

tem, sicut verbum per modum distantis exigit modum per se stantis pro supposito, ita per eundem modum esse exigit modum entis in obliquo. Et sicut verbum per modum compositionis exigit modum entis per se stantis in ratione principii in supposito, sic per modum generis exigit modum entis per se stantis in ratione termini in obliquo. Item, sicut verbum per modos proportionales

O *verbo comum*. O verbo de voz comum não pode mudar sua terminação de *-r* para *-o* e cossignifica simultaneamente a atividade e a passividade. São encontrados nove verbos desse tipo, a saber: *crimīnor* (“acuso”), *amplector* (“abraço”), *osculator* (“beijo”), *interpretor* (“interpreto”), *moror* (“demoro”), *veneror* (“suplico”), *largior* (“prodigalizo”), *experior* (“ensaio”), *hortor* (“exorto”) e alguns depoentes que são encontrados nos autores com significado passivo, como *comitor* (“acompanho”). Deve-se observar que assim como o modo finito do verbo corresponde à disposição de principiar do suposto, assim também a voz do verbo corresponde à disposição de terminar do oblíquo.

60 A partir do que foi discutido até aqui, concluo que o verbo, com exceção do número e da pessoa, tem tantos modos de significar respectivos com que depende do oblíquo posposto, quanto modos respectivos com que depende do suposto anteposto, de acordo com a similitude que (esses modos) têm entre si.<sup>126</sup> E isso explica por que o verbo, por meio do modo do ser, requer o modo de um ente no suposto e, por meio do mesmo modo do ser, requer o modo de um ente no oblíquo. Ademais, assim como o verbo, por meio da composição, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, assim também, por meio da significação accidental, exige o modo de estar por si mesmo no oblíquo.

Da mesma forma que o verbo, por meio do modo de distar da substância, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, o verbo, por meio do modo do ser, exige o modo de um ente no oblíquo. E assim como o verbo, por meio do modo da composição, exige o modo de estar por si mesmo no suposto, da mesma forma, por meio do modo da voz, exige o modo de estar por si

casibus modo verbi superadditos, exigit in supposito rationem principii, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti aliud et aliud suppositum; sic etiam verbum per modos proportionales casibus generi verbi superadditos exigit in obliquo rationem termini, aliter et aliter coniunctam, et ex consequenti alium et alium obliquum.

Notandum ergo, quod sicut inter modos significandi verbi, quibus dependet ante se ad suppositum, modus dependendi ad nominativum videtur esse principalis. Unde constructio intransitiva verbi cum nominativo a parte ante maxime videtur esse intransitiva, quae potior est aliis; et quia sola perfecta sit inter alios modos transeundi et dependendi; et a parte post, ad obliquum modum dependendi et transeundi ad activum, videtur esse principalis. Unde et constructio transitiva verbi et participii cum activo maxime videtur esse transitiva; quae maxime est evidens inter alias constructiones transitivas. Et hoc attendentes grammatici, posuerunt quaedam verba transitiva dictum modum transeuntis habentia, ut *amo*, *lego*; quaedam autem absoluta, id est, huiusmodi dependentia et transitione privata, ut *sto*, *curro*, *vivo*, *ambulo*, *sedeo*, *spiro*, et huiusmodi.

mesmo no oblíquo, de acordo com o término. Igualmente, assim como o verbo exige a disposição de principiar no suposto, por meio de modos proporcionais aos casos, que são adicionados ao modo do verbo – o que resulta em um tipo ou outro de complementação e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de suposto – assim também o verbo, por meio dos modos proporcionais que são adicionados à voz do verbo, exige a disposição de terminar no oblíquo – o que resulta em um tipo ou outro de complementação e, conseqüentemente, em um tipo ou outro de oblíquo.

Portanto, deve-se observar que o modo de depender do nominativo parece ser o principal dentre os modos de significar com os quais o verbo depende do suposto anteposto. Em decorrência disso, a construção intransitiva de tipo “nominativo + verbo” é vista como intransitiva no mais alto grau e como a mais forte de todas as construções, já que é a única construção perfeita dentre todos os outros modos de transitar e de depender.<sup>127</sup> E, na construção posposta, o modo de depender do oblíquo e de transitar para o ativo parece ser o principal tipo de construção (transitiva). Por isso, tanto a construção transitiva do verbo quanto do particípio com o ativo parecem como transitivas no mais alto grau, o que é muito observável entre as construções transitivas. Ao atentarem para isso, os gramáticos estabeleceram certos verbos como transitivos, por possuírem o modo de transitar mencionado acima, como *amo* (“amo”) e *lego* (“leio”), e estabeleceram certos verbos como absolutos, isto é, privados tanto de dependência quanto de transitividade, como *sto* (“estou em pé”), *curro* (“corro”), *vivo* (“vivo”), *ambulo* (“caminho”), *sedeo* (“tomo assento”), *spiro* (“respiro”) e outros como esses.

## CAPUT XXXI

### *De persona, numero et figura verbi*

61 *Verbum mutuat personam, et numerum a supposito.* De persona, numero et figura in verbo dicendum est sicut in nomine. Nam ab eisdem proprietatibus sumuntur utrobique, licet differenter, quia numerus et persona insunt verbo, non ex proprietate suae rei per se loquendo, sed ex proprietate rei suppositi; quod patet de persona. Nam persona est modus significandi, quo mediante verbum proprietatem loquendi consignificat non inhaerentem de se, sed ut res verbi applicabilis est rei suppositi subsistentis per se secundum proprietates loquendi. Unde persona inest verbo ex aptitudine attribuendi supposito secundum variam attributionem.

Persona autem verbi distinguitur per triplicem differentiam, scilicet, primam, secundam, et tertiam. Unde illud verbum dicimus esse primae personae attributum, quod est applicabile supposito, prouti stat sub proprietate loquendi de se, et sic de aliis. Et ex hoc sequitur, quod illud verbum est nullius personae, quod supposito sub certo modo loquendi non est applicabile. Et eodem modo dicendum est de numero, et figura, etc.

## CAPÍTULO XXXI

*Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo*

61 *O verbo deve sua pessoa e seu número ao suposto.* Sobre a pessoa, o número e a forma do verbo deve-se declarar o mesmo que se declarou do nome, pois estes acidentes se derivam das mesmas propriedades nos dois casos, embora de maneira diferente. A diferença é que o número e a pessoa não estão no verbo por causa da essência verbal, mas em virtude da essência do suposto. Isso é evidente com relação à pessoa, porque a pessoa é o modo de significar por meio de que o verbo cossignifica a propriedade do falar não como inerente a si mesmo, mas enquanto a essência do verbo inclina-se à essência do suposto que subsiste por si mesmo segundo a propriedade do falar. Por isso, a pessoa encontra-se no verbo com a aptidão de atribuir ao suposto uma atribuição que varia.

A pessoa do verbo diferencia-se por uma tríplice distinção, a saber: em primeira, segunda e terceira. Com base nisso, declaramos que se atribui primeira pessoa ao verbo cujo suposto esteja falando de si mesmo. O mesmo acontece com as outras duas pessoas. Como resultado disso, um verbo é de nenhuma pessoa, quando não é possível aplicar nenhum modo de falar a seu suposto. E deve-se declarar a mesma coisa sobre o número, a forma, etc.

## CAPUT XXXII

### *De tempore verbi*

62 *Tempus praesens, praeteritum, futurum.* Ultimo de tempore dicendum est. Iuxta quod est sciendum, quod sicut in re extra, tempus consequitur ipsum modum esse, sicut mensura mensuratum; sic modus temporis secundum esse rationis consequitur modum esse, qui est modus fluxus et successionis.

Tempus ergo, ut est accidens verbi, est modus significandi accidentaliter verbi, quo mediante verbum, citra rem, modum tempus consignificat. Et secundum diversitatem huiusmodi, vel proprietatis, tempus per tres differentias distinguitur, scilicet, per praesens, praeteritum et futurum. Tempus praesens est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praesentis temporis. Tempus praeteritum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam praeteriti temporis. Tempus futurum est modus significandi rem verbi, prout cadit sub differentiam futuri temporis.

63 Et si instetur: *Deus est; Deus intelligit;* tamen esse et intelligere Dei non cadit sub aliquam differentiam temporis; ergo non semper verbum modum et differentiam temporis requirit. Respondetur, quod licet esse et intelligere Dei non cadant sub aliquam differentiam temporis, tamen cadunt sub aliquam differentiam aeternitatis, secundum nostram apprehensionem, ut dictum est superius.

## CAPÍTULO XXXII

### *Sobre o tempo do verbo*

62 *O tempo presente, o pretérito, o futuro.* Por último devemos discutir o tempo. Sobre o qual é necessário saber que, assim como nas coisas extramentais, o tempo é consequência do próprio modo do ser, como a medida está para a coisa medida, assim também o modo do tempo é, de acordo com sua essência, resultante do modo do ser, que é o modo da mudança e da sucessão.

Portanto, o tempo, como acidente do verbo, é o modo acidental de significar do verbo, mediante o qual o verbo, além da coisa, cossignifica o modo do tempo. E, segundo sua diversidade ou propriedades, o tempo distingue-se por meio de três diferenças, a saber: por meio do presente, do pretérito e do futuro. O tempo presente é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo presente. O tempo pretérito é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo pretérito. O tempo futuro é o modo de significar a coisa do verbo conforme a diferença do tempo futuro.

63 A seguinte objeção poderia ser levantada: *Deus est* (“Deus existe”), *Deus intelligit* (“Deus entende”) não se classificam conforme nenhuma diferença de tempo; portanto, o verbo nem sempre requer um modo e uma diferença de tempo. Responda-se que, embora o *esse* (“existir”) e o *intelligere* (“entender”) de Deus não possam ser classificados de acordo com alguma diferença de tempo, podem, todavia, segundo nossa apreensão, de acordo com alguma diferença da eternidade, como foi dito acima.

Notandum, quod tempus non est accidens respectivum verbi, cum secundum ipsum non dependeat ante se ad suppositum, nec post se ad obliquum. Potest tamen respectu adverbiorum temporalium dici accidens respectivum; quia incongrue dicitur, *fortasse Socrates currit cras*, vel *Plato disputat heri*. Est sic patent modi significandi verbi essentielles, et accidentales declarativi, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus oriuntur.

Deve-se observar que o tempo não é um acidente respectivo do verbo, porque não é de acordo com o tempo que (o verbo) depende do suposto anteposto a si nem do oblíquo que lhe é posposto. Todavia, pode ser considerado um acidente respectivo com respeito aos advérbios de tempo, porque é agramatical dizer: *fortasse Socrates currit cras* (“Talvez Sócrates corre amanhã”) ou *Plato disputat heri* (“Platão disputa ontem”). Ficam assim expostos os modos de significar essenciais do verbo, e os acidentais declarativos, quantos e quais são e as propriedades das quais se originam.

## CAPUT XXXIII

### *De modo significandi essentiali generalissimo participii*

64 *Participium*. Modus significandi essentialis generalissimus participii est modus significandi per modum esse indistantis a substantia. Circa quod notandum, quod modus esse in participio et in verbo ab eadem rei proprietate oritur, quae est proprietas fluxus et successionis; et in hoc modo participium a verbo non discrepat. Modus autem indistantis a substantia, seu modus uniti substantiae, sumitur ab eadem rei proprietate in participio, a quo sumitur modus adiacentis in nomine, et compositio in verbo; et haec est proprietas inhaerentis alteri secundum esse. Et non est inconueniens ab eadem rei proprietate modos significandi diversos, non oppositos, oriri, cum modi significandi oppositi in eadem voce possint fundari. Et per hunc modum significandi, participium a verbo distinguitur, et per ipsum participium in suum suppositum in constructione et in situ collocatur.

65 *Definitio participii*. Participium ergo est pars orationis significans per modum esse indistantis a substantia, sive uniti cum substantia, quod idem est. Et dicitur participium, quasi partem nominis, et partem verbi capiens; non partem essentialem, id est, modum essentialem utriusque; et quidam dicunt, quod participium significat per modum entis, et per modum esse, quod falsum est; quia tunc participium non esset ab utroque distinctum specificè, quod est inconueniens. Sed pro tanto dicitur participium capere partem nominis et verbi, quia habet quosdam modos significandi accidentales modis accidentalibus nominis et verbi consimiles, ut statim apparebit.

## CAPÍTULO XXXIII

### *Sobre o modo de significar essencial mais geral do particípio*

64 *O particípio.* O modo de significar essencial mais geral do particípio é o modo de ser indistante da substância. Acerca de que é necessário observar que o modo do ser no particípio e no verbo origina-se da mesma propriedade da coisa, que é a propriedade da mudança e da sucessão e que, nesse sentido, o particípio não se distingue do verbo. No entanto, o modo do indistante da substância, ou o modo do unido à substância, é derivado da mesma propriedade de que se derivam o modo de aderir do nome e da composição do verbo, que é a propriedade do inerente no outro segundo a essência. E não é inconveniente que se originem modos de significar diferentes, não opostos, da mesma propriedade da coisa, uma vez que modos de significar opostos podem ser consolidados na mesma palavra. Por esse modo de significar, o particípio distingue-se do verbo e por esse mesmo (modo) o particípio é colocado em seu suposto e em seu lugar apropriado na construção.

65 *Definição do particípio.* Portanto, o particípio é a parte do discurso que significa por meio do modo do ser indistante da substância, ou do unido com a substância, o que é a mesma coisa. E é chamado de particípio porque é como se tomasse parte do nome e parte do verbo, mas não a parte essencial, i.e., o modo essencial de um e do outro. E alguns dizem que o particípio significa por meio do modo de um ente e por meio do modo do ser, o que é falso, porque, então, o particípio não seria especificamente distinto nem de um nem de outro, o que é inconveniente. Frente a isso, declara-se que o particípio toma parte do nome e parte do verbo, porque tem certos modos de significar acidentais similares aos modos acidentais do nome e do verbo, como ficará evidente a seguir.

## CAPUT XXXIV

*De modis significandi essentialibus subalternis et specialissimis participii*

66 *Participii divisio subalterna.* Sub modo essentiali generalissimo participii ad modos subalternos descendamus. Dividitur autem modus indistantis in tres modos subalternos. Primus modus est modus significandi per modum esse generaliter respectu cuiuslibet esse specialis. Et hic modus contituit participium substantivum, ut *ens, existens*. Secundus est modus significandi per modum esse generalis, respectu nominationis propriae tantum. Et hic modus constituit participium vocativum, ut *nominans, vocans*. Tertius est modus significandi per modum esse specialis actionis, vel passionis. Et hic modus constituit participium adiectivum.

*Participii adjectivi divisio.* Et subdividitur iste modus esse specialis actionis vel passionis in quatuor modos essentielles specialissimos. Primus est modus significandi per modum actionis tantum; et hic modus constituit participium ab activo descendens, ut *legens, amans*. Secundus modus est modus significandi per modum passionis tantum; et hic modus constituit participium a verbo passivo descendens, ut *amatus, lectus*. Tertius est modus significandi per modum neutrius; et huiusmodi modus constituit participium a verbo neutro descendens, ut *stans, currens*. Quartus est modus significandi per modum utriusque simul; et hic modus constituit participium a verbo communi descendens, ut *criminans, criminatus*, et huiusmodi.

## CAPÍTULO XXXIV

### *Sobre os modos de significar essenciais subalternos e mais especiais do participío*

66 *A divisão subalterna do participío.* Do modo essencial mais geral do participío voltemo-nos aos seus modos subalternos. O modo indistante, na verdade, divide-se em três modos subalternos. O primeiro é o modo de significar, por meio do modo do ser em geral, que diz respeito a qualquer ser específico. E esse modo constitui o participío substantivo como *ens* (“que é”), *existens* (“que existe”). O segundo é o modo de significar, por meio do modo de ser geral, que diz respeito somente ao nomear pelo nome próprio. E esse modo constitui o participío vocativo, como *nominans* (“que nomeia”), *vocans* (“que chama”). O terceiro é o modo de significar por meio do modo do ser especial, da ação ou da paixão. E esse modo constitui o participío adjetivo.

*Divisão do participío adjetivo.* E divide-se esse modo do ser especial da ação ou da paixão em quatro modos essenciais especialíssimos. O primeiro é o modo de significar apenas por meio do modo da ação; esse modo constitui o participío que se deriva do (verbo) ativo, como *legens* (“que lê”), *amans* (“que ama”). O segundo modo é o modo de significar apenas pelo modo da paixão; esse modo constitui o participío que se deriva do verbo passivo, como *amatus* (“amado”), *lectus* (“lido”). O terceiro é o modo de significar pelo modo do neutro; dessa forma, esse modo constitui o participío que se deriva do verbo neutro, como *stans* (“que está em pé”), *currens* (“que corre”). O quarto é o modo de significar pelo modo comum e esse modo constitui o participío que se deriva do verbo comum, como *criminans* (“que incrimina”), *criminitus* (“que é incriminado”) e outros como estes.

Et sic patet, quod sicut modus essentialis generalissimus participii dividitur in modos subalternos, ad specialissimos descendendo, sic etiam participium, simpliciter sumptum, dividitur in participium substantivum, et adiectivum, et vocativum. Adiectivum subdividitur in activum, passivum, neutrum, et commune.

E fica explicado que, como o modo essencial mais geral do particípio divide-se em modos subalternos que originam modos especialíssimos, o particípio, tomado de maneira simples, divide-se em particípio substantivo, adjetivo e vocativo; o adjetivo subdividindo-se em ativo, passivo, neutro e comum.

## CAPUT XXXV

### *De modis significandi accidentalibus participii*

67 *Participii significatio.* Consequenter de modis significandi accidentalibus participii videamus. Sunt autem, secundum Donatum, sex accidentia participii, scilicet, significatio, genus, tempus, numerus, figura, casus. Significatio in participio, secundum grammaticos, idem est, quod genus in verbo, et ab eadem proprietate sumitur. Genus autem in verbo, ut dictum est, est modus significandi per modum dependentiae verbi ad obliquum post se, in ratione termini; et hoc idem est significatio in participio.

Ex hoc sequitur, quod quemcumque modum significandi verbum exigit post se in obliquo, ratione generis, eundem exigit participium post se in obliquo, ratione significationis; et hic modus est modus significandi in ratione termini absolute, et non contracti, tamen contrahitur, ut dictum est de verbo. Quod autem aliquod participium sit significationis activae, vel passivae, et sic de aliis hoc totum de parte vocis attenditur.

68 *Modi accidentales participii.* De genere, numero, figura, casu, et persona, sicut in nomine dictum est, intelligitur hic; et de tempore eodem modo intelligitur hic, sicut dictum est de verbo. Sed tamen notandum, quod nomina adiectiva, et pronomina, quae tot sunt adiectiva, et participia adiectiva, habent casus, numerum, genus, et personas, non ex parte suae rei, per se loquendo, sed ex parte rei subiectae. Nam significatum istorum non stat per se sub proprietate agendi, vel patiendi, a qua oritur genus; nec stat per se

## CAPÍTULO XXXV

### *Sobre os modos de significar acidentais do particípio*

67 A significação do particípio. A seguir, vejamos acerca dos modos de significar acidentais do particípio. Existem, segundo Donato,<sup>128</sup> seis acidentes do particípio, a saber: a significação, a voz, o tempo, o número, a forma e o caso. A significação do particípio, de acordo com os gramáticos, é igual à voz no verbo e é derivada da mesma propriedade. A voz do verbo, como foi dito anteriormente, é o modo de significar por meio do modo da dependência do verbo no oblíquo depois de si, que representa o término – no particípio, a significação é idêntica.

A consequência disso é que qualquer modo de significar que o verbo exigirá depois de si no oblíquo, em razão da voz, o particípio exigirá idênticamente em razão da significação. E esse é um modo de significar como término de maneira absoluta, e não restringido, embora restringível, como foi discutido sobre o verbo. Que um particípio seja de significação ativa ou passiva, ou de outros tipos, tudo depende da palavra considerada.

68 *Os modos acidentais do particípio.* Sobre o gênero, o número, a forma, o caso e a pessoa, o mesmo que foi dito sobre o nome deve ser entendido aqui. E, sobre o tempo, da mesma forma, entenda-se o mesmo que foi dito sobre o verbo. Todavia, deve-se observar que os nomes adjetivos e os pronomes, que são adjetivos, e os particípios adjetivos, têm caso, número, gênero e pessoas não de sua própria essência, no sentido de “por si mesmos”, mas da parte da essência do sujeito. Porque sua significação não está por si mesma

sub proprietate unius, vel plurium, a qua sumitur numerus, cum accidentia numerentur ad numerationem subiectorum; nec etiam stat per se sub proprietate termini, vel principii, a qua oritur casus; non enim tali dependentia constructio enuntiatur et terminatur; nec etiam stat per se sub proprietate loquendi, a qua oritur persona; sed res subiecti per se sub istis proprietatibus consistit. Unde dicta accidentia insunt eis per attributionem sui ad subiectum; et ideo etiam huiusmodi adiectiva requirunt dicta accidentia in subiectis, non per modos significandi proportionales, sed similes; scilicet, simile genus, similem numerum, similem casum, similem personam, requirunt, ut postea patebit. Et sic patent modi significandi participii essentialis, et accidentales, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus oriuntur.

69 *Participii significatum.* De significato participii hoc intelligendum est, quod intelligitur de significato cuiuslibet termini concreti accidentis, quod quidam ponunt aggregatum ex utroque, scilicet ex accidente et subiecto; et quidam ponunt illud solum esse accidens, sub modo dependentis ad ipsum subiectum; alii ponunt aggregatum formaliter esse, tamen per rationem accidentis. Et quia omnes istae positiones habent forte defensores, ideo de significato participii disputantibus relinquuntur.

sob a propriedade de agir ou sofrer uma ação, de que se origina a voz, nem sob a propriedade do uno ou dos plurais, de que se deriva o número, porque os acidentes são numerados para a enumeração dos sujeitos, nem sob a propriedade do término, ou do princípio, de que se origina o caso, nem por sua dependência uma construção é enunciada ou determinada, nem está por si sob a propriedade de falar, de que se origina a pessoa, mas a essência do sujeito mantém-se, por si mesma, sob todas essas propriedades. Por isso, tais acidentes existem neles por meio de sua atribuição ao sujeito. Dessa forma, esses adjetivos requerem os ditos acidentes nos sujeitos, não por modos de significar proporcionais, mas similares, a saber, requerem um gênero similar, um número similar, um caso similar, uma pessoa similar, como ficará claro a seguir. E assim ficam expostos os modos essenciais e acidentais de significar do participípio, quais são e quantos são e de que propriedades originam-se.

69 *O significado do participípio.* Sobre o significado do participípio deve-se entender o que se entende sobre o significado de qualquer termo de um acidente concreto, que alguns consideram como o agregado de ambos, a saber, do acidente e do sujeito, e outros consideram que somente é um acidente sob o modo da dependência no próprio sujeito. Outros consideram que só é um agregado do ponto de vista formal porque é um acidente, contudo por meio de uma disposição de acidente. E como todas essas posições talvez tenham defensores, deixemos o significado do participípio aos que disputam sobre isso.

## CAPUT XXXVI

### *De modo significandi generalissimo adverbii*

70 *Adverbium*. Modus significandi essentialis generalissimus adverbii est modus significandi per modum adiacentis alteri, per modum esse, significans ipsum simpliciter et absolute determinans. Et quia participium significat per modum esse, sicut verbum, ideo adverbium determinat participium sicut verbum. Licet adverbium dicatur adiectivum verbi, secundum Priscianum, hoc est ideo, quia adverbium, secundum omnes species eius, determinat verbum, sed non participium; quia adverbia determinantia verba genera compositionis, et genera sui modi, qui est qualitas compositionis, participia determinare non possunt, cum participium compositionem et modum verbi non habeat. Et sumitur iste modus determinantis a proprietate terminantis in re. Adverbium ergo est pars orationis, significans per modum adiacentis alteri, quod per modum esse significat ipsum esse absolute determinans.

Et notandum, quod adverbium, de suo modo significandi essentiali generalissimo, tantum determinat ea, quae per modum esse significat; licet de aliquo modo essentiali, speciali, et accidentali, possit alia determinare, ut patet de adverbiiis exclusivis, quae sunt *tantummodo*, *solummodo*, et huiusmodi; quae, propter modum significandi per modum excludentis, possunt determinare omne illud, quod habet se per modum exclusibilis.

## CAPÍTULO XXXVI

### *Sobre o modo de significar mais geral do advérbio*

70 O *advérbio*. O modo de significar essencial mais geral do advérbio é o modo de significar pelo modo de aderir a outro, por meio do modo do ser, que significa (o outro) de maneira simples e o determina de maneira absoluta. E, porque o particípio significa pelo modo do ser, como o verbo, o advérbio determina o particípio como o verbo. Todavia, se o advérbio é o adjetivo do verbo, segundo Prisciano,<sup>129</sup> o advérbio, de acordo com todas as suas espécies, determina o verbo, mas não o particípio. Porque os advérbios, ao determinarem o tipo de composição dos verbos e seu modo, que é a qualidade da composição, não podem determinar os particípios, uma vez que o particípio não tem a composição e o modo do verbo. E deriva-se esse modo de determinar da propriedade que dá término na coisa. O advérbio é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir a outro, que significa o próprio ser por meio do modo do ser e o determina de maneira absoluta.

Observe-se que o advérbio, em virtude de seu modo de significar essencial mais geral, determina somente aquilo que significa pelo modo do ser, apesar de – em virtude de algum outro modo essencial, especial e acidental – poder também determinar outras coisas. Como fica claro nos advérbios exclusivos, que são *tantummodo* (“somente”), *solummodo* (“unicamente”), e outros desse tipo, os quais, em virtude do modo de significar por meio do modo de excluir, podem determinar tudo aquilo que se dispõe para o modo da exclusão.

Sed modum exclusibilis non habent solum verba, vel participia, sed etiam nomina, et aliae partes orationis habent ipsum; ideo ista adverbia, per huiusmodi modum essentialem specialem, habent etiam alia a verbo, et a participio determinare; ut dicendo, *homo tantummodo legit*. Similiter dicendo, *tunc temporis*, hoc adverbium, *tunc*, propter modum significandi accidentalem, qui est modus ut alterius, construitur cum genitivo habente se per modum ut cuius; et sic de aliis.

Não só os verbos ou participios têm o modo de excluir, mas os nomes e outras partes do discurso também têm o mesmo. Portanto, esses advérbios, por esse tipo de modo essencial especial, podem também determinar outras partes além do verbo e do participio, como quando se diz *homo tantummodo legit* (“Somente o homem lê”). Semelhantemente, quando se diz *tunc temporis* (“naquela época”), o advérbio *tunc* (então/naquele tempo/naquela circunstância), por seu modo de significar acidental, que é o modo *ut alterius* (“enquanto ‘de outro’”), constrói-se com o genitivo que possui o modo *ut cuius* (“enquanto ‘de que/m’”), e é assim com outros (advérbios) desse tipo.

## CAPUT XXXVII

### *De modis significandi essentialibus subalternis adverbii*

71 *Modi essentialis subalterni adverbii duo.* Sub modo essentiali generalissimo adverbii duo modi essentialis subalterni continentur. Quorum primus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione significati. Secundus modus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione modi significandi. Et hos duos modos Donatus appellat significationem adverbii. Nam sicut per qualitatem in nomine dat intelligere modum communis, et appropriati; per qualitatem in pronomine, demonstrationem et relationem; per qualitatem in verbo, modum et formam; sic per significationem in adverbio, dat intelligere duos modos essentialis subalternos mediatos.

*Significatio adverbii.* Et notandum est, quod duplex est significatio: una qua vox refertur ad esse, et per quam vox formaliter fit dictio, ut prius dictum est; et hoc est essentialis cuilibet parti. Nam quaelibet pars orationis aggregat in se tria, scilicet, vocem, significationem, et modum significandi. Alia est significatio, quae idem est, quod modus significandi; et haec est alia in adverbio, alia in participio, et alia in interiectione, qui modi significandi sunt. Quis autem modus sit significatio in participio, et interiectione, postea patebit.

Significatio in adverbio, ut dictum est, est modus significandi, quo mediante adverbium repraesentat specialem modum determinandi verbum, vel participium, aut ratione significati, aut ratione modi significandi. Unde significatio non est modus accidentalis

## CAPÍTULO XXXVII

### *Sobre os modos de significar essenciais subalternos do advérbio*

71 *Os dois modos essenciais subalternos do advérbio.* Sob o modo essencial mais geral do advérbio estão contidos dois modos essenciais subalternos. O primeiro dos quais é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o particípio de acordo com o seu significado. O segundo é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o particípio de acordo com o seu modo de significar. Donato chama esses dois modos de significação do advérbio.<sup>130</sup> Porque, assim como, por qualidade, no nome ele dá a entender os modos do comum e do próprio,<sup>131</sup> no pronome, a demonstração e a relação, no verbo, o modo e a forma, assim também, por significação no advérbio, ele dá a entender dois modos essenciais subalternos mediatos.

*A significação do advérbio.* E deve-se observar que a significação é dupla: uma por meio de que a palavra refere-se ao ser e torna-se formalmente um vocábulo, com foi dito anteriormente, e é essencial para qualquer parte do discurso, porque qualquer parte do discurso agrega em si três coisas, a saber: o som, o significado<sup>132</sup> e o modo de significar. A outra significação é um modo de significar, e é uma no advérbio, outra no particípio e outra na interjeição, que são modos de significar. No entanto, qual modo seja a significação no particípio, e na interjeição, ficará claro a seguir.

A significação no advérbio, como se disse, é o modo de significar mediante o qual o advérbio representa um modo especial de determinar o verbo ou o particípio, ou de acordo com o significado ou de acordo com o modo de significar. Por isso, a significação

adverbio, sed essentialis specialis, nisi pro tanto dicatur accidentalis, quia est extra rationem adverbii absolute, ut prius dictum est de qualitate pronominis in pronomine.

não é um modo acidental no advérbio, mas essencial especial, a não ser que se diga acidental por estar fora da compreensão absoluta do advérbio, como se disse previamente da qualidade do pronome no pronome.

## CAPUT XXXVIII

*De modis essentialibus specialissimis adverbii ex parte rei significatae, et ex parte modi significandi*

72 *Averbii divisio*. Sub his duobus modis subalternis adverbii, ad modos essentielles specialissimos descendamus. Primus est modus significandi per modum determinantis verbum, vel participium ratione rei significatae; et dividitur in quatuor species essentielles, quatuor species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbia loci, qualitatis, quantitatis, vocandi.

*Adverbium loci*. Adverbium loci est quod determinat rem verbi ratione loci. Et hoc dupliciter: vel per modum requirentis locum, vel respondentis ad locum. Si per modum requirentis, hoc est quadrupliciter: vel est in quo, et sic est *ubi*; vel a quo, et sic est *unde*; vel ad quem, et sic est *quo*; vel per quem, et sic est *qua*. Si per modum respondentis ad locum, sic sunt ista adverbia: *hic, ibi, illic, inde, intus*, et huiusmodi.

*Quantitatis*. Adverbium quantitatis significat per modum determinantis rem verbi vel participii ratione mensurae continuae, vel discretiae. Et sub hac specie comprehenduntur adverbia separandi, ut *seorsum, retrorsum*, et huiusmodi. Et hoc vel per modum requirentis mensuram, ut *quoties, quantum*; vel per modum respondentis mensuram, et sic sunt ista adverbia: *multum, parum, modicum, minimum, minime, semel, bis, ter, quater*.

## CAPÍTULO XXXVIII

*Sobre os modos essenciais mais especiais do advérbio a partir da matéria significada e a partir do modo de significar*

72 *A classificação do advérbio.* Desses dois modos subalternos do advérbio, voltemo-nos aos seus modos essenciais mais especiais. O primeiro é o modo de significar por meio do modo de determinar o verbo ou o particípio de acordo com a matéria significada e divide-se em quatro espécies essenciais, constituídas de quatro espécies de advérbios, que são os advérbios de lugar, de qualidade, de quantidade e de chamamento.

*O advérbio de lugar.* O advérbio de lugar é aquele que determina a matéria do verbo de acordo com o lugar. E este é duplo: ou pelo modo de perguntar pelo local ou pelo modo de responder sobre o local. Quando pelo modo de perguntar, é quádruplo: ou em que, e é assim *ubi* (“onde”); ou de que, e é assim *unde* (“de onde”); ou para que, e é assim *quo* (“para onde/aonde”); ou por meio de que, e é assim *qua* (“por/por meio de onde”). Quando pelo modo de responder sobre o local, existem estes advérbios: *hic* (“aqui”), *ibi* (“ali”), *illic* (“lá”), *inde* (“desde lá”), *intus* (“interiormente”) e outros desse tipo.

*De quantidade.* O advérbio de quantidade significa pelo modo de determinar a matéria do verbo ou do particípio de acordo com a sua medida contínua ou discreta. E sob essa espécie estão compreendidos os advérbios de separar, como *seorsum* (“separadamente”), *retrosum* (“reciprocamente”) e outros desse tipo. E esse modo (significa) ou pelo modo de perguntar sobre a medida, como *quoties* (“quantas vezes”), *quantum* (“quanto”); ou pelo modo de res-

Et notandum, quod Donatus appellat adverbium quantitatis discretæ adverbium numeri, non quod determinet verbum, vel participium ratione numeri, cum etiam possit determinare aliquod verbum quod nullius est numeri, ut dicendo: *legere semel*, vel *amare bis, ter, quater*; sed ideo dicitur determinare verbum ratione numeri, quia determinat rem verbi ratione mensuræ discretæ, cuius species est numerus; vel ideo quia repræsentat rem verbi ratione mensuræ discretæ, cuius species est numerus; vel ideo quia repræsentat rem verbi esse iteratam; et sic sunt ista adverbia, *bis, ter, quater*; vel repræsentat rem verbi esse iteratione privatam, ut *semel*. Ex unitate enim multoties iterata numerus causatur; propterea a Donato adverbium numeri nuncupatur.

*Qualitatis.* Adverbium qualitatis significat per modum determinantis rem verbi vel participii ratione qualitatis; et hoc dupliciter: vel per modum requirentis rem verbi, ut *qualiter, quomodo*; vel per modum respondentis ad qualitatem, ut *docte, prudenter*.

*Vocandi.* Adverbium vocandi est quod verbum ratione actus exercitandi determinat, prout ad ipsum resolvitur substantia vocativi vocata, ut, *o Henrice lege*.

ponder sobre a medida, como estes advérbios: *multum* (“muito”), *parum* (“pouco”), *modicum* (“módico”), *minimum* (“mínimo”), *minime* (“minimamente”), *semel* (“uma vez”), *bis* (“duas vezes”), *ter* (“três vezes”), *quater* (“quatro vezes”).

Deve-se observar que Donato chama de advérbio de quantidade discreta o advérbio de número não porque determine o verbo ou o particípio de acordo com o número, uma vez que pode determinar algum verbo que não é de numerar, como quando se diz: *legere semel* (“ler uma vez”) ou *amare bis* (“amar duas”), *ter* (“três”), *quater* (“quatro vezes”). Assim, diz-se que (o advérbio de número) determina o verbo de acordo com o número porque determina a matéria do verbo com relação à sua medida discreta, cuja espécie é o número: ou porque representa a matéria do verbo enquanto repetida, e são assim estes advérbios: *bis* (“duas vezes”), *ter* (“três vezes”), *quater* (“quatro vezes”); ou porque representa a matéria do verbo sem iteração, como em *semel* (“uma vez”). O número é, de fato, causado pela unidade muitas vezes iterada; por isso o advérbio de número é assim chamado por Donato.

*De qualidate.* O advérbio de qualidade significa pelo modo de determinar a matéria do verbo ou do particípio de acordo com sua qualidade. Esse modo é duplo: ou pelo modo de perguntar sobre a matéria do verbo, como *qualiter* (“de que modo”), *quomodo* (“como”), ou pelo modo de responder sobre a qualidade, como *docte* (“doutamente”), *prudenter* (“prudentemente”).

*De chamamento.* O advérbio de chamamento é aquele que determina o verbo de acordo com o ato de chamar/exortar, conforme a substância de chamamento/exortação do vocativo é explicada por ele, como em *o Henrice lege* (“Ó Henrique, lê!”).

73 Secundus modus significandi per modum determinantis rem verbi vel participii ratione modorum significandi dividitur in tres modos, scilicet, in modum significandi per modum determinantis verbum vel participium ratione compositionis; et in modum significandi per modum determinantis verbum ratione temporis; et in modum significandi per modum determinantis verbum ratione qualitatis sive modi; qui dicuntur indicativum, optativum, imperativum, etc.

Modus significandi per modum determinantis verbum ratione compositionis est modus significandi per modum determinantis inhaerentiam verbi; et subdividitur in quatuordecim modos specialissimos, quatuordecim species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbium interrogandi, dubitandi, affirmandi, negandi, modificandi, demonstrandi, ordinis, similitudinis, eventus, prohibendi, eligendi, congregandi, residendi, excludendi.

Adverbium interrogandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione requirentis causam, ut *cur*, *quare*, et huiusmodi. Adverbium dubitandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione dubitationis, ut *forsan*, *forsitan*, etc. Adverbium affirmandi determinat inhaerentiam verbi ratione affirmationis, vel assensus, ut *etiam*, *certe*, et huiusmodi. Adverbium negandi determinat inhaerentiam verbi sub negationis, ut *haud*, *non*, *neque*. Adverbium iurandi sub istis duobus modis continentur. Adverbium modificandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione necessitatis, contingentiae, possibilitatis, vel impossibilitatis; et sic intelligitur suo modo de aliis. Nam adverbium habent fere idem pro significato, et pro modo significandi, sicut hoc adverbium, *forte*, de suo significato speciali importat eventum, et significat per modum eventus; et ideo cognito significato speciali, cognoscitur et modus significandi, quia

73 O segundo modo de significar por meio do modo de determinar a matéria do verbo ou do particípio de acordo com modos de significar divide-se em três modos, a saber: o modo de significar pelo modo de determinar o verbo ou o particípio de acordo com a composição; o modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o tempo; o modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com a qualidade ou o modo. Esses modos são chamados de indicativo, optativo, imperativo, etc.

O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com a composição é o modo de significar pelo modo de determinar a inerência do verbo. Este é subdividido em catorze modos mais especiais, que se constituem em catorze espécies de advérbios, que são advérbios de interrogar, de duvidar, de afirmar, de negar, de modificar, de demonstrar, de ordenar, de similitude, de evento, de proibir, de eleger, de congregar, de residir, de excluir.

Os advérbios de interrogar determinam a inerência do verbo de acordo com a causa do perguntar, como *cur* (“Por quê?”), *quare* (“Para quê?”), e outros desse tipo. Os advérbios de duvidar determinam a inerência do verbo de acordo com o duvidar, como *forsan* (“talvez”), *forsitan* (“possivelmente”), etc. Os advérbios de afirmar determinam a inerência do verbo de acordo com o afirmar ou o aceder, como *etiam* (“sim”), *certe* (“certamente”), e outros desse tipo. Os advérbios de negar determinam a inerência do verbo de acordo com a negação, como *haud* (“não”), *non* (“não”), *neque* (“nem”). Os advérbios de jurar estão contidos sob esses dois modos. O advérbio de modificar determina a inerência do verbo de acordo com a necessidade, a contingência, a possibilidade ou a impossibilidade; e, assim, entendam-se outros de acordo com seu modo. Porque os advérbios são quase idênticos quanto ao signi-

non discrepant nisi penes rationem, sicut absolutum et comparativum.

Modus significandi per modum determinantis verbum ratione modi, qui est qualitas inclinationis, subdividitur in duos modos specialissimos, duas species adverbiorum constituentes, quae sunt adverbium optandi, et hortandi. Adverbium hortandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione ehortationem exprimendae, ut *eia*, *age*. Adverbium optandi determinat inhaerentiam verbi sub ratione voti, vel desiderii, ut *utinam*.

Modus significandi per modum determinantis verbum sub ratione temporis subdividitur in duos modos speciales, duas species adverbiorum constituentes, scilicet, adverbium temporis interrogativum et responsivum. Adverbium temporis interrogativum significat per modum determinantis verbum sub ratione temporis, per modum inquirentis tempus, ut *quando?* Adverbium temporis responsivum significat per modum determinantis inhaerentiam verbi ratione temporis, sub modo respondentis, ut *nunc*, *nuper*, *hodie*.

74 Et notandum, quod nulla species adverbii determinat verbum sub ratione modi significandi essentialis generalissimi ipsius verbi: sed sub ratione modorum specialium vel accidentalium, ut visum est.

Et notandum quod Donatus posuit quaedam adverbium specialia personalia; quae tamen adverbium non sunt, nec verbum ratione

ficado e quanto ao modo de significar, como no caso do advérbio *forte* (“por acaso”), que introduz um acontecimento e significa pelo modo do evento e, assim, conhecido o significado especial, conhece-se o modo de significar, porque não discrepam entre si a não ser na compreensão, como entre o absoluto e o comparativo. O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o modo, que é a qualidade da inclinação, subdivide-se em dois modos mais especiais, constituídos de duas espécies de advérbios, os quais são os advérbios de desejar e de exortar. Os advérbios de exortar determinam a inerência do verbo de acordo com a expressão da exortação, como *eia* (“coragem!”), *age* (“em frente!”). O advérbio de desejar determina a inerência do verbo de acordo com o voto ou o desejo, como *utinam* (“oxalá!”).

O modo de significar pelo modo de determinar o verbo de acordo com o tempo subdivide-se em dois modos especiais, constituídos de espécies de advérbios, a saber: o advérbio de tempo interrogativo e o responsivo. O advérbio de tempo interrogativo significa pelo modo de determinar o verbo do ponto de vista do tempo, pelo modo de inquirir sobre o tempo, como *quando* (“Quando?”). O advérbio de tempo responsivo significa pelo modo de determinar a inerência do verbo de acordo com o tempo, sob o modo de responder, como *nunc* (“agora”), *nuper* (“até agora”), *hodie* (“hoje”).

74 Observe-se que nenhuma espécie de advérbio determina um verbo de acordo com o modo de significar essencial mais geral do mesmo, mas de acordo com seus modos especiais ou acidentais, como já foi visto.

Observe-se que Donato estabeleceu alguns advérbios pessoais especiais, embora não sejam advérbios nem determinem o verbo de

personae determinant: quia etiam possunt adiungi verbis, quae sunt nullius personae, ut dicendo: *legitur mecum, amatur tecum*. Unde dicendum, quod secundum Priscianum, sunt pronomina cum praepositione per apostropham prolata: et transitive cum verbis a parte post constructa. Sic etiam patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus adverbii dividitur in modos subalternos ad modos specialissimos descendendo: sic pari modo adverbium simpliciter sumptum, dividitur in adverbia specialia.

75 Dividitur autem adverbium, primo in adverbium determinans verbum ratione significati, et in adverbium ratione modi significandi: adverbium determinans verbum ratione significati, subdividitur in adverbium loci, quantitatis, qualitatis, et vocandi.

Item adverbium determinans verbum ratione modi significandi, subdividitur in adverbium determinans verbum ratione compositionis, ratione modi, et ratione temporis.

Item adverbium determinans verbum ratione compositionis subdividitur in adverbium interrogandi, dubitandi, affirmandi, negandi, modificandi, ordinis, similitudinis, eventus, prohibendi, eligendi, congregandi, demonstrandi, residendi, excludendi. Item adverbium determinans verbum ratione modi subdividitur in adverbium hortandi et optandi. Item adverbium determinans verbum ratione temporis subdividitur in adverbium requirens tempus, et adverbium respondens tempus, de quibus omnibus dictum est.

De comparatine, specie et figura discendum est hic sicut in nomine. Et sic patent modi significandi essentialis et accidentales adverbii, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus sumuntur.

acordo com a pessoa, porque podem ser justapostos a verbos sem pessoa, como quando se diz: *legitur mecum* (“lido comigo”), *amatur tecum* (“amado contigo”). É por isso que se diz, segundo Prisciano, que existem pronomes com preposições enunciadas em anástrofe e construídas transitivamente postostas com os verbos. Assim fica claro que, da mesma maneira como o modo de significar essencial mais geral do advérbio divide-se em modos subalternos e em modos mais especiais, igualmente, o advérbio, entendido de maneira simples, divide-se em advérbios especiais.

75 Portanto, o advérbio divide-se primeiramente no advérbio que determina o verbo de acordo com o significado e no advérbio (que determina o verbo) de acordo com o modo de significar: o advérbio que determina o verbo de acordo com o significado subdivide-se em advérbio de lugar, de quantidade, de qualidade e de chamamento.

Da mesma maneira, o advérbio que determina o verbo de acordo com o modo de significar subdivide-se no advérbio que determina o verbo de acordo com a composição, de acordo com o modo e com o tempo. Igualmente, o advérbio que determina o verbo de acordo com a composição subdivide-se em advérbio de interrogar, de duvidar, de afirmar, de negar, de modificar, de ordenar, de similitude, de evento, de proibir, de eleger, de congregar, de demonstrar, de residir, de excluir; o advérbio que determina o verbo de acordo com o modo subdivide-se em advérbio de exortar e de desejar; o advérbio que determina o verbo de acordo com o tempo subdivide-se em advérbio de perguntar sobre o tempo e advérbio de responder sobre o tempo – sobre todos os quais já se discutiu.

Sobre a comparação, espécie e forma o mesmo que se disse sobre o nome se aplica aqui. E, assim, ficam expostos os modos de significar essenciais e acidentais do advérbio, quais e quantos são e de quais propriedades são derivados.

## CAPUT XXXIX

*De modo significandi coniunctionis tam essentiali generalissimo, quam subalterno specialissimo*

76 *Coniunctio*. Modus significandi essentialis coniunctionis generalissimus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema; et sumitur iste modus significandi a proprietate coniungentis et unientis in rebus extra. Coniunctio ergo est pars orationis, per modum coniungentis duo extrema significans.

77 *Coniunctionis modi subalterni*. Sub modo essentiali generalissimo coniunctionis, ad modos subalternos, per divisionem descendamus. Dividitur autem iste modus coniungentis duo extrema in modum coniugentis duo extrema per vim, et in modum coniungentis duo extrema per ordinem. Et hos duos modos Donatus appellat potestates. Et habet se similiter potestas in coniunctione, sicut significatio in adverbio. Nam sicut significatio in adverbio consistit in speciali modo determinandi, sic potestas in coniunctione consistit in speciali modo coniungendi. Et istiusmodi modus est modus coniungendi per vim, et per ordinem. Ex hoc patet, quod potestas in coniunctione non est modus significandi accidentaliter, nisi pro tanto, quia est extra rationem coniunctionis simpliciter et absolute sumptae, ut dictum est de significatione in adverbio.

*Coniunctio per vim (copulativa et disiunctiva)*. Modus significandi per modum coniungentis duo extrema per vim est modus significandi, uniendi duo extrema, quae inter se dependentiam non

## CAPÍTULO XXXIX

*Sobre o modo de significar da conjunção tanto o essencial mais geral quanto o subalterno mais especial*

76 A conjunção. O modo de significar essencial mais geral da conjunção é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades; e esse modo de significar é derivado da propriedade de conectar e unir, que está presente nas coisas extramentais. Portanto, a conjunção é a parte do discurso que significa por meio do modo de conectar duas extremidades.

77 *Os modos subalternos da conjunção.* Do modo essencial mais geral da conjunção voltemo-nos aos seus modos subalternos, por meio de suas divisões. Esse modo de conectar duas extremidades divide-se em modo de conectar duas extremidades por força e modo de conectar duas extremidades por ordem. Donato chama esses dois modos de poderes. E o poder está para a conjunção como a significação está para o advérbio. Porque, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar, da mesma forma o poder na conjunção consiste em um modo especial de conectar. E da mesma maneira é o modo de significar pela força e pela ordem. Disso fica claro que o poder na conjunção não é um modo de significar acidental, a não ser na medida em que é entendido fora da compreensão da conjunção de maneira simples e absoluta, como foi dito da significação do verbo.

*A conjunção por força (copulativa e disjuntiva).* O modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades por força é o modo de significar, de unir, duas extremidades que não pos-

habent, ut duo substantia, vel duo adiectiva, vel duas orationes, inter se ordinem non habentes. Et dividitur in duos modos essentielles specialissimos. Quorum primus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema inter se, et respectu alicuius tertii. Et iste modus constituit coniunctiones copulativas. Secundus modus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema inter se, distinguendo ea respectu tertii. Et hic modus constituit coniunctiones disiunctivas, de quibus Boëtius dicit, quod coniunctio disiunctiva sentit hoc, quod ea quae coniungit, simul esse non permittit.

*Coniunctio per ordinem (causalis, rationalis et expletiva)*. Item modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem est modus unientis duo extrema per ordinem inclinata. Et dividitur in duos modos essentielles specialissimos, quorum primus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem ex parte ante se tenentia. Et hic modus constituit coniunctiones causales, quae se tenent ex parte antecedentis, quod est causa consequentis, dicendo sic: *Socrates currit; ergo movetur*. Secundus est modus significandi per modum coniungentis duo extrema secundum ordinem ex parte consequentis se habentia. Et hic modus constituit coniunctiones racionales; et bene racionales dicuntur, quia magis se tenent ad partem consequentis, cuius ratio dependet ab antecedente, ut dicendo: *terra in-teponitur inter solem et lunam; ergo luna eclipsatur*.

suem dependência entre si, como dois substantivos, dois adjetivos ou duas orações que não possuem ordem entre si. E divide-se em dois modos essenciais mais especiais, o primeiro dos quais é o modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades entre si com respeito a um terceiro. E esse modo constitui as conjunções copulativas. O segundo é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades entre si, distinguindo-as de um terceiro. E esse modo constitui as conjunções disjuntivas, sobre as quais Boécio disse que a conjunção disjuntiva é entendida como aquela que não permite que as coisas que conecta existam simultaneamente.

*A conjunção por ordem (causal, racional ou expletiva).* O modo de significar por meio do modo de conectar duas extremidades de acordo com a ordem é o modo de unir duas extremidades que se inclinam à ordem. E divide-se em dois modos mais essenciais especiais, dos quais o primeiro é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades segundo a ordem da parte antecedente do discurso. E esse modo constitui as conjunções causais, que se posicionam da parte do antecedente, que é a causa da consequente, como quando se diz: *Socrates currit; ergo movetur* (“Sócrates corre; logo, move-se”). O segundo é o modo de significar pelo modo de conectar duas extremidades segundo a ordem da parte consequente. E esse modo constitui as conjunções racionais e é apropriado que se chamem de racionais, porque estão mais concentradas na parte consequente, cujo entendimento depende da antecedente, como quando se diz: *terra interponitur inter solem et lunam; ergo luna eclipsatur* (“A terra interpõe-se entre o sol e a lua; a lua, portanto, é eclipsada”).

78 Et est notandum, quod quaedam coniunctiones dicuntur expletivae, quae secundum veritatem non sunt coniunctiones, quia non coniungunt, sed tantum coniuncta ornant, et in sermone non sumuntur propter necessitatem, sed propter ornatum. Si autem eas coniunctiones expletivas volumus includere in speciebus coniunctionis, hoc modo sufficientiam harum specierum sumamus: omnis coniunctio aut coniungit duo extrema, aut duo extrema coniuncta ornat. Si coniungit, hoc est dupliciter: aut per vim, aut per ordinem. Si per vim, hoc est dupliciter: aut coniungit aliquid inter se et respectu tertii, et sic sunt coniunctivae; aut coniungit aliquid inter se, distinguendo respectu tertii, et sic sunt coniunctiones disiunctivae. Si per ordinem, hoc est dupliciter: aut coniunctio se tenet ex parte antecedentis, et sic sunt causales; aut magis ad consequens, et sic sunt rationales. Si autem coniunctio extrema non coniungit, sed coniuncta adornat, sic tunc sunt coniunctiones expletivae, quia extra plenum sensum orationis sunt positae.

Et si patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus dividitur in duos modos speciales, ad specialissimos descendendo, sic dividitur coniunctio simpliciter sumpta in coniunctionem coniungentem per vim, et coniunctionem per ordinem. Coniunctio per vim coniungens dividitur in coniunctionem copulativam, et disiunctivam. Item coniunctio coniungens per ordinem dividitur in coniunctionem causalem et rationalem.

78 Deve-se observar que algumas conjunções são chamadas de expletivas, as quais, na verdade, não são conjunções, porque não conjugam, mas apenas ornam as coisas conectadas e não estão no discurso por necessidade, mas apenas como ornamento. Mas se quisermos incluir essas conjunções expletivas entre os tipos de conjunção, façamos um resumo dos tipos possíveis de conjunção desta maneira: toda a conjunção ou conecta duas extremidades ou serve de ornamento para duas extremidades conectadas. Quando conecta, o faz de duas maneiras: ou por força ou por ordem. Se por força, é dupla: ou conecta algo entre si com respeito a um terceiro e é assim conjuntiva, ou conecta algo entre si fazendo distinção a um terceiro e é assim disjuntiva. Se por ordem, é dupla: ou a conjunção relaciona-se com a parte antecedente, e é assim causal, ou a conjunção direciona-se mais para a parte conseqüente, e é assim racional. Todavia, se a conjunção não conecta as extremidades, mas adorna os conectados, é assim uma conjunção expletiva, porque é colocada além do sentido completo do discurso.

E fica claro que, da mesma maneira que o modo de significar mais geral divide-se em dois modos especiais, que se subdividem em mais especiais, da mesma forma a conjunção, entendida de maneira simples, divide-se em conjunção que conecta por força e conjunção que conecta por ordem. A conjunção que conecta por força se divide em copulativa e disjuntiva. De igual maneira, a conjunção que conecta por ordem divide-se em causal e racional.

## CAPUT XL

### *De modis significandi accidentalibus coniunctionis*

79 *Modi accidentales tres.* Consequenter de modis significandi accidentalibus coniunctionis videamus; qui sunt tres, scilicet, species, figura et ordo. De specie et figura in coniunctione idem sicut in nomine dicendum est: ab eisdem enim proprietatibus sumuntur utrobique. Ordo in coniunctione sumitur ab ordine in rebus ab extra.

Est enim ordo in coniunctione modus significandi activus, quo mediante coniunctio ordinem extremorum consignificat; ratione cuius ordinis aut coniunctio praeponitur tantum, aut postponitur, aut indifferenter praeponitur et postponitur extremis coniunctis. Et sic patent modi significandi coniunctionis qui sunt, et quot sunt, et unde oriantur.

## CAPÍTULO XL

### *Sobre os modos de significar accidentais da conjunção*

79 *Três modos accidentais.* A seguir, vejamos os modos de significar accidentais da conjunção, que são três, a saber, a espécie, a forma e a ordem. Sobre a espécie e a forma deve-se dizer a mesma coisa que se disse sobre o nome, pois ambos derivam-se das mesmas propriedades. A ordem na conjunção deriva-se da ordem nas coisas extramentais.

A ordem é, de fato, um modo de significar ativo na conjunção, mediante o qual a conjunção cossignifica a ordem das extremidades. De acordo com essa ordem, a conjunção ou é anteposta ou é posposta ou é, indiferentemente, anteposta ou posposta às extremidades conectadas.

Ficam assim expostos os modos de significar da conjunção: quais e quantos são e de onde se originam.

## CAPUT XLI

### *De modo significandi essentiali generalissimo praepositionis*

80 *Praepositio*. Modus significandi essentialis generalissimus praepositionis est modus significandi per modum adjacentis alteri casuali ipsum contrahens, et ad actum retorquens. Et iste modus praepositionis sumitur a proprietate determinationis, et coarctationis in rebus.

Est est notandum, quod praepositio non est inventa propter verba vehementis transitionis, ut quidam dicunt; hoc enim non videtur grammaticè dictum, cum grammaticus velocem vel tardam transitionem non consideret. Item quaedam verba praepositiones exigunt, quae tamen nullam habent transitionem, nec velocem, nec tardam, ut dicendo, *sum in domo*. Item dicendo, *annulus ex auro*; illud nomen *annulus* exigit praepositionem, non tamen ullam transitionem habet, ut patet de se.

Unde dicendum est, quod praepositio inventa est finaliter propter casuale, non quodcumque, sed quod est accusativus, et ablativus. Nam, sicuti dictum est de nomine, quod accusativus est modus significandi *ut quem*, contrahibilis per modum *ut ad quem, in quem, prope quem*, et *iuxta quem*, et sic de aliis; similiter ablativus est modus significandi per modum *ut quo*, contrahibilis *ut a quo*, et *in quo*, et *sine quo*, et huiusmodi; talis autem coarctatio casualis fit per praepositiones accusativo casui, vel ablativo deservientes; unde praepositio inventa est, ut primo modum casualem contrahat et coarctet; et deinde casualem ad actum reducat. Per

## CAPÍTULO XLI

Sobre o modo de significar essencial mais geral da preposição

80 *A preposição*. O modo de significar essencial mais geral da preposição é o modo de significar por meio do modo de aderir a outro casual, restringindo-o e redirecionando-o. Esse modo da preposição é derivado da propriedade da determinação e da restrição nas coisas.

Observe-se que a preposição não é encontrada por causa de verbos de transição violenta, como alguns dizem. De fato, isso não parece ser gramaticalmente possível de dizer, porque o gramático desconsidera a transição lenta ou a veloz. Também existem alguns verbos que exigem preposições, embora não tenham nenhuma transição, nem veloz nem lenta, como quando se diz: *sum in domo* (“Estou em casa”). Da mesma forma, em *annulus ex auro* (“anel de ouro”), o nome *annulus* (“anel”) exige preposição, embora não possua nenhuma transição, como fica autoevidente.

Por isso, explica-se que a preposição é encontrada como causa final em vista do caso, mas não qualquer caso: apenas o acusativo e o ablativo. Porque, assim como foi discutido sobre o nome, que o acusativo é o modo de significar *ut quem* (“enquanto término de uma ação”), que é restringível por meio dos modos *ad quem* (“a que/m”), *in quem* (“na direção de/contra que/m”), *prope quem* (“próximo a/perto de que/m”) e *iuxta quem* (“junto de que/m”) e assim por diante; da mesma forma, o ablativo é o modo de significar pelo modo *ut quo* (“enquanto ‘com/em/por que/m’”), que é restringível como *ut a quo* (“por meio de que/m”), *in quo* (“em que/m”), *sine quo* (“sem

hoc enim quod praepositio casuale coarctat et contrahit, praepositio casuale ad actum reducit, et sufficienter disponit, ut cum actu construatur et sumatur. Hic sumitur actus pro constructibili dependenti ad casuale, non enim dependens ad casuale, mediante praepositione, semper est actus, licet ut frequenter.

81 *Definitio praepositionis.* Est ergo praepositio pars orationis, significans per modum adiacentis alteri casuali, ipsum contrahens, et ad actum reducens, etc.

que/m”) e assim por diante. Essa determinação casual se faz por meio de preposições que são regidas pelo caso ablativo ou acusativo. Por isso, a preposição é entendida como primeiramente restringindo e unindo o modo casual e, depois, reduzindo o casual à ação. Por meio dessa restrição e união, a preposição reduz o casual à ação, dispondo-o suficientemente para ser construído e entendido com a ação. Entenda-se essa ação nos construtíveis que dependem de um casual: a ação, na verdade, não é sempre dependente de um casual por meio de uma preposição, embora frequentemente.

81 *Definição da preposição.* Portanto, a preposição é a parte do discurso que significa por meio do modo de aderir ao outro casual, restringindo-o e reduzindo-o à ação, etc.

## CAPUT XLII

*De modis significandi tam subalternis, quam specialissimis praepositionis*

82 *Praepositionis divisio.* Sub hoc autem modo generalissimo praepositionis, ad modos subalternos per quamdam divisionem descendamus. Dividitur autem iste modus generalissimus praepositionis in tres modos subalternos: quorum primus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis accusativum tantum. Secundus modus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis ablativum tantum. Tertius modus est modus significandi per modum contrahentis et retorquentis accusativum et ablativum, scilicet, utrumque indifferenter.

Et hos tres modos essentielles subalternos vocat Donatus casum praepositionis. Et habet se similiter casus in praepositione, sicut significatio in adverbio, et potestas in coniunctione. Nam sicut significatio in adverbio consistit in modo speciali determinandi, et potestas in coniunctione in speciali modo coniungendi, sic casus in praepositione consistit in speciali modo contrahendi et retorquendi. Et hoc tripliciter variatur, ut dictum est; et ex hoc patet, quod casus non est accidens praepositionis, nisi secundum quod dictum est de significatione in adverbio, et de potestate in coniunctione.

Item, primus modus significandi, scilicet, per modum contrahentis accusativum, dividitur in triginta modos specialissimos, triginta species specialissimas praepositionis constituentes, quae sunt *apud, ante*, etc. quae diversos habent modos contrahendi casuale,

## CAPÍTULO XLII

*Sobre os modos de significar da preposição, tanto os subalternos quanto os mais especiais*

82 *A classificação da preposição.* Do modo mais geral da preposição, voltemo-nos aos seus modos subalternos por meio de uma classificação. O modo de significar mais geral da preposição divide-se em três modos subalternos. O primeiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar apenas o acusativo. O segundo é o modo de significar por meio do modo de restringir e de redirecionar apenas o ablativo. O terceiro é o modo de significar por meio do modo de restringir e redirecionar tanto o acusativo quanto o ablativo indiferentemente.<sup>133</sup>

Donato chama esses três modos essenciais subalternos de caso da preposição. E o caso está para a preposição como a significação está para o advérbio e o poder está para a conjunção. Porque, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder, na conjunção, em um modo especial de conectar, o caso, na preposição, consiste em um modo especial de restringir e de redirecionar. E este varia de três maneiras, como já foi dito. Assim, fica claro que o caso não é um acidente da preposição a não ser da mesma forma em que a significação o é para o advérbio e o poder o é para a conjunção, como foi discutido anteriormente.

O primeiro modo de significar, a saber, o modo de restringir o acusativo, divide-se em trinta modos mais especiais, que se constituem de trinta espécies de preposições, tais como *apud* (“junto de/perto de/na presença de”), *ante* (“diante/antes/adiante”), etc.,

licet in his non inveniatur pluralitas individuorum, sed quot sunt species, tot sunt individua.

Secundus modus significandi, scilicet, modus contrahentis ablativum tantum, subdividitur in quindecim modos specialissimos, quindecim species specialissimas praepositionis constituents; quae sunt, *a*, *ab*, *absque*, etc. De quibus idem est dicendum sicut prius.

Tertius modus significandi, scilicet, per modum contrahentis utrumque casuale, subdividitur in quatuor modos specialissimos, quatuor species praepositionis constituentes, quae sunt, *in*, *sub*, *super*, et *subter*.

Et sic patet, quod sicut modus significandi essentialis generalissimus praepositionis dividitur in modos subalternos, ad specialissimos descendendo, sic praepositio simpliciter sumpta dividitur in praepositiones deservientes accusativo tantum, et in praepositiones deservientes ablativo tantum, et in praepositiones deservientes utrique.

Item praepositiones deservientes accusativo tantum dividuntur in triginta species; et praepositiones deservientes ablativo tantum in quindecim species; et praepositiones deservientes utrique in quatuor species, de quibus omnibus visum est.

83 *Praepositionis etymologia*. Notandum, quod cum praepositio dicatur a praeponendo, quod secundum grammaticos dicitur praeponi orationis dupliciter: uno modo per appositionem, cum praepositio servat sibi vim divisionis, et manet praepositio per eius modum significandi essentialem generalissimum. Et haec est vera

que têm diversos modos de restringir o caso, embora nelas não se encontre uma pluralidade de indivíduos, mas o número de espécies é igual ao de indivíduos.

O segundo modo de significar, a saber, o modo de restringir apenas o ablativo, subdivide-se em quinze modos mais especiais, que se constituem de quinze espécies mais especiais de preposição, as quais são *a*, *ab* (“de”, “desde”, “a partir de”), *absque* (“sem”, “exceto”), etc. Sobre as quais deve-se dizer o mesmo que foi dito anteriormente.

O terceiro modo de significar, a saber, o modo de restringir ambos os casuais, subdivide-se em quatro modos especiais, que se subdividem em quatro espécies de preposição, as quais são: *in* (“em”), *sub* (“sub”), *super* (“sobre”) e *subter* (“abaixo de”).

Fica, assim, esclarecido que, da mesma forma que o modo de significar essencial mais geral da preposição divide-se em modos subalternos que se subdividem em modos mais especiais, da mesma forma a preposição, entendida de maneira simples, subdivide-se em preposições que são regidas apenas pelo acusativo ou apenas pelo ablativo ou por ambos.

Da mesma maneira, as preposições que são regidas apenas pelo acusativo dividem-se em trinta espécies; as preposições que são regidas apenas pelo ablativo, em quinze; as preposições que são regidas por ambos, em quatro, sobre todas as quais já se discutiu.

83 A etimologia de preposição. Deve-se observar que a preposição é assim chamada por antepor-se, porque, segundo os gramáticos, ela antepõe-se às partes do discurso de duas maneiras: por aposição, quando a preposição conserva-se na força da separação, e permanece uma preposição por meio de seu modo de significar

praepositio, et ab aliis partibus orationis distincta. Alio modo praepositur partibus orationis per compositionem; tunc non manet per se dictio, nec pars orationis; sed cadit in vim dictionis, cum qua componitur; et tunc praepositio non retrahit, nec retorquet, sed complet, aut mutat, aut minuit. Praepositio autem dupliciter componitur cum partibus: uno modo separabiliter, ita quod praeter compositionem potest dictionibus adiungi, et a dictionibus separari, et sub proprio modo stare. Alio modo inseparabiliter; et sic non meretur dici praepositio, nisi valde improprie, propter quamdam similitudinem, quam habet cum praepositione in compositione. Nam sicut praepositio in compositione complet, aut mutat, aut minuit, sic etiam istae, ut *distrabo*, *reprobo*, *regredior*, et huiusmodi.

Et ultimo est notandum, quod praepositiones in compositione non sunt verae praepositiones, quia per se nihil significant, cum non sint per se dictiones, nec etiam per se modum significandi habent; sed adduntur aliis dictionibus tamquam syllabicae adiectiones, ut *met*, *pte* et huiusmodi. Quare autem habitudo vel circumstantia causarum attribuitur praepositioni, hoc magis fortasse ex significatione constructibilium extremorum elicitur. Nam praepositio extra compositionem, si per se proferatur, nulla circumstantia causarum per eam exprimitur, nec de vi vocis, nec de vi significati, nec de vi alterius modi significandi. Et sic patent modi significandi praepositionis, qui sunt, et quot sunt, et a quibus proprietatibus sumantur.

essencial mais geral. E essa é a verdadeira preposição e distingue-se das outras partes do discurso. Ou a preposição antepõe-se às partes do discurso por meio da composição e então não se mantém como uma palavra independente nem como uma parte do discurso, mas fica sob influência da força da palavra com que se compõe e, dessa forma, não restringe nem redireciona, mas completa, muda ou diminui. Ora, a preposição pode ser composta de duas maneiras: separadamente, podendo, assim, ser adicionada às palavras na composição, ou ficando separada das palavras e sob seu próprio modo, inseparavelmente, e, dessa forma, não deve ser chamada de preposição, a não ser de maneira muito imprópria e por certa semelhança com a preposição na composição, porque, da mesma maneira que uma preposição em uma composição, ela completa, muda ou diminui, como no caso destas: *distrabo* (“desuno”), *reprobo* (“reprovo”), *regredior* (“retrocedo”), e de outras desse tipo.

E, por *último*, deve-se observar que as preposições nas composições não são verdadeiras preposições, porque, por si mesmas, não significam nada, uma vez que não são palavras independentes, nem têm modo de significar, mas adicionam-se a outras palavras como acréscimos silábicos, como *met*,<sup>134</sup> *pte*<sup>135</sup> e outros desse tipo. O motivo por que se atribui à preposição o hábito ou a circunstância causal talvez derive-se da significação das extremidades dos construtíveis. Porque, se a preposição é proferida fora da composição, isoladamente, nenhuma circunstância causal exprime-se por meio dela, nem por força de voz, nem por força de significado, nem por força de outro modo de significar. E assim ficam expostos os modos de significar da preposição, quais e quantos são e de que propriedades se derivam.

## CAPUT XLIII

### *De modo significandi essentiali generalissimo interiectionis*

84 *Interiectio*. Modus significandi essentialis generalissimus interiectionis est modus significandi per modum determinantis alterum, quod est verbum, vel participium, affectiones animi repraesentans. Nam cum anima afficitur motu doloris, gaudii, metus, et huiusmodi, hoc per interiectiones exprimitur. Unde interiectio determinat verbum, vel participium, non simpliciter, sed in comparatione ad animam, eius affectum exprimens.

Interiectio ergo est pars orationis significans per modum determinantis alterum, quod est verbum, vel participium, affectus vel motus animae repraesentans. Et hoc voluit Donatus significare, cum dixit, quod interiectio est pars orationis significans mentis affectum, voce incognita; id est, conceptum mentis sub voce non deliberata, sed quasi abrupte prolata.

## CAPÍTULO XLIII

### *Sobre o modo de significar essencial mais geral da interjeição*

84 *A interjeição.* O modo de significar mais geral da interjeição é o modo de significar pelo modo de determinar o outro, que é um verbo ou particípio, ao representar os estados da alma. Porque, quando a alma é afetada por um movimento de dor, alegria, medo ou outros desse tipo, isso é *expressado* pela interjeição. Daí que a interjeição determine o verbo ou o particípio não de maneira simples, mas em analogia à alma, expressando seu estado.

A interjeição é, portanto, a parte do discurso que significa por meio do modo de determinar o outro, que é o verbo ou o particípio, ao representar o estado ou o movimento da alma. E foi isso que Donato quis dizer quando declarou que a interjeição é a parte do discurso que significa o estado da mente com um som incognoscível, i.e., um conceito da mente sob um som não deliberado, proferido como que abruptamente.

## CAPUT XLIV

*De modis significandi specialissimis, et de sufficientia divisionis interiectionis*

85 *Interiectionis divisio.* Sub hoc modo essentiali generalissimo interiectionis, ad modos specialissimos descendamus. Dividitur autem ille modus in quatuor modos speciales.

Primus est modus significandi interiectionis per modum determinantis alterum, motum doloris, vel tristitiae in anima repraesentans. Et iste modus constituit interiectionem doloris, ut *heu*. Secundus modus est modus significandi per modum determinantis alterum, motum gaudii vel laetitiae in anima repraesentans. Et iste modus constituit interiectionem laetitiae, ut *evax*, et huiusmodi. Tertius modus est modus significandi per modum determinantis alterum, motum admirationis in anima repraesentans. Et hic modus constituit interiectionem admirationis, ut *papae*, et huiusmodi. Quartus modus est modus significandi per modum determinantis alterum, motum terroris, vel metum repraesentans. Et iste modus constituit interiectiones metus, ut *deeh*, *at*, et similia. Et hos quatuor modos specialissimos essentials interiectionis Donatus sub significatione comprehendit; et habet eodem modo se significatio ad interiectionem, sicut significatio ad adverbium, et potestas ad coniunctionem, et casus ad praepositionem. Sicut enim significatio in adverbio consistit in speciali modo determinandi, et potestas in coniunctione in speciali modo coniungendi, et casus in praepositione in speciali modo contrahendi; sic significatio interiectionis consistit in speciali modo determinandi, specialem motum in anima repraesentans. Et hoc consistit in quatuor

## CAPÍTULO XLIV

### *Sobre os modos mais especiais e a classificação adequada da interjeição*

85 *Divisão da interjeição.* Desse modo mais geral da interjeição voltemo-nos aos seus modos mais especiais. Esse modo pode ser dividido em quatro modos especiais.

O primeiro modo de significar da interjeição é o modo de determinar o outro pelo movimento da dor ou da tristeza que a alma apresenta. E esse modo constitui a interjeição de dor, como *heu* (“Ai!”). O segundo modo é o modo de determinar o outro pelo movimento do prazer ou da alegria na alma. E esse modo constitui a interjeição da alegria que a alma apresenta, como *evax* (“Bravo!”) e outros desse tipo. O terceiro modo é o modo de significar pelo modo de determinar o outro pelo movimento da admiração que a alma apresenta. E esse modo constitui a interjeição de admiração, como *papae* (“Cáspite!”), e outras como essa. O quarto modo é o modo de significar o outro pelo movimento do terror ou do medo que a alma apresenta. E esse modo constitui as interjeições do medo, como *deeh*, *at*<sup>136</sup> e outras similares.

Donato incluiu esses modos essenciais mais especiais da interjeição na significação. E a significação está para a interjeição da mesma forma que a significação está para o advérbio, o poder para a conjunção e o caso para a preposição. Pois, assim como a significação no advérbio consiste em um modo especial de determinar e o poder na conjunção em um modo especial de conectar e o caso na preposição em um modo especial de restringir, da mesma forma a significação da interjeição consiste em um modo especial

modis, ut visum est. Et ideo significatio non est accidens interiectionis, nisi sicut visum est de aliis.

86 Sufficientia istarum specierum sic potest accipi: cum interiectio determinat verbum, et exprimit motus et affectiones in anima, potest ergo anima moveri circa convenientia, vel circa non convenientia, vel circa medio modo se habentia. Si circa convenientia, sic sunt interiectiones laetitiae; si circa non convenientia, hoc est dupliciter; vel cadunt sub tempus praesens, et sic sunt interiectiones doloris; vel sub futurum, et sic sunt interiectiones metus, quia de praesenti dolemus, et de future timemus; si autem anima afficitur circa medio modo se habentia, sic sunt interiectiones admirationis.

Notandum ergo est, quod interiectiones, et aliae partes indeclinabiles, non tot modos significandi habent, quot partes declinabiles, quia significatum partium indeclinabilium paucis subsistit proprietatibus, sed significatio partium declinabilium multis: ideo pauciores sunt modi significandi partibus indeclinabilibus, quam declinabilibus.

Et sic patet modi significandi interiectionis, qui sunt, et quot sunt, et unde oriantur.

87 Et haec de modis significandi essentialibus et accidentalibus octo partium orationis, prout ad etymologiam spectant, dicta sufficient.

de determinar que representa um movimento especial na alma. E consiste em quatro modos, como foi visto. Portanto, a significação não é um acidente da interjeição, a não ser no sentido que já foi visto para outras (partes do discurso).

86 A explicação adequada dessas espécies pode ser entendida assim: quando a interjeição determina o verbo e exprime os movimentos e os estados na alma, a alma pode ser movida acerca do apropriado ou do inapropriado ou de um termo médio entre os dois. Se são acerca do apropriado, são, assim, interjeições de alegria. Se são acerca do inapropriado, são de dois tipos: ou caem no tempo presente e são, assim, interjeições de dor, ou no futuro e são, assim, interjeições de medo. Porque, sobre o presente, sofremos e, sobre o futuro, tememos. Se, no entanto, a alma comove-se de uma maneira intermediária, surgem as interjeições de admiração.

É necessário observar que as interjeições e as outras partes indeclináveis não possuem a mesma quantidade de modos de significar que as partes declináveis, porque o significado das partes indeclináveis subsiste com poucas propriedades, mas a significação das partes declináveis com muitas. Por isso, existem menos modos de significar nas partes indeclináveis do que nas declináveis.

Ficam assim esclarecidos os modos de significar da interjeição: quantos e quais são e de onde se originam.

87 E o que foi dito sobre os modos de significar essenciais e accidentais das oito partes do discurso, do ponto de vista do estudo das palavras, é o suficiente.

## CAPUT XLV

### *De tribus passionibus octo partium orationis in generali*

88 *Orationis passiones.* Habito de modis significandi octo partium orationis, sub ratione, qua sunt principium formale partium sermonis, secundum quem modum pertinent ad etymologiam, consequenter de ipsis dicamus prout sunt principium efficiens intrinsecum constructionis, et aliarum passionum sermonis, secundum quem modum pertinent ad diasyntheticam; et hoc nihil aliud est, quam applicare eos ad constructionem, congruitatem, et perfectionem, ostendendo qui modi significandi, quarum constructionum, congruitatum, perfectionum, sunt principia. De his ergo tribus passionibus determinemus.

89 *Principia constructionis.* Primo earum principia in generali videamus. Sunt autem quatuor principia essentialia construendi sermonem congrue et perfecte, scilicet, materiale, formale, efficiens, et finale

*Materiale.* Principium materiale construendi sunt constructibilia; quia sicut se habet subiectum ad accidens, sic se habent constructibilia ad constructionem: sed subiectum est materia accidentis, nam accidens non habet materiam ex qua, sed in qua; ergo constructibilia sunt materia constructionis. Et unius constructionis non sunt plura, vel pauciora duobus; quia, ut patebit, constructio causatur ex dependentia unius constructibilis ad alterum: sed una dependentia non est nisi duorum, scilicet, dependentis, et determinantis; ergo unius constructionis non sunt nisi duo constructibilia principalia, scilicet, dependens, et terminans.

## CAPÍTULO XLV

### *Sobre as três disposições das oito partes do discurso em geral*

88 *As disposições do discurso.* Tendo discutido, do ponto de vista do estudo das palavras, a respeito dos modos de significar das oito partes do discurso enquanto princípio formal das partes do discurso, discutamos, a seguir, sobre os mesmos modos enquanto princípio eficiente intrínseco da construção e sobre as outras disposições do discurso conforme a sintaxe. E isso nada mais é que aplicar esses modos à construção, à gramaticalidade e à completude, mostrando quais deles são princípios de que construções, gramaticalidades e completudes. Sendo assim, determinemos essas três disposições.

89 *Os princípios da construção.* Primeiramente, vejamos quais são esses princípios de um modo geral: os princípios essenciais para a construção de um discurso gramatical e completo são quatro, a saber: o material, o formal, o eficiente e o final.

*Material.* O princípio material da construção são os construtíveis, porque, assim como o sujeito está para o acidente, da mesma forma os construtíveis estão para a construção. Mas o sujeito é a matéria do acidente, porque o acidente não tem matéria “de que”, mas “em que”. Portanto, os construtíveis são a matéria da construção. E para uma construção não existem mais ou menos que dois construtíveis, porque, como ficará claro, a construção é causa da dependência de um construtível no outro, mas essa dependência não existe senão entre dois elementos, a saber: o dependente e o determinante. Portanto, em uma construção não existem senão dois construtíveis principais, a saber: o dependente e o determinante.

Et ex hoc patet error dicentium hanc constructionem esse unam: *homo albus currit bene*. Nam hic sunt diversa dependentia: una, qua adiectivum dependet ad substantivum: alia, qua verbum dependet ad suppositum: tertia, qua determinans dependet ad determinabile; ergo non erit hic una constructio. Similiter cum dicitur: *Socrates percutit Platonem*: hic propter diversas dependentias verbi ad suppositum ante se, et ad obliquum post se, non potest esse una construction, ut de se patet.

*Formale*. Principium formale constructionis est unio constructibilium; hoc enim est forma rei, per quod res habet esse: sed constructio habet esse per constructibilium unionem; ergo constructibilium unio est forma constructinis.

*Efficiens*. (*intrinsicum, extrinsicum*). Principium efficiens constructionis est duplex, scilicet, extrinsicum, et intrinsicum. Intrinsicum sunt modi significandi respectivi, ratione quorum vel unum constructibile est ad alterum dependens, vel alterius dependentiam determinans; a quibus modis significandi respectivis abstrahuntur duo modi significandi generales, scilicet, modus dependendi in uno constructibili, et modus dependentiam terminans in altero constructibili.

Et hi modi significandi dicuntur efficere constructionem, pro tanto, quia praeparant et disponunt constructibilia ad actualem unionem, quae fit per intellectum; licet quaedam magis remote, et quaedam magis propinque, ut patebit in sequentibus. Et dicuntur

Disso fica claro o erro dos que dizem que esta construção é uma: *homo albus currit bene* (“O homem pálido corre bem”). Porque aqui existem diversas dependências: uma, em que o adjetivo depende do substantivo; outra, em que o verbo depende do sujeito; uma terceira, em que o determinante depende do determinável. Portanto, não haverá aqui uma única construção. Da mesma maneira, quando se diz: *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates bate em Platão”), por causa das diversas dependências do verbo para com o sujeito, antes de si, e para com o objeto, depois de si, não pode haver uma única construção, como fica autoevidente.

*Formal.* O princípio formal da construção é a união dos construtíveis. A coisa tem o ser a partir de sua forma: a construção tem o ser pela união dos construtíveis. Portanto, a união dos construtíveis é a forma da construção.

*Eficiente. (intrínseco, extrínseco).* O princípio eficiente da construção é duplo, a saber, extrínseco e intrínseco. O intrínseco são os modos de significar respectivos por meio de que um construtível depende ou determina a dependência de outro. Dois modos de significar gerais podem ser abstraídos desses modos de significar respectivos, a saber: o modo de depender de um construtível e o modo que determina a dependência em outro construtível.

E é dito que esses modos produzem uma construção, porque preparam e predispõem os construtíveis para a união ativa, que é feita pelo intelecto, embora alguns mais remotamente e outros mais de perto, como ficará claro a seguir. E esses modos de significar são

modi significandi principium intrinsecum, quasi inter constructibilia manentes.

Sed principium efficiens extrinsecum est intellectus, qui constructibilia per modos significandi disposita et praeparata actu unit in constructione et sermone. Constructibilia enim, qualitercumque summe disponantur ad unionem per suos modos significandi, nunquam tamen unum constructibile actu se alteri unit; sed hoc fit per intellectum, ut dictum est. Et dicitur intellectus principium extrinsecum, quasi extra constructibilia manens.

*Finale.* Principium finale est expressio mentis conceptus compositi. Quia, ut dicitur *V Metaph. Text 21*, finis est, gratia cuius aliquid fit: sed constructio partium orationis fit gratia expressionis mentis conceptus compositi; ergo expressio mentis conceptus composite est finis constructionis. Unde Philosophus *I Peri. Cap. 1* dicit, quod ea quae sunt in voce, id est, voces significativae in prolatione, quales sunt orationes grammaticae, sunt notae passionum earum, quae sunt in anima: scilicet signa conceptus mentis, vel animae: signum autem est finaliter propter significatum; ergo constructio vel oratio in grammatica est finaliter propter exprimendum mentis conceptum.

chamados de princípio intrínseco porque como que permanecem entre os construtíveis.

Por outro lado, o princípio eficiente extrínseco é o intelecto, que une em ato, na construção e no discurso, os construtíveis dispostos e preparados pelos modos de significar. Os construtíveis, na verdade, não importa o quanto estejam maximamente dispostos para a união por meio de seus modos de significar, nunca se unem um ao outro em ato por si mesmos, porque isso só é feito por meio do intelecto, como já foi dito. E o intelecto é chamado de princípio extrínseco porque como que permanece fora dos construtíveis.

*Final.* O princípio final é a expressão de um conceito composto da mente. Porque, como consta no texto 21 do livro X da *Metafísica*, o fim é para o que alguma coisa é feita:<sup>137</sup> a construção das partes da oração é feita para a expressão de um conceito composto da mente. Portanto, a expressão de um conceito composto da mente é o fim da construção. Por isso, Aristóteles diz, no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da interpretação*,<sup>138</sup> que as coisas que estão em palavras, i.e., as palavras na proferição, que são as sentenças gramaticais, são indícios dos estados das coisas que estão na alma, a saber: sinais de um conceito da mente ou da alma. A finalidade de um sinal é seu significado. Portanto, a finalidade de uma construção ou sentença na gramática é a expressão de um conceito da mente.

## CAPUT XLVI

### *De natura constructionis in se, via definitionis*

90 *Constructionis definitio.* Consequenter videamus de istis tribus passionibus in speciali; et primo de constructione, secundo de congruitate, et tertio de perfectione, quia constructio est potior congruitate, et congruitas prior perfectione, ut patebit.

Ad cognoscendum naturam constructionis in se, et in suis partibus subiectivis, notandum est, quod constructio est quoddam incomplexum univocum. Secundum autem Boëtium, incomplexum univocum habet duplicem cognitionem, scilicet, per definitionem, qua res cognoscitur secundum sui esse; et per divisionem, qua res cognoscitur secundum sui posse. Ad definitionem ergo constructionis, et ad eius divisionem procedamus. Definitur ergo constructio sic: constructio est constructibilium unio, ex modis significandi, et intellectus causata, ad exprimendum mentis conceptum compositum finaliter adinventata.

Ad cuius intellectum est notandum, quod definitio dat causam innotescendi et cognoscendi rem, ut VI *Topicorum, Cap. 1*. Sed res cognoscitur per suas causas, ex quibus habet esse; ergo per suas causas habet definiri. Ex hoc sequitur, quod aliquid sufficientius cognoscitur, cum per suas causas omnes cognoscitur, quam quando cognoscitur per quasdam eius causas tantum, ut patet ex intentione Philosophi VI *Metaph. Text 1* et deinceps. Sed praedicta definitio aggregat in se omnes causas constructionis; nam per ly (= illam) constructibilium tangitur causa materialis; per ly unio, causa formalis; per ly ex modis significandi causata tangitur causa efficiens intrinseca; per ly ab intellectu causata, causa efficiens

## CAPÍTULO XLVI

### *Sobre a natureza da construção em si por meio da definição*

90 *A definição de construção.* Em seguida, vejamos essas três disposições de maneira específica: em primeiro lugar, a construção; em segundo, a gramaticalidade; em terceiro, a completude. Como ficará claro, a construção vem antes da gramaticalidade e esta antes da completude.

Para saber a natureza da construção em si e em suas partes subordinadas, é necessário observar que a construção é algo completo e unívoco. Segundo Boécio, algo completo e unívoco pode ser entendido de duas maneiras, a saber: por uma definição, em que se conhece uma coisa segundo sua essência; por uma classificação, em que se conhece uma coisa potencialmente. Portanto, definiremos e classificaremos a construção. E assim se define a construção: a construção é a união dos construtíveis por meio dos modos de significar, causada pelo intelecto como expediente cuja finalidade é exprimir um conceito composto da mente.

Para o entendimento disso, é necessário observar que a definição torna a coisa manifesta e conhecida, segundo o primeiro capítulo do sexto livro dos *Tópicos*. Todavia, a coisa é conhecida por suas causas, a partir das quais tem sua essência; logo, deve ser definida por suas causas. Disso, segue-se que qualquer coisa é mais suficientemente conhecida quando é conhecida por todas as suas causas que quando é conhecida por apenas algumas de suas causas, que é claramente o que Aristóteles quer dizer no texto 1 do livro VI da *Metafísica* e logo a seguir.<sup>139</sup> O que foi dito acima agrega em si todas as causas da construção: a causa material é atingida por meio dos construtíveis; a causa formal por meio da união; a cau-

extrinseca; per ly ad exprimendum mentis conceptum tangitur  
causa finalis; ergo dicta definitio est sufficiens.

sa eficiente intrínseca por meio dos modos de significar; a causa eficiente extrínseca por meio do intelecto; a causa final é atingida por meio da expressão de um conceito da mente. Por conseguinte, essa definição é suficiente.

## CAPUT XLVII

### *De constructione in suis partibus via divisionis*

91 *Constructionis divisio.* Visa natura constructionis in se via definitionis, consequenter eius naturam videamus in suis partibus, via divisionis, secundum omnes grammaticos. Prima divisio constructionis est haec: constructionum alia transitive, alia intransitiva. Et ista divisio est sufficiens, quia ad has duas differentias reducuntur omnes constructionum species. Nam retransitiva, et reciproca ad transitivam reducuntur, ut postea patebit.

Ad intellectum membrorum huius divisionis est notandum, quod in omni genere est dare primum, quod est metrum et mensura aliorum, ut scribitur *X Metaph. Com. 7.* Est ergo in genere constructibilium dare primum constructibile; et si est dare primum, etiam erit dare, secundum, quia primum et secundum sunt differentiae ordinis. Et illud est in omni constructione constructibile primum, quod post se dependet ad obliquum; illud vero secundum, quod ante se dependet ad suppositum. Illud est etiam secundum, quod dependet ad determinabile. Et ratio horum est, quia illud, quod post se dependet ad obliquum, dependet ad ipsum ut ad terminum et ultimum; quod autem ante se dependet ad suppositum dependet ad ipsum ut ad principium et ad primum; quod autem dependet ad suum determinabile dependet ad aliquid prius se; determinatio autem, et dispositio rei, est posterior ipsa re.

## CAPÍTULO XLVII

*Sobre a construção, em suas partes, por meio de sua classificação*

91 *A classificação da construção.* Tendo visto a natureza da construção por meio da definição, vejamos, a seguir, em suas partes, por meio da classificação, de acordo com todos os gramáticos. A primeira distinção da construção é esta: a construção ou é transitiva ou é intransitiva. E essa divisão é suficiente, porque todas as espécies de construções são redutíveis a essas duas diferenças. Porque as bitransitivas e as reflexivas são redutíveis à transitiva, como ficará claro a seguir.

Para o entendimento dos membros dessa divisão, é necessário observar que em todo gênero deve haver um primeiro que seja o metro e a medida dos outros, como está escrito no texto e no comentário 7 do livro X da *Metafísica*.<sup>140</sup> No gênero dos construtíveis deve haver um primeiro construtível. E, se deve haver um primeiro, deve, obviamente, haver um segundo, porque o primeiro e o segundo são de ordem diferente. Em toda construção, há um construtível primeiro que depende de um oblíquo posterior a si ou um segundo, que depende de um suposto anterior a si. De fato, o segundo é aquele que depende do suposto que está antes de si. Será segundo porque depende de um determinável. E a razão disso é que aquele que depende de um oblíquo depois de si depende dele como término e último, e aquele que depende de um suposto depende deste como princípio e primeiro. Ademais, aquele que depende de seu determinável depende de algo anterior a si. Ora, a determinação e a disposição da coisa é *posterior à própria coisa*.

Item notandum, quod cum omnis constructio requirat duo constructibilia, oportet unum esse dependens, et alterum dependentiam terminans; quod sic probatur: quia illa duo constructibilia, ex quibus fit constructio, aut ambo dependent; aut ambo dependentiam terminant; aut unum dependet, et alterum dependentiam terminat: sed non possunt ambo dependere, quia dependens accipitur ut quid in potentia: sed ex duobus entibus in potentia non fit aliquid unum, ut dicitur VII *Metaph. Text Com.* 56; ergo ex duobus dependentibus non fit constructio. Item, si ambo dependerent, mutuo dependerent: sed quae mutuo dependent sunt simul natura; ergo talia non sunt secundum prius, et posterius ordinata; dictum est enim quod constructibile est ordo secundum prius et posterius; ergo etc.

Item, constructibilia non possunt ambo terminare, quia terminans, ut est terminans, est ens in actu: sed ex duobus entibus in actu non fit tertium; ergo non possunt ambo terminare. Relinquitur ergo, quod constructibile unum sit dependens, alterum vero dependentiam terminans. Nam sicut ex materia et forma, quorum unum est in actu, alterum vero in potentia, fit per se compositum in natura; sic ex ratione dependendi et terminandi fit per se constructio in sermone. Illud autem constructibile est dependens, quod ratione alicuius modi significandi tantum petit vel exigit; illud vero constructibile est terminans quod ratione alicuius modi significandi tantum dat, vel concedit, etc.

92 *Constructio intransitiva et transitiva.* Resumo ergo quod dictum est, quod in omni constructione est primum constructibile, et secundum. Aut ergo secundum dependet ad primum, aut primum dependet ad secundum, secundo per sui dependentiam a

Igualmente, é necessário observar que, como toda construção requer dois construtíveis, convém que um seja o dependente e que o outro determine a dependência. O que se prova assim: de dois construtíveis, de que é feita uma construção, ou ambos dependem ou ambos determinam uma dependência, ou um depende e o outro determina uma dependência. Não podem ambos depender, porque o que depende é derivado de algo em potencial, mas de dois entes em potencial não se faz algo uno, como diz o texto e o comentário 56 do livro VII da *Metafísica*.<sup>141</sup> Logo, de dois dependentes não é feita uma construção. Igualmente, se ambos dependessem, dependeriam mutuamente, mas, os que dependem mutuamente são de natureza simultânea, logo, não são ordenados segundo o anterior e o posterior. Como foi dito, a ordem dos construtíveis é de tipo anterior-posterior.

De igual maneira, os construtíveis não podem ambos determinar, porque o determinante, como determinante, é um ente em ato; mas, de dois entes em ato não se faz um terceiro; logo, não podem ambos determinar. Resta, portanto, que um dos construtíveis seja o dependente e o outro o determinante da dependência. Porque, assim como da matéria e da forma, das quais uma existe em ato e a outra em potência, é feito um composto na natureza, da mesma maneira, por meio da dependência e da determinação, é feita uma construção no discurso. Um construtível é dependente porque, devido a algum modo de significar, apenas pede e exige. Um construtível é determinante porque, devido a algum modo de significar, apenas dá ou concede.

92 *As construções transitiva e intransitiva*. Resumindo o que o que foi dito: em toda construção existe um primeiro e um segundo construtível. Ou o segundo depende do primeiro ou o primeiro depende do segundo, que, por ser independente, aparta-se do

primo recedente. Si secundum dependet ad primum, sic est constructio intransitiva. Constructio ergo intransitiva est constructio, in qua secundum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad primum; ut dicendo, *Socrates currit*, hoc verbum *currit*, quod est constructibile secundum in hac constructione, dependet ad suppositum, quod est primum constructibile. Item dicendo, *Socrates legit bene*, hoc adverbium *bene*, quod est secundum constructibile in ista constructione, dependet ad verbum, quod est primum constructibile.

Si autem primum constructibile dependet ad secundum, secundo non dependente ad primum, sed ad aliud a primo diversum, sic est transitiva. Constructio ergo transitiva est in qua primum constructibile, per suos modos significandi, dependet ad secundum, secundo per eius dependentiam a primo recedente, si dependens fuerit. Et dico, si dependens fuerit, quia in hac constructione quandoque constructibile dependentiam non habet, sed solum primi constructibilis dependentiam terminat; ut sic dicendo: *percutio Socratem*. Quandoque autem secundum constructibile dependentiam habet, ut sic dicendo: *video legentem librum*, hoc participium *legentem*, in ista constructione cum hoc, quod dependentiam verbi terminat ante se, quod est primum constructibile in hac oratione, etiam dependet ad obliquum post se, quod est diversum a constructibili primo.

*Constructio reciproca et retransitiva.* Ex istis patet, quod constructio reciproca, et retransitiva, sub transitiva continentur. Nam constructio reciproca transitiva est, ut dicendo: *Socrates diligit se*; quia hoc constructibile primum dependet ad secundum, secundo non dependente ad primum, sed ad aliud, si dependet. Item retransitiva est ex duobus transitivis composita, ut

primeiro. Se o segundo depende do primeiro, a construção é intransitiva. Portanto, a construção é intransitiva quando o segundo construtível, por seus modos de significar, depende do primeiro. Como quando se diz *Socrates currit* (“Sócrates corre”), em que o verbo *currit* (“corre”), que é o segundo construtível da construção, depende do suposto, que é o primeiro. Igualmente, quando se diz *Socrates legit bene* (“Sócrates lê bem”), o advérbio *bene* (“bem”), que é o segundo construtível nessa construção, depende do verbo, que é o construtível primeiro.

Se, porém, o primeiro construtível depende do segundo e este não depende do primeiro, mas de outro que não o primeiro, a construção é transitiva. Logo, a construção transitiva é aquela em que o primeiro construtível, por seus modos de significar, depende do segundo, o qual se separa do primeiro pela sua dependência, se for dependente. Digo “se for dependente” porque algumas vezes o construtível não tem dependência, mas apenas completa a dependência do primeiro construtível, como quando se diz *percutio Socratem* (“Bato em Sócrates”). Algumas vezes, porém, o segundo construtível tem uma dependência, como quando se diz *video legentem librum* (“Vejo quem lê o livro”), o particípio *legentem* (“quem lê”) completa a dependência do verbo, que é o primeiro construtível da oração, mas também depende do oblíquo depois de si, que é diferente do primeiro construtível.

*As construções reflexiva e bitransitiva.* Disso fica claro que as construções reflexiva e bitransitiva são classificadas como transitivas. Porque a construção reflexiva é transitiva, como em: *Socrates diligit se* (“Sócrates gosta de si”), em que o construtível primeiro depende do segundo e o segundo não depende do primeiro, mas de outro, se é que depende. Igualmente, uma bitransitiva é composta de duas tran-

dicendo: *Socrates rogat me, ut diligam eum*; ideo sub transitiva continetur.

93 *Constructionis transitivae et intransitivae etymologia.* Et sciendum, quod istae duae differentiae, transitivum et intransitivum, sumuntur in constructionibus metaphorice, id est, per quamdam similitudinem transitus realis. Nam aliquis dicitur realiter transire, quando transit de uno loco ad alium a primo diversum. Cum autem quis procedit ad aliquem terminum primum, et in isto manet, inde non divertens, tunc dicitur non transire. Sic in constructione intransitive, quia dependentia unius, id est, posterioris constructibilis, vadit ad primum, inde non transiens, ideo intransitiva dicitur, ut: *Socrates currit*; in constructione vero transitiva, dependentia posterioris non vadit ad primum, sed transit ad aliud diversum a primo, ideo transitiva merito nuncupatur.

Notandum ulterius, quod in constructione intransitiva posterius constructibile, dependens ad primum, aliquo modo nititur identificari cum eo. In constructione autem transitiva posterius constructibile non dependet ad primum, sed per suam dependentiam a primo recedens, aliquo modo nititur diversificari ab eo. Et inde est, quod antiqui grammatici dantes definitiones constructionis transitivae, et intransitivae, dabant eas per idem, et diversum, dicentes, constructionem intransitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad idem, vel tanquam ad idem videntur pertinere; constructionem autem transitivam esse illam, in qua constructibilia pertinent ad diversa, vel videntur pertinere ad diversa.

Illud autem debet intelligi modo, quo dictum est; quia pro tanto constructibilia in constructione intransitiva dicuntur pertinere ad

sitivas, como quando se diz *Socrates rogat me, ut diligam eum* (“Sócrates me pede que goste dele”); logo, é classificada como transitiva.

93 *A etimologia das construções transitivas e intransitivas.* Deve-se saber que essas duas distinções, transitivo e intransitivo, são entendidas metaforicamente, i.e., por possuírem certa semelhança com a transição real.<sup>142</sup> Porque se diz que alguém realmente transitou quando se deslocou de um lugar para outro diferente do primeiro. Quando alguém avança para algum primeiro termo e nele permanece, não se apartando deste, diz-se então que não transita. É assim na construção intransitiva, porque a dependência de um, i.e., do construtível posterior, vai ao primeiro, e dali não transita, por isso é chamada de intransitiva, como em *Socrates currit* (“Sócrates corre”). Já na construção transitiva a dependência do posterior não vai ao primeiro, mas transita para outro diferente do primeiro, por isso é chamada propriamente de transitiva.

Além disso, deve-se observar que, na construção intransitiva, o construtível posterior, que depende do primeiro, de alguma maneira inclina-se a identificar-se com ele. Porém, na construção transitiva, o construtível posterior não depende do primeiro, mas, afastando-se do primeiro por sua dependência, de algum modo inclina-se a diversificar-se dele. E é por isso que os gramáticos antigos, ao darem as definições de construção transitiva e intransitiva, davam-nas pelo mesmo e pelo diferente,<sup>143</sup> dizendo que a construção intransitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, ao mesmo, e que a construção transitiva é aquela em que os construtíveis pertencem, ou parecem pertencer apenas, a coisas diferentes.

Mas isso deve ser entendido da maneira como já foi discutido: quanto aos construtíveis na construção intransitiva, diz-se que

idem, quia posterius constructibile, per suum modum significandi, dependens ad primum, aliquo modo nititur identificari cum eo. Pro tanto etiam constructibilia in constructione transitiva dicuntur pertinere ad diversa, quia posterius constructibile, per suam dependentiam a primo constructibili recedens, aliquo modo nititur diversificari cum eo, vel ab eo. Et sic patet, quid est constructio transitiva, et intransitiva, et quare sic nominatur.

pertencem ao mesmo, porque o construtível posterior, por seu modo de significar, depende do primeiro e, de certa forma, inclina-se a identificar-se com ele. Quanto aos construtíveis na construção transitiva, diz-se que pertencem a coisas diferentes, porque o construtível posterior, por sua dependência, ao afastar-se do primeiro, de certa forma, inclina-se a ser diferente ou apartar-se dele. E fica assim esclarecido o que é a construção transitiva e a intransitiva e porque são assim denominadas.

## CAPUT XLVIII

*De divisione constructivis intransitivae per actus et personas, et specialiter de intransitiva actuum*

94 *Constructio intransitiva actuum et personarum.* Viso de constructione transitiva et intransitiva, consequenter descendamus ad suas species. Dividitur autem constructio intransitiva in constructionem intransitivam actuum, et constructionem intransitivam personarum. Constructio intransitiva actuum est in qua constructibile dependens, per modum actus significat, ut dicendo, *Socrates currit*. Constructio intransitiva personarum est in qua constructibile dependens significat per modum substantiae, vel quomodolibet aliter, ut dicendo: *Socrates albus currit bene*. Unde sub his ulterius descendamus.

Iuxta quod notandum est, quod cum constructio intransitiva actuum sit constructio suppositi cum appposito, et intransitiva personarum sit determinabilis cum determinatione, ideo secundum diversitatem suppositorum, et diversitatem determinantium, diversificatur constructio intransitiva actuum et personarum.

95 *Constructio intransitiva actuum.* Iuxta quod notandum, et primum de constructione intransitiva actuum, quod in omni constructione perfecta requiruntur duo extrema, secundum situm distantia, scilicet, suppositum, et appositum. Et cum appositum significet per modum distantis a supposito secundum situm, ideo supposito addi non potest sine medio. Tale autem medium est ipsa compositio, ut dictum est de verbo; et ideo compositio in huiusmodi dependentia maxime est verbo necessaria. Ex quo patet, quod omne verbum requirit suppositum, sive sit personale,

## CAPÍTULO XLVIII

*Sobre a classificação da construção intransitiva por atos e pessoas e especificamente sobre a intransitiva de atos*

94 *A construção intransitiva de atos e de pessoas.* Após considerar a construção transitiva e a intransitiva, a seguir, voltemo-nos a suas espécies. A construção intransitiva divide-se em construção intransitiva de atos e de pessoas. A construção intransitiva de atos é aquela em que o construtível dependente significa pelo modo do ato, como quando se diz: *Socrates currit* (“Sócrates corre”). A construção intransitiva de pessoas é aquela em que o construtível dependente significa pelo modo da substância, ou de qualquer outra forma, como quando se diz: *Socrates albus currit bene* (“O pálido Sócrates corre bem”). A seguir, trataremos desses assuntos. Ademais, deve-se observar que, sendo a construção intransitiva de atos uma construção de um suposto com um aposto e a intransitiva de pessoas uma construção de um determinável com sua determinação, a construção intransitiva de atos e de pessoas diversifica-se de acordo com a diversidade dos atos e das pessoas.

95 *A construção intransitiva de atos.* Também deve ser observado, e primeiro da construção de atos, que em toda construção perfeita requerem-se dois extremos, de acordo com a sua posição de distância, a saber: o suposto e o aposto. E como o aposto significa por meio do modo da distância de posição com relação ao suposto, o aposto, por isso, não pode ser construído com o suposto sem um intermediário. Tal intermediário é a própria composição, como foi discutida a respeito do verbo, e, por essa razão, a composição nesse tipo de dependência é muito necessária ao verbo.

sive impersonale, sive finitum, sive infinitum. Non tamen idem, sed aliud et aliud, secundum quod compositio cum modo verbi fuerit aliter et aliter contracta, modo significandi casui proportionabili.

Resumo ergo quod dictum est, quod cum constructio intransitiva actuum sit constructio suppositi cum apposito; et cum nihil supponat, nisi casus, vel habens casum, ideo secundum diversitatem casus supponentis, diversificatur constructio intransitiva actuum. Aut ergo nominativus casus supponit, ut dicendo: *Socrates currit*; aut genitivus casus supponit, ut dicendo: *Socratis interest*; aut dativus casus supponit, ut dicendo: *Socrati accidit*; aut accusativus supponit, ut dicendo: *Socratem legere oportet*; aut ablativus casus supponit, ut dicendo: *A Socrate legitur*. Vocativus autem supponere non potest, cum sibi ratio principii repugnet, ut visum est supra de nomine.

Disso fica claro que todo verbo requer um suposto, seja pessoal, seja impessoal, seja finito, seja infinito. Porém, não o mesmo, mas de uma ou outra forma, segundo a composição com o modo do verbo e com o modo proporcional de significar do caso.

Portanto, assim resumo o que foi discutido: a construção intransitiva de atos é uma construção de suposto com aposto que não faz referência a nada além do caso, ou àquilo que tem caso. Portanto, de acordo com a diversidade dos casos denotados, diversifica-se a construção intransitiva de atos. Portanto, (uma construção transitiva de atos) faz referência: ou ao caso nominativo, como em: *Socrates currit* (“Sócrates corre”); ou ao caso genitivo, como em: *Socratis interest* (“É do interesse de Sócrates”); ou ao caso dativo, como em: *Socrati accidit* (“Acontece a Sócrates”); ou ao caso acusativo, como em: *Socratem legere oportet* (“É oportuno que Sócrates leia”); ou ao caso ablativo, como em: *a Socrate legitur* (“lido por Sócrates”). O vocativo, no entanto, não pode fazer referência (a um suposto), porque é incompatível com a posição de princípio, como foi discutido anteriormente sobre o nome.<sup>144</sup>

## CAPUT XLIX

### *De principiis congruitatis constructionis intransitivae actuum*

#### 96 *Congruitatis principia sex*

*Nominativi.* Principia congruitatis circa singulas partes iam dictas assignare possumus. Notandum ergo primo, quod congruitatis principia constructionis verbi personalis cum supposito nominativi casus sunt sex modi significandi in apposito dependenti, quibus conformantur sex in supposito terminanti; nam in apposito est modus esse, cui in supposito correspondet modus entis. Secundo, in apposito est compositio, cui in supposito correspondet modus per se stantis. Tertio, in apposito est modus verbi, cui in supposito correspondet ratio principii. Et hi modi significandi sunt utrobique principium remotum et commune huius congruitatis. Quarto, in apposito dependenti est modus, scilicet, ut ipsum est alterum, cui correspondet in supposito ut quod est alterum. Quinto, est convenientia numeri in utroque. Sexto, convenientia personae in utroque. Est ista sunt principia specialia, et approbata.

*Genitivi.* Principia autem congruitatis intransitivi suppositi genitivi casus cum apposito, ut dicendo, *sui interest*, loquendo de principiis remotis, et communibus, sunt eadem, quae erant in praedicta constructione, scilicet, ex parte verbi dependentis ante se modus esse, et compositio, et modus verbi; quibus conformantur in supposito terminanti modus entis, et modus per se stantis,

## CAPÍTULO XLIX

*Sobre os princípios de gramaticalidade da construção intransitiva de atos*

### 96 Os seis princípios de gramaticalidade

*Do nominativo.* Podemos designar os princípios de gramaticalidade acerca de cada parte do discurso até agora discutida. Em primeiro lugar, deve-se observar que os princípios de gramaticalidade da construção do verbo pessoal com o suposto do caso nominativo equivalem a seis modos de significar no aposto dependente que se conformam com seis no suposto determinante. Porque existe no aposto o modo do ser a que corresponde no suposto o modo de um ente. Em segundo lugar, no aposto existe a composição, a que corresponde o modo de estar por si mesmo no suposto. Em terceiro lugar, no aposto existe o modo do verbo, a que corresponde a disposição do princípio no suposto. E esses modos de significar são, em ambas as partes, o princípio remoto e o comum de sua construção. Em quarto lugar, no aposto dependente existe um modo, a saber, o modo “enquanto o ‘outro’ é o próprio” a que corresponde, no suposto, o modo “enquanto o ‘que’ é o outro”.<sup>145</sup> Em quinto lugar, existe a complementação de número de ambos os lados. Em sexto, existe a complementação de pessoas de ambos os lados. E esses princípios são específicos e aprovados.

*Do genitivo.* Os princípios de gramaticalidade da construção do suposto intransitivo do caso genitivo com o aposto, como em *sui interest* (“é de seu interesse”), com relação ao remoto e ao comum, são os mesmos que foram discutidos sobre a ocorrência anterior, a saber: da parte do verbo anteposto dependente, os modos do ser, da composição e do verbo conformam-se, no suposto, os

et ratio principii simpliciter sumpta. Principia autem propria, vel propinqua, sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte dependentis, modus ut alterius; ex parte terminantis, modus ut cuius.

*Dativi.* Principia congruitatis constructionis intransitivae, in qua dativus supponit, ut dicendo, *Socrati accidit*, accipiendo principia remota et communia, sunt eadem quae in praedictis. Sed propria et specialia principia sunt duo modi conformes, scilicet, modus ut alteri, ex parte dependentis; et modus ut cui, ex parte terminantis.

*Accusativi.* Principia autem congruitatis constructionis intransitivae, in qua accusativus casus supponit, ut dicendo, *me legere*, *Socratem oportet scribere*, sumendo principia remota, sunt eadem quae in praedictis. Sed principia propria specilissima sunt duo modi conformes; nam in apposito dependenti est modus verbi simpliciter sumptus, id est, modo speciali, casui conformi, non contractus, nec contrahibilis; et in supposito est ratio principii actus simpliciter, et non contracta, nec contrahibilis.

*Ablativi.* Principia congruitatis constructionis intransitivae, in qua ablativus supponit, ut dicendo, *a Socrate legitur*, remota sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, modus ut ab aliquo in apposito, et modus ut a quo in supposito.

modos de um ente, o modo de estar por si mesmo e o modo do princípio entendido de maneira simples. Os princípios particulares ou próximos são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘de outro’”, da parte do dependente, e o modo “enquanto ‘de que/m’ (é o outro)” da parte do determinante.

*Do dativo.* Os princípios de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o dativo funciona como suposto, como em *Socrati accidit* (“Acontece a Sócrates”), tendo-se em conta os princípios remotos e comuns, são como os discutidos acima. Seus princípios particulares e especiais são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘para outro’”, da parte do dependente, e o modo “enquanto ‘para que/m’ (é o outro)”, da parte do determinante.

*Do acusativo.* O princípio de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o acusativo é o suposto, como em *me legere* (“(Ordena-) me a ler”), *Socratem oportet scribere* (“Convém a Sócrates escrever”), tendo em conta os princípios remotos, são os mesmos que já foram discutidos. Mas os seus princípios particulares e mais especiais são dois modos relacionados: no aposto dependente, há o modo do verbo, entendido de maneira simples – i.e., como um modo especial de conformar-se ao caso –, que não é restringido ou restringível; e, no suposto, há um modo simples de principiar o ato, que não é restringido, nem restringível.

*Do ablativo.* Os princípios remotos de gramaticalidade da construção intransitiva, em que o ablativo é o suposto, como em *a Socrate legitur* (“Lido por Sócrates”), são os mesmos que já foram discutidos. Mas os seus princípios particulares são dois modos relacionados, a saber: o modo “enquanto ‘por algum outro’” no aposto, e o modo “enquanto ‘por que/m’” no suposto.

97 Et nota, quod omnes istae constructiones verbi impersonalis a parte ante, cum obliquis, fiunt per modos proportionabiles, et non per modos convenientes. Non enim requiritur in istis constructionibus numeri et personae. Unde sub quocumque numero, praedicta verba possunt respicere sua supposita, ut dicendo, *me oportet, vos oportet*. Item sub quacumque persona, ut dicendo, *oportet me, oportet te, oportet illum*, et eodem modo intelligatur in aliis; per hoc dicuntur impersonalia, quasi numero et persona privata.

Et sciendum, quod licet tam verba personalia, quam impersonalia construantur cum obliquis, hoc tamen est differenter; quia verba personalia construuntur cum obliquis transitive a parte post solum; sed verba impersonalia construuntur tam a parte ante intransitive, quam a parte post.

97 E deve-se saber que todas as construções de verbo impessoal – com a parte anterior, com os casos oblíquos –, são feitas por meio de modos proporcionais e não por modos que concordam.<sup>146</sup> Pois nessas construções não se requer número e pessoa. É por isso que esses verbos podem dizer respeito a seus supostos sob qualquer número, como em *me oportet* (“Me convém”), *vos oportet* (“Vos convém”). Igualmente, sob qualquer pessoa, como em *oportet me* (“Convém a mim”), *oportet te* (“Convém a ti”), *oportet illum* (“Convém a ele”). Por isso, como que privados de número e pessoa, são ditos impessoais.

E deve-se saber que embora tanto os verbos pessoais quanto os impessoais sejam construídos com os casos oblíquos, isso se dá de maneiras diferentes: enquanto os verbos pessoais são construídos com os casos oblíquos transitivamente somente na parte posterior, os verbos impessoais são construídos intransitivamente tanto na parte anterior quanto na posterior.

## CAPUT L

*De constructione intransitiva personarum in speciali, et principiis congruitatis ipsius*

98 *Constructio intransitiva personarum.* Dicto de constructione transitiva actuum, quomodo diversificatur, secundum diversitatem suppositorum, consequenter videndum est de constructione intransitiva personarum determinati, cum determinatione, quomodo variatur, seu diversificatur secundum diversitatem determinationum.

Iuxta quod notandum, quod quidquid invenitur in sermone perfecto, vel est suppositum, vel appositum, vel aliquid ab utroque diversum, tamen ad aliquod illorum ordinatum, vel est determinatio alicuius horum trium; et haec omnia inveniuntur in oratione quae subsequitur: *Summa doctrina Tullii Rhetoris instruit subtiliter artem Rhetoricam.*

Cum ergo determinabilis cum determinatione diversificatur secundum diversitatem determinationum, aut ergo determinatio additur supposito, vel apposito, vel differenti ab utroque. Si determinatio addatur supposito, hoc est dupliciter: vel haec determinatio est declinabilis, vel indeclinabilis. Si declinabilis, hoc est quadrupliciter; quia vel ista determinatio declinabilis est adiectivum denominativum, vel est adiectivum relativum, vel adiectivum interrogativum, vel adiectivum distributivum.

99 *Constructio determinati.* Si adiectivum denominativum, sic ista est constructio: *Socrates albus, equus albus*, quae specificam differentiam non habet, sed sub una specie constructionis continentur. Principia communia istius constructionis ex parte adiectivi dependentis sunt modus determinantis, et modus adiacentis; ex

## CAPÍTULO L

*Sobre a construção intransitiva de pessoas em especial e sobre os princípios de sua gramaticalidade*

98 *A construção intransitiva de pessoas.* Depois de ter discutido a construção transitiva de atos e como se diversifica segundo a diversidade de seus supostos, a seguir, deve-se considerar a construção intransitiva de pessoas do determinado, com sua determinação, segundo varia ou diversifica-se de acordo com a diversidade de suas determinações.

Deve-se observar que qualquer coisa que se encontra no discurso completo ou é o suposto ou o aposto, ou algo diferente dos dois, embora relacionado a um deles, ou é a determinação de um dos três; e todos encontram-se na oração que se segue: *Summa doctrina Tullii Rhetoris instruit subtiliter artem Rhetoricam* (“A alta doutrina de Túlio Retor ensina sutilmente a arte retórica”).

Uma vez que o determinável com a sua determinação diversifica-se segundo a diversidade das determinações, logo, ou a determinação adiciona-se ao suposto ou ao aposto ou a algo diferente de ambos. Se a determinação adiciona-se ao suposto é dupla: ou essa determinação é declinável ou indeclinável. Se é declinável, é de quatro tipos: a determinação declinável ou é um adjetivo denominativo, ou um adjetivo relativo, ou um adjetivo interrogativo, ou um adjetivo distributivo.<sup>147</sup>

99 *A construção determinada.* Se o adjetivo é denominativo, essa construção será assim: *Socrates albus* (“Sócrates branco”), *equus albus* (“cavalo branco”), e não terá uma diferença específica, mas estará contida em uma única espécie de construção. Os princípios comuns dessa espécie de construção, da parte do adjetivo dependente, são os

parte subiecti terminantis sunt modus determinabilis, et modus per se stantis, et convenientia in genere, numero, casu et persona. Sed principia propria sunt modi conformes, scilicet, modus denominantis simpliciter ex parte dependentis, et modus denominabilis simpliciter ex parte terminantis.

*Constructio relativi.* Si autem ista determinatio declinabilis sit adiectivum relativum, sic est constructio relativi cum antecedente. Principia congruitatis huius constructionis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed propria sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte relativi dependentis, modus significandi per modum referentis; ex parte antecedentis modus significandi per modum referibilis.

*Interrogativi.* Si autem ista determinatio declinabilis sit adiectivum interrogativum, sic est constructio interrogativi cum suo responsivo. Principia huius congruitatis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes: ex parte interrogativi dependentis modus significandi per modum certificabilis sub ratione interrogantis; ex parte autem responsivi, modus significandi per modum certificantis sub ratione responsabilis.

*Distributivi.* Si autem determinatio sit adiectivum distributivum, sic est constructio signi distributivi cum termino communi; ut dicendo, *omnis homo, nullus asinus*. Principia congruitatis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi significandi conformes; ex parte signi distributivi modus significandi per modum distribuentis; ex parte termini communis

modos do determinante e da aderência; da parte do sujeito determinante, são os modos do determinável e de estar por si mesmo e as complementações de gênero, número, caso e pessoa. Seus princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: o modo de denominar de maneira simples, da parte do dependente, e o modo do denominável de maneira simples, da parte do determinante.

*A construção de relativo.* Se essa determinação declinável for um adjetivo relativo, ocorrerá uma construção do relativo com o seu antecedente. Os princípios comuns de gramaticalidade dessa construção são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Os princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: o modo de significar a referência, da parte do relativo, e o modo de significar o referível, da parte do antecedente.

*De interrogativo.* Se essa determinação declinável for um adjetivo interrogativo, ocorrerá uma construção do interrogativo com o responsivo. Os princípios comuns de gramaticalidade são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Os princípios particulares são dois modos correlacionados: o modo do certificável, com uma interrogação, da parte do interrogativo dependente, e o modo de certificar, com uma resposta, da parte do responsivo.

*De distributivo.* Se a determinação for um adjetivo distributivo, ocorrerá uma construção de um signo distributivo com um termo comum,<sup>148</sup> como em *omnis homo* (“todo homem”), *nullus asinus* (“nenhum asno”). Os princípios comuns de gramaticalidade são os mesmos que foram discutidos anteriormente. Mas os princípios particulares são dois modos de significar correlacionados: o

modus significandi per modum distribuibilis. Est autem notandum, quod in huiusmodi constructionibus conformitas omnium dictorum accidentium, quae sunt principium commune congruitatis, non semper requiritur, sed ut frequentius.

100 Si autem ista determinatio addita supposito sit indeclinabilis, hoc est iterum quatuor modis: quia aut est coniunctio, aut adverbium, aut praepositio, aut interiectio. Si est coniunctio hoc est dupliciter: quia aut coniungit suppositum appposito per vim, vel per ordinem. Si per vim, hoc est dupliciter: aut coniungit duo extrema inter se respectu tertii, ut *Socrates et Plato currunt*; aut disiungit ea respectu tertii, ut *Socrates vel Plato currit*. Si autem coniunctio coniungit suppositum appposito per ordinem, hoc est dupliciter: aut coniunctio se tenet cum antecedente, aut cum consequente. Exemplum de utroque, ut dicendo: *si homo est; ergo animal est*. Si autem determinatio indeclinabilis addita supposito sit praepositio, sic est ista: *a Socrate legitur*. Si autem determinatio indeclinabilis addita supposito sit tantum adverbium, sic est ista: *tantum Socrates legit*. Si autem ista determinatio indeclinabilis addita supposito sit interiectio, sic est ista: *heu mortuus est*.

Et sciendum est, quod adverbium, in quantum adverbium, non additur ei, quod est per se suppositum proprie, sed in quantum est adverbium tale, scilicet, adverbium exclusivum. Et dico, quod adverbium non additur ei, quod est proprie suppositum; quia dicendo, *currere velociter est bonum*, in ista oratione infinitivus non

modo de significar por meio do modo do distribuidor, da parte do signo distributivo, e o modo do distribuível, da parte do termo comum. Deve-se observar que, em construções desse tipo, a conformidade de todos os acidentes que foram discutidos anteriormente, que são os princípios gerais de gramaticalidade, não é sempre exigida, mas é mais frequente que o seja.

100 Se essa determinação que é adicionada ao suposto for indeclinável, será novamente de quatro tipos: ou será uma conjunção, ou um advérbio, ou uma preposição, ou uma interjeição. Se for uma conjunção, será de dois tipos: juntará o suposto ao aposto ou por força ou por ordem. Se por força, será de dois tipos: ou juntará as duas extremidades entre si com respeito a um terceiro, como em *Socrates et Plato currunt* (“Sócrates e Platão correm”), ou as desligará com respeito a um terceiro, como em *Socrates vel Plato currit* (“Sócrates ou Platão corre”). Se a conjunção junta o suposto ao aposto por ordem, será de dois tipos: ou a conjunção mantém-se com o antecedente ou com o conseqüente. Exemplo de ambos é *si homo est; ergo animal est* (“Se é homem, logo, é animal”). Se a determinação indeclinável que é adicionada ao suposto for uma preposição, será deste tipo: *a Socrate legitur* (“É lido por Sócrates”). Se a determinação adicionada ao suposto for apenas um advérbio, será assim: *tantum Socrates legit* (“Somente Sócrates lê”). Se essa determinação indeclinável que é adicionada ao suposto for uma interjeição, será assim: *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”).

E deve-se saber que o advérbio enquanto advérbio não se adiciona a um suposto enquanto suposto particular, mas (apenas) enquanto é de determinada classe, a saber: um advérbio exclusivo.<sup>149</sup> E declaro que o advérbio não se adiciona ao próprio suposto, porque quando se diz *currere velociter est bonum* (“Correr velozmente é bom”),

supponit per se, sed gratia nominis. Item participium per accidens est suppositum, cum omne participium sit adiectivum. Item intelligitur de interiectione, dicendo, *heu mortuus est*, et huiusmodi.

101 Principia autem harum constructionum congruitatis generalia sunt duo modi conformes, scilicet, modus determinantis et modus determinabilis. Principia autem magis specialia congruitatis constructionis, in qua coniunctio additur supposito, sunt ex parte coniunctionis, modus coniungentis: et ex parte extremorum, modus coniungibilis. Sed principia secundum unamquamque speciem appropriata, sunt modi significandi, quibus una species coniunctionis specificie ab alia distinguitur; qui patent capitulo de coniunctione unicuique subtiliter intuenti.

Item propria principia istius constructionis: *a Socrate legitur*, sunt duo modi significandi conformes, scilicet, modus contrahentis, et retorquentis a parte praepositionis, et modus contrahibilis et retorquibilis ex parte casualis.

Item propria principia congruitatis huius constructionis, *tantum Socrates legit*, sunt duo modi conformes, scilicet modus excludentis ex parte adverbii *tantum*, et modus exclusibilis, ex parte suppositi, scilicet *Socrates*.

Item propria principia congruitatis huius constructionis, *heu mortuus est*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus determinantis sub affectu doloris, et modus determinabilis, qui est sibi proportionabilis; et ita intelligatur in aliis interiectionibus laetitiae, vel admirationis, suo modo.

nesta oração o infinitivo não funciona como suposto independente, mas em função de nome.<sup>150</sup> Da mesma forma, o particípio é um suposto de maneira accidental, uma vez que todo particípio é um adjetivo. O mesmo pode ser entendido da interjeição, como quando se diz *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”) e assim por diante.

101 Os princípios gerais de gramaticalidade dessas construções são dois modos correlacionados, a saber: o modo de determinar e o modo do determinável. Os princípios mais específicos da gramaticalidade da construção, em que a conjunção é adicionada ao suposto, são o modo de conectar, da parte da conjunção, e o modo do conectável, da parte das extremidades. Os princípios particulares a cada espécie são os modos de significar por meio dos quais uma espécie de conjunção distingue-se especificamente de outra. Isso fica claro no capítulo sobre a conjunção para todo aquele que o considere atentamente.<sup>151</sup>

Igualmente, os princípios particulares desta construção: *a Socrate legitur* (“É lido por Sócrates”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de delimitar e de redirecionar, da parte da preposição, e o modo do delimitável e do redirecionável, da parte do casual. Da mesma maneira, os princípios particulares de gramaticalidade desta construção: *tantum Socrates legit* (“Somente Sócrates lê”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de excetuar, da parte do advérbio *tantum* (“somente”), e o modo do excetuável, da parte do suposto *Socrates* (“Sócrates”).

De igual modo, os princípios particulares de gramaticalidade desta construção: *heu mortuus est* (“Ai, ele morreu!”), são dois modos correlacionados, a saber, o modo de determinar o sentimento de dor e o modo do determinável que lhe é proporcional. E da mesma forma são entendidas as outras interjeições, de alegria ou admiração, cada uma à sua maneira.

102 Si autem determinatio addatur apposito, hoc est dupliciter: quia determinatio aut est declinabilis, vel indeclinabilis. Si primo modo, sic est ista: *sum albus, vocor Adrianus*. Et principia huius congruitatis, sive huius constructionis communia sunt eadem, quae in praedictis. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, ex parte appositivi modus significandi per modum esse, seu vocationis specialis in ratione specificantis; ex parte terminantis modus significandi per modum determinantis illud, quod per modum esse, vel vocationis in specialis, in ratione specificantis significat.

Si autem ista determinatio sit pars indeclinabilis, hoc est tripliciter: aut est adverbium, vel coniunctio, vel interiectio. Si est adverbium, hoc est dupliciter: quia vel adverbium additur verbo, ratione dispositionis rei significatae, aut ratione modorum significandi; et utrobique sunt multae constructiones secundum multas determinationes adverbiales, de quibus omnibus dictum est in capitulo de adverbio.

103 Principia autem congruitatis omnium harum constructionum generalia sunt duo modi significandi conformes, scilicet, modus determinantis ex parte adverbii, et modus determinabilis ex parte appositivi. Sed principia propria sunt duo modi significandi, quibus unaquaque species adverbii ab alia distinguitur, quae patent unicuique hoc diligenter inspecienti.

Si autem determinatio indeclinabilis addita apposito sit interiectio, hoc est quadrupliciter: quia aut illa interiectio laetitiam exprimit, aut dolorem, aut admirationem, aut metum. Principia autem congruitatis harum constructionum communia sunt eadem, quae

102 Se a determinação se adiciona ao aposto, será de dois tipos, porque a determinação ou é declinável ou indeclinável. Se do primeiro tipo, será assim: *sum albus* (“Sou branco”), *vocor Adrianus* (“Me chamo Adriano”). Seus princípios de gramaticalidade ou de construção comuns são os mesmos que foram discutidos acima. Seus princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber: da parte do aposto, o modo de significar por meio do modo do ser ou do chamamento específico; da parte do determinante, o modo de significar por meio do modo de determinar aquilo que, por meio do modo do ser ou do chamamento específico, significa com função de especificador.

Se essa determinação for uma parte indeclinável da oração, será de três tipos: ou será um advérbio, ou uma conjunção, ou uma interjeição. Se for um advérbio, será de dois tipos, porque o advérbio adiciona-se ao verbo ou por causa da compreensão da coisa significada ou por causa dos modos de significar. Em ambos os casos, existem muitas construções conforme muitas determinações adverbiais, sobre as quais já se discutiu no capítulo sobre o advérbio.<sup>152</sup>

103 Os princípios comuns de todas essas construções são dois modos de significar correlacionados, a saber, o modo de determinar, da parte do advérbio, e o modo do determinável, da parte do aposto. Seus modos de significar particulares são dois modos de significar por meio dos quais cada espécie de advérbio distingue-se da outra, como ficará claro para quem atentar diligentemente para a explicação de cada um.

Se a determinação indeclinável adicionada ao aposto for uma interjeição, será de quatro tipos: ou a interjeição exprimirá alegria, ou dor, ou admiração, ou medo. Os princípios comuns de gramaticalidade dessas construções são os mesmos que já foram discu-

in praedictis. Sed propria principia sunt duo modi significandi, quibus unaquaeque species interiectionis distinguitur ab alia.

Si autem determinatio indeclinabilis addita apposito sit coniunctio, hoc contingit eodem modo, sicut cum coniunctio additur supposito. Sunt enim tot species, et eodem modo se habentes, congrue, vel constructive.

Si autem determinatio addatur ad illud, quod est diversum, ab utroque, scilicet, supposito et apposito, tamen ordinatum ad suppositum, tunc eodem modo fere diversificatur; et etiam tot species constructionum, quot sunt, cum determinatio additur ad suppositum; et eodem modo congrue.

Si autem determinatio addatur ad illud, quod est differens ab utroque, scilicet supposito, tamen ordinatum ad appositum, diversificatur ut priores; et iterum tot sunt species constructionis, et eodem modo constructae, ut unicuique patere potest diligenter intuenti. Et sic patent omnes constructiones intransitivae, quae sunt et quot sunt principia congruitatis ipsarum, tam communia, quam propria.

tidos. Seus princípios particulares são dois modos de significar por meio dos quais cada espécie de interjeição distingue-se uma da outra.<sup>153</sup>

Se a determinação indeclinável adicionada ao aposto for uma conjunção, acontecerá o mesmo que acontece quando a conjunção é adicionada ao suposto. Existem tantas espécies quanto neste caso e comportam-se sintaticamente da mesma maneira.

Se a determinação for adicionada a algo que seja diferente de ambos, a saber, do aposto e do suposto, mas que seja direcionado ao suposto,<sup>154</sup> analisa-se praticamente da mesma maneira. E também existem tantas espécies dessas construções quanto determinações adicionadas ao suposto, e são igualmente gramaticais.

Se a determinação é adicionada a algo que é diferente de ambos, a saber, do suposto, mas que se direciona ao aposto,<sup>155</sup> analisa-se como nos casos anteriores. E, novamente, existem tantas espécies de construções desse tipo quantas possam ser construídas da mesma maneira, como ficará claro para cada um que as considere cuidadosamente. E ficam assim esclarecidas todas as construções intransitivas: quais são e quantos são seus princípios de gramaticalidade, tanto gerais quanto particulares.

## CAPUT LI

*De speciebus constructivis transitivae, praesertim actuum, et principiis congruitatis ipsius*

104 *Constructio transitiva actuum et personarum.* Viso de constructione intransitiva via divisionis, consequenter de constructione transitiva via divisionis diligenter videamus. Dividitur autem constructio transitiva in constructionem transitivam actuum, et constructionem transitivam personarum. Constructio transitiva actuum est in qua constructibile dependens per modum actus significat, ut *lego librum*. Constructio transitiva personarum est in qua constructibile dependens per modum substantiae significat, ut dicendo, *filius Socratis*.

105 *Constructio transitiva actuum duplex.* Constructio transitiva actuum dividitur in constructionem transitivam actus signati, et in constructionem transitivam actus exerciti. Constructio transitiva actus exerciti non dividitur in species, sed tantum in individua, ut *o Thomas*. Principia congruitatis huius constructionis communia sunt duo modi ex parte dependentis, per quorum unum exigit modum per se stantis, et per alterum exigit rationem termini absoluti. Sed principia propria sunt duo modi conformes, scilicet, modus significandi per modum excitantis, seu vocantis, a parte adverbii, *o*; et modus significandi per modum excitati ex parte vocativi.

*Constructio transitiva actus signati.* Item constructio transitiva actus signati dividitur secundum diversitatem constructibilis termi-

## CAPÍTULO LI

*Sobre as espécies de construção transitiva, especificamente as de atos, e os princípios de sua gramaticalidade*

104 *A construção transitiva de atos e de pessoas.* Após ter considerado a classificação da construção intransitiva, a seguir, consideremos cuidadosamente a classificação da construção transitiva. A construção transitiva divide-se em construção transitiva de atos e construção transitiva de pessoas. A construção transitiva de atos é aquela em que o construtível dependente significa por meio do modo da ação, como em *lego librum* (“Leio o livro”). A construção transitiva de pessoas é aquela em que o construtível dependente significa por meio do modo da substância, como em *filius Socratis* (“O filho de Sócrates”).

105 *A construção transitiva de atos é de dois tipos.* A construção transitiva de atos divide-se em construção transitiva de ato direcionado e construção transitiva de ato estimulado. A construção transitiva de ato estimulado não se divide em espécies, mas apenas em indivíduos, como em *o Thomas* (“Ó Tomás!”). Os princípios comuns de gramaticalidade dessa construção são dois modos do construtível dependente: por meio de um, exige o modo de estar por si mesmo, por meio do outro, exige o modo de determinar de maneira absoluta. Os princípios particulares são dois modos correlacionados, a saber, o modo de significar por meio do modo de estimular ou chamar, da parte do advérbio *o* (“Ó”), e o modo de significar por meio do modo do estimulado, da parte do vocativo.

*A construção transitiva de ato direcionado.* A construção transitiva de ato direcionado também divide-se de acordo com os diversos tipos

nantis, quod in huiusmodi constructione est quadrupliciter: vel quia est genitivi casus, ut dicendo, *misereor Socratis*; vel dative, ut *faveo Socrati*; vel accusative, ut *percutio Socratem*; vel ablativi, ut *utor toga*.

106 Principia congruitatis communia harum constructionum sunt tres modi ex parte dependentis, et tres ex parte terminantis. Nam ex parte dependentis modus est esse, cui correspondet in obliquo post se modus entis. Secundo, ex parte dependentis est significatio accidentalis, qui est modus significandi dependentis ad quemlibet obliquum post se; cui correspondet in obliquo modus significandi per modum per se stantis. Nam sicut haec est incongrua, *albus currit*, pari modo haec est incongrua, *percutio album*. Tertio, ex parte dependentis est modus generis, qui est quasi qualitas significationis accidentalis; cui correspondet in obliquo modus significandi per modum termini absolute modo conformi casuum contrahibilis.

Principia propria congruitatis huius constructionis, *misereor Socratis*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus dependentis sub modo ut alterius, ex parte dependentis; et modus terminantis ut cuius, ex parte terminantis. Principia vero propria huius constructionis, *faveo Socrati*, sunt similiter duo modi conformes, scilicet, modus dependentis sub modo ut alteri; et modus terminantis sub modo ut cui. Principia propria congruitatis huius constructionis, *percutio Socratem*, sunt duo modi conformes, scilicet, modus dependentis vel transeuntis, sub modo *ut alterum*, et modus terminantis sub modo *ut quem*. Si autem ille modus *ut quem* sit praepositione

de construtível determinante, que podem ser de quatro tipos: ou de caso genitivo, como em *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”); ou de dativo, como em *faveo Socrati* (“Sou favorável a Sócrates”); ou acusativo, como em *percutio Socratem* (“Golpeio/Bato em Sócrates”); ou ablativo, como em *utor toga* (“Faço uso de uma toga”).

106 Os princípios comuns de gramaticalidade dessas construções são três modos da parte do dependente e três da parte do determinante. Da parte do dependente, um dos modos é o modo do ser, a que corresponde o modo de um ente no oblíquo posposto. O segundo modo, da parte do dependente, é a significação accidental, que é o modo de significar sua dependência em qualquer oblíquo posposto a si, a que corresponde, no oblíquo, o modo de significar pelo modo de estar por si mesmo. Porque, assim como *albus currit* (“O pálido corre”) é agramatical, do mesmo modo, *percutio album* (“Golpeio/Bato no pálido”) é agramatical. O terceiro modo, da parte do dependente, é o modo da voz, que é como que a qualidade da significação accidental,<sup>156</sup> a que corresponde, no oblíquo, um modo de significar por meio de um modo do término de maneira absoluta, que é restringido por um modo proporcional dos casos. Os princípios particulares de gramaticalidade da construção *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”) são dois modos correlacionados, a saber, o modo de depender sob a forma do modo “enquanto ‘de outro’”, da parte do dependente, e o modo “enquanto ‘de que/m’ (é o outro)”, da parte do determinante. Os princípios particulares da construção *faveo Socrati* (“Favoreço a Sócrates”) são, semelhantemente, dois modos correlacionados, a saber, o modo do dependente sob a forma do modo “enquanto ‘para/a outro’”, e o modo do determinante sob a forma do modo “enquanto ‘para/a que/m’ (é o outro)”. Os princípios particulares de gra-

contractus, tunc similiter modus transeuntis sub modo *ut alterum* proportionabiliter est contrahendus. Principia autem propria congruitatis huius constructionis, *utor toga*, sunt similiter duo modi conformes, scilicet, modus transeuntis et dependentis sub modo *ut ab altero*, et modus terminantis sub modo *ut a quo*, proportionabiliter est contrahendus.

maticidade da construção *percutio Socratem* (“Golpeio/Bato em Sócrates”) são dois modos correlacionados, a saber, o modo do dependente ou transitante, sob a forma do modo “enquanto término da ação”, e o modo do determinante, sob a forma do modo “enquanto o ‘que’ (é o outro)”. Se, todavia, o modo “enquanto o ‘que’ (é o outro)” for restringido por uma preposição, então, de maneira similar, o modo do transitante, sob a forma do modo “enquanto término da ação”, será proporcionalmente restringido. Os princípios particulares de gramaticalidade da construção *utor toga* (“Faço uso de uma toga”) são, igualmente, dois modos correlacionados, a saber, o modo do transitante ou dependente sob a forma “enquanto ‘por outro’”, e do determinante sob a forma do modo “enquanto ‘por que’ (é o outro)”, cuja complementação é proporcional.

## CAPUT LII

*De constructione transitiva personarum et principiis congruitatis ipsius*

107 *Constructio transitiva personarum.* Item constructio transitiva personarum dividitur in quattuor species, secundum quadruplicem diversitatem constructibilis terminantis; quia vel est genitivi casus, ut dicendo, *filius Socratis*; vel dativi, ut *similis Socrati*; vel accusativi, ut *Petrus albus percutit pedem*; vel ablativi, ut *celer pedibus*, id est, *velox*.

108 Principia congruitatis communia harum constructionum sunt modus entis, sub modo transeuntis ex parte dependentis; et modus entis sub modo per se stantis in obliquo. Nam sicut haec est incongrua, *misereor albi*, sic haec, *cappa albi*. Et similiter, sicut haec est congrua, *misereor Socratis*, sic haec est congrua *cappa Socratis*.

Principia propria huius congruitatis, *filius Socratis*, sunt duo modi significandi conformes, scilicet, modus dependentis, sub modo ut alterius; et modus entis terminantis, sub modo ut cuius. Et ita intelligatur in aliis tribus casibus, in ordine suo.

## CAPÍTULO LII

### *Sobre a construção transitiva de pessoas e seus princípios de gramaticalidade*

107 *A construção transitiva de pessoas.* A construção transitiva de pessoas também divide-se em quatro espécies, de acordo com os quatro diferentes tipos de construtível de determinante: ou será de caso genitivo, como quando se diz *filius Socratis* (“filho de Sócrates”); ou de dativo, como *similis Socrati* (“semelhante a Sócrates”); ou de acusativo, como *Petrus albus percutit pedem* (“O pálido Pedro bate no pé”); ou de ablativo, como *celer pedibus* (“rápido com os pés”), i.e., *velox* (“veloz”).

108 Os princípios comuns dessas construções são o modo de um ente sob a forma do modo de transitar, da parte do dependente, e o modo de um ente sob a forma do modo de estar por si mesmo, da parte do oblíquo. Porque, da mesma maneira como *misereor albi* (“Apiedo-me do pálido”) é agramatical, também o é *cappa albi* (“a capa do pálido”). E, semelhantemente, assim como *misereor Socratis* (“Apiedo-me de Sócrates”) é gramatical, também o é *cappa Socratis* (“a capa de Sócrates”).

Os princípios particulares da construção gramatical *filius Socratis* (“o filho de Sócrates”) são dois modos de significar correlacionados, a saber, o modo do dependente sob o modo “enquanto ‘de outro’”, e o modo de um ente determinante, sob o modo “enquanto ‘de que/m’ (é o outro)”. E assim são entendidos os outros três casos, cada um em sua ordem.

Iuxta quod notandum, quod constructio quae est adiectivi cum accusativo, non est incongrua, sed figurativa. Accusativus enim solum construitur congrue cum verbis significantibus actum; quia accusativus est terminus actus signati. Unde de congruitate huius constructionis non est inquirendum; tamen propter synecdochen congrue admittitur in sermone.

109 Et sic patet sufficientia specierum constructionis, et principiorum congruitas earumdem. Patet etiam quomodo constructio simpliciter sumpta dividitur in constructionem transitivam et intransitivam. Constructio intransitiva dividitur in constructionem intransitivam actuum, et personarum. Constructio intransitiva actuum dividitur in quinque species, secundum numerum quinque suppositorum, specie differentium, quia aut nominativus supponit, aut genitivus, aut dativus, aut accusativus, aut ablativus.

Item constructio intransitiva personarum, quae est determinabilis cum determinatione, dividitur secundum diversitatem determinationum, quae multipliciter variantur, ut visum est. Item constructio transitiva dividitur in constructionem transitivam actuum et personarum. Constructio transitiva actuum dividitur in transitivam actus exerciti et actus signati. Constructio actus exerciti non dividitur nisi secundum individua. Constructio transitive actus signati dividitur in quatuor species specialissimas secundum diversitatem quatuor obliquorum specie differentium.

Et notandum, quod sicut constructio dividitur per se in transitivam et intransitivam, sic per accidens dividitur in constructionem secundum sensum, et secundum intellectum; quae divisio ideo dicitur per accidens, quia non dividit constructionem secundum se

Deve-se observar que a construção de adjetivo com acusativo não é agramatical, mas figurativa. Um acusativo só pode ser construído gramaticalmente com verbos que signifiquem ações, porque o acusativo é o término de uma ação direcionada. Por isso não se deve questionar a gramaticalidade de uma construção como essa, já que é admitida no discurso por razão de sinédoque.<sup>157</sup>

109 As espécies de construção e os princípios de sua gramaticalidade foram suficientemente expostos. Ficou claro também como a construção, tomada de maneira simples, divide-se em construção transitiva e intransitiva. A construção intransitiva divide-se em construção intransitiva de atos e de pessoas. A construção intransitiva de atos divide-se em cinco espécies, de acordo com o número das cinco espécies de supostos, porque tanto o nominativo, o genitivo e o dativo quanto o acusativo e o ablativo podem funcionar como supostos.

Igualmente, a construção intransitiva de pessoas, que consiste de um determinável e de sua determinação, divide-se segundo uma diversidade de determinações, como foi visto. Igualmente, a construção transitiva divide-se em construção transitiva de atos e de pessoas. A construção transitiva de atos divide-se em transitiva de ato estimulado e de ato de significação. A construção de ato estimulado não se divide, a não ser de acordo com os indivíduos. A construção transitiva de atos de significação divide-se em quatro espécies mais especiais de acordo com a diversidade de quatro oblíquos que são diferentes em espécie.<sup>158</sup>

E deve-se observar que, assim como a construção por si mesma divide-se em transitiva e intransitiva, assim também, por acidente, divide-se em construção segundo o sentido e segundo o intelecto. Diz-se que essa divisão é por acidente porque ela não divide a

et absolute, sed in comparatione ad potentiam animae apprehensivam. Et dicitur constructio secundum sensum, quia ambo constructibilia sunt voce tenus expressa, ratione cuius vocis se confert sensui auditus. Constructio secundum intellectum est, quando alterum constructibile non est vocaliter expressum, sed est in intellectu, ut lego, et huiusmodi. Et haec de constructionibus dicta sufficiant.

construção em si mesma ou de maneira absoluta, mas em analogia com a potência apreensiva da alma. E diz-se construção segundo o sentido, porque ambos os construtíveis são expressos pela voz, por meio de que a audição é conferida ao sentido. A construção segundo o intelecto acontece quando um dos construtíveis não é vocalmente expresso, mas está no intelecto, como *lego* (“leio”) e outros desse tipo. E o que foi declarado (até aqui) sobre as construções é suficiente.

## CAPUT LIII

### *De congruitate sermonis secundum se et in communi*

110 *Sermonis congruitas*. Sequitur de congruitate, quae est secunda passio sermonis, de qua licet tactum sit in speciali, circa quamlibet speciem constructionis, de eius tamen natura seorsim in genere videamus.

111 *Congruitas elementum*. Iuxta quod primo notandum, quod sicut constructio requirit constructibilium unionem absolute, sic congruitas requirit constructibilium unionem, non quamcumque, sed debitam. Et haec debita unio potest contingere dupliciter: uno modo ex convenientia significatorum specialium; et per oppositum unio indebita ex repugnantia ipsorum. Alio modo potest contingere ex conformitate modorum significandi, et per oppositum indebita ex indebita modorum significandi discrepantia.

Inde est, quod quidam, non distinguentes inter significatorum specialium convenientiam vel repugnantiam, et modorum significandi conformitatem vel discrepantiam, dixerunt omnem constructionem esse congruam vel incongruam, in qua est significatorum specialium convenientia vel repugnantia. Sed hoc non valet, quia congruitas est passio personae in grammatica considerata. Unde patet, quod congruitas sit de consideratione grammatici per se. Sed convenientia vel repugnantia significatorum specialium a grammatico per se non consideretur, sed magis a logico; ergo congruitas vel incongruitas in sermone ab his non causatur.

## CAPÍTULO LIII

*Sobre a gramaticalidade do discurso de acordo consigo mesma e em geral*

110 *A gramaticalidade do discurso.* Em seguida discute-se a gramaticalidade, a qual é a segunda disposição do discurso. Embora já tenha sido discutida de maneira especial, acerca de alguns casos específicos de construção, a natureza da gramaticalidade agora será considerada em geral e separadamente.

111 *A gramaticalidade dos elementos.* Sobre isso, note-se primeiramente que, assim como a construção requer a união dos construtíveis em termos absolutos, assim também a gramaticalidade requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas uma união devida. E essa união pode acontecer de duas maneiras: de uma, pela conveniência dos significados especiais e por oposição a uma união indevida a partir da repugnância destes; de outra, pela conformidade dos modos de significar: a indevida, por oposição, é resultado da discrepância indevida dos modos de significar.

Disso decorreu que alguns, ao não distinguirem entre a conveniência ou a repugnância dos significados especiais e a conformidade ou a discrepância dos modos de significar, disseram que ser a construção gramatical ou agramatical depende da conveniência ou repugnância dos significados especiais. Mas isso não se sustenta, porque a gramaticalidade é um estado da pessoa considerada gramaticalmente. Daí fica claro que a gramaticalidade em si mesma seja de consideração do gramático. Mas a conveniência ou a repugnância dos significados especiais não é considerada em si mesma pelo gramático, mas pelo lógico; logo, a gramaticalidade ou a agramaticalidade do discurso não é causada por eles.

Dicendum est ergo, quod congruitas et incongruitas causantur ex conformitate vel disconformitate modorum significandi, quae per se sunt de consideratione grammatici. Tamen proprietas vel improprietas sermonis causatur ex convenientia vel repugnantia significatorum specialium. Unde haec est congrua et propria, *cappa nigra*; et haec est impropria, *cappa categorica*: tamen utraque istarum est congrua.

112 Secundo notandum, quod congruitas requirit debitam unionem constructibilium; et cum huiusmodi unio non causetur per quosdam modos significandi, ideo ad congruitatem requiritur conformitas omnium modorum significandi constructibilium ad aliquam speciem constructionis requisitorum; ita quod constructibile dependens sit terminatum per constructibile terminans, quantum ad omnes modos significandi, secundum quod dependet quantum ad istam constructionem. Et dico, quantum ad istam constructionem, quia si habeat dependentiam ad diversas constructiones, non requiritur quod omnes dependentiae sint semper actu terminatae, sed sufficit quod secundum unam constructionem terminentur, ut dicendo, *lego librum*, haec est congrua, licet non addatur *Virgilii*, vel aliquid aliud, quod terminet dependentiam huius, quod est *librum*, secundum quam dependet a parte post.

113 Tertio notandum est, quod cum conformitas modorum significandi sit principium constructionis et congruitatis, distinguendum est de conformitate, quia duplex est conformitas, scilicet, proportionis, et similitudinis; et quandoque utraque ad constructionem requiritur, quandoque autem sufficit proportionis tantum, quandoque autem sufficit similitudinis conformitas tantum.

Portanto, deve-se dizer que a gramaticalidade ou a agramaticalidade é causada pela conformidade ou inconformidade dos modos de significar, as quais são, em si mesmas, de consideração do gramático; ainda que o caráter apropriado ou inapropriado do discurso seja causado pela conveniência ou repugnância dos significados especiais. Vem disso que *cappa nigra* (“capa negra”) seja gramatical e apropriada e *cappa categorica* (“capa categórica”) seja imprópria, embora sejam ambas gramaticais.

112 Em segundo lugar, é necessário notar que a gramaticalidade requer a união devida dos construtíveis. Como esse tipo de união não é causado por certos modos de significar, requer-se, para a sua gramaticalidade, a conformidade de todos os modos de significar que são exigidos pelos construtíveis para uma construção específica. É assim que o construtível dependente é determinado pelo construtível determinante quanto a todos os modos de significar de que depende para esta construção (particular). E digo quanto a esta construção, porque se ela tiver uma dependência para diversas construções, não se requer que todas as dependências sejam sempre determinadas em ato, mas é suficiente que seja com relação a uma construção, como quando se diz *lego librum* (“Leio o livro”), não se faz necessário que se adicione *Virgilii* (“de Virgílio”) ou algum outro que determine a dependência deste, ou seja, *librum* (“o livro”), de modo que dependa do que vem depois dele.

113 Em terceiro lugar, deve-se notar que, embora a conformidade dos modos de significar seja o princípio da construção e da gramaticalidade, deve-se fazer uma distinção com relação à conformidade, porque a conformidade é dupla, a saber: a proporção e a similitude, e, se algumas vezes ambas são exigidas, outras vezes somente a conformidade da similitude ou a da proporção é suficiente.

Et ut sciamus quando utraque conformitas exigatur, aut altera tantum, est sciendum, quod quandoque constructibile dependens habet aliquos modos significandi, non ex proprietatibus suae rei per se, sed ex proprietatibus rei constructibilis terminantis; et tunc inter illos modos significandi exigitur similitudo, et non proportio; ita quod constructibile terminans debet habere modos significandi constructibilis dependentis, ut patet de constructine adiectivi cum substantivo, et in constructione suppositi nominativi casus cum verbo personali. Nam adiectivum habet tam genus, quam numerum, quam personam ex proprietatibus rei subiectae, ut dictum est supra. Unde ex parte substantivi non requirit modos proportionabiles, sed similes. Similiter verbum personale habet numerum, et personam, ex proprietatibus rei suppositae; ideo hos modos requirit in supposito, non proportionales, sed similes. Si autem constructibile dependens habet aliquos modos significandi ex proprietatibus suae rei per se, et non ex proprietatibus rei constructibilis terminantis, tunc exigitur in illis modis significandi proportio, et non similitudo. Et quia adiectivum habet modum adiacentis proprie et de proprietatibus suae rei, ideo per huiusmodi modum adiacentis requirit in subiecto modum per se stantis, qui est sibi proportionabilis et sic de aliis intelligatur.

114 Quarto notandum est, quod sicut congruitas constructionis in generali causatur ex conformitate modorum significandi, ut patet ex dictis, inspiciendo singulas species generaliter dictorum, sic congruitas specialis constructionum specialium causatur ex alia et alia conformitate aliorum et aliorum modorum significandi, ut patet ex praedictis inspiciendo singulas species constructionis.

E para que saibamos quando as duas conformidades são exigidas ou somente uma, deve-se saber que algumas vezes o construtível dependente possui alguns modos de significar que não fazem parte de suas propriedades essenciais, mas das propriedades do construtível determinante. Nesse caso, entre esses modos de significar exige-se a similitude e não a proporção. Assim, o construtível determinante deve possuir os modos de significar do construtível dependente, como fica evidente na construção de adjetivo com substantivo e na construção de suposto de caso nominativo com verbo pessoal. Porque o adjetivo possui tanto o gênero, quanto o número, quanto a pessoa das propriedades da essência do sujeito, como foi dito acima, de tal maneira que não exige modos proporcionais da parte do substantivo, mas (modos) similares. Semelhantemente, o verbo pessoal possui o número e a pessoa a partir das propriedades da essência do suposto; por isso, (o verbo) requer modos similares no suposto, não (modos) proporcionais. Se, no entanto, o construtível dependente possui alguns modos de significar a partir das propriedades da sua própria essência e não das propriedades da essência do construtível determinante, então, exige desses modos proporção e não similitude. E uma vez que o adjetivo possui o modo de aderir de maneira própria e a partir de sua própria essência, portanto, por meio desse modo de aderir requer no sujeito o modo de estar por si mesmo que lhe é proporcional, e o mesmo entende-se de outros casos.

114 Em quarto lugar, deve-se notar que, assim como a gramaticalidade em geral é causada a partir da conformidade dos modos de significar, como ficou evidente na discussão anterior ao examinarem-se, de maneira geral, todas as espécies de vocábulos, assim também a gramaticalidade especial das construções especiais é causada por tais e tais conformidades de tais e tais modos de significar,

Congruitas nihil aliud est, quam partium sermonis debita unio, ex modorum significandi conformitate ad aliquam speciem constructionis requisitorum derelicta.

115 Ultimo notandum est, quod sicut duplex est constructio, scilicet, secundum sensum et secundum intellectum, sic et congruitas, scilicet, secundum sensum et secundum intellectum, sic et congruitas secundum sensum est, quando ambo constructibilia sunt voce tenus expressa. Et dicitur congrua secundum sensum, non quia sensus eius congruitatem percipiat, sed quia vocem utriusque constructibilis auditus apprehendit, cum vox sit proprium obiectum auditus. Congruitas vero secundum intellectum est, quando ambo constructibilia secundum vocem non sunt expressa, sed alterum ipsorum est ab intellectu apprehensum; sicut contingit in verbo primae et secundae personae, in quibus intelligitur suppositum. Et sic patet quid sit congruitas, et unde causetur. Et haec de congruitate dicta sufficiant.

como foi afirmado anteriormente a partir do exame de todas as espécies de construções. A gramaticalidade nada mais é que a devida união das partes do discurso a partir de uma dada conformidade dos modos de significar requeridos por uma construção específica. 115 Em último lugar, deve-se notar que, assim como a construção é dupla, a saber: segundo o sentido e segundo o intelecto, assim também a gramaticalidade pode ser segundo o sentido (da audição), quando ambos os construtíveis são expressos quanto ao som. E é gramatical segundo o sentido não porque o sentido (da audição) perceba sua gramaticalidade, mas porque a audição apreende o som de ambos os construentes, uma vez que o som é o objeto próprio da audição. Mas a gramaticalidade segundo o intelecto acontece quando um dos dois construtíveis não é expresso quanto ao som, mas é apreendido pelo intelecto, como acontece nos verbos de primeira e segunda pessoa, em que se subentende o suposto. E fica assim esclarecido o que seja a gramaticalidade e qual é sua causa. E é suficiente o que foi discutido até aqui acerca da gramaticalidade.

## CAPUT LIV

### *De perfectione sermonis*

116 *Constructionis finis duplex.* Sequitur de perfectione, quae est tertia et ultima passio sermonis. Iuxta quod notandum, quod cum grammatica sit scientia organica, oportet quod illud, quod in grammatica est principaliter consideratum, sit organicum; hoc autem est constructio, de qua dictum est. Et quia omne organicum est ad aliquem finem ordinatum, est igitur constructionis aliquis finis necessarius. Talis autem finis est duplex, scilicet, propinquus, et remotus.

Finis propinquus est expressio mentis conceptus compositi, secundum distantiam. Et dico secundum distantiam, quia conceptus est aliquando secundum indistantiam, ut componendo *hominem* cum *albo* sine copula; ut dicendo, *homo albus*. Alioquin conceptus mentis est compositus secundum distantiam, ut componendo *hominem* cum *albo*, mediante copula, dicendo *homo est albus*. Circa quam compositionem consistit veritas et falsitas, ut dicitur *I Peri. Cap. 1*. Et quia intellectus super compositionem primam non quiescit, cum sit incompleta, sed de prima procedit ad secundam, ideo constructio non est ad exprimendum primum conceptum compositum, sed ad exprimendum secundum conceptum compositum secundum distantiam, finaliter ordinata. Finis autem remotus constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris, ex constructibilium debita unione.

## CAPÍTULO LIV

### *Sobre a completude do discurso*

116 *A finalidade da construção é dupla.* Segue-se a completude, que é a terceira e última disposição do discurso. Quanto a ela deve-se notar que, como a gramática é uma ciência orgânica, convém que aquilo que é considerado principalmente na gramática seja orgânico, a saber: a construção, sobre a qual já se discutiu. E como todo o orgânico é ordenado a algum fim, existe, portanto, um fim necessário para a construção. Tal fim é duplo, a saber: próximo e remoto.

O fim próximo é a expressão de um conceito composto da mente segundo a distância. E digo segundo a distância porque um conceito composto da mente ocorre às vezes segundo a não distância, como ao ser composto “homem” com “branco”, sem cópula, quando se diz: “homem branco”. Outras vezes, o conceito da mente é composto segundo a distância, como quando compõe-se “homem” com “branco”, mediante a cópula, ao se dizer: “O homem é branco”. Acerca desse tipo de construção consistem a verdade e a falsidade, como são discutidas no primeiro capítulo do primeiro livro do *Da interpretação*.<sup>159</sup> E, porque o intelecto não se aquieta com respeito ao primeiro tipo de composição (sem cópula), uma vez que é incompleta, mas vai da primeira à segunda (com cópula), portanto, a construção (sem cópula) não é ordenada para o fim de exprimir o primeiro tipo de conceito composto, mas para exprimir o segundo, segundo a distância.<sup>160</sup> Portanto, o fim remoto da construção é gerar um sentido perfeito na mente do ouvinte a partir da união devida dos construtíveis.<sup>161</sup>

Secundo est notandum, quod sicut constructio simpliciter acquiritur ex constructibilium unione absolute, et congruitas constructionis ex constructibilium unione debita, sic perfectio acquiritur ex constructibilium unione debita, non quorumcumque, sed suppositi cum apposito, dummodo nulla dependentia derelinquatur circa ipsam non terminata, retrahens eam ab eius fine, qui est conceptum mentis compositum exprimere, et perfectum sensum in animo auditoris generare.

Ex his patet, quod tria requiruntur ad perfectinam sermonis. Primum est suppositum et appositum; quia cum constructio perfecta sit ad exprimendum mentis conceptum compositum secundum distantium finaliter ordinata, oportet, quod sicut est distantia inter conceptus mentis compositos, sic etiam sit distantia in constructibilium unione. Sed haec distantia solum est inter suppositum et appositum, ex hoc quod solum verbum est appositum, quod per modum distantis se habet. Secundo, requiritur omnium modorum significandi conformitas, prout ad congruitatem requiribatur. Tertio, requiritur ex parte constructinis, quod nulla dependentia sit non terminata, quae retrahat ipsam ab eius fine, qui est mentis conceptum compositum exprimere, et perfectum sensum in animo auditoris generare.

Tertio est notandum, quod constructio habens in se haec tria membra, quae dicta sunt, perfecta est secundum tres modos perfectionis, quos assignat Philosophus V *Methaph. Text Com. 21*. Nam uno modo aliquid est perfectum cui nihil deest eorum, quae requiruntur ad eius speciem. Secundo modo, aliquid est perfectum, cum potest debite suum finem, propter quem ordinatur,

Em segundo lugar, deve-se observar que, assim como a construção é obtida de maneira simples a partir da união absoluta dos construtíveis e a gramaticalidade pela união devida dos construtíveis, assim também a completude é obtida a partir de uma união devida dos construtíveis, mas não de quaisquer (construtíveis) e sim de um suposto com um aposto: de modo que nenhuma dependência fique indeterminada, impedindo a construção de atingir sua finalidade, que é exprimir um conceito composto da mente e gerar um sentido completo na mente do ouvinte.

Disso fica claro que são requeridas três coisas para a completude do discurso. Primeiramente, há o suposto e o aposto, porque, como a construção completa é ordenada, segundo a distância, para a finalidade de exprimir um conceito composto da mente, convém que, da mesma maneira que há distância entre os conceitos compostos da mente, haja também distância na união dos construtíveis. Mas essa distância só existe entre o suposto e o aposto em que o verbo é o aposto, o qual encerra em si o modo da distância. Em segundo lugar, requer-se a conformidade de todos os modos de significar, de acordo com o que é requerido para a gramaticalidade. Em terceiro lugar, requer-se da parte da construção que nenhuma dependência fique não terminada e a desvie de seu fim, que é exprimir um conceito composto e gerar um sentido completo na mente do ouvinte.

Em terceiro lugar, deve-se notar que a construção que contém em si os três elementos que acabaram de ser discutidos é completa do ponto de vista das três maneiras da completude prescritas pelo Filósofo no texto do quinto livro da *Metafísica*<sup>162</sup> e no vigésimo primeiro comentário. Pois, segundo a primeira maneira, algo é completo se nada lhe falta das coisas que são requeridas de sua espécie. De acordo

pertingere. Tertio modo, aliquid est perfectum, cum potest sibi simile in specie generare.

117 *Constructio perfecta.* Constructio ergo habens suppositum et appositum secundum conformitatem omnium modorum significandi, tamen nullam habens circa se dependentiam non terminatam, non retrahentem ipsam ab eius fine, est perfecta primo modo; quia nihil sibi deficit eorum, quae ad eius speciem requiruntur. Secundo modo etiam est perfecta, quia debite potest suum finem, propter quem ordinatur (quia est exprimere mentis conceptum compositum secundum distantiam, ut dictum est), pertingere. Tertio modo etiam est perfecta, quia potest facere sibi simile, id est, perfectum sensum in animo auditoris generare.

Ex his patet, quod signum perfectionis constructionis est generare perfectum sensum in animo auditoris, ita quod omnis illa constructio erit perfecta, quae perfectum sensum in animo auditoris generabit. Sed haec perfectio sensus in animo auditoris non est punctualis, sed habet gradum perfectionis secundum magis et minus; et secundum hoc constructio dicitur magis et minus perfecta. Nam ea magis perfecta est, quae magis quietat animum auditoris; et quae minus quietat, minus perfecta erit.

118 *Constructio imperfecta.* Ex his dictis etiam patet, quod haec est imperfecta, *si Socrates currit*, quia ista coniunctio, *si*, huic constructioni addita, *Socrates currit*, facit in ea novam dependentiam ad aliquid extra se, ut ad consequens, quod si non exprimitur, semper imperfecta manebit, ut dicendo, *me legere*, haec est imperfecta, quia animum auditoris non quietat; et si quae sunt

com a segunda maneira, algo é completo quando consegue atingir devidamente o fim para o qual é ordenado. Pela terceira maneira, algo é completo quando é capaz de gerar algo similar a si mesmo em espécie.

117 *A construção completa.* Portanto, a construção que possui um suposto e um aposto com seus modos de significar em conformidade, e que não possua nenhuma dependência não determinada que a desvie de seu fim, é considerada completa de acordo com a primeira maneira, porque não é deficiente das coisas que são requeridas por sua espécie. É completa também de acordo com a segunda maneira, porque atinge devidamente o fim para o qual é ordenada, que é exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, como foi dito acima. É completa da terceira maneira, porque faz um similar a si, isto é, um sentido perfeito na mente do ouvinte.

Disso fica claro que o sinal da completude da construção é gerar um sentido completo na mente do ouvinte. Sendo assim, toda construção será completa quando gerar um sentido completo na mente do ouvinte. Mas esse sentido completo na mente do ouvinte não é pontual, mas tem um grau de completude: a construção pode ser considerada mais ou menos completa. Porque uma construção é tanto mais completa quanto mais aquieta a mente do ouvinte: quanto menos aquieta, menos completa.

118 *A construção incompleta.* Do que foi discutido, também fica claro que esta construção é incompleta: *si Socrates currit* (“se Sócrates corre”), porque essa conjunção, *si* (“se”), quando adicionada a essa construção *Socrates currit* (“Sócrates corre”), produz nela uma nova dependência em algo exterior a si, como em algo conseqüente, que, caso ela não o exprima, permanecerá inacabada. Da mesma maneira

similes. Perfectio ergo nihil aliud est, quam passio sermonis tertia et ultima, ex debita constructibilium unione derelicta, cum sufficientia exprimendi mentis conceptum compositum secundum distantiam, et generandi perfectam sententiam in animo auditoris.

119 *Constructionis perfectio duplex.* Quarto est notandum, quod duplex est perfectio constructionis, scilicet, secundum sensum, et secundum intellectum. Perfectio secundum sensum est, cum ambo constructibilia constructionis sunt voce tenus expressa, ut *ego lego*. Perfectio secundum intellectum est, cum constructibilia secundum vocem non exprimuntur, sed alterum ab intellectu apprehenditur, ut dicendo, *lego*. Nam hoc verbum *lego* dat intelligere suppositum, quod est *ly ego*, sub conformitate omnium modorum significandi requisitorum ad hanc speciem constructionis. Et tamen hic nulla derelinquitur dependentia ex parte constructionis totius, vel partium eius, non terminata, quae retrahat eam ab eius fine, qui est mentis conceptum compositum secundum distantiam exprimere, vel perfectum sensum in animo auditoris generare; et ita intelligatur de aliis.

120 *Constructionis, congruitatis, perfectionis ordo et differentia.* Quinto et ultimo est notandum, quod illud quod habet se per additionem ad alterum posterius est eo; ideo ex dictis patet, quod congruitas est posterior constructione, et perfectio posterior congruitate. Nam constructio non requirit aliquid aliud nisi absolute constructibilium ex modorum significandi conformitate causatam, ut dicendo, *vir est albus*, ita bene est constructio, sicut

esta: *me legere* (“eu ler”) é incompleta, porque a mente do ouvinte não se aquieta; e o mesmo acontece com ocorrências similares. Portanto, a completude nada mais é que a terceira e última disposição do discurso, que se dá a partir da união devida dos construtíveis, com a suficiência de exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e de gerar uma sentença completa na mente do ouvinte.

119 *A completude da construção é dupla.* Em quarto lugar, deve-se notar que a completude da construção é dupla, a saber: segundo o sentido (da audição) e segundo o intelecto. A completude segundo o sentido acontece quando ambos os construtíveis da construção são completamente expressos quanto ao som, como em *ego lego* (“Eu leio”). A completude segundo o intelecto se dá quando um construtível não é expresso quanto ao som, mas é apreendido pelo intelecto, como quando se diz: *lego* (“Leio”). Porque esse verbo *lego* (“Leio”) dá a entender o suposto, que é *ego* (“eu”), em conformidade com todos os modos de significar exigidos para esse tipo de construção. Entretanto, nessa construção (i.e., “Leio”), não resta nenhuma dependência indeterminada da parte da construção como um todo ou de partes dela que a desvie de seu fim, que é exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, ou gerar um sentido completo na mente do ouvinte. E é assim que se devem entender ocorrências similares.

120 *A ordem e a diferença entre construção, gramaticalidade e completude.* Em quinto e último lugar deve-se notar que aquilo que se adiciona a outro é posterior a ele. Isso fica claro a partir do que foi discutido: a gramaticalidade é posterior à construção e a completude é posterior à gramaticalidade. Porque a construção não requer nada a não ser a união dos construtíveis causada a partir da conformidade dos seus modos de significar, como em *vir est albus*

ista, *vir est bonus*; quia utrobique est conformitas modorum significandi. Sed congruitas requirit constructibilium unionem, non quamcumque, sed debitam, ex conformitate modorum significandi illius constructionis tantum ad illam speciem constructionis requisitorum. Perfectio requirit constructibilium unionem, non quorumcumque, sed solum suppositi cum apposito, ex conformitate omnium modorum significandi causatam, cum sufficientia exprimendi mentis conceptum compositum secundum distantiam, et generandi perfectum sensum in animo auditoris. Et sic patet, quod perfectio super congruitatem addit propria principia, et similiter congruitas super constructionem, et ideo perfectio praesupponit congruitatem, et congruitas constructionem. Constructio ergo est passio sermonis prima, congruitas secunda, perfectio tertia et ultima.

Et ut habeamus distinctum modum interrogandi de ipsis passionibus grammaticae, sciendum est, quod de differentiis constructionum, quae sunt transitivum et intransitivum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *quae*? Sed de istis differentiis, quae sunt congruum et incongruum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *qualis*? Sed de istis differentiis, quae sunt perfectum et imperfectum, possumus quaerere per hoc interrogativum, *quanta*? Unde versus: *quae*? transitiva, intransitiva; *qualis*? congrua, incongrua; *quanta*? perfecta, imperfecta.

(“O homem é branco”), que é uma construção tão boa quanto *vir est bonus* (“O homem é bom”), pois, em cada uma dessas duas construções, há conformidade dos modos de significar. Entretanto, a gramaticalidade requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas uma (união) devida: em conformidade com os modos de significar exigidos por uma construção específica. A completude requer não uma união qualquer dos construtíveis, mas somente aquela do suposto com o aposto, que é causada pela conformidade de todos os modos de significar e que seja suficiente para exprimir um conceito composto da mente, segundo a distância, e gerar um sentido completo na mente do ouvinte. E assim fica claro que a completude adiciona princípios próprios à gramaticalidade e, de um modo similar, a gramaticalidade à construção; logo, a completude pressupõe a gramaticalidade e a gramaticalidade, a construção. Portanto, a construção é a primeira disposição do discurso, a gramaticalidade a segunda e a completude a terceira e última.

E para que tenhamos uma maneira apropriada de perguntar a respeito dessas disposições da gramática, saiba-se que, sobre as diferentes construções, podemos perguntar se são transitivas ou intransitivas por meio desta interrogação: *quae?* (“O que ela é?”). Para saber quais são gramaticais ou agramaticais, podemos perguntar: *qualis?* (“qual é sua qualidade (gramatical)?”). Para saber se são completas ou incompletas, podemos perguntar: *quanta?* (“qual é seu grau (de completude)?”). Daí os versos:

O que ela é?

Transitiva, intransitiva.

A qualidade qual é?

Gramatical, agramatical.

E quanto ao grau?

Completa, incompleta.<sup>163</sup>



## Notas da tradução

<sup>1</sup> Cf. *Física* I, 184a 10-15.

<sup>2</sup> A seguir, na apresentação dessas noções, TE lista seis tópicos que serão discutidos e utilizados como roteiro na apresentação de sua metalinguagem.

<sup>3</sup> TE dedica os primeiros sete capítulos da *Gramática especulativa* à apresentação de sua metalinguagem, que é dividida da seguinte forma: 1) os cinco primeiros capítulos são uma exposição teórica de cinco das seis noções gerais que são listadas no *Prooemium auctoris*, “a introdução do autor”; 2) no capítulo VI, é feita a correlação entre os elementos da metalinguagem e os da linguagem, ou seja, entre os modos de significar, o signo, o vocábulo e a parte do discurso; 3) no capítulo VII, são apresentados os modos essenciais e acidentais do modo de significar.

<sup>4</sup> TE aplica a distinção “ato-potência” na diferenciação entre modos ativos e passivos. Dessa forma, ele distingue entre as maneiras (modos ativos) pelas quais as palavras têm o potencial (*ratio*) de significar as propriedades das coisas e as maneiras (modos passivos) pelas quais essas propriedades podem ser efetivamente significadas pelas palavras, i.e., significadas em ato.

<sup>5</sup> As propriedades das coisas têm um aspecto formal, as *rationes essendi* (disposições/formas de ser) e um aspecto material, o *modus essendi* (modo de ser). O intelecto apreende uma forma de ser como *ratio significandi passiva* porque possui uma disposição ou capacidade de entender ativa correspondente a essa forma passiva, i.e., o intelecto possui uma *ratio intelligendi activa*. A *ratio intelligendi passiva* (a disposição de ser entendida passiva) é um componente de um universal, ou *species intelligibilis* (forma/espécie inteligível), enquanto apreendido pelo intelecto, i.e., é a abstração da forma de ser de uma propriedade. Assim como o intelecto é capaz de entender uma propriedade, a linguagem é capaz de dar significado para essa propriedade; por conseguinte, existem, nas palavras, disposições ativas de significar, *rationes significandi activae*, correspondentes às *rationes intelligendi passivae* entendidas pelo intelecto.

<sup>6</sup> Ao usar o conceito aristotélico de causa ou princípio eficiente, TE entende que o princípio ou causa meramente formal da palavra como vocábulo, i.e., da palavra como item lexical, não explica seu funcionamento nas construções sintáticas e que, portanto, tal função deve ser atribuída a uma causa ou princípio semântico intrínseco. Esse princípio é a expressão do conjunto dos modos de significar que devem ser compatíveis nas construções sintáticas da gramática modista.

<sup>7</sup> Os modos de ser entendido passivos e de ser significado passivos são equivalentes às propriedades das coisas. As propriedades das coisas não entram diretamente no campo de estudos da gramática porque fazem parte do domínio da filosofia natural (física). Como esses dois modos passivos equivalem a formalizações (*formalitates*) das propriedades do mundo, não podem ser princípios linguísticos das partes do discurso, a não ser formalmente.

<sup>8</sup> Grosso modo, a corrente realista da filosofia medieval distingue dois tipos de intelecto: agente (universal) e paciente (particular). O intelecto agente, detentor dos universais, é uma espécie de repositório das formas universais ou propriedades das coisas: cores, formatos, dimensões, etc. e entidades imateriais, como: “o homem”, “a humanidade”, “a cavaliidade”, etc. Além disso, o intelecto agente, ou universal, é o intermediário entre o intelecto do indivíduo, ou intelecto paciente, e os dados dos sentidos. Se, por um lado, as coisas só se tornam inteligíveis ao intelecto paciente por intermédio do intelecto agente, que lhe fornece as formas inteligíveis universais (*rationes/modi essendi*), por meio das quais são coentendidas as propriedades que se lhe apresentam aos sentidos, por outro, o intelecto paciente só é capaz de gerar seus próprios conceitos a partir dos dados dos sentidos. Logo, o intelecto individual é duplamente passivo: tanto porque é movido pelos dados dos sentidos quanto porque não vê esses dados a não ser por meio do intelecto agente que lhe disponibiliza as formas universais.

<sup>9</sup> Segundo TE, o gênero masculino deriva-se da propriedade da ação ou do agente e o gênero feminino da propriedade do que sofre uma ação ou do paciente. Deus é ato puro, por isso, não sofre nenhuma ação. Daí o porquê de argumentar-se que o nome “Deus”, de gênero masculino, está mais de acordo com a essência a que se refere do que o nome “Deidade”.

<sup>10</sup> A filosofia medieval não entende as privações como vazios ontológicos e sim como ausências: a cegueira não é um ente, é a ausência de um ente: a visão. Na *Metafísica* V, 1022b 23-1023a 7, Aristóteles expõe os diversos sentidos da palavra “privação” e explica sua existência como realidade na alma.

<sup>11</sup> Segundo a metafísica aristotélica medieval, as entidades do mundo – exceto Deus, os anjos, as almas, os espíritos, as inteligências, etc., que são de natureza simples ou puramente formal – são “substâncias separadas”, a saber: compostos de matéria e forma.

<sup>12</sup> No artigo primeiro (a.1) da 78ª questão (q.78) da primeira parte (1) da *Suma Teológica* (*Summa theologiae* 1, q.78, a.1), Tomás de Aquino define a privação (*privatio*) como a falta de uma qualidade que é própria à natureza de um ser e que, portanto, é definidora da identidade desse ser. Por exemplo, enquanto não ter asas é uma simples negação (*negatio*) para o homem, para a águia esse fato representa uma privação. As ficções são combinações de propriedades de diferentes entidades reais, que a mente distinguiu umas das outras, armazenou na memória e combinou de maneira inusitada. Assim como só se conhe-

cem as privações por meio daquilo que lhes é circunstancial, só se conhecem as ficções por meio das partes das coisas do mundo real que o intelecto combinou para formar essas entidades mentais. Na filosofia da Idade Média, um exemplo muito usado de privação é a cegueira, cujo conjunto de características circunstanciais redundam na falta de visão. Um exemplo comum de ficção é a quimera. Tomás de Erfurt entende que, no caso das privações, e também das ficções, os modos de entender e os modos de ser são equivalentes, uma vez que se trata de realidades que se limitam ao âmbito intramental.

<sup>13</sup> Cf. *Metafísica* V, 1022b 23-1023a 7.

<sup>14</sup> O modo de entender ativo é uma operação do intelecto que entende uma propriedade do mundo. O modo de ser entendido passivo é o aspecto formal dessa propriedade, produto do entendimento e equivalente a um dos modos que compõem a significação de um conceito. Portanto, o modo de ser entendido equivale a uma propriedade do mundo enquanto apreensão da mente ou parte de um conceito.

<sup>15</sup> O modo de ser, o modo de ser entendido passivo e o modo de ser significado passivo equivalem à mesma coisa: uma propriedade real. Assim, Tomás de Erfurt considera esses modos materialmente idênticos.

<sup>16</sup> Um modo de ser significado passivo corresponde a uma propriedade de cujo sujeito é uma coisa no mundo.

<sup>17</sup> Para Tomás de Erfurt, as palavras são signos linguísticos.

<sup>18</sup> O critério de análise da gramática especulativa é essencialmente semântico e formal, portanto, preocupa-se com a maneira como a linguagem reflete a realidade e não com a realidade ou com intelecto em si mesmos. Assim, segundo a metalinguagem modista, essa análise interessa-se prioritariamente pelos modos de significar e cossignificar ativos e apenas acidentalmente pelos modos de ser, de ser entendido e de ser significado passivos.

<sup>19</sup> De acordo com o realismo de TE, os termos universais, como “homem”, “cadeira”, “árvore”, etc., são unidades ontológicas indivisíveis e esse fato reflete-se na linguagem. Quando, por exemplo, ouve-se a palavra “cadeira”, no singular, tem-se a ideia completa do que seja tal objeto, ou seja, o nome “cadeira” subsiste por si mesmo como unidade sem que seja necessário fazer menção de sua enumerabilidade. Em oposição a isso, quando se ouve “cadeiras”, no plural, o conjunto de coisas que essa expressão evoca só pode ser entendido quando se faz referência às unidades que o compõem. Disso se conclui que a unidade pode existir (pode ter o ser, na linguagem da metafísica medieval) independentemente do número. Concordes com essa maneira de pensar, os gramáticos especulativos consideravam o número como um acidente do nome. Para TE, o número, a espécie, a forma, o caso, etc. são acréscimos tanto à essência do nome quanto às essências das outras partes do discurso.

<sup>20</sup> Em sua classificação das palavras, TE considera que os acidentes, que constituem os modos de significar acidentais, não definem a que gênero (classe de palavras) ou a que espécie (subgrupo em que uma palavra se inscreve dentro de uma classe) uma palavra pertence; tais distinções são levadas a efeito respectivamente pelo modo de significar essencial mais geral e por seus modos subalterno e específico.

<sup>21</sup> No original latino, TE divide o modo essencial em *generalissimus*, *subalternus* e *specialissimus*; o uso do superlativo em *generalissimus* e *specialissimus* serve respectivamente para distinguir entre o caráter mais genérico da descrição das classes de palavras e o caráter mais específico da descrição das palavras que entram no inventário das diferentes espécies de uma mesma classe. O aspecto intermediário da descrição dos subconjuntos de uma mesma classe de palavras corresponde ao modo subalterno. O modo subalterno é, ao mesmo tempo, um modo essencial menos genérico e menos específico de uma parte do discurso. Nos termos das classificações da lógica medieval, que pressupõem o esquema da *arbor porphyriana* (BARNES, 2003), se o modo essencial mais geral expressa um gênero, o modo essencial subalterno expressa ao mesmo tempo uma espécie e um gênero: uma espécie com relação ao modo essencial mais geral e um gênero com relação ao modo essencial mais especial.

<sup>22</sup> Segundo De Libera, o termo técnico *suppositio*, “característico de toda a semântica da Idade Média tardia”, resulta do cruzamento das pesquisas gramaticais e lógicas anteriores ao séc. XIII com a semântica trinitária: “A teoria medieval da referência nasce do encontro entre o vocabulário lógico-gramatical da *suppositio*, ser sujeito de uma frase ou de uma proposição, e o vocabulário teológico do *suppositum* e da *persona*, caracterizando o Deus Uno e Trino como essência em três ‘suportes’ (‘hipóstases’, *supposita*) ou ‘Pessoas’ (*personae*)” (1990, p. 36), que Boécio discutira no *De Trinitate*. No séc. XIV, Guilherme de Sherwood distinguiu três tipos de suposição (denotação) para as palavras: a suposição material (como em “homem é um dissílabo”), a suposição simples (como em “homem é uma espécie”, em que “homem” denota seu conceito simples) e a suposição pessoal determinada (como em “o homem corre”, em que “homem” pode se referir tanto a um só indivíduo quanto a um grupo de indivíduos (COVINGTON, 1984, p. 12). Na *Grammatica speculativa*, o sentido geral de suposto é o de suposição pessoal determinada, i.e., um tipo de denotação em que uma palavra refere-se ou a um ser em particular ou à totalidade dos seres passados, presentes e futuros que essa palavra pode representar. Por exemplo, na *GS*, o termo “mesa” denota todas as mesas passadas, presentes e futuras. Portanto, “mesa” e todos os outros supostos desse gênero (como “homem”, “cadeira”, etc.), que se referem a um ser ou a uma totalidade de seres, podem ser classificados como pertencentes à classe dos nomes. Essa maneira de entender a referência dos termos resulta da adoção do conceito extensional do significado das palavras – um dos pressupostos teóricos do modismo. Com essa aplicação do conceito de suposição determinada na classificação das palavras, um nome pode ser não só equivalente a um suposto pessoal determinado,

mas também denotar que seja um item lexical, com sentido completo (*dictio*), que seja uma parte do discurso (*pars orationis*). Assim, por exemplo, “mesa” tanto denota um termo singular quanto um elemento da classe dos nomes que pode fazer parte de construções sintáticas. Na sua classificação das palavras, para além do uso do critério lógico da suposição determinada, os modistas utilizavam um critério semântico: os modos de significar. Nesse sentido, para que “mesa” pertença à classe dos nomes é necessário que seu modo essencial de significar seja aquele da classe dos nomes. De acordo com a *Gramática especulativa*, a classe dos nomes tem diversos modos de significar as propriedades metafísicas do mundo. O principal desses modos é o modo do hábito, ou do estado e da permanência, cujo aspecto formal é o modo da apreensão determinada ou o modo de estar por si mesmo. O modo do estado, ou do hábito e da permanência, é também chamado de modo de um ente (*modus entis*) ou modo da substância. Portanto, a classe de palavras a que “mesa” pertence é determinada de duas maneiras: por meio da lógica, por meio da teoria da suposição, e por meio da metafísica, com a distinção entre palavras que significam a propriedade metafísica da mudança (os verbos) e palavras que significam a propriedade metafísica da permanência e do estado ou da apreensão determinada (os nomes). Como a palavra “mesa” denota por meio da suposição determinada e tem significado por meio dos modos do modo essencial da permanência (materialmente) e da apreensão determinada (formalmente), o nome “mesa” é classificado como pertencente à classe dos nomes.

<sup>23</sup> TE faz uma analogia entre seu método de classificação das palavras e a distinção entre gênero e espécie da lógica aristotélica; “coordenação” nesse trecho é sinônimo de “classificação”.

<sup>24</sup> Como se verá a seguir, por meio de sua distinção entre modos absolutos e respectivos, Tomás de Erfurt diferencia e explica os fenômenos da derivação e do funcionamento sintático das palavras.

<sup>25</sup> As construções sintáticas dos modistas são sempre de pares de elementos; assim, em “O pálido Sócrates corre” há duas construções: uma entre “o pálido” e “Sócrates” e outra entre “Sócrates” e “corre”; nessas construções de apenas dois elementos, o dependente é sempre o elemento que possui menor grau de existência, no sentido metafísico do termo; por exemplo, “pálido” é um acidente de “Sócrates”, depende dele para existir, e é, portanto, a parte dependente (*dependens*) da construção, enquanto “Sócrates” é o determinante, i.e., o elemento que determina o significado da construção (*terminans*).

<sup>26</sup> O uso do termo “etimologia”, na *Gramática especulativa*, deve ser entendido como o estudo dos modos de significar essenciais mais gerais de uma palavra que permitem que ela seja classificada como uma parte do discurso, i.e., ou como nome, ou como pronome, ou como verbo, ou como participio, etc. Nessa acepção, etimologia é diferente tanto do estudo da etimologia interpretativa da Antiguidade e da alta Idade Média, e.g., das *Etimologias ou*

*origens* de Isidoro de Sevilha (ca. 560-636), quanto da etimologia histórico-crítica alemã do séc. XIX.

<sup>27</sup> Em sua gramática, Donato enumera as partes do discurso e as ordena da seguinte forma: “Existem oito partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Duas delas são as principais: o nome e o verbo” (*Ars minor* 585, 3-5 H).

<sup>28</sup> Tomás de Erfurt faz a distinção entre o modo de um ente e o modo da apreensão determinada do nome por meio da aplicação da dicotomia matéria-forma: do ponto de vista material, o nome significa a propriedade real por meio do modo de um ente, que também está presente em outras classes de palavras, como na classe dos pronomes, por exemplo, e esse é o seu modo essencial mais geral; todavia, em seu aspecto formal, o nome é diferente de todas as outras classes por ser a única que significa pelo modo da apreensão determinada, sendo que esse é seu modo essencial específico; particularmente, com respeito à aplicação dessa distinção à diferença entre o nome e o pronome, pode-se afirmar que o nome, por um lado, tem a qualidade de marcar um ser real de maneira definitiva, enquanto que o pronome só o faz como que pelo empréstimo desse modo específico do nome; ou seja, o pronome é materialmente (modo de um ente) igual ao nome, mas precisa emprestar a forma (o modo da apreensão determinada) do nome; de acordo com essa classificação, o pronome parece ser considerado, semanticamente, como uma categoria preenchível.

<sup>29</sup> Traduziu-se *fluxus* por “mudança” e não por “fluir”, porque o primeiro termo parece transmitir melhor a ideia do fenômeno da alteração da realidade no tempo contida em *fluxus*.

<sup>30</sup> Cf. PRISCIANO, *Institutiones* 2, 57, 1-7.

<sup>31</sup> Cf. *Metafisica* 1018a 20-39.

<sup>32</sup> Os supostos são substitutos mentais das coisas do mundo; uma pluralidade de supostos que têm a mesma propriedade forma um conjunto de entidades do mesmo gênero que é significado pelo mesmo nome comum. Os lógicos medievais chamavam um conjunto como esse de “uma intenção universal”, “natureza comum” ou “universal”.

<sup>33</sup> Assim como há uma propriedade nas coisas que faz com que elas sejam reconhecidas como pertencentes a conjuntos de coisas (gêneros e espécies) e, portanto, façam referência a um universal, há também uma propriedade que distingue os indivíduos de uma mesma espécie entre si. No séc. XIV, essa propriedade era chamada de “intenção de individuação”.

<sup>34</sup> Os nomes adjetivos, constituídos a partir do modo de aderir, não têm significação própria porque dependem da significação do nome que definem.

<sup>35</sup> Por exemplo, em “pedra branca”, o significado de “branca” participa do significado da essência “brancura”, que está na pedra como um acidente, ou uma qualidade, está em uma substância. O adjetivo “branca” de “pedra branca” (a brancura desta pedra), além de não significar a participação plena na qualidade universal “brancura”, também não pode significar isoladamente, mas precisa ligar-se à significação de um ente positivo, a pedra; portanto, o nome adjetivo “branca”, em “pedra branca”, não significa independentemente por meio do modo de um ente e da apreensão determinada, mas recebe sua significação tanto de um universal (a brancura) quanto de um nome de uma substância e, assim, significa um acidente, ou qualidade, dessa substância (a pedra). Como se vê, a explicação da *GS* para a significação dos nomes adjetivos fundamenta-se nos postulados da metafísica aristotélica medieval.

<sup>36</sup> Para TE, as definições “animal racional” e “corpo animado” são, na verdade, redundâncias, uma vez que a espécie “racional” está contida no gênero “animal” e a espécie “animado” está contida em “corpo”. Assim, a aposição de “racional” a “animal” e de “animado” a “corpo” serve meramente para ressaltar o que se entende por “racional” e “animado” e não há uma necessidade lógica que autorize a gramaticalidade desse par de construções. Portanto, “racional” e “animal” não significam por meio do modo de aderir e não são adjetivos. Por meio da discussão desses dois contraexemplos, TE oferece uma explicação para as construções de tipo “nome substantivo + nome adjetivo” que tem respaldo na lógica aristotélica medieval.

<sup>37</sup> A “segunda intenção do gênero” é a classificação dos indivíduos como pertencentes a uma mesma espécie ou a espécies diferentes de acordo com a definição das suas propriedades. A classificação de um indivíduo em um determinado gênero é a sua “primeira intenção do gênero”.

<sup>38</sup> As expressões primitivas são aquelas que significam por meio do modo geral de estar por si mesmo (o primeiro desta lista), como “flor” e “pedra”.

<sup>39</sup> O adjetivo demonstrativo é o nome do adjetivo em sua definição, no sentido de suposto material, como na sentença: “A palavra ‘branco’ é um nome adjetivo”.

<sup>40</sup> O número é entendido como um traço accidental que não está presente no adjetivo entendido de maneira simples e absoluta: a expressão “cavalos brancos” depende das definições de “cavalo” e de “branco”, no singular, como unidades essenciais, para ser entendida. O contrário não acontece: o entendimento de “cavalo” e de “branco” subsiste sem o entendimento de “cavalos” e de “brancos”. Na *GS*, essa é uma aplicação da distinção metafísica entre a substância e o acidente à classificação dos tipos de nomes adjetivos da língua latina.

<sup>41</sup> De acordo com o *Dicionário latino-português* de Torrinha (1942, p. 880), *tot*, “tanto”, classifica-se como pronome, *talis* (1942, p. 855), “tal”, como adjetivo ou pronome demonstrativo, *tantus* (1942, p. 856), “tão grande”, como adjetivo.

<sup>42</sup> Exceder o termo é atribuir a uma palavra um significado que vai além do seu sentido básico. Do ponto de vista morfossemântico das gramáticas especulativas, isso se dá pelo acréscimo de um sentido que corresponda a uma alteração na forma básica da palavra. Por exemplo, *albior*, “mais branco”, e *albissimus*, “o mais branco”, excedem o sentido simples de *albus*, “branco”, ao lhe acrescentarem os graus comparativo e superlativo, que vão além do seu sentido básico e, como resultado dessas mudanças de sentido, ocorrem alterações correspondentes na forma simples da palavra.

<sup>43</sup> O excesso que o grau comparativo denota no adjetivo é intrínseco (interno) porque não ultrapassa o limite da essência que o adjetivo transmite aos nomes que qualifica. No caso de “branco”, por exemplo, essa essência, natureza comum, é a “brancura”. A brancura pode se manifestar em diferentes graus: uma coisa pode ser mais ou menos branca que outra. Todavia, para TE, a referência do campo semântico (os modos de significar) de “branco” restringe-se apenas ao conjunto de todas as coisas reais que são brancas e podem ser comparadas entre si. Por isso, o superlativo “branquíssimo” excede o limite do conjunto em que estão englobados todos os elementos que, em graus diferentes, participam do universal “brancura”. Logo, “o branquíssimo” pode ser entendido como um elemento, de um conjunto de um só elemento, que transcende o conjunto do grau comparativo de participação de todas as coisas brancas que participam da essência da brancura. Dessa forma, sem recorrer a uma explicação morfológica, TE trata a diferença entre os graus comparativo e superlativo dos adjetivos de uma maneira semântica e coerente com os pressupostos teóricos da metafísica aristotélica, o que procura manter ao longo da GS.

<sup>44</sup> A palavra “termo”, como é aqui usada por TE, tem dois sentidos: o termo é, primeiramente, a palavra, a expressão verbal, o elemento irredutível da sentença. Em segundo lugar, o termo é o limite até o qual ou a partir de que se prolonga o significado de um vocábulo. Assim, enquanto o grau comparativo (mais/menos + adjetivo) determina a significação de um adjetivo internamente, o grau superlativo faz com que a significação transcenda infinitamente esse limite.

<sup>45</sup> Esse modo deve ser entendido como a delimitação da significação de um termo em relação a outro termo. No caso do adjetivo relacional, essa delimitação tem a ver com as significações de nomes adjetivos que indicam relações de semelhança ou parentesco.

<sup>46</sup> O adjetivo relacional corresponde a predicados relacionais do tipo “*x ser filho de y*”, como em “João é filho de Pedro”.

<sup>47</sup> Para a maioria dos modistas (exceção feita a Siger de Courtrai), existem dois aspectos gerais da realidade que a língua representa: a permanência, representada pelos nomes e pronomes, e a mudança, representada pelos verbos e participípios. Os adjetivos são nomes e por isso significam a propriedade geral

da permanência. Tomás de Erfurt considera que os adjetivos como “amável” e “afável” e os gerúndios latinos, como *amandus* (capaz de ser amado), como nominalizações de verbos, são como que formas “congeladas” (nominais) da natureza essencialmente fluida dos verbos. Os adjetivos verbais, que são as palavras de tipo “x-vel”, e os gerúndios podem ser empregados como adjetivos atributivos, como em “homem louvável” (*vir laudandus*), ou como adjetivos predicativos, como em “som audível” (*vox audienda*). Portanto, os adjetivos verbais se comportam semanticamente como nomes: eles têm flexão casual e são frequentemente usados no nominativo. Dessa forma, Tomás de Erfurt concede o estatuto de nomes a esses adjetivos verbais e os inclui na sua lista de adjetivos.

<sup>48</sup> Tomás de Erfurt não considera o gerúndio e o particípio presente do latim como nomes adjetivos. Faz isso a partir da constatação de seu comportamento ambíguo: caracterizam-se como nomes (têm flexão casual), mas, por exemplo, podem ser modificados por um advérbio. Portanto, o gerúndio e o particípio presente não se incluem na classe dos nomes, já que seu modo de significar mais geral é o mesmo dos verbos.

<sup>49</sup> A expressão ou palavra é o som significativo (*vox significativa*). Os modistas distinguiam entre som e significado, mas, para eles, essa distinção era meramente formal, porque viam o som como subordinado ao significado da palavra. Na verdade, o significado era a parte determinante da expressão e o som era meramente o veículo material que se dispunha à transmissão do significado. Por conta dessa forte subordinação do significante ao significado, para os modistas, as diferenças de aspecto formal entre palavras eram associadas a diferenças de significado. Nesse sentido, como a doutrina da derivação das palavras de TE baseia-se tanto na metafísica aristotélica quanto nos princípios da etimologia interpretativa que o modismo havia herdado da Antiguidade, os significados derivados eram vistos como oriundos de significados primitivos e mais essenciais. Assim, “brancura”, um nome comum substantivo, remete a um significado primitivo ou simples. Já “branco”, um nome comum adjetivo, tem um significado que se deriva do significado primitivo de “brancura”. Dessa forma, ao afirmar que alguns adjetivos temporais se derivam de advérbios no que se refere à expressão, TE quer dizer que as expressões (os sons significativos) de que se derivam esses adjetivos são detentoras de um significado mais primitivo e mais essencial.

<sup>50</sup> Tomás de Aquino afirma que o indivíduo é a substância enquanto “indivisa em si e distinta de qualquer outra” (*Summa theologiae* I, q.29, a.4). Na 18ª parte do segundo capítulo de seu *O ente e a essência*, Aquino declara “a designação do indivíduo a respeito da espécie é pela matéria determinada pelas dimensões; a designação, porém, da espécie a respeito do gênero é pela diferença constitutiva, que é derivada a forma da coisa” (*De ente et essentia* II, 18). Os grupos lógicos aristotélicos que os escolásticos usavam em suas classificações das coisas do mundo eram três: o gênero, a espécie e a diferença específica. Um

gênero qualquer se dividia em espécies subalternas por meio da diferença específica (a diferenciação entre suas espécies). As espécies, por sua vez, se dividem em indivíduos. Como se lê na segunda citação acima, há uma distinção formal (de forma) entre os gêneros e suas espécies e uma distinção material (de matéria) entre as espécies e os indivíduos que ela comporta. Ou seja, enquanto o que difere uma espécie de outra de um mesmo gênero – por exemplo, o que difere uma águia de um falcão – são suas especificidades dentro desse mesmo gênero (o dos pássaros), o que difere dois indivíduos de uma mesma espécie (dois falcões) é unicamente a quantidade de matéria que cada um possui. Tomás de Aquino chama essa quantidade de matéria determinada. Em linhas gerais, Tomás de Erfurt adota a maneira tomista de pensar o indivíduo. Como resultado disso, para TE, a propriedade da individuação é a determinação (a quantidade de matéria) exclusiva que pertence a cada um dos indivíduos de uma espécie. Essa determinação é uma propriedade do universo e, portanto, tem uma maneira (um modo) de ser significada. O modo da apreensão determinada é um modo essencial (formal) do nome e corresponde a essa propriedade da determinação ou individuação. Portanto, o nome próprio significa por meio do modo de significar a propriedade da individuação ou da matéria determinada.

<sup>51</sup> A enumeração dos nomes próprios de TE é uma transposição da classificação de Prisciano: “os nomes próprios são classificados em quatro espécies: prenome, nome, cognome, agnome.” (*Institutiones* 2, 57, 12). No entanto, as justificativas de TE para essa classificação são diferentes das usadas por Prisciano: TE atribui essa divisão às propriedades reais que esses nomes significam, enquanto Prisciano aponta as motivações históricas que teriam originado essa divisão em quatro espécies.

<sup>52</sup> O cognome é um nome próprio compartilhado.

<sup>53</sup> Tomás de Erfurt conclui sua discussão dos vários tipos de nomes com essa alusão aos nomes que não foram classificados de maneira específica em seu inventário dos nomes adjetivos e substantivos. Esses nomes, que não são classificados de acordo com modos especiais, são tidos por ele como passíveis de serem incluídos em alguma das vinte e quatro espécies de adjetivos ou nas quatro de nomes próprios. TE explica que há adjetivos que possuem certas diferenças tão mínimas de forma (expressão) ou significado que tais diferenças não justificariam a criação de um número ainda maior de espécies. É o caso dos adjetivos sinônimos, por exemplo, cujos significados são muito próximos, apesar da diferença em expressão. Bursill-Hall (1971, p. 145) interpreta essa medida econômica como a constatação, da parte de TE, da limitação do critério da exaustividade classificatória adotado no seu inventário das várias espécies do nome.

<sup>54</sup> Donato considerava a qualidade como um acidente do nome: “A qualidade do nome é bipartida: ou os nomes são próprios ou apelativos” (*Ars minor* 585, 8-9 H). Tomás de Erfurt, por sua vez, considera a qualidade como um modo de significar essencial subalterno do nome. Donato descrevera a

qualidade como a característica acidental que o nome tem de denominar e individualizar um elemento. Segundo TE, a qualidade é uma propriedade essencial, porque a disposição (a capacidade) de denominar (modo próprio) e de individualizar (modo apelativo) são propriedades básicas do nome. Ou seja, a qualidade, diferentemente do número e do gênero, faz parte da essência do nome e, enquanto é possível entender o nome sem o número ou o gênero, é impossível entendê-lo sem suas disposições (suas capacidades) de denominar e de individualizar. TE adiciona a essa justificativa o fato de uma espécie de nome derivar-se da disposição básica de denominar: o nome próprio.

<sup>55</sup> “São três os graus de comparação: positivo, comparativo, superlativo; positivo, como ‘forte’, comparativo, como ‘mais forte’, superlativo, como ‘fortíssimo’”(Ars minor 585, 9-10 H). O grau “positivo” é a forma básica ou grau zero de comparação de um adjetivo.

<sup>56</sup> O entendimento básico do nome corresponde à forma básica do nome. Em uma interpretação de critério morfológico, a forma básica do nome adjetivo “forte” seria algo como “fort-”. Entretanto, o critério de análise das palavras dos modistas é semântico e não recorre a uma análise morfológica do tipo da que se acabou de fazer. Ao invés disso, os modistas emprestam um conceito da metafísica aristotélica e identificam o entendimento absoluto de um nome com a palavra que significa a substância mais simples que possa ser denotada por esse nome: no caso de “forte”, esse significado essencial, ou universal, é “a força”. Nesse sentido, os adjetivos “mais forte” (*fortior*) e “fortíssimo” (*fortissimus*) têm significados adicionais que ultrapassam a relação simples (absoluta) entre “forte” (*fortis*) e sua essência: “a força” (*fortitudo*). Ao discutir a derivação dos nomes, TE retomará essa distinção aristotélica entre o termo absoluto (simples) e o termo derivado (composto) e identificará o termo primitivo com o termo absoluto.

<sup>57</sup> Na época de Tomás de Erfurt, ao que parece, havia um grupo de gramáticos que defendia uma explicação formal para a derivação das palavras. Assim, por exemplo, o nome “branco” daria origem ao nome “brancura”. Como se viu em nota anterior, com base na metafísica de sua época, TE postula exatamente o contrário: “branco” se deriva de “brancura” porque esta se refere à essência significativa da qual o significado de “branco” participa. Uma derivação meramente formal não faz sentido em uma interpretação como essa.

<sup>58</sup> O adjetivo “separadas”, que Tomás de Erfurt utiliza para caracterizar um conjunto de coisas, pode ser traduzido por “compostas” ou “complexas”. Segundo Tomás de Aquino (*De ente et essentia* I, 8-10), as coisas compostas (ou separadas) formam o conjunto das coisas que podem ser entendidas como constituídas de forma e matéria: “Nas substâncias compostas nota-se a forma e a matéria, como no homem a alma e o corpo”.

<sup>59</sup> Donato utilizou-se de um critério formal para definir os gêneros das palavras: a anteposição de pronome (ou artigo, na tradução para o português)

antes de um nome: “Os gêneros dos nomes são quatro: masculino, feminino, neutro e comum. O nome masculino é aquele a que se antepõe o pronome (ou o artigo) de número singular e de caso nominativo masculino, como em ‘esse/o mestre’ (*hic magister*). O nome feminino é aquele a que se antepõe o pronome ou o artigo de número singular e de caso nominativo feminino, ‘essa/a musa’ (*haec musa*) [...] O nome comum é aquele que pode significar tanto o masculino quanto o feminino, como em ‘esse sacerdote’ (*hic et haec sacerdos*).” A tradução para o português deste último exemplo não exemplifica o gênero comum de Donato: em português, um exemplo de nome de gênero comum seria “o/a/este/esta estudante”. Outra possibilidade é a conjunção de um nome masculino e outro feminino que resulta em um nome comum: “homem e mulher velhos”.

<sup>60</sup> Os nomes adjetivos podem significar mais de um gênero porque sua significação depende da significação do nome substantivo que qualificam. Para Tomás de Erfurt, isso demonstra a dependência do significado do nome adjetivo no significado da substância do nome substantivo.

<sup>61</sup> Ao discutir o problema do número em seu *Quomodo Trinitas Unus Deus Ac Non Tres Dii* (*Como a Trindade é um Deus e não Três*), Boécio afirma que o princípio da pluralidade e do número é a diferença, a qual não existe em Deus. Nos demais seres, essa diferença produz a alteridade (o diferenciar-se do outro). A definição boeciana de número, que tem a alteridade (a diferença) como centro, terá forte influência sobre o pensamento medieval posterior.

<sup>62</sup> A noção de número que Tomás de Erfurt tinha em mente não tem nada a ver com o caráter quantitativo da matéria postulado pela física posterior ao séc. XVI. O número, para os antigos e medievais, não é um contínuo infinito. Pelo contrário, o uno, a díade, a tríade, etc., são determinações concretas e não quantidades fracionáveis: os números não são marcadores de intervalos infinitos, mas sim de oposições qualitativas. A unidade é igual ao ente, porque todo ser é essencialmente uno (indivisível). A dualidade equivale à alteridade, porque a existência do uno é delimitada/determinada pela existência do outro (MARZOA, 1984, p. 81). Tomás de Erfurt define o número como unidade numérica baseando-se na definição de número de Aristóteles. Segundo essa definição, “[...] todo número é múltiplo porque consiste de *uns* e porque todo número é mensurável pelo *um* (uno)” (*Metafísica* X, 1056b 23-4). A partir dessa definição, TE entende a unidade numérica de duas maneiras: como o uno (*unitate*), uma entidade transcendental, e como a segmentação (*unitate mensurata*) de um contínuo, que ele chama de número material. É a repetição da manifestação do uno transcendental que possibilita a percepção, em um conjunto de entidades, das espécies como distintas umas das outras. Na *Gramática especulativa*, essa repetição é chamada de número de essências ou número de espécies. Portanto, em sua explicação do número gramatical, Tomás de Erfurt faz uma aplicação do conceito metafísico do uno transcendental para explicar o fenômeno da multiplicação da unidade em espécies diferentes.

<sup>63</sup> Enquanto o número de essências ou espécies diz respeito a conjuntos de indivíduos, por exemplo, “o homem”, “a mesa”, etc., o número material se refere à diferenciação entre os indivíduos que compõem uma mesma espécie. A noção de manifestação multiplicativa do uno transcendental, que se aplica ao número de essências, é aplicada igualmente ao número material.

<sup>64</sup> A diferença de significado entre as palavras que compõem um vocábulo e esse vocábulo é o que TE chama de *distantia*. Ou seja, Tomás de Erfurt entende que as palavras compostas “distanciam-se” de seus significados originais (essenciais) por meio da composição.

<sup>65</sup> As coisas compostas fazem parte do conjunto das substâncias, que se constituem de forma e matéria-prima.

<sup>66</sup> O nominativo tem duas propriedades: a propriedade de ser independente, que é característica do suposto (do sujeito) da sentença, e a propriedade de ser o outro do verbo, que é a disposição que o suposto tem de dar início à ação do verbo, ou seja, de ativar os modos de cossignificar do verbo. Tomás de Erfurt considera o nominativo como um princípio ativador da predicação verbal: essa influência do nominativo sobre o verbo é o que ele chama de “o outro”, *alterum*, que o verbo predica.

<sup>67</sup> Como “outro” do verbo, o nome, por meio do modo nominativo, aciona os modos de cossignificar o modo da composição no verbo, o que dá origem a uma construção sintática.

<sup>68</sup> O nominativo é o modo acidental de o nome significar a propriedade de principiar. Essa propriedade recebe a adição das propriedades secundárias de “ser independente” (*quod*) ou de “ser o outro do verbo” (*ut quod est alterum*) e não a das propriedades de subsistir (*in quo*) ou de ser enunciável (*de quo*), que são propriedades significadas pelo ablativo e não pelo nominativo. As preposições *de* e *in* dependem do nome no caso ablativo e não no nominativo.

<sup>69</sup> Da mesma forma que se observou no nominativo, em que “o outro” do verbo é o nome, o genitivo também tem a propriedade de ser o outro do verbo e, portanto, de principiar ou determinar a ação do verbo. Além da propriedade de ser o outro do verbo, o genitivo também significa a propriedade de marcar a pertença de algo a esse elemento nominal. Por exemplo, na sentença “Tenho pena de Sócrates”, “pena” é “algo” que pertence ao “outro” (i.e., ao nome objeto) da relação “verbo-nome”.

<sup>70</sup> Como no nominativo e no genitivo, o dativo tem uma propriedade geral, i.e., ser o “outro” com relação ao verbo, a saber: o outro elemento da construção “nome(dativo)-verbo”. Como nos outros casos, o dativo tem uma característica adicional, específica: o modo de significar a propriedade “enquanto ‘para quem’ é o outro adquirido ou dado”.

<sup>71</sup> Tomás de Erfurt utiliza esses dois exemplos para demonstrar o funcionamento do modo dativo em frases intransitivas (*similis Socrati*) e transi-

tivas (*faveo Socrati*). Nas frases intransitivas, o modo dativo significa a propriedade de principiar a ação do verbo (*ut cui alterum acquiritur vel datur*) e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber (*cui*). Nas frases transitivas, as quais não necessitam ser verbais, mas em que as pessoas gramaticais são necessariamente distintas, i.e., não correferenciais, o modo dativo significa a propriedade de finalizar a ação do verbo e, simultaneamente, significa a propriedade de dar ou receber.

<sup>72</sup> Essa definição é a seguinte: os modos acidentais principais (gerais) dos casos significam ou a propriedade do princípio ou a do término da ação, ou ambas.

<sup>73</sup> Nessas construções, de tipo “acusativo + verbo no infinitivo”, o nome acusativo não significaria a propriedade de direcionar a ação do verbo. Nesse contexto, o acusativo não possui, por exemplo, a propriedade de direcionar a ação do verbo que possui nas sentenças consideradas como sendo de ordem natural, de tipo SVO (sujeito-verbo-objeto). De fato, nesse tipo de construção, o acusativo possui apenas a propriedade geral de principiar a ação do verbo da mesma forma que o nominativo o faz.

<sup>74</sup> Segundo a *Gramática da língua portuguesa* de Celso Cunha, esse acusativo corresponde ao objeto direto não preposicionado, representado por um substantivo (CUNHA, 1982, p. 151).

<sup>75</sup> Na construção latina em que o acusativo corresponde ao objeto direto preposicionado do português, o significado da preposição e o significado do verbo se ligam diretamente ao significado do nome acusativo. Isso quer dizer que o significado do verbo não é determinado pelo significado do nome acusativo por intermédio do significado da preposição, mas que o significado do nome determina simultaneamente o significado do verbo e o da preposição que rege acusativo. Essa relação de dependência da preposição e do verbo, nesse tipo de construção de acusativo, pode ser representada assim: *ad* → *campum* ← *curro* (Ao campo corro), em que as setas apontam das palavras dependentes ao termo de que dependem.

<sup>76</sup> Uma construção pode ser transitiva de ato estimulado, como na construção de vocativo “Ó Henrique!” (*o Henrice*) ou pode ser transitiva de ato significado, como na construção de genitivo “Tenho pena de Sócrates” (*misereor Socratis*). Essas construções são ambas de ações: no primeiro exemplo, a interjeição “ó” assume o lugar do verbo e, por meio de seus modos de significar, significa a propriedade de estimular ou impelir; no segundo exemplo, o verbo *misereor* (ter pena de) significa a ação do sujeito agente. A diferença entre os dois pode ser exemplificada nesses mesmos exemplos: enquanto, no primeiro exemplo, o vocativo “Henrice” não é capaz de finalizar a ação a não ser como termo dependente da interjeição *o*, que assume o lugar do verbo, no segundo exemplo, o genitivo *Socratis* finaliza a ação do verbo dependente como termo independente da construção. Outra diferença é que enquanto a

interjeição “ó” não significa nada fora da construção de vocativo, o verbo *misereor* tem significado isoladamente.

<sup>77</sup> Aqui a palavra “caso” deve ser entendida genericamente no sentido de propriedade casual (acidental) que aparece nas palavras sob a forma de algum tipo de inflexão que não se restringe somente aos casos das cinco declinações do nome, i.e., não só como nominativo, genitivo, etc., mas também como as flexões de número (singular e plural) e de pessoa (primeira, segunda e terceira).

<sup>78</sup> Cf. DONATO, *Ars maior* 624, 5-628, 13 H.

<sup>79</sup> O pronome compartilha o modo de um ente (*modus entis*) com o nome, mas difere do nome por possuir o modo da apreensão indeterminada no lugar do modo da apreensão determinada do nome.

<sup>80</sup> Tomás de Erfurt, que faz uso constante das gramáticas de Donato e Prisciano, muitas vezes cita “os gramáticos antigos” de maneira interpretativa para corroborar suas opiniões em assuntos mais polêmicos. Como se verá logo a seguir, a ideia modista segundo a qual o pronome significa de maneira indeterminada não era amplamente aceita.

<sup>81</sup> Segundo a metafísica medieval, as privações são ausências de propriedades positivas do ser. Por exemplo, a cegueira é a ausência ou privação da visão. Essa noção metafísica é adotada na *Gramática especulativa*, que a aplica ao estudo do pronome, considerando-o capaz de significar privações. A explicação de Tomás de Erfurt sobre essa disposição, ou capacidade (*ratio*), do pronome pode ser resumida da seguinte maneira: como as propriedades reais devem ter sempre seus correspondentes na derivação dos modos de significar das palavras, um modo de significar privativo, aparentemente, não deveria possuir nenhum correlato real; todavia, o pronome pode fazer referência a nomes de privações, como a “cegueira”, por exemplo. Por conseguinte, o pronome significaria “significados não reais”, o que, de acordo com o realismo de TE, é impossível. Para sair desse dilema, Tomás defende que as privações são entidades reais na mente, apesar de não o serem fora da mente. Ou seja, embora as privações não sejam constatáveis na esfera das substâncias e das qualidades acessíveis aos sentidos, são entidades reais na mente. Consequentemente, o pronome não significa “não significados” porque é capaz de significar qualquer entidade de maneira irrestrita, seja essa entidade acessível aos sentidos ou estritamente mental.

<sup>82</sup> Segundo Tomás de Erfurt, há dois modos de significar para as entidades genéricas: 1) o modo de significar o que há em comum entre as espécies de coisas acessíveis aos sentidos, como “cadeiras”, “mesas”, “cavalos”, etc.; 2) o modo de significar o que há em comum entre todas as espécies de tudo o que existe, o que comporta tanto as entidades acessíveis aos sentidos quanto as privações e até mesmo as fantasias (dragões, unicórnios, quimeras, etc.). Esse segundo modo de significar é o modo de significar o comum de maneira o mais simples (i.e., abrangente) possível, e, nesse caso, não há restrições quanto ao

que pode ser significado genericamente. TE afirma que o modo da apreensão indeterminada do pronome faz referência até mesmo a espaços aparentemente vazios de significado, nesse caso, às privações e negações, e que tais espaços são preenchíveis pelos significados privativos do modo de significar o comum de maneira simples. Nesse sentido, a definição do modo de significar o indeterminado é a definição do modo de significar o comum de maneira simples. Segue-se que o pronome, como possuidor do modo de significar a apreensão indeterminada, significa não só os entes acessíveis aos sentidos, mas também todas as nulidades, privações e fantasias da mente.

<sup>83</sup> “O pronome é uma parte do discurso que é aceita no lugar de qualquer nome próprio e admite pessoas finitas” (PRISCIANO, *Institutiones* 2, 577, 1).

<sup>84</sup> A distinção que TE fará entre pronomes demonstrativos e relativos, em linhas gerais, é da seguinte forma: a demonstração (*demonstratio*) refere-se à simultaneidade do significado da substância na proferição do pronome, como quando se diz (apontando-se na direção de um cavalo): “Pedro comprou este cavalo há um mês”; a relação (*relatio*) se refere à ausência dessa simultaneidade, como quando se diz: “Pedro o vendeu ontem”. Essa distinção também se baseia na noção de primeira e segunda intenções, ou percepções: na primeira sentença, “este” é considerado como elemento de primeira intenção; na segunda sentença, o pronome “o” é tido como um elemento de segunda intenção, uma vez que faz referência a uma substância ausente, por exemplo, ao cavalo da primeira sentença.

<sup>85</sup> Há, na verdade, uma hierarquia na demonstração: o pronome “eu” (*ego*), que demonstra mais diretamente aos sentidos, é considerado o mais imediato; o pronome “tu” (*tu*), que demonstra menos diretamente que “eu” em relação aos sentidos, é considerado menos imediato que “eu”; finalmente, “ele” é menos imediato que “tu”. Se, por um lado, “tu” e “ele” recorrem mais ao intelecto (à memória), “eu”, por sua vez, recorre totalmente aos sentidos. Assim, os significados de “tu” e “ele” são vistos como *ad intellectum* (dependentes do intelecto) e o significado de “eu” como *ad sensum* (dependente dos sentidos). Assim, o pronome mais demonstrativo é o pronome pessoal “eu” – “tu” e “ele” são, respectivamente, o segundo e o terceiro na hierarquia da demonstração.

<sup>86</sup> No ato de dizer “Esse foi João”, Tomás de Erfurt identifica uma demonstração e uma significação: 1) a demonstração (direta) do nome que designa o referente (uma demonstração *ad sensum*); 2) a significação que sinaliza o possuidor desse nome, o qual talvez não esteja na presença do falante ou de seu interlocutor (uma demonstração *ad intellectum*).

<sup>87</sup> O que Donato chamou de qualidade infinita é reinterpretado por Tomás de Erfurt em sua teoria do pronome. Na *Gramática especulativa*, o pronome não é limitado a um significado específico. Em outras palavras, o pronome é entendido como uma parte neutra do discurso que pode remeter aos

significados de diferentes nomes, ou de outros pronomes, sem possuir significado próprio.

<sup>88</sup> O indivíduo a que o nome “Sócrates” faz referência é apreendido diretamente no ato em que esse nome é pronunciado na primeira sentença. Na segunda sentença, porém, a apreensão do indivíduo denotado por “Sócrates” se dá indiretamente, por intermédio do pronome relativo “Ele”.

<sup>89</sup> Segundo Bursill-Hall, os modos de significar primitivo e derivativo do pronome originam-se das mesmas propriedades que a espécie primitiva e a derivada do nome. No entanto, enquanto a espécie é um modo accidental do nome, o derivativo e o primitivo são modos subalternos do pronome. Isso significa que, enquanto as espécies primitiva e derivada causam modificações accidentais no mesmo tipo de nome, os modos accidental e derivativo representam tipos diferentes de pronome (1971, p. 66-67).

<sup>90</sup> Os pronomes *mei, tui, sui, nostri, vestri*, embora sejam classificados como possessivos neutros, têm significado reflexivo: “de meu ser” ou “minha pessoa”, “de teu ser” ou “tua pessoa”, etc. (Cf. GRIMAL et al., 1986, p. 33).

<sup>91</sup> O discurso perfeito é a terceira e última das três condições para que se observe a completude de uma sentença. A primeira é a construção (*constructio*), que é o mero emparelhamento entre as duas palavras de uma construção. A segunda é a gramaticalidade (*congruitas*), que é a condição de compatibilidade entre os modos de significar dessas duas palavras nessa construção. Por exemplo, a sentença “A taça bebeu o vinho” é aceitável tanto do ponto de vista de sua construção quanto do ponto de vista de sua gramaticalidade. Na completude (*perfectio*), que é a terceira e última etapa do processo sintático, observa-se se a construção faz ou não sentido do ponto de vista semântico, ou seja, é nessa fase final que uma construção é estabelecida como coerente ou rejeitada como incoerente. Nesse sentido, “A taça bebeu o vinho” é uma construção gramatical, mas é incompleta do ponto de vista semântico, porque não corresponde a uma proposição verificável. Tomás de Erfurt dá o nome de *passio sermonis* (disposição do discurso) a cada uma dessas fases ou estágios de uma construção da frase completa (COVINGTON, 1984, p. 35-36).

<sup>92</sup> A definição de Donato para os acidentes do pronome é a seguinte: “O pronome é uma parte da oração que é colocada no lugar do nome e que significa quase a mesma coisa que este. O pronome tem seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.” (*Ars minor* 588, 1-3 H).

<sup>93</sup> Esta definição do verbo parte da diferença fundamental entre nomes e verbos: enquanto os nomes denotam entidades estáveis (permanentes) da realidade, os verbos denotam as mudanças ou modificações a que essas entidades estão sujeitas. Por exemplo, na sentença “Pedro corre”, o nome “Pedro” faz referência a um existente estável (permanente), já que “Pedro” refere-se ao mesmo indivíduo no mundo. O predicado “corre” não se refere propriamente a um ser, mas a uma modificação sofrida por um ser, que não tem existência

independente do ser que modifica. Assim, na teoria modista de Tomás de Erfurt, o nome é considerado o elemento independente e o verbo o elemento dependente de uma construção de tipo “nome + verbo”. Ademais, segundo o modismo, o verbo “distancia-se” da substância, ou seja, a ação verbal é um desdobramento que vai além da existência básica a que o significado do nome faz referência. O autor da *Gramática especulativa* entende as propriedades da permanência (estabilidade) e da mudança como duas características fundamentais da realidade: a existência das coisas é anterior a quaisquer modificações que venham a apresentar – o *ens* (“ente”) é anterior ao *esse* (“ser” (isto ou aquilo))). Dessas duas propriedades fundamentais são derivados os dois modos basilares da metalinguagem modista da *GS*: o modo de estar por si mesmo, do nome, e o modo de distar da substância, do verbo. É dessa distinção fundamental entre nomes e verbos que Tomás de Erfurt deriva sua definição geral de verbo – esse procedimento é compreensível com base na metafísica aristotélica adotada por ele. Na metafísica aristotélica existem várias distinções que são utilizadas como parâmetros para o entendimento da realidade, entre elas: “matéria-forma”, “ato-potência”, “ente-ser”, “substância-acidente”. Tomás de Erfurt aplica a distinção “matéria-forma” à diferenciação básica entre verbo e nome discutida acima. O verbo e o nome têm matérias completamente diferentes: o verbo refere-se materialmente às mudanças que ocorrem em um ente; o nome refere-se materialmente à permanência de um ente em um mesmo estado.

<sup>94</sup> Da mesma maneira que Tomás de Erfurt utiliza-se da distinção “matéria-forma” para diferenciar o verbo do nome, aplica-a também na comparação e na diferenciação entre o verbo e o particípio. O particípio é um tipo de palavra de difícil classificação, pois apresenta características tanto nominais (de adjetivo) quanto verbais. Por exemplo, o particípio latino *amans* pode ser traduzido tanto como “amante”, “que ama”, quanto como “está amando”. Assim, a sentença *Homo amans* pode ser traduzida como “O amante”, “O homem que ama” ou “O homem que está amando”. De acordo com Tomás de Erfurt, o traço verbal do particípio deve-se ao fato de ter a mesma matéria do verbo. Essa matéria (ou essência) é identificada com o modo da mudança, que é essencial na diferenciação entre o verbo e o nome. De acordo com a mesma distinção “matéria-forma”, a diferença entre o verbo e o particípio diz respeito às formas distintas dessas classes de palavras: embora o particípio possua a mesma matéria do verbo (o modo da mudança), possui forma diferente, que é a propriedade do comum, típica dos nomes adjetivos. Essa propriedade que particípios e adjetivos têm é o que Tomás denomina “modo de aderir à substância” ou, simplesmente, “modo de aderir”.

<sup>95</sup> Essa complementaridade entre o modo do ser, que o verbo tem em comum com o particípio, e o modo de distar da substância, que distingue o verbo de todas as outras classes de palavras, é o que Tomás de Erfurt chama de modo da composição. Ao fazer isso, TE transpõe para a gramática a distinção “matéria-forma” da metafísica aristotélica: a matéria do verbo (o modo de ser – *esse*) é complementada por uma distinção específica – o modo de distar –,

que representa a forma específica do verbo e distingue-o das outras partes do discurso.

<sup>96</sup> Os pressupostos filosóficos dos modistas, que são embasados no aristotelismo medieval, parecem restringir-se apenas aos dados acessíveis aos sentidos como referentes do discurso linguístico e, conseqüentemente, como objetos de pesquisa gramatical. Isso cria um problema quando os itens lexicais analisados não parecem ser acessíveis aos sentidos. É o caso, por exemplo, das inteligências e dos seres sobrenaturais, como Deus e os anjos. Na discussão a seguir, Tomás de Erfurt discute se é possível utilizar o verbo, uma parte do discurso que faz referência à sucessão e à mudança, para falar sobre a imutabilidade divina.

<sup>97</sup> Aristóteles legou ao Ocidente um tratado intitulado *Da geração e corrupção* como complemento dos dois últimos livros de outro tratado, o *Dos céus*, que se constitui de quatro livros, em que ele trata da astronomia. O objetivo do *Da geração e corrupção* é demonstrar que existem dois princípios fundamentais no desenvolvimento de qualquer ser natural, a saber, seu vir a ser e seu deixar de ser. Além desses dois princípios fundamentais, entre o ser e o não ser existiria também um poder ser, um ser em potencial. Naturalmente, o tempo tem um papel fundamental em um estudo dessa natureza: as coisas que não eram, agora são e, no futuro, deixarão de ser. Como o verbo é a classe de palavras que tem o tempo como traço distintivo, Tomás de Erfurt utiliza os conceitos de geração e corrupção da física aristotélica em sua teoria do verbo.

<sup>98</sup> No sexto livro de sua *Philosophiae consolationis* (*A consolação da filosofia*), Boécio dá a seguinte definição de eternidade: *Aeternitas [...] est interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio quod ex collatione temporalium clarius liquet* “A eternidade [...] é a posse perfeita e simultânea de uma vida que nunca se acaba, o que fica mais claro em comparação com as coisas temporais” (VI, 9-11). Na baixa Idade Média, a eternidade representava um problema linguístico tanto para o teólogo quanto para o gramático. Para o teólogo, o problema resumia-se na seguinte questão: caso não seja possível um discurso temporal a respeito de Deus, como falar sobre Ele? Para o gramático, a pergunta era: se é necessário abranger toda a realidade em uma teoria linguística semanticamente válida, i.e., se os princípios dessa teoria devem ser universais, como dar sentido a um discurso que faz referência ao não tempo, à eternidade? Como falar sobre a eternidade por meio de uma linguagem temporal? Tomás de Erfurt menciona a resposta tradicionalmente aceita: é possível falar sobre realidades extratemporais com base nas temporais, i.e., só é possível falar sobre a eternidade em analogia com coisas sujeitas ao tempo.

<sup>99</sup> De acordo com essa interpretação, que segue a definição de Boécio (Cf. Nota 103), Deus existe fora do tempo e todos os eventos, no tempo, são simultâneos da perspectiva dele. Segundo o verbete “eternity” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, essa opinião tem defensores e críticos até os dias de hoje. Se, por um lado, filósofos como Norman Kretzmann e Eleonore Stump

argumentam a favor da eternidade divina de acordo com a tradição eternalista boeciana e agostiniana, outros pensadores, como Anthony Kenny e Richard Swinburne, afirmam que o raciocínio por trás da argumentação eternalista é incoerente, porque a simultaneidade de todos os acontecimentos de todos os tempos é incompatível com o entendimento desses acontecimentos: ou no presente ou no passado ou no futuro. Assim, de acordo com a opinião anti-eternalista, não seria possível uma observação de toda a sucessão dos eventos fora da sucessão que provocaria uma mudança na substância do observador. Todavia, de acordo com a teóloga Katherin Rogers, se considerarmos que Deus criou um mundo em que todos os eventos devem ser ou anteriores ou posteriores ou simultâneos uns aos outros (ou A antes de B e C depois de B, ou A ao mesmo tempo em que B e C) e se Deus é imutável por princípio, então, Ele tem a perspectiva do tipo de relação simultânea para todos os acontecimentos: “A ao mesmo tempo em que B e C”. Há também pontos de vista “temporalistas”, segundo os quais Deus existiria no tempo, i.e., teria um presente, um passado e um futuro. Para saber mais sobre esse assunto, o verbete “eternity” da *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, que possui referências aos trabalhos dos autores citados nesta nota e a outros que se dedicam, ou se dedicaram, à mesma questão, pode ser consultado.

<sup>100</sup> Cf. Física IV, 217 b 29-222 a 10. Na *Física*, Aristóteles trata dos elementos intrínsecos que constituem os corpos naturais: sua matéria e sua forma. A matéria de um corpo é entendida como o substrato que permanece apesar das mudanças a que esse corpo é submetido. A forma é o elemento que determina o tipo de mudanças que esse corpo pode sofrer. É nesse livro que Aristóteles introduz seu famoso sistema de quatro causas ou princípios: material, formal, eficiente e final. A *Física* é, essencialmente, um estudo sobre a dinâmica dos corpos.

<sup>101</sup> Tipos especiais de corpos materiais são discutidos por Aristóteles em dois tratados: *Dos céus* e *Meteorologia*. Como o nome sugere, neste último são apresentados todos os fenômenos celestes. Aristóteles chama todos esses fenômenos de “meteoros”. Assim, por exemplo, a chuva, a neve, o trovão são chamados de meteoros. Segundo Aristóteles, esses fenômenos são formados a partir de misturas dos quatro elementos (fogo, ar, terra e água) e, por isso, ele também os chama de “mistos”. Essas formações devem-se à influência dos corpos celestes, principalmente do sol. O calor do sol provocaria na terra uma espécie de exalação, de dois tipos: uma seca, da terra, e outra úmida, da água. A interação entre o calor do sol, a secura da terra e o frio da água misturaria essas exalações em diferentes proporções e daria origem à chuva, ao vento, ao relâmpago, etc. O relâmpago é tido como o corpo que mais rapidamente é gerado e em seguida se corrompe. Alguns acreditavam que se tratava de um fenômeno instantâneo. Essa, no entanto, não é a opinião de Tomás de Erfurt, para quem o relâmpago é um corpo material que, como todos os outros corpos, está submetido aos mesmos processos de geração e corrupção.

<sup>102</sup> O modo de um ente ou modo de estar por si mesmo (que também pode ser traduzido como “modo de subsistir por si mesmo” ou simplesmente como “modo de estar”) é a característica essencial do nome. O nome é entendido pelos modistas como um correlato linguístico de uma substância (*ens*) da realidade. Uma substância, no sentido realista moderado dos modistas, é qualquer entidade que seja acessível aos sentidos ou ao intelecto.

<sup>103</sup> A propriedade da essência determinada é característica das entidades reais que são apreensíveis pelos sentidos ou pela inteligência. Quando Tomás de Erfurt afirma que o modo de estar por si mesmo, do nome, e o modo de distar da substância, do verbo, derivam-se da propriedade da essência determinada, ele quer dizer que formas apreensíveis, ou inteligíveis, dos verbos e dos nomes fazem referência à essência determinada. Por exemplo, “Pedro”, um nome próprio, faz referência à existência de uma essência determinada – o possuidor desse nome. Em “Pedro corre”, “corre” faz referência a uma ação que se distancia, vai além, da mera afirmação da existência dessa essência determinada. Portanto, tanto “Pedro” quanto “corre” referem-se, de diferentes modos, à mesma essência determinada.

<sup>104</sup> De acordo com a ontologia aristotélica que os modistas assumem, todas as propriedades de cada entidade real podem ser classificadas em dez categorias gerais. Essas categorias gerais dividem-se em substância (a categoria principal que qualifica a entidade como membro de uma classe genérica: “o homem”, “o leão”, “a mesa”, etc.) e em nove acidentes da substância: quantidade, qualidade, relação, tempo, lugar, posição, condição, ação, paixão. Os nove acidentes da substância são as propriedades fundamentais que cada substância particular possui: sua localização (lugar), seu agir (ação), as ações que sofre (paixão), sua relação com outras substâncias (relação), etc. Para se saber se algo é ou não é uma substância, basta que as propriedades desse algo possam ser classificadas de acordo com algum dos nove acidentes. Por exemplo, se é possível afirmar que alguém “mora em Atenas” (lugar) e “faz belos discursos” (ação), tem-se o preenchimento das condições necessárias para determinar que esse alguém é uma substância. Os modistas chamam as propriedades que podem ser classificadas de acordo com as dez categorias de modos de ser (*modi essendi*). Para cada modo de ser (*modus essendi*), ou propriedade (*proprietas rei*), existe um modo de essa propriedade ser entendida (*modus intelligendi passivus*) e também um modo de ela ser significada (*modus significandi passivus*). Como muitas propriedades podem encontrar-se em uma mesma substância, é apenas razoável que haja um número equivalente de modos de essas propriedades serem entendidas pela mente e significadas pela linguagem. Na teoria modista, as metaclases linguísticas (os modos essenciais mais gerais de significar) correspondem a cada uma dessas categorias. Por exemplo, o modo de um ente corresponde à categoria da substância.

<sup>105</sup> A diferença entre o modo de aderir à essência do outro e de aderir ao ser do outro é que, enquanto a essência representa o aspecto individual e

permanente de uma entidade, o ser representa as mudanças que a atingem. Se, por um lado, a essência de uma entidade é significada pelos nomes substantivos, por outro, o fato de essa entidade ser isto ou aquilo é significado pelos verbos, adjetivos e participípios. Por isso, o modo de aderir à essência do outro é próprio dos nomes adjetivos e o modo de aderir ao ser do outro é próprio dos verbos, adjetivos e participípios. O “outro”, nesses dois casos, é o nome que é acompanhado por um adjetivo, um participípio ou um verbo e que é o correlato linguístico de uma entidade real.

<sup>106</sup> Segundo a teoria modista, o participípio acrescenta um novo sentido ao sentido básico de um item lexical. O modo de aderir ao ser de outro dispõe o participípio tanto a aderir a um nome, e funcionar como adjetivo desse nome (modo de aderir a outro), quanto a expressar uma propriedade verbal a respeito desse nome: uma modificação na substância (modo da mudança). Portanto, o participípio tem características tanto nominais quanto verbais. Tomás de Erfurt utiliza o traço nominal do participípio para diferenciá-lo do verbo. De fato, o traço nominal é a forma do participípio que se opõe à forma do verbo, que é o modo de distar da substância, i.e., o modo de ser diferente do nome, que corresponde à ausência do traço nominal no verbo. Por exemplo, no sintagma nominal “A moça adormecida”, o participípio “adormecida” é ao mesmo tempo um adjetivo e um elemento verbal, porque expressa tanto o significado verbal que se diferencia do nome-sujeito (“A moça dorme”) quanto um fator acidental que adere à substância “moça”, a saber: “adormecida”. Diferentemente, em “A moça dorme”, o verbo “dorme” não possui um traço nominal e refere-se apenas a uma diferenciação da substância.

<sup>107</sup> O verbo “ser” a que Tomás de Erfurt refere-se nesse trecho é o verbo “ser”, com o sentido existencial do latim. Por exemplo, a sentença *Petrus est* deve ser traduzida como “Pedro existe” e não como “Pedro é” (em latim, quando o verbo *esse* (ser) acompanha um sujeito e não é seguido de complemento, tem o sentido de “existir”). Nessa passagem, o autor procura refutar o argumento de que o verbo “ser” em frases como *Petrus est* não tem o modo de distar da substância, já que *Petrus est*, “Pedro existe”, e *Petrus*, “Pedro”, significam a mesma coisa, ou seja, são expressões sinônimas que fazem referência ao mesmo indivíduo no mundo: *Petrus*. De acordo com esse argumento, se o *est* (existe) ficasse distante (i.e., fosse diferente) de *Petrus*, *Petrus* seria um não ente, logo, não existiria. Trata-se, portanto, de um argumento que vai contra os pressupostos metafísicos que sustentam a teoria dos modistas. TE refuta esse argumento de três maneiras: (1) *Petrus* e *est* são, respectivamente, sujeito e predicado, não em sentido físico, mas em sentido gramatical; logo, linguisticamente, *Petrus* e *est* são essencialmente diferentes. Portanto, em sentido gramatical, o verbo *esse* dista (distingue-se) do seu sujeito. Todavia, essa diferença de essências é meramente linguística e, assim, não há diferença real entre o indivíduo denotado pelo nome próprio *Petrus* e sua existência no mundo, que é denotada por *est*. TE explica essa diferença essencial em termos da distinção “matéria-forma”: na frase *Petrus est*, o nome próprio *Petrus*, por um lado, denota um referente no

mundo de maneira direta e é o aspecto material do significado, o que, sintaticamente, equivale ao sujeito de uma proposição de tipo “sujeito-predicado”; o verbo *est* (“é”), por sua vez, denota o referente do ponto de vista de sua existência e, portanto, é o aspecto formal da proposição e, sintaticamente, equivale ao predicado. Portanto, há uma necessidade lógica que fundamenta a distinção entre *Petrus* e *est*. (2) De acordo com a metafísica medieval, o fato de uma coisa ser isto ou aquilo – por exemplo, ser “esta cadeira” ou ser “aquele livro” – supõe que, anteriormente a ser isto ou aquilo, essas coisas primeiramente existam em um sentido muito genérico, i.e., em um sentido que vai além de suas existências individuais. Assim, homens, cavalos e livros têm uma propriedade geral que os identifica como membros da mesma superclasse: a dos existentes. Nesse sentido, uma coisa e seu existir são duas realidades distintas. Com base nessa interpretação da realidade, Tomás de Erfurt afirma que o verbo “ser” com sentido existencial difere do sujeito que predica e, portanto, denota uma propriedade real por meio do modo de distar da substância. (3) Finalmente, o terceiro contra-argumento de TE é, de fato, uma espécie de reiteração resumida do primeiro contra-argumento: o nome e o verbo *esse* (“existir”) são entidades linguísticas (formais) e, portanto, a distinção entre eles pode ser considerada meramente formal (gramatical) e não necessariamente metafísica.

<sup>108</sup> A classe do verbo substantivo compreende um único elemento: o verbo “ser” (*sum*). O verbo substantivo é assim denominado por duas razões: (1) porque denota a existência da substância que designa: *Petrus est* (“Pedro existe”); (2) porque, além de denotar o “existir” de uma entidade, também pode fazer a cópula do sujeito da frase com um predicativo que denota uma qualidade (equivalente a um acidente) e, assim, especifica o sujeito que faz referência àquela entidade. Portanto a distinção aristotélica “substância-acidente” é aplicada na definição dessa classe de verbos. Dessas duas razões, a segunda, que compreende a primeira, é usada por Tomás de Erfurt para justificar o estabelecimento do modo substantivo como um dos três modos subalternos do verbo. Para se entender melhor como TE entende o verbo substantivo (*esse*), atente-se para o seguinte exemplo: a sentença “Pedro é pedreiro” pode ser interpretada como “Pedro existe e é um pedreiro” (de fato, sentenças do tipo “N (nome) é N (nome)” podem ser interpretadas como “N existe e é N”). O nome e o verbo que compõem a primeira parte desse período, “Pedro é (existe)”, na verdade, equivalem a uma única expressão: “Pedro”. O “e” da segunda parte, “existe e é...”, equivale ao modo da distância que separa o significado de “Pedro” do significado de “pedreiro”. O verbo substantivo é um verbo porque o sujeito só é especificado quando o “modo de distar da substância” separa/distancia o sujeito do predicativo: “é” em “é um pedreiro” predica o sujeito “Pedro” por meio do modo da composição da cópula (*est*), e o mesmo “é”, com o sentido de “existe” (*est*), refere-se à existência específica de uma substância designada pelo nome “Pedro”.

<sup>109</sup> TE considera o verbo “ser” como o mais geral dos verbos. Nisso, ele baseia-se no princípio da metafísica medieval segundo o qual todas as coi-

sas (cadeiras, livros, estátuas, pessoas, etc.) têm em comum o fato de existir. Todavia, ser  $x$  ou  $y$ , segundo essa mesma interpretação, leva à conclusão de que o “ser” é especificado em cada entidade. Essa especificação seria replicada na linguagem e o verbo “ser” seria, ao mesmo tempo, o mais geral e o mais específico de todos os verbos. Assim, para Tomás de Erfurt, o verbo ser, chamado por ele de verbo substantivo, é “especificável por qualquer especificador que o especifique”.

<sup>110</sup> A seguir, TE apresentará os modos especiais do modo subalterno adjetivo. O modo adjetivo é o único dos três modos subalternos que se subdivide em modos especiais (ou específicos). Os outros dois modos subalternos são o modo substancial (com um único representante: o verbo “ser”) e o modo vocativo (que inclui os verbos de chamamento, como *voco*, “chamo”). Os quatro modos especiais do modo adjetivo são: ativo, passivo, comum e neutro. Em terminologia atual, os quatro tipos de verbo que são abrangidos por esses quatro modos especiais são: os verbos transitivos conjugados na voz ativa (modo ativo), transitivos conjugados na voz passiva (modo passivo), depoentes (modo comum ou depoente) e intransitivos (modo neutro).

<sup>111</sup> Na metafísica medieval há uma noção importante para a compreensão dessa passagem: a noção de privação. Segundo a corrente da filosofia medieval a que os modistas aderem, o realismo moderado, não existe algo como o nada ontológico absoluto. Ou seja, para os modistas, frases como “o nada existe” ou “o nada não existe” não fazem nenhum sentido. Portanto, a metafísica dos modistas e, em consequência, sua teoria gramatical, baseia-se no princípio de que só existem seres reais (positivos) e que a linguagem só se refere a estes. Nesse sentido, expressões como “nada”, “unicórnio”, “cegueira”, etc., ou se referem a compostos de imagens reais que a imaginação mescla a partir da memória (o unicórnio é um misto de cavalo e de carneiro), ou se referem à ausência em uma entidade de uma propriedade real que normalmente deveria estar ali, mas não está: os medievais chamam esta ausência de *privatio* “privação” e a cegueira é seu exemplo clássico. Segundo a GS, a palavra “cegueira” não faz referência a nenhum ser real (positivo), mas sim à privação de uma realidade: a visão. Portanto, “cegueira” faz referência a um conjunto de circunstâncias (*habitus*) que normalmente é identificado com a falta de visão e não com um ser específico. As duas propriedades positivas mais notáveis nos verbos são sua capacidade de significar a ação de um agente sobre um objeto e o sofrimento dessa ação por parte desse objeto. Tomás de Erfurt identifica a ação e a paixão com os gêneros masculino e feminino, porque agir e sofrer uma ação são vistos por ele como traços fundamentais, respectivamente, do macho e da fêmea. Gramaticalmente, isso significa que os nomes masculinos transmitem a ideia de agir e os femininos de sofrer ações. Os nomes neutros, por sua vez, não se referem nem ao agir nem ao sofrer ações. Da mesma forma que os nomes neutros, os verbos intransitivos não significam nem a ação nem a paixão. Logo, para os modistas, os verbos neutros (intransitivos), assim como os nomes neutros, estão privados dessas duas propriedades fundamentais. Por

isso, TE declara que, como no caso das privações de um ser – na cegueira ou na surdez, por exemplo –, o verbo neutro está privado tanto do modo de significar a ação quanto do modo de significar a paixão.

<sup>112</sup> O verbo neutro, que corresponde ao verbo intransitivo, restringe o nome a um de seus significados. Por exemplo, em uma sentença como “Pedro corre”, o verbo pode ser reduzido à cópula e disso se obtém outra sentença com o mesmo significado: “Pedro é corredor”. Isso significa, em termos modistas, que o verbo intransitivo é uma especificação (“o ser especial”) de um nome. Essa especificação é entendida como uma restrição do significado desse nome.

<sup>113</sup> Enquanto o verbo neutro (intransitivo) representa uma restrição (especificação) do ser referido pelo nome que acompanha, o verbo substantivo predica o nome irrestritamente.

<sup>114</sup> *Da Interpretação* 16b 6-26.

<sup>115</sup> A ligação (composição) entre nome e verbo é uma propriedade acidental do verbo. O termo “acidental”, na *GS*, equivale a “sintático” ou “funcional”. Em outras palavras, a composição é uma propriedade sintática (funcional) do verbo e não uma característica essencial para o entendimento do verbo como classe de palavras ou como vocábulo.

<sup>116</sup> Como todo verbo pode ser reduzido à cópula, o verbo “ser” inerente em qualquer verbo serve de ligação entre o nome e o verbo em uma construção básica de tipo “nome-verbo”. No trecho acima, TE afirma que o ser do nome (o outro da construção básica “nome-verbo”) está inerente no verbo justamente por este possuir, por meio da redução à cópula, o verbo “ser” de maneira intrínseca.

<sup>117</sup> A composição ao mesmo tempo faz a distinção (substância-qualidade) e a restrição específica (o ser de um ente passa a ser especificado) entre o modo da independência, do nome (o modo de estar por si mesmo), e o modo de distar da substância, do verbo, que se reduz a um adjetivo: *Petrus currit = Petrus est currens*.

<sup>118</sup> Enquanto a composição representa uma relação mais geral entre o nome e o verbo que o acompanha, a qualidade da composição especifica o tipo de composição que ocorre entre um verbo e um nome em uma dada construção. A composição pode ser indicativa (modo indicativo), imperativa (modo imperativo), subjuntiva (modo subjuntivo), etc. Tomás de Erfurt chama o modo da composição de qualidade. O termo qualidade, na filosofia medieval, era sinônimo de “forma”, portanto, os modos do verbo, na construção básica “nome-verbo”, são as formas possíveis de ligação entre um nome e um verbo em construções de tipo “nome-verbo”.

<sup>119</sup> Tomás de Erfurt explica a derivação verbal por meio do modo de significar da forma. O modo da forma é, portanto, o modo derivacional do verbo.

<sup>120</sup> Cf. DONATO, *Ars minor* 591, 6 H; PRISCIANO, *Institutiones*, 2, 369, 15.

<sup>121</sup> O verbo transitivo direto pode ou não ter um objeto explícito.

<sup>122</sup> A voz do verbo é uma definição formal porque ela é a manifestação da matéria da significação. Assim como o modo é a forma da composição entre um nome e um verbo, nas construções de tipo “nome-verbo”, assim também a voz é a forma da significação da ligação entre um nome e um verbo em construções de tipo “verbo-nome”.

<sup>123</sup> Verbos de voz neutra são verbos como “nascer” e “viver” que não exprimem ação ou paixão propriamente.

<sup>124</sup> Cf. DONATO, *Ars minor* 591, 16 H.

<sup>125</sup> Para TE, não é o aspecto “físico” do verbo, i.e., sua terminação, que exprime seu caráter (sua voz) ativa, passiva ou neutra. O que determina essas características são os modos de significar do verbo e esses traços semânticos precedem sua expressão física (sonora). Para comprovar sua tese, TE cita verbos que têm formas passivas ou ativas, mas expressam significados que contradizem essas formas. Por exemplo, enquanto os verbos depoentes apresentam traços morfológicos da voz passiva, seu significado tanto pode ser ativo quanto passivo: verbos como “respirar” e “nascer” têm formas ativas, mas expressam significados neutros.

<sup>126</sup> Assim como o modo da composição é a explicação material da ligação entre o sujeito e o verbo, o modo da significação é a explicação material da ligação entre o verbo e o objeto. E assim como o modo do verbo é a qualidade (a forma) da composição, a voz do verbo é a qualidade (a forma) da significação. TE considera esses dois modos materiais (a composição e a significação) como complementares, i.e., proporcionais, um ao outro. Essa ideia de proporção na teoria do verbo de TE faz transparecer uma exigência de simetria que é característica da teoria modista.

<sup>127</sup> TE considera a construção “nome + verbo” como a construção mínima: a construção mais elementar de toda a sua teoria do verbo. Tal construção pode estar implícita em uma expressão verbal intransitiva como (*ego*) *curro*, “(eu) corro”.

<sup>128</sup> Cf. DONATO, *Ars minor* 597, 3-4 H.

<sup>129</sup> Cf. PRISCIANO, *Institutiones*, 3, 60, 1-4.

<sup>130</sup> Cf. DONATO, *Ars maior* 641, 8-642, 16 H.

<sup>131</sup> Cf. DONATO, *Ars maior* 614, 5 H.

<sup>132</sup> “Significado” aqui deve ser entendido como o significado ou acepção de um vocábulo, i.e., de um item lexical, e não como a soma dos modos de cossignificar da parte do discurso em uma construção sintática.

<sup>133</sup> Por exemplo, em construções como: “*in* + ablativo” ou “*in* + acusativo”, como em *in lectione*, “na lição”, e *in oppidum*, “para a cidade”.

<sup>134</sup> Segundo Torrinha (1942, p. 517), *-met* é uma “partícula que se junta aos pronomes pessoais, para pôr em evidência a pessoa por eles indicada, ou para a pôr em contraste com outras pessoas”.

<sup>135</sup> Torrinha (1942, p. 707) define *-pte* como “partícula de reforço que se coloca depois dos pronomes possessivos, principalmente quando empregados como adjetivos (sobretudo no abl. singular)”.

<sup>136</sup> Os significados dessas duas interjeições não foram encontrados nos dicionários consultados, por isso foram reproduzidas conforme o texto original.

<sup>137</sup> Cf. *Metafísica* X, 1022a 4-14.

<sup>138</sup> Cf. *Da Interpretação* I, 16a 4-9.

<sup>139</sup> Cf. *Metafísica* VI, 1025b 1-5.

<sup>140</sup> Cf. *Metafísica* X, 1052b 16-27.

<sup>141</sup> Cf. *Metafísica* VII, 1040b 5-15.

<sup>142</sup> Cf. Covington (1984, p. 76-82) para mais detalhes a respeito da aplicação da analogia do móvel, da física aristotélica, na teoria sintática modista.

<sup>143</sup> Cf. Kelly (2002, p. 87-99 e p. 165-166).

<sup>144</sup> Cf. *GS* XIX, 32.

<sup>145</sup> Cf. *GS* XIX, 32.

<sup>146</sup> Cf. *GS* LIII, 113.

<sup>147</sup> Cf. *GS* XII, 21.

<sup>148</sup> A expressão “termo comum” é aqui equivalente a “espécie”.

<sup>149</sup> TE cita este tipo de advérbio, o advérbio de excluir (*excludendi*) (*GS* XXXVIII, 73), e o exemplifica logo abaixo (*GS* L, 101). É um advérbio cujo modo de significar determina a relação entre o nome-sujeito e o verbo de modo similar ao advérbio negativo. Um exemplo seria *tantum* (somente) em *tantum Socratem legit* “Somente Sócrates lê”. TE parece defender a tese segundo a qual os advérbios, em geral, não determinam um nome substantivo isoladamente, mas sim verbos ou participios, e o advérbio exclusivo seria uma exceção.

<sup>150</sup> TE classifica *velociter* como um advérbio de qualidade, cf. *GS* XXXVIII, 72.

<sup>151</sup> Cf. *GS* XXXIX e XL.

<sup>152</sup> Cf. *GS* XXXVI-VIII.

<sup>153</sup> Cf. esses princípios particulares na *GS XLIII* e *XLIV*, em que se discute a classe das interjeições.

<sup>154</sup> Como *bene* em *nauta bene navigat ad portum*, “O marinheiro bem navega ao porto”.

<sup>155</sup> Como *ad* em *nauta bene navigat ad portum*, “O marinheiro bem navega para o porto”.

<sup>156</sup> Cf. *GS XXX*, 59-60. A voz verbal é a qualidade (a forma) da significação (*significatio*) das construções transitivas de atos.

<sup>157</sup> A construção “Bato no azul” é um exemplo de sinédoque.

<sup>158</sup> Objetos de quatro tipos ou espécies diferentes, pois equivalem a palavras que aparecem ou no genitivo ou no dativo ou no acusativo ou no ablativo.

<sup>159</sup> Cf. *Da Interpretação* 16a 10-19.

<sup>160</sup> TE considera completas somente construções em que a cópula está explícita, como em “O cavalo *é/não é* branco”. Em contraste com construções como essa, há outras em que a cópula está implícita, como em “Cavalo branco”. TE parece considerar estas últimas como incompletas por serem faltosas do ponto de vista da transmissão de um conceito completo da mente (uma proposição), que a cópula expressa garantiria.

<sup>161</sup> O conceito composto da mente equivale a uma proposição. O *é/não é* da cópula indica a natureza proposicional de uma construção. Por isso, segundo TE, sua expressão é necessária para que o sentido da construção seja completo ou perfeito.

<sup>162</sup> *Metafísica* V, 1021b 12-1022a 3.

<sup>163</sup> Um recurso mnemônico como aquele para decorar os nomes e os conteúdos das artes liberais ou para memorizar as combinações das vogais que representavam as figuras dos modos legítimos da lógica.

## Referências

- ALLAN, K. Aristotle's footprints in the linguist's garden. *Language Science*, v. 26, p. 317-342, 2004. Disponível em: <<http://www.science-direct.com>>. Acesso em: 5 dez. 2004.
- ALTMAN, C. *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ANGIONI, L. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. São Paulo: UNICAMP, 2006.
- AQUINO, T. de. *Summa theologiae: I, Prima Pars*. Matriti: La Editorial Católica, 1955.
- AQUINO, T. de. De ente et essentia. In: NASCIMENTO, C. A. do. (Trad.). *O ente e a essência*. Petrópolis Paulo: Vozes, 1995.
- ARISTÓTELES. Metafísica. In: YEBRA, V. G. (Ed.). *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1970.
- ARISTÓTELES. Da Interpretação. In: GOMES, P. (Trad.). *Organon: I Categorias. II Periérmeneias*. Lisboa: Guimarães Editores Ltda, 1985.
- ARISTÓTELES. Da Interpretação. In: COOK, H. P. (Trad.). *Categories. On Interpretation. Prior Analytics*. Cambridge: Harvard University Press, 1996. p. 114-179.
- ARISTÓTELES. Física. In: WICKSTEED, P. H.; CORNFORD, F. M. (Trad.). *Aristotle: Physics books i-iv*. Cambridge: Harvard University Press, 2005a.
- ARISTÓTELES. Categorias. In: MATA, J. V. T. da (Trad.). *Categorias*. Goiânia: Alternativa, 2005b.
- ARISTÓTELES. Metafísica. In: BINI, E. (Trad.). *Metafísica*. São Paulo: EDIPRO, 2006.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 2009.

BACON, R. *Grammatica graeca*. In: NOLAN, E.; HIRSCH, S. A. (Ed.). *The greek grammar of Roger Bacon and a fragment of his hebrew grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1902.

BARNES, J. *Porphry introduction: Clarendon later ancient philosophers*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

BARROS, J. *Grammatica da língua portuguesa*. Olyssipone: apud Loduicum Rotorigiu[um], Typographum, 1540. 124 p. Disponível em: <[http://purl.pt/12148/3/res-5658-1-p\\_PDF/res-5658-1-p\\_PDF\\_01-B-R0300/res-5658-1-p\\_0000\\_capa-60v\\_t01-B-R0300.pdf](http://purl.pt/12148/3/res-5658-1-p_PDF/res-5658-1-p_PDF_01-B-R0300/res-5658-1-p_0000_capa-60v_t01-B-R0300.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

BARROS, J. Quomodo Trinitas Unus Deus ac non tres dii. In: MIGNE, J. P. (Ed.). *Patrologia latina (PL)*. Paris: s.n., [18--?], v. 64, p. 1247-1256A. Disponível em: <<http://www.documentacatholicaomnia.eu>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BARROS, J. Philosophiae consolationis. In: STEWART, H. F.; RAND, E. K.; TESTER, S. J. (Trad.). *The theological tractates*. The consolation of philosophy. Cambridge/London: Harvard University Press, 1997. p. 130-435.

BOÉCIO DA DÁCIA. Modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem. In: McDERMOTT, A. C. S. (Ed.). *Godfrey of Fontaine's abridgement of Boethius of Dacia's modi significandi sive quaestiones super priscianum maiorem*. Tradutor: McDermott, A. C. S. Amsterdam: John Benjamins B. V., 1980.

BORGES NETO, J. *A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira*. DRAFT – texto apresentado no Simpósio “Fernão de Oliveira: 500 anos” – IEL/UNICAMP, setembro de 2007. 11 p. Disponível em: <[http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para\\_download/FERNAO\\_DE\\_OLIVEIRA.pdf](http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/FERNAO_DE_OLIVEIRA.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

BORGES NETO, J.; DASCAL, M. De que trata a lingüística, afinal? In: BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 31-65.

BURSILL-HALL, G. L. *Speculative grammars in the middle ages: the doctrine of the partes orationis of the modistae*. The Hague-Paris: Mouton, 1971.

BURSILL-HALL, G. L. *Grammatica speculativa of Thomas of Erfurt*. London: Longman: 1972.

COVINGTON, M. A. *Syntactic theory in the high middle ages: modistic models of sentence structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

COVINGTON, M. A. *A dependency parser for variable-word-order languages*. Athens: The University of Georgia, 1990. (Research Report AI-1990-01).

COVINGTON, M. A. *GB theory as dependency grammar*. Athens: The University of Georgia, 1992. (Research Report AI-1992-03).

COVINGTON, M. A. *A 700-year-old argument for a syntactic transformation*. 1998. Disponível em: <<http://www.ai.uga.edu/mc/trans700.html>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.

DE LIBERA, A. *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

DE LIBERA, A. *A filosofia medieval*. São Paulo: Loyola, 1998.

DISPOSIÇÃO. In: HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

DONATO. Ars minor. In: HOLTZ, L. (Ed.). *Corpus Grammaticorum Latinorum*. s. l., s. ed., 1981a, p. 585-602. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T28>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

DONATO. Ars maior. In: HOLTZ, L. (Ed.). *Corpus Grammaticorum Latinorum*. s. l., s. ed., 1981b, p. 603-674. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T27>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

DOTTI, U. *Vida de Petrarca*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

DUNS SCOTUS, J. *Opus Oxoniense*. In: NASCIMENTO, Carlos A. do (Trad.). *Os Pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot, Ockham: seleção de textos*. São Paulo: Abril, 1979. p. 239-344.

ETERNITY. In: HELM, P. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/eternity/#-MedThi>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

FARRÉ, L. *Gramática especulativa*. Buenos Aires: Losada, 1947.

GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KELLY, L. G. *The mirror of grammar: theology, philosophy and the modistae*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

KOERNER, E. F. K. Models in linguistic historiography. In: KOERNER, E. F. K. (Org.). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução: CASTRO, M. de. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Original em francês.

LE TALLEUR. *Dictionarius familiaris et compendiosus: dictionaire latin-français de Guillaume Le Talleur*. In: MERRILES, B.; EDWARDS, W. (Ed.). *Lexica latina medii aevi: nouveau recueil des lexiques latin-français du Moyen Age*. Toronto: Turnhout Brepols Publishers, 2002 [1490].

LE VER. *Firmini Verris dictionarius: dictionaire latin-français de Firmin Le Ver*. In: EDWARDS, W.; MERRILES, B. (Ed.). *Lexica latina medii aevi: nouveau recueil des lexiques latin-français du Moyen Age*. Toronto: Turnhout Brepols Publishers, 1994 [1440].

LUHTALA, A. Early medieval grammar. In: KOERNER, E. F. K. (Ed.); ASHER, R. E. *Concise history of the languages sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 121-129.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1979.

MARZOA, F. M. *Historia de la Filosofia: filosofía antigua y medieval*. Madrid: Ibarra, 1984.

McMAHON, W. E. Albert the Great on the semantics of the categories of substance, quantity, and quality. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. 7, p. 145-156, 1980.

NUCHELMANS, G. *Theories of the proposition: ancient and medieval conceptions of the bearers of truth and falsity*. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company, 1973.

OCKHAM, W. of. Seleção de obras. In: MATTOS, Carlos L. de (Trad.). *Os Pensadores: Tomás de Aquino, Dante, Duns Scot, Ockham: seleção de textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 345-410.

OCKHAM, W. of. *Summa logicae*. Disponível em: <[http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa\\_logicae/Book\\_I/Chapter\\_3](http://www.logicmuseum.com/wiki/Authors/Ockham/Summa_logicae/Book_I/Chapter_3)>. Acesso em: 06 dez. 2012.

OXFORD LATIN DICTIONARY. GLARE, P. G. H. (Ed.). 10. ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.

PERCIVAL, K. Renaissance linguistics: an overview. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (Ed.). *Concise history of the language sciences...* New York: Elsevier Science, 1995.

PINI, G. *Categories and logic in Duns Scotus: an interpretation of Aristotle's Categories in the late thirteenth century*. Leiden/Bosto/Köln: Brill, 2002.

PRISCIANO. *Institutiones grammaticae*. In: KEIL, H.; HERTZ, M. (Ed.). *Grammatici Latini: Prisciani institutionum grammaticarum libri i-xviii*. Leipzig: Teubner, 1855. p. 5. Disponível em: <<http://htl2.linguist.jussieu.fr:8080/CGL/text.jsp?id=T43>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

RAZÃO. In: LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 912-913.

ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

RYLE, G. *Collected papers*: volume 2. London/New York: Routledge, 2009.

SANTO ANSELMO. O gramático. In: NUNES, R. A. da C. (Trad.). *Os Pensadores*: Santo Anselmo de Cantuária: Monólogo, Proslógio, A verdade, O gramático; Pedro Abelardo: lógica para principiantes, história das minhas calamidades. São Paulo: Abril, 1979. p. 172-197.

SARAIVA. *Novissimo diccionario latino-portuguez*: etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc. 2 ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, livreiro-editor, 1896.

SCHÜTZ, L. Thomas-Lexikon. In: ALARCÓN, E. (Ed.). *Corpus thomisticum*. Universität von Navarra, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1942.

ULLMANN, R. A. *A universidade medieval*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

ZUPKO, J. Thomas of Erfurt. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/erfurt/>>. Acesso em: 18 abr. 2011.





Entre o final do século XIII e o começo do XIV, a Europa conheceu um capítulo muito especial da história do esforço humano para compreender a linguagem. Trata-se do movimento modista ou da *grammatica speculativa*, constituído por estudiosos que procuraram dar uma sustentação lógico-aristotélica à herança gramatical de base morfológica ou prescritiva recebida da Antiguidade Tardia.

Tinham o latim como objeto, mas trabalhavam sob o pressuposto de uma gramática universal e buscavam construir um quadro teórico que captasse os modos de significar, ou seja, os modos como a linguagem reflete as propriedades do mundo entendidas pela mente.

O *Tractatus* de Tomás de Erfurt é o monumento maior desse importante movimento intelectual. Recolhe e sistematiza boa parte das ideias de seus antecessores e contemporâneos. É, por isso, o melhor documento para se conhecer em detalhes os fundamentos da gramática modista.

O professor Alessandro Beccari traz, com este trabalho, uma valiosa contribuição aos estudiosos brasileiros. O livro oferece ao leitor o texto original de Tomás de Erfurt em latim e uma cuidadosa tradução para o português, acompanhada de um amplo acervo de notas com comentários e informações complementares.

Além disso, o livro inclui um estudo introdutório que situa historicamente o movimento modista e analisa seu declínio teórico em meio aos embates entre realistas e nominalistas no início do século XIV e dos primeiros confrontos entre o pensamento humanista e a escolástica.

Carlos Alberto Faraco  
Universidade Federal do Paraná

série  
**PESQUISA**

ISBN 978-85-8480-183-1



5 1788584 1801831